



ISSN — 0011-7641

# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA:  
FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO?

Therezinha de Castro

Nº 76  
JUL-SET 63



# TASA, um voo seguro

A segurança dos vãos no espaço aéreo brasileiro é o principal produto da TASA - Telecomunicações Aeronáuticas S.A., que atua em mais de 100 aeroportos coordenando pousos, decolagens e o tráfego de aeronaves ao longo das rotas aéreas.

Em pontos extremos da Amazônia, em pequenas estações no interior do país ou em aeroportos de grande porte como Guarulhos, a TASA está presente garantindo a segurança e o desenvolvimento da aviação.

Controle de Tráfego Aéreo, Formação de Voo e Alerta, Telecomunicações Aeronáuticas e Meteorologia são os serviços essenciais da TASA, utilizados por companhias aéreas, por clubes, hidrelétricas, geradoras, construtoras, empresas de turismo, de seguros, veículos de comunicação e até pelas plataformas marítimas de petróleo onde o movimento de helicópteros é tão intenso que torna imprescindível a presença de controladores de tráfego aéreo. O atendimento aos clientes é feito em qualquer ponto do território nacional.

Com sede no Rio de Janeiro e sete Superintendências Regionais, a TASA hoje é responsável por projetos, instalação, operação, manutenção e modernização das comunicações aeronáuticas e dos auxílios à navegação aérea, atuando no Sistema de Proteção ao Voo ao lado da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo do Ministério da Aeronáutica.



**TASA**  
TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS

Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Terminal de Carga Aérea, 2º andar - Ilha do Governador - CEP 21941 - Rio de Janeiro - RJ - Caixa Postal 3112 - Tel: (021) 383-7091 - Telex: (021) 23372 e (021) 30679 - Fax: (021) 393-0871

Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



324282

290637

v. 76, n. 761, jul./set. 1993 BFD



290637/524292  
ex.2



# A DEFESA NACIONAL

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
COMENTÁRIOS.....	11
SOBERANIA, "SOBERANIA LIMITADA", "DEVER DE INGERÊNCIA", "INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA".....	19
Manoel Soriano Neto	
COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA: FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO?.....	29
Therezinha de Castro	
A DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS.....	49
Everaldo de Oliveira Reis	
INFLUÊNCIA INGLESA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO HISPANO-AMERICANA.....	57
Aldo Demerval do Rio Branco Fernandes	
O EQUIPAMENTO DO CAMPO-DE-BATALHA.....	69
David Ian Aubrey Spackman	
A FUNÇÃO E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS.....	89
Roberto Miscov Filho	
A COLUNA PRESTES: AMPLITUDE E ASPECTOS MILITARES.....	97
Floriano Peixoto Vieira Neto	
A GUERRA DO GOLFO E SUAS LIÇÕES.....	119
Edmirson Maranhão Ferreira	
NOVO MODELO DE CPOR e NPOR.....	135
Dalvino Villar	
CERRO DO OURO.....	155
Corálio Bragança Pardo Cabeda	
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE.....	161
Aléssio Ribeiro Souto	
LIVROS.....	181
INFORMAÇÕES.....	183
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	187



# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

ANUNCIO — Primeira Edição: NOTÍCIAS MILITARES, OUTUBRO 1913 DE CIRCULAÇÃO 2.1 DE JANEIRO 1914

N.º 1

Dia de Janeiro, 10 de Janeiro de 1914

Anno I.

Grupo mantenedor: Bernardino Klinges, Seneio Lottio de Carvalha, Joazeiro de Sousa R. (redatores); Francisco de Paula Cidade, Maria Cezarinho, Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcanti, Eustáquio Figueiredo, Taborda, Amaro Páez Nova, Marcel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)



## NOSSA CAPA

Vitral do saguão do Palácio Duque de Caxias (PDC), antiga sede do Ministério da Guerra e atual sede do Comando Militar do Leste, Rio de Janeiro, RJ. Evoca o dia 25 de agosto, Dia do Soldado.



# COMPRE À VISTA PELO MELHOR PREÇO

Esta é apenas mais uma vantagem que você dispõe com o CREDIVERDE. Um crédito seguro, liberado na sua conta corrente de forma fácil e rápida.

**CREDIVERDE** **BANERJ**

CRÉDITO COM SEGURO DE VIDA GRÁTIS

# ESTRUTURAS METÁLICAS

## NOVA OPÇÃO DA

### CONSTRUÇÃO CIVIL

Começa a crescer no Brasil o uso de estruturas metálicas na construção civil, em substituição ao concreto. Esta é uma tendência que interessa de perto à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração — CBMM, empresa nacional, com sede em Araxá - MG e líder mundial na tecnologia do nióbio.

O aço utilizado nessas estruturas geralmente usa nióbio para lhe dar a alta resistência mecânica indispensável em casos como esse. Trata-se de uma técnica amplamente empregada em países como o Japão e os Estados Unidos, e as grandes siderúrgicas nacionais estão convencidas de que as múltiplas vantagens oferecidas por essa opção levarão o Brasil a caminhar na mesma direção. São muitas as vantagens das estruturas metálicas, a começar pela econômica. Embora elas, inicialmente, tenham um custo maior do que o concreto, o seu uso é mais econômico, por causa da entrega rápida. Há outras vantagens técnicas consideráveis: as estruturas metálicas permitem melhor aproveitamento da área útil, pois a

coluna em aço ocupa menos espaço, além de possibilitar vãos livres maiores, à medida em que exigem um número menor de colunas. Em comparação com a coluna de concreto, a de aço suporta muito mais peso. Sua resistência é dez vezes maior, embora seu peso próprio seja muito menor. Isto resulta, naturalmente, em economia nas fundações dos prédios. Por serem fabricadas industrialmente, as estruturas metálicas permitem encaixe perfeito, com precisão milimétrica, o que se reflete no prumo e nível corretos dos edifícios. No caso do concreto, há sempre diferença no prumo e no nível, que precisa ser compensada com mais alvenaria. E ainda, na hora de demolir um prédio antigo, uma ponte ou um viaduto, o concreto não passa de entulho, enquanto a estrutura metálica pode ser reaproveitada. Sua durabilidade também é satisfatória, uma vez que é igual à apresentada pelo concreto. Tudo isso torna as estruturas metálicas uma tendência mundial na construção civil.





# A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros  
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

---

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário:	Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Marco Antonio Cunha
Diretor-Tesoureiro:	2º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros:	Cel R/1 Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Cav Salim Negri Ten Cel Inf João Vicente Barboza Cap Gil Faria
Suplentes:	Ten Cel Paulo Roberto Monteiro Araujo Maj Décio Coelho 1º Ten Francisco de Assis Carvalho Vilanova

---

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Reynaldo Paim Sampaio
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis CMG José Correia de Sá e Benevides Cel R/1 Claudio Moreira Bento Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe Ten Cel João Roberto de Oliveira Prof. Jorge Boaventura

---

## PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional* Tel.: (021) 253-4628

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

---

## REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290-270, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Tel.: (021) 542-5646 e 204/205 — FAX/ECEME 5425454

ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20221-260, Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

---

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que não necessariamente refletem a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

---

Editoração e Produção Gráfica: PENELUC



## EDITORIAL

### O REINÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE ANGRA II

O primeiro passo para o ingresso do Brasil na nucleletricidade ocorreu em 1972, com o início da construção de Angra I, usina ajustada com a empresa americana Westinghouse, sob uma variante de "contrato de chave-na-mão". A empresa não garantiu, nem poderia garantir, o suprimento do combustível nuclear.

Em 1973, o Brasil e a Alemanha assinaram um Acordo de Cooperação, mediante o qual o Brasil buscava adquirir o domínio da tecnologia de construção de usinas e do ciclo de combustível nuclear. O objetivo visado, uma vez atingido, introduziria o País num setor de tecnologia de ponta de grande importância econômica, que envolve áreas altamente sensíveis politicamente e que, uma vez dominada, aumentaria o peso específico do País na ordem internacional. Por esse motivo, o Brasil e a Alemanha tiveram que resistir a fortes pressões para anular o Acordo.

Angra II, a primeira usina do Acordo, foi equipada com um reator PWR,<sup>1</sup> como as usinas alemãs e a maioria das nucleletricas do Ocidente. Ela começou a ser construída em 1976, com entrada em operação prevista para 1984. Tem, como usina de referência,<sup>2</sup> a de Grasensrheinseld, cujas obras se iniciaram em 1975 e terminaram sete anos e meio mais tarde, em 1982. Ano seguinte, Grasensrheinseld batia um recorde mundial, gerando 10 milhões de kwh, cerca de 15% da

1. Utiliza o urânio levemente enriquecido como combustível e a refrigeração por água pressurizada. As 10 maiores nucleletricas do mundo são do tipo PWR, a maioria localizada em áreas urbanas. Duas delas situam-se na França, uma nos EUA e as demais na Alemanha (RFA), estas fabricadas pela SIEMENS. A SIEMENS detém 25% da NUCLEN (empresa brasileira com responsabilidade pela transferência de tecnologia de projeto e de construção de usinas), fornece-lhe o Diretor Técnico, assegura a atualização dos projetos das usinas do Acordo segundo o estado-de-arte das usinas alemãs, e garante o desempenho de cada usina assim construída.

2. Usina de mesmo tipo e com organograma de construção semelhante.



eletricidade consumida pelo estado de Baviera. Angra II, cuja construção foi interrompida em 1986, caso a tivéssemos reativada no corrente ano, só deveria entrar em operação em 1997, vinte e um anos, portanto, após o seu início.

A energia nuclear, em todo o mundo, enfrenta adversários internos fortes e militantes.<sup>3</sup> Na Suécia, por exemplo, o Parlamento decidiu que a última usina do programa nuclear sueco, o qual responde por 15% da eletricidade do país, deverá parar de funcionar em 2.010.<sup>4</sup> Por seu turno, a estabilização do preço do petróleo, o aumento de custos decorrentes do aumento da segurança exigido pelas usinas, e o arrefecimento da economia concorrem para desacelerar a construção de usinas nucleares em países como os Estados Unidos e a Alemanha. Não obstante, na França, onde mais de 70% da eletricidade são de origem nuclear, 5 nucleletricas estavam em construção em 1991 e, nesse mesmo ano, em 16 diferentes países, esse número totalizava 76 novas usinas, as quais devem entrar em operação ainda nesta década.

Anunciam os jornais que o Governo decidiu retomar, em outubro próximo, a construção de Angra II.<sup>5</sup> Anúncios semelhantes têm sido feitos, desde quando a construção foi interrompida, sem nunca se terem concretizado. A causa da não-retomada foi sempre a mesma: a falta de recursos financeiros, ainda que, parada, Angra II custe à estatal Furnas, e conseqüentemente ao contribuinte, algo em torno de US\$ 500 milhões, segundo informa o mesmo Governo.

Existem muitos outros grandes projetos nacionais igualmente importantes e igualmente paralisados por falta de dinheiro. O projeto Angra II, porém, possui algumas características que convém lembrar, quando se pensa no objetivo vital de desenvolvimento tecnológico do País. A construção, operação e manutenção de usinas nucleares, além de servirem para complementar fontes de eletricidade necessárias à produção, implicam em desenvolvimento de um número ilimitado

3. O artigo "Angra e os Erros dos Verdes", publicado em O Globo, edição de 23.06.93, e reproduzido em nossos "Destaques da Imprensa", defende a construção de Angra II rebatendo argumentos contrários dos "verdes" nacionais.

4. Há um movimento para rever essa drástica decisão. Afinal, as usinas da ex-União Soviética, de baixos padrões de segurança, constituem um risco incomensuravelmente maior do que as modernas instalações suecas, e não têm limite de funcionamento estabelecido.

5. Em 1985, a Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro, cognominada Comissão Israel Vargas, emitiu recomendações à luz das quais o Governo reestruturou o setor nuclear. Uma delas era a retomada das obras de Angra II e Angra III, previsto seu término para 1992 e 1995, respectivamente. Semelhante recomendação fez o grupo de trabalho designado, em 1990, para estudar o Programa Nuclear, deslocando os termos de construção para 1996 e 1999. Assim, em diferentes governos, a conclusão tem sido favoráveis às duas usinas do Acordo.

de setores industriais e tecnológicos: construção civil, montagem eletro-mecânica, mecânica pesada e mecânica fina, química, metalurgia, eletricidade, eletrônica, etc. E cria uma cultura de controle e garantia de qualidade que só encontra paralelo no setor aeroespacial.

Que o Governo haja decidido terminar a construção de Angra II, apesar de tantos fatores em contrário (financeiros em destaque) é, sem sombra de dúvida, um acontecimento altamente positivo para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Merece que todos os brasileiros, dedos em cruz, torçam com fê para que, desta vez, o noticiado afinal se concretize.



# COMENTÁRIOS



## O SEPARATISMO E AS FORÇAS ARMADAS

**Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe**

Nada surpreendente é que as Forças Armadas (FA) e os militares figurem dentre as instituições e os brasileiros mais fortemente impactados pela revelação da existência de movimentos separatistas no País. A preservação da unidade nacional é missão das FA inscrita em todas as constituições que tivemos, e figura no juramento do soldado — "cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida" promete quem veste a farda.

Em favor do direito de secessão, alegou-se ser o distrato inerente à essência de qualquer acordo, tanto na esfera individual como na do Estado. Assim, a quem livremente abriu mão de parcela de soberania em benefício da Federação, seria lícito, a qualquer tempo, reivindicá-la de volta. Mesmo nos Estados Unidos, onde a Federação se formou pela união das 13 colônias, essa teoria foi contestada, gerando a Guerra Civil, ou a Guerra entre os Estados,

como ainda a chamam sulistas empedernidos. A origem da República Federativa do Brasil é inteiramente diversa.

Os estados que, com a Proclamação da República, substituíram as províncias do Império, representaram o justo reconhecimento da impossibilidade de manter-se o sistema unitário de organização nacional. Não foram, entre nós, os estados que se uniram numa Federação, e sim esta que os constituiu e definiu os limites da autonomia. Assim sendo, as idéias separatistas entre nós, nunca tiveram apoio popular capaz de fazê-las prosperar e constituírem-se em ameaça à União. De inspiração eminentemente política, tais idéias, no Império, morreram no nascedouro, graças à ação militar e, principalmente, também política, de Caxias. O legado do Pacificador projeta-se até os nossos dias na alma e na ação das Forças Armadas.

Em vão se buscará na Revolução Constitucionalista de 1932 motivação separatista, a não ser na medida em que foi ela invocada pelo governo central para combater o movimento de S. Paulo pela legalidade. Com tudo isso, não há



porque subestimar o potencial de periculosidade apresentado pelos movimentos em favor da divisão do Brasil.

Conforme salientou o editorial da edição Abril-Junho de *A Defesa Nacional*, não se divulgou, ainda, uma avaliação objetiva da profundidade e extensão dos movimentos noticiados pela mídia e objeto de medidas repressivas do Governo Federal. E que muito poucos brasileiros hão de discordar da existência de condições excepcionalmente favoráveis para que tais movimentos venham a prosperar. Realmente, ceticismo sobre as instituições, insegurança econômica, agravamento dos desníveis sociais e regionais, decadência de padrões éticos e outros indicativos mais, caracterizam essas condições favoráveis. Dizemos mais que o efeito demonstração, de países menores, socialmente mais homogêneos, capazes de proporcionar maior bem-estar a seu povo concorre para agravar a insatisfação de grupos.

Se não há porque negar certos tons sombrios do quadro nacional, não há, igualmente, por que acreditar que ele tem todos os elementos para provar-se transitório, se convenientemente enfrentado.

Ao longo de nossa História, mais do que a geografia, a economia, o poderio armado ou outro fator mensurável, a unidade nacional se explica à luz do imanente sentido de brasilidade do nosso povo. Num passado bem recente, os

brasileiros orgulhavam-se de seu País, que lhes dava bem-estar e os fazia crer em um futuro ainda melhor. Hoje, sob instituições democráticas consolidadas, capaz de escolher livremente seus dirigentes e representantes, o povo brasileiro tem condições ainda melhores para mudar um quadro que, repita-se, é transitório e reversível. E, ao fazê-lo, construir, por suas próprias mãos, um futuro melhor para o Brasil, sem o recurso a soluções excepcionais ou a pretensos salvadores.

As Forças Armadas, parcela inseparável desse povo e fiéis à sua vocação de servi-lo, participam dessa construção, nos termos de sua missão constitucional.

O maior anseio do soldado é que lhe dêem condições de bem servir à Pátria.

---

## O EXÉRCITO E O PROBLEMA DO MENOR

**Maj Eng QEMA Renato José Barbosa Bahla**

**A**tualmente, a sociedade brasileira assiste ao triste espetáculo da perambulação diuturna de menores carentes pelas ruas de suas médias e grandes cidades. Alguns setores mais sensíveis da sociedade, junto com os governos municipal, estadual e federal, vêm tentando solucionar o problema, sem conseguir, até agora, resultados positivos.



A par dessa situação, verifica-se, também, que alguns setores da sociedade brasileira, entre eles, diga-se a mídia nacional, vem orquestrando uma campanha visando a engajar o Exército Brasileiro na busca de uma solução para esse ingente problema.

Em decorrência dessa tentativa de engajamento, somada à contínua dilação do problema, as Forças Armadas terão que, proximamente, firmar uma posição. Assim, as idéias aqui colocadas, têm como escopo, participando do diálogo, contribuir para que o posicionamento da classe militar seja coerente com o seu passado participativo e condizente com o seu futuro, como instituição nacional.

Muita vez é esquecido o fato de que o Exército Brasileiro é parcela de um todo heterogêneo chamado Brasil. Alguns esquecem até que, se o País soçobrar como nação, o Exército o acompanhará como instituição. As coisas que são válidas para a Nação Brasileira, certamente o serão também para o Exército Brasileiro, mas, algumas coisas que aparentemente são válidas para a Força Terrestre, podem não sê-lo para a Nação.

Assim, manter a ferro e fogo o pensamento de que não se pode desviar um centímetro da missão de se preparar para a guerra, pode parecer verdadeiro para alguns, mas, certamente se descobrirá logo sua falsidade, quando a Nação estiver caoticamente destruída,

por ter grande parcela de sua juventude marginalizada e dirigida por outros valores diferentes dos democráticos.

Não cabe mais procurar responsabilizar setores, ou classes, pela origem do problema do menor carente. Diante da gravidade dos fatos, que apontam para a perda de toda uma geração de jovens brasileiros que contribuem grandemente para vilipendiar a imagem do Brasil no conceito das nações, e que constituem, também, uma questão de cunho ético, para os verdadeiros cidadãos que devem repudiar veementemente a postura dos que acham normal a escassez de alimento, saúde, educação e habitação imposta a essa juventude itinerante, compete, pois, a todos os segmentos verdadeiramente comprometidos com a evolução nacional, participar, pelo exemplo construtivo, da erradicação do mal.

A História nos mostra que o Exército tem participado do equacionamento e da solução de vários problemas: nas campanhas de vacinação (erradicação da pólio, sarampo, raiva, etc); na segurança da ECO 92; na construção de rodovias, ferrovias, etc; nos planos de combate à seca; nas inúmeras situações de calamidade pública; na reparação de danos causados por tremores de terra; etc.

Essa participação da Força Terrestre contribui muito para a criação e



manutenção do elevado conceito que a sociedade civil tributa ao Exército. Para alguns ela é a certeza da eficiência e eficácia, do sucesso do empreendimento; para outros é o convite seguro para aliança de forças; para todos, é o aval da honestidade, da firmeza de propósitos, da grandiosidade da missão.

Para que o Exército participe do grande esforço que toda a sociedade nacional deve fazer para erradicar o problema do menor carente, algumas dificuldades deverão ser vencidas.

Assim, será preciso convencer à uma minoria que, mesmo não sendo a missão principal da Força Terrestre, deve ser encarada como necessária, pois que, acima de tudo, está em jogo o futuro do País como Nação.

Também será preciso permanecer alerta aos que tentarão se aproveitar da oportunidade para modificar a missão constitucional das Forças Armadas de prover a segurança e a manutenção da lei e da ordem.

A falta de pessoal especializado no trato de menores carentes, a falta de meios materiais e a falta de técnicas apropriadas serão desafios à capacidade do Exército em cumprir missões de natureza diferente das usuais. Nesse caso, é importante que se diga que enfrentar e vencer desafios faz parte, normalmente, da vida castrense.

É preciso que haja uma forte conscientização na premissa segundo a

qual o Exército só será grande e forte se o Brasil também o for.

É preciso reconhecer que o problema do menor carente é de magnitude suficiente para inviabilizar o Brasil como nação próspera, e que sua erradicação é tarefa de toda a sociedade brasileira.

É preciso, finalmente, que nós militares aceitemos que nossa ajuda na solução do problema, mesmo que nos afaste um pouco da nossa missão normal e que seja feita a custo de sacrifícios, é de capital importância, pois assim estaremos, mais uma vez, fiéis ao nosso passado histórico de vivenciar os grandes problemas nacionais, e acima de tudo, estaremos respondendo a um anseio ético que, se não respondido rapidamente, sufocará nosso futuro como nação livre e cristã.

## A AMEAÇA ELETRÔNICA (\*)

Ten Cel Com QEMA James Corrêa  
Caldas

**O**s conflitos ocorridos na década de 80, principalmente no Oriente Médio, com ênfase na batalha no *Vale do Bekaa*, a guerra das Malvinas e a última refrega ocorrida no Golfo Pérsico, envolvendo uma força de coalizão e tropas iraquianas, evidenciaram o papel das atividades eletrônicas,

\* Selecionado pelo PADECEME



que ocupavam, até então, uma dimensão pouco conhecida.

Esse novo componente dos conflitos, entretanto, não existe apenas nos períodos de guerras. Ele está presente, também, na paz e nos períodos de crise.

Envolvendo sensores que varrem o espectro eletromagnético 24 horas por dia, principalmente na faixa de frequência das telecomunicações e dos radares, as atividades eletrônicas obtêm, das monitorações realizadas, dados de interesse que, após analisados e avaliados, produzirão o que se denomina inteligência, seja de países, organizações, entidades ou pessoas.

Nenhuma fonte de emissão eletromagnética está livre das ações das atividades eletrônicas, seja uma estação de *broadcasting* ou um telefone, celular ou convencional. Interceptando ou realizando interferências ativas ou dissimulativas, a Guerra Eletrônica pode degradar sistemas de comunicações civis ou militares, ou, até mesmo, interditar um aeroporto de grande movimento, atuando nos enlaces rádio e nos radares, provocando estragos imprevisíveis.

Independentemente de se acreditar ou não, ela existe, está presente em todo o mundo e gerando, para os interessados, todo o tipo de conhecimento, sejam eles militares, econômicos ou políticos, proveniente de atividades legais ou clandestinas.

Um país com dimensões continentais como o Brasil, com quase 16.000km de

fronteiras terrestres e 7.600km de litoral, e que possui uma região do porte de importância da Amazônia, não pode deixar de pensar em uma vigilância eletrônica, particularmente por não ter tido ainda condições de ocupá-la efetivamente. Essa vigilância será seguramente menos onerosa, mais eficaz e coerente com a atual situação econômico-financeira nacional.

A tecnologia, na eletrônica e na informática, cresce tanto, que os meios militares hoje trabalham associados a sistemas de armas, seja um sistema de defesa antiaérea, uma aeronave ou um carro de combate.

Todos esses sistemas são controlados eletronicamente, com sensores e atuadores, ocupando uma parte do espectro eletromagnético, onde estão as ondas de rádio.

No cenário moderno, especialmente no campo-de-batalha, onde conviverão blindados, meios de defesa antiaérea, aeronaves e tropas, estarão presentes as ondas de rádio que, sendo adequadamente empregadas, constituirão o suporte do comando e controle de uma Força. As comunicações rádio deverão ser planejadas com cuidadoso detalhamento, prevendo inclusive procedimentos para os operadores e equipamentos de *contra-contramedidas eletrônicas*, a fim de criar uma cortina nos sistemas amigos contra a atividade de escuta adversária. Todas as forças, em todos os escalões, deverão estar



sincronizadas no conceito da operação, no que concerne à Guerra Eletrônica, porquanto a sua não observância no planejamento poderá revelar o dispositivo, as deficiências e as intenções ao inimigo.

Transceptores com saltos de frequência estão presente no campo-de-batalha moderno, juntamente com sensores capacitados a interceptá-los. Já se fala hoje em transmissão com 300 saltos de frequência por segundo. É um avanço fantástico mas que, dentro em pouco, interceptadores serão projetados para acompanhar tal velocidade de emissão.

Radares com agilidade de frequência, com indicadores de alvo móvel e com mudança automática de outros parâmetros, já não são novidades.

Satélites espões com capacidade para interceptar ligações telefônicas em microondas foram testados, com sucesso, na Guerra do Golfo.

Granadas de morteiro ou de artilharia com atuadores de Guerra Eletrônica já estão sendo experimentados, visando a reduzir a eficácia dos radares rastreadores e, assim, minimizar a ação dos fogos de contrabateria e contra-morteiro.

As *contramedidas eletrônicas* estão presentes permanentemente no cenário moderno, seja nos sistemas de armas de superfície ou aéreas. Um carro-de-combate e uma aeronave, quando iluminados por um radar hostil, ou quando enquadrados por vetor hostil,

têm que imediatamente acionar uma *contramedida eletrônica* (CME), sob pena de não sobreviver para cumprir sua missão.

Existem portanto, na Guerra Eletrônica, componentes passivos, componentes ativos e componentes defensivos. Os passivos, exercidos pelas *medidas eletrônicas de apoio* (MEA), são traduzidos pelas interceptações, monitorações e análises das emissões de interesse. Os ativos, *contramedidas eletrônicas* (CME), são representados pela emissões contra os sistemas de comando e sistemas de armas adversários, seja com o propósito de degradá-los ou iludi-los. E os defensivos, *contra-contramedidas eletrônicas* (CCME), que existem nos irradiadores, tanto a nível de tecnologias e/ou de procedimentos, e visam a proteger todas as emissões eletromagnéticas próprias, dificultando a ação inimiga de obter informações.

É importante então não menosprezar a ação eficaz e discreta das atividades eletrônicas, e não esquecer que as ondas de rádio não obedecem linhas de fronteira. Elas são livres e, uma vez emitidas, não se tem mais o seu controle.

Tanto os sistemas de comunicações civis quanto os militares são ambos alvos para as atividades eletrônicas. Os órgãos policiais dos estados e municípios, assim como os federais podem ter suas ações igualmente afetadas por atividades eletrônicas hostis, sejam ações de monitoração, ou mesmo de inter-



ferências, gerando assim danos à segurança pública e, por conseguinte, comprometendo a ordem interna do País.

Fruto do estudo das emissões de interesse, o analista de Guerra Eletrônica produzirá informações e inteligência, conforme a profundidade com que forem feitos os tratamentos dos dados obtidos.

Parâmetros de radares, atitudes dos operadores e a localização dos respectivos sítios, por exemplo, podem revelar o perfil e a capacidade de reação da defesa aérea e a antiaérea de um país oponente. O estudo dos *links* de comunicações entre sítios de radares podem, em complemento, revelar toda a ordem-de-batalha de uma força ou de um país.

Uma vez que os sistemas de armas são gerenciados por sensores, em particular por radares, a neutralização dos radares pela interferência eletrônica significa, por conseguinte, a degradação do respectivo sistema de armas. Daí a relevância da Guerra Eletrônica atuar desde o tempo de paz, a fim de dispor de bancos de dados atualizados sobre a doutrina e os meios empregados pelo oponente.

A interceptação de emissões irradiadas nos adestramentos das forças dirá muito sobre a sua doutrina, porquanto o treinamento visa à preparação para a guerra. Nos *exercícios-no-terreno*, com ou sem tropa, desde que haja o emprego das comunicações rádio e radares, é

imperioso que as emissões sejam protegidas e obedeçam a um planejamento compatível com um cenário de Guerra Eletrônica.

Uma força que não disponha de um bem estruturado sistema de *comando e controle* poderá correr o risco de não cruzar a linha-de-partida em uma operação ofensiva, ficando na primeira margem do rio, tentando organizar-se e, assim, criando condições para que o inimigo reorganize o seu dispositivo defensivo.

O sistema de comando e controle ou mesmo o C3I (comando, controle, comunicações e informações), deve ser ágil e seguro contra a interceptação inimiga. Seus recursos devem permitir a ação de comando por meios alternativos, e com flexibilidade. O entrosamento com a Guerra Eletrônica deve ser íntimo, pois caberá a esta produzir a maior parte das informações. É da responsabilidade também da Guerra Eletrônica, por meio das *contramedidas eletrônicas*, degradar o C3I adversário, dificultando ou, se possível, impedindo a sua atuação.

A ação de *contramedidas eletrônicas* imitativas ou manipulativas poderá provocar tal tumulto no *comando e controle* adversário que, só decorrido tempo precioso, será neutralizado, dependendo, naturalmente, do nível de adestramento das forças envolvidas, assim como da tecnologia presente.

Mesmo as comunicações civis, os *fax*, os *telex*, os telefonemas e telegramas,



não estarão livres da interceptação adversária. Os órgãos governamentais não podem esquecer a ameaça eletrônica. Ela pode produzir inúmeros e variados danos ao poder nacional de um país, em qualquer das suas expressões. Um simples *fax*, irradiado sem um mínimo de proteção, pode trazer inconvenientes e seqüelas no relacionamento entre países. Basta, tão-somente, que o seu conteúdo seja interceptado por quem não deva ter acesso a esse conhecimento.

A telefonia celular é, talvez, o mais indiscreto dos meios modernos, em que pese o elevado conforto que oferece aos usuários. Trata-se de transceptores portáteis que transmitem mensagens, via rádio, para centros de recepção em uma determinada célula. O caminho percorrido de um assinante a outro é livre e, portanto, acessível a interceptações. Mesmo que o sinal seja digitalizado, como ocorre em alguns países, é passível de interceptação. E a interceptação desse meio entre ligações efetuadas por assinantes indiscretos é, indiscutivelmente, uma rica fonte de informações, facilmente imaginável.

Assim como um comandante tático não pode empreender uma operação militar sem o necessário suporte das atividades eletrônicas, um governo não pode desprezar os recursos dessa atividade para atuar na segurança interna, vigiar suas fronteiras e seu litoral

nas três dimensões, deixando, assim, de considerar a inteligência produzida pelos sensores eletrônicos.

Deve ficar bem claro que a presente "onda de desarmamento" orquestrada em âmbito mundial, mas flagrantemente desmistificada pelos fatos, não inibiu as potências militares de fazerem fortes investimentos em atividades eletrônicas — em que pese terem reduzidos seus orçamentos militares. Um conhecido país desenvolvido, com experiência nas duas guerras mundiais e participe da força de coalizão, na Guerra do Golfo, acabou de cortar suas despesas militares em 20%, mas no que concerne à Guerra Eletrônica, majorou os gastos em 70%.

Enquanto até a última Grande Guerra era pressuposto ter-se superioridade aérea e naval para o êxito de uma operação militar, nos dias atuais é necessário também a superioridade eletromagnética, sem a qual até mesmo uma aeronave poderá não decolar e uma Força será condenada fatalmente ao imobilismo.

Finalmente, registramos o pensamento vigente na atualidade pós-Guerra do Golfo, para reflexão dos interessados: "o controle das atividades eletrônicas significa o controle do campo-de-batalha". Em termos nacionais, pode-se inferir que o controle dessas atividades pode implicar no controle e iniciativa das ações de um país, em todos os campos do poder, seja interna ou externamente.





# SOBERANIA, "SOBERANIA LIMITADA", "DEVER DE INGERÊNCIA", "INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA" (\*)

Manoel Soriano Neto

---

Em nome da chamada "nova ordem internacional", procura-se diversificar o entendimento de "soberania", ao sabor das conveniências das lideranças mundiais pós-Guerra Fria. É sobre esses diferentes entendimentos que se ocupa o artigo.

---

*"Não me mandas contar estranha história,  
Mas mandas-me louvar dos meus a glória."*

Camões

## NOÇÃO DE SOBERANIA

### Conceitos de Independência e soberania

**É** fato assente entre os maiores juristas, que o Estado se caracteriza quando uma população

estável convive em um território bem delimitado sob a autoridade de um governo. Entretanto, como salienta Francisco Rezek in *Direito Internacional Público*, o Estado, apesar de possuir os seus três elementos constitutivos, que são o *povo*, o *território* e um *governo organizado*, não pode ser identificado como tal, se não for independente e soberano.

---

\* Selecionado pelo PADECEME



Assim, deve-se agregar à idéia de Estado, os conceitos de independência e soberania, os quais são totalmente imbricados.

Segundo Caldas Aulete in *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, um dos significados da palavra independência é o de "condição do Estado ou poder que se não submete a um outro e se administra por suas próprias leis; ainda libertação, restituição ao Estado livre; a independência do Brasil".

No *Vocabulário Jurídico* de Plácido e Silva, encontramos: "Soberania — de soberano, oriundo do baixo latim *superanus*, e este de *super* (sobre, em cima), ou de *supernus* (superior), designa a qualidade do que é soberano, ou possui a autoridade suprema. É o poderio supremo, ou o poder sobre todos. No conceito jurídico, entende-se como o poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro, não admitindo limitações, exceto quando dispostas voluntariamente por ele, em firmando tratados internacionais ou em dispondo regras e princípios de ordem constitucional."

Clóvis Beviláqua nos ensina que "soberania é noção de Direito Público Interno, mas aparece no campo do Direito Internacional, quando o Estado já está constituído, e, conseqüentemente, já se apresenta com a sua qualidade de soberano". E continua mestre Beviláqua: "o Direito Internacional respeita a soberania, acata-a e o reconhecimento de um Estado pode (enquanto subsistir essa prática) ser interpretado como

declaração que os outros fazem, de que na qualidade de soberano, pode ter ingresso na comunhão internacional. Assim, reputada como *indivisível*, logicamente a soberania não comporta divisões, desde que ela é una e única. Não tem aceitação generalizada a divisão de soberania interna e de soberania externa".

A soberania, como noção do Direito Internacional Positivo vai aparecer no século XVII, na Europa, quando os governos monárquicos deixaram de ser controlados ou pelo Papa ou pelo Monarca do Sacro Império Romano-Germânico. Ela, hoje, é reconhecida por quase todas as nações da humanidade, maxime por aquelas de origem judaico-cristã e greco-romana, e esse reconhecimento consta do texto de toda a jurisprudência internacional, aí compreendida a da Corte de Justiça Internacional de Haia, as Cartas da ONU, da OEA, etc. A propósito, a Carta da ONU reza em seu Art 2º, § 1º, que "a Organização das Nações Unidas é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros". Igualmente, a Carta da OEA estatui, no Art. 3º, alínea "f", que "a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados". Diferentemente não poderia reger-se o Brasil em suas relações internacionais, pelo que estabeleceu, no Art. 4º da Constituição Federal, dez princípios entre os quais constam o da inde-



pendência nacional, o da autodeterminação dos povos, o da não-intervenção e o da igualdade entre os Estados.

Em *Teoria Geral do Estado*, o celebrado lente Darcy Azambuja afirma ser complexo o conceito de soberania, pois tem variado no tempo e no espaço. Ensina mestre Azambuja, que "a soberania não pode ser considerada como um característico essencial do poder do Estado, pois há Estados que não são soberanos, como por exemplo, os "Estados Membros de um Estado Federal". Lembra ainda que existem, hodiernamente, os chamados "Estados semi-soberanos", os "Estados protegidos" (através de mandatos outorgados com espeque no Direito Internacional), os "Estados vassalos", etc. todos constituindo "formas imperfeitas" de Estado. Portanto, consoante a lição de Darcy Azambuja, a soberania designa não o "poder", mas uma "qualidade do poder" do Estado e, apesar das "formas imperfeitas" por ele apresentadas, não há, coonestadas pelo Direito Internacional Público, as figuras da "soberania restrita" ou "limitada", criações recentíssimas, oriundas de declarações de proeminentes autoridades em nível mundial, ao arrepio das normas jurídicas.

A soberania do Estado é considerada sob dois aspectos: o interno e o internacional ou externo. A soberania interna é aquela em que o poder do Estado edita e faz cumprir, para todos os indivíduos que habitam em seu território, leis e ordens, que não podem

ser limitadas ou restringidas por nenhum outro poder (por exemplo, a existência de "cláusulas pétreas" em nossa Constituição, como a que proíbe a abolição da forma federativa do Estado, por força da letra do inciso I do § 4º do Art. 60). A soberania internacional, ou melhor dizendo, em nível internacional ou externa, significa que nas relações recíprocas entre os Estados, não há subordinação nem dependência e sim igualdade, como bem preceituam as Cartas da ONU e da OEA, como já assinalamos.

Acrescente-se, iterativamente, que há íntima correlação entre Independência e Soberania, pois determinado país não pode ter completa autonomia política se não possuir, em grau compatível, parcela da soberania para a manutenção e/ou consecução de seus *objetivos nacionais permanentes*, pelo que avultam, em especial nos dias atuais, os problemas com a *segurança nacional*, expressão, aliás, desafortunadamente, estigmatizada por nossa atual Carta Magna, que a suprimiu de seu texto.

Por derradeiro, nesta abordagem *perfunctória* acerca do conceito de soberania, cabe relembrar uma citação do emérito tratadista do Direito, José Cretella Júnior: "a soberania não é traço de sistema de governo, republicano ou monárquico, mas da Nação, do Estado que constitui pessoa jurídica pública distinta dos indivíduos que a integram, o que significa que a expressão ou manifestação da soberania não se



consegue pela mera soma de certo número de vontades individuais, mas pela proporção de uma coletiva vontade, que traduza o sentir de toda a Nação". E finaliza o emérito jurista, repetindo Clóvis Boviláqua: "a soberania se caracteriza por ser una, indivisível, inalienável e imprescritível".

### A soberania "limitada" ou "restrita"

Há Estados cujo grau de soberania, apesar de independentes, não é suficiente para que seus objetivos sejam alcançados, mormente em âmbito internacional. Estados há, ainda, que contêm em seus territórios, enclaves, como a Itália em relação ao Estado do Vaticano, principados, ducados, etc. Existem, outrossim, aqueles que pertencem a comunidades possuidoras de ordenamento político-jurídico que os limitam na persecução de seus objetivos. Em síntese, a busca da plena autonomia política (auto-determinação) desses Estados é restrita ou limitada. Entretanto, este é um entendimento unicamente semântico, sem conotação jurídica, eis que houve assentimento prévio para a situação em que eles se encontram.

Na verdade, repita-se, a soberania é indivisível e inalienável, como anteriormente afirmado.

Recentemente, no entanto, surgiram determinadas expressões ("soberania limitada", "restrita", "compartilhada",

"dever de ingerência", "intervenção humanitária", etc.) cunhadas por notáveis personalidades, expressões essas que se tornaram usuais, mas que vêm trazendo danosos efeitos para os países mais fracos, como se o Direito não os pudesse tutelar. Em decorrência dessas esdrúxulas e inaceitáveis invencionices, que conflitam com as normas do Direito Internacional e com os textos de diplomas legais do mais alto nível, como as Cartas da ONU e da OEA e as Convenções de Haia, Genebra, etc., o velho e imutável princípio jurídico, *pacta sunt servanda* (os tratados devem ser respeitados), não vem sendo cumprido, pasmemos, pelas nações hegemônicas deste mundo pós-Guerra Fria.

Aliás, ainda no período da bipolaridade Leste-Oeste, houve, em menor escala, tentativas de limitação de soberanias de países em desenvolvimento no mundo ocidental, como a proposta de criação de um "Banco Mundial de Matérias-Primas" para o controle global das mesmas. Tal proposta foi formulada, em 1975, pelo então Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e logo rechaçada por vários países, inclusive o Brasil.

Entre outros, podemos citar, na atualidade, os seguintes atentados e ameaças à ordem jurídica internacional, pela violação à soberania de Estados independentes e membros da ONU:

- a decisão da Suprema Corte de Justiça dos EEUU, do dia 15 de junho de 1992, que ficou conhecida como *dou-*



*trina Thornburg*, autorizando o poder executivo, a polícia e as forças armadas daquele país a prender qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, para julgá-lo nos tribunais americanos. Por força desse *ucasse*,<sup>1</sup> foi unilateralmente decretado e "legalizado", o seqüestro internacional;

- proposta do ex-Secretário de Defesa dos EEUU e ex-Presidente do Banco Mundial Robert McNamara para que os países do Terceiro Mundo reduzam em até dois terços os seus efetivos militares e revertam esses recursos em programas sociais e de proteção ao meio-ambiente. O terço restante se destinaria à defesa interna, ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado. E ainda: a defesa externa passaria a ser encargo da ONU, através de Forças multinacionais;

- sugestão do Secretário de Defesa dos EEUU, Richard (Dick) Cheney, levada à deliberação da XIX Conferência dos Exércitos Americanos, para que as forças armadas da América Latina se engajem no combate ao tráfico de drogas, reduzam os seus efetivos, limitem seus armamentos às necessidades de auto-defesa, obedeçam aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de mísseis balísticos e renunciem a toda tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares;

- resolução nº 688 de 1992, da ONU, estabelecendo dois cordões de isolamento dentro do Iraque, um ao Sul do paralelo 32 e outro ao Norte do paralelo 36, para a proteção de minorias curdas ao N e muçulmanas xiitas ao S, criando-se duas "áreas ou zonas de exclusão".

Diga-se, ainda, que outra "zona de exclusão" aérea foi delimitada na Bósnia Herzegovina pela ONU, sob a responsabilidade da OTAN, que, a partir de 12 de abril próximo passado, recebeu a incumbência de executar missões de guerra, pela primeira vez, desde a sua criação em 1949.

Como corolário da estranhíssima expressão "soberania limitada ou restrita", criou-se outra expressão: "soberania compartilhada" em que dois ou uma coalizão de Estados avençam-se compartilhar as respectivas soberanias, abrindo mão de princípios do Direito Internacional, com a finalidade de atingir determinado objetivo comum. Como exemplo, podemos citar a criação de Forças Militares Internacionais com o fito de desencadear operações conjuntas, até mesmo nos seus próprios territórios, contra o narcotráfico, o narcoterrorismo, etc., como se a soberania não fosse uma qualidade de Estado, una e indivisível, como aludido, linhas atrás.

Por final, nesta visão sumária acerca da extravagante expressão "soberania limitada ou restrita", diga-se que causa espanto a declaração feita em dezembro de 1992 pelo secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, que, do

1. Nome que tinham os decretos do czar: decisão *ivivada* de absolutismo (adaptação do russo *ukass*)  
— Nota da Redação.



alto de sua experiência de distinguido homem público, no exercício de uma das mais relevantes funções para o ordenamento jurídico mundial e a paz internacional, afirmou: "a noção de soberania dos Estados é um conceito flexível e cada caso é um caso"...

## O "Dever de Ingerência"

Desde a 2ª Guerra Mundial, a ONU vem enfrentando um dilema: a defesa dos direitos humanos *versus* o temor de que essa defesa seja interpretada como intervenção nos negócios internos de um Estado independente e soberano. Assim, com base no princípio da "não-ingrência", durante o período da Guerra Fria, não houve, praticamente, intervenção estrangeira em locais onde os direitos humanos eram abertamente violados. Entretanto, na nova ordem mundial, tal procedimento não mais ocorre, principalmente porque o Conselho de Segurança, através de seus membros-permanentes, cresceu de importância e vem adotando deliberações de toda a ordem sem consulta à Assembleia-Geral da Organização.

Entre 17 e 20 de dezembro de 1991, em Paris, realizou-se a Conferência Mundial das Organizações não Governamentais (ONGs), por iniciativa da França, com a participação de 800 delegações do mundo inteiro. Ao discursar, o Presidente François Mitterrand referiu-se ao "dever de

ingerência" (*devoir d'ingérence*) da comunidade mundial na proteção ao meio-ambiente, sugerindo a criação de uma autoridade supranacional para se responsabilizar pela dita proteção. Posteriormente, a tese do "dever ou direito de ingerência ou de intervenção" foi estendida aos direitos humanos, lembrando Mitterrand que, "entre os Estados, a obrigação de não-ingrência cessa no lugar preciso onde nasce o risco de não-assistência". A tese foi encampada pela ONU e usada como respaldo ético e jurídico para as operações contra o Iraque.

Acrescente-se que inúmeras "Organizações não Governamentais" volvidas para a ecologia, apoiadas por ponderáveis segmentos religiosos, vêm brandindo argumentos para a aplicação do "dever de ingerência" na Amazônia, considerada por elas, como o "pulmão do mundo" e "patrimônio comum da humanidade", com vistas a internacionalizá-la. Assim, a tese do "dever de ingerência" (não inculpada nos textos dos mais importantes diplomas legais do Direito Internacional), vai tomando vulto, mormente porque se baseia em conceitos imanentes aos direitos humanos e à proteção do meio-ambiente tão simpáticos à "mídia" internacional.

## A "Intervenção Humanitária"

Um dos principais ramos do Direito Internacional Público é o chamado



Direito Internacional Humanitário, nas suas três grandes vertentes: o "Direito de Haia", o "de Nova Iorque" e o "de Genebra".

O "Direito de Genebra" é o que mais profundamente trata do "imperativo humanitário", ou seja, da obrigação que têm os Estados em prestar auxílio humanitário a prisioneiros de guerra, a vítimas da fome, de epidemias, de conflitos étnicos, etc., desde que haja o consentimento dos países que celebraram as Convenções estabelecidas. Estas foram em número de quatro, versando, nesta ordem, acerca da proteção dos feridos e enfermos na guerra terrestre; dos feridos, enfermos e náufragos na guerra naval; do tratamento devido aos prisioneiros de guerra e, finalmente, da proteção dos civis em tempo de guerra. Além dessas Convenções, de 1949, foram celebrados em 1977, dois protocolos adicionais às mesmas. As convenções tiveram aceitação universal, mas os protocolos, por apresentarem limitações às soberanias dos Estados, não foram ratificados pela maioria dos países signatários das Convenções, entre eles, o Brasil. Eis porque o "Direito de Genebra" é chamado, vulgar e erroneamente, de "Direito Humanitário", sendo exercido, basicamente, pelo "Movimento Internacional da Cruz Vermelha" e operacionalizado pela "Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha" (IFRC), com sede na Suíça, da "Cruz Vermelha Internacional" e do "Crescente Ver-

melho" (para os países maometanos).

O "Direito de Genebra", no entanto, não pode ser imposto como um *diktat* aos Estados da comunidade internacional, a não ser com a anuência desses.

Entretanto, sob a máscara de "ajuda humanitária", o Conselho de Segurança da ONU (por intermédio de seus membros-permanentes) elegeu a opção de passar por cima de soberanias nacionais, invocando o "direito humanitário". Assim, os *marines* norte-americanos intervieram na Somália, assolada pela fome, desencadeando a operação "Restaurar a Esperança".

Por mais benemérito que tenha sido aquele retumbante e badalado desembarque, houve violação da soberania de um Estado periférico, de Terceiro Mundo. O precedente aberto poderá servir de justificativa legal para intervenções ou ajudas humanitárias em países sem o necessário poder nacional para manter as respectivas soberanias, em tratos de seus territórios, onde possam existir minorias marginalizadas, quistos raciais, "nações" indígenas, movimentos separatistas, zonas de guerrilha, questões ecológicas, etc.

## CONCLUSÃO

O velho conceito de Soberania vem sofrendo impactos de toda ordem no sentido de que seja modificado, ao sabor da época. Verdadeiras aberrações ju-



rídicas estão sendo cometidas em face de uma miríade de interpretações do que seja "soberania" — figura do Direito Internacional e que, segundo juristas de nomeada, repita-se à saciedade, é una, indivisível, inalienável e imprescritível.

Assim, apesar de pressões de organismos internacionais como a ONU e o BIRD, de associações de comércio exterior, de ONGs, de *lobbies* de toda a espécie, de bancos internacionais, etc. etc., devemos resguardar a pureza do entendimento conceitual do que é esse objetivo nacional permanente, qual seja, a soberania.

E o Brasil, país-continente, possui um incomensurável potencial, em que devemos acreditar, convictos do inexorável destino de grandeza da Pátria, nossa Mãe Comum.

Recentes estudos internacionais apontam o nosso país, o Canadá, a Rússia (mais precisamente a Sibéria) e a Austrália, como os últimos espaços disponíveis de recursos para o desenvolvimento. A propósito, importante é lembrar que a Amazônia, em sua biodiversidade contém o maior banco genético do mundo, lá também se encontrando a maior província mineral do planeta, onde ocorrem, entre outras, abundantes jazidas de ouro e cassiterita e de minérios estratégicos, de terceira geração, como a platina, o urânio, o titânio, o nióbio, etc.

E mais: o Banco Mundial, através do Relatório de 1992 acerca da riqueza do mundo, informa que o Brasil foi o país

que mais cresceu economicamente nos últimos 130 anos, com uma taxa de 4,7%, seguido pelo Japão com 4,4% e pelos EUA com 4,1%.<sup>2</sup> Portanto, o Estado Brasileiro vem crescendo desde os áureos tempos do Império, do qual somos legatários deste verdadeiro milagre — a unidade nacional — que cumpre ser preservada.

Destarte, não podemos desconhecer essas evidências históricas, bem assinaladas pelo Banco Mundial e pelo FMI, na certeza de que o Brasil, fatalmente, retomará a honrosa posição de país que, por mais de um século, apresentou os maiores índices de desenvolvimento econômico. E tal certeza se baseia em dados científicos de entidades internacionais da mais alta credibilidade, que vêm avaliando, com percuciência, as nossas possibilidades no quadro dos três clássicos cenários — o pessimista, o realista e o otimista.

Entretanto, para que se resolva o "dilema shakespeariano" de "ser ou não ser Potência", urge que a Soberania Nacional permaneça intangível. E o Brasil, uma nação emergente, apesar de suas imensas dificuldades, possui, em grau mais do que necessário e suficiente, essa qualidade do poder que é a Soberania (em âmbito interno e internacional) para manter e atingir os seus objetivos.

2. Possui a décima economia do Ocidente e, segundo outros critérios, desta feita adotados pelo FMI, neste ano de 1993, é a sétima economia mundial.



Abdicar dessa qualidade, é ato de lesa-pátria e de grande desamor à terra em que nascemos.

## BIBLIOGRAFIA

- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Ed. Delta S/A. RJ, 1958.
- SILVA, de Plácido E. *Vocabulário Jurídico*, Ed. Forense, RJ, 1991.
- REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*, Ed. Saraiva, SP, 1991.
- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*, Ed. Globo, RJ, 1981.
- CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Constituição de 1988*, Ed. Forense Universitária, RJ, 1990.
- MACHADO PAUPÉRIO, Arthur. *Teoria Geral do Estado*. Ed. Forense, RJ, 1969.
- BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito Internacional Público*, Ed. Freitas Bastos, RJ, 1939.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1984.
- McNAMARA, Robert S. *A Essência da Segurança*, Ibrasa, SP, 1968.
- Manual Básico da ESG, 1976 e 1983.
- Jornais e Revistas da atualidade.



O Cel Inf MANOEL SORIANO NETO é da turma de 1963 da AMAN e possui os cursos de Manutenção Auto da EsMB, da EsAO e da ECEME. É bacharel em Direito, sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico do RN e sócio correspondente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Exerceu as funções de instrutor da ESA (1967-70), do CPOR/SP (1972-73) e de História Militar na AMAN (1983-86). Comandou o 16º Batalhão de Infantaria Motorizado — Batalhão Itapiru — em Natal/RN (1989-90) e atualmente serve na 5ª Subchefia do EME. Possui as seguintes medalhas: Ordem do Mérito Militar (Cavaleiro), Militar de Ouro, do Pacificador, Mérito Santos Dumont e Mérito Soldado Luiz Gonzaga (Estado do RGN).





# COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA: FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO?(\*)

Therezinha de Castro

---

Traduzido para o Espanhol, este artigo está sendo publicado, também, pela revista argentina Geopolítica, em sua edição de julho de 1993.

Escrito em setembro de 1992, ele examina formas políticas de união dos Estados-membros da Comunidade Econômica Européia, fazendo-as reagir com as peculiaridades nacionais de cada um deles, conformes ao seu passado histórico e à conjuntura internacional pós-Guerra Fria.

---

*A História do passado demonstra que a consciência política dos povos é geralmente despertada pelos imperativos econômicos. Quando se reuniram os Representantes das Nações Unidas já se multiplicavam as iniciativas que apresentavam planos de organizações internacionais destinados a constituir uma Europa Unida diante dos continentes em via de reestruturação. Destacaram-se então estadistas da Europa Ocidental e entre eles, salientaram-se Schuman e Monnet em França, Bayen na Holanda, Spaak na Bélgica, Adenauer na Alemanha, di Gasperi na Itália.*

Delgado de Carvalho — "O Mercado Comum Europeu" (Atlas de Relações Internacionais nº 1, Caderno Especial da Revista Brasileira de Geografia — Ano XXIX — nº 1 IBGE)

---

\* Selecionado pelo PADECEME



**D**o latim *foederare*, a Federação se constitui numa união política entre Nações ou Estados que conservam relativa competência nos assuntos políticos-administrativos, submetendo-se porém, a uma constituição comum, em que o poder central exerce, com exclusividade, a soberania externa. Já a Confederação, do latim *confoederare*, associa, para fim comum, certo número de parceiros, sem o reconhecimento de um poder central; conseqüentemente, as Nações conservam a autonomia, independência e gozo do exercício de sua soberania interna e externa, salvo ligeiras restrições inerentes à própria idéia da associação.

Definidos os princípios, atingimos os meios de uma "ordem mundial" instalada após a Segunda Guerra Mundial, quando o pólo das decisões políticas se impunha através do eixo leste-oeste, ao sabor da URSS e Estados Unidos. O comunismo de um lado e o capitalismo do outro, formavam blocos antagônicos em face da "Guerra Fria"; no meio dos dois, a Europa devastada pela guerra não era mais o centro das decisões políticas, e sim o núcleo das intenções estratégicas. O *heartland* de Mackinder não se completara, já que parte dessa Europa amparada pelos Estados Unidos (Plano Marshall-1947), se desligava da outra, no leste, que a URSS anexava (Plano Molotov-1949), na qualidade de "Cortina de Ferro". Em seguida, nas alianças militares da OTAN e Pacto de Varsóvia, impunham-se os poderes

marítimo e terrestre se enfrentando no hemisfério norte, envolvendo porém o hemisfério sul, que se transformava no heterogêneo Terceiro Mundo.

Procurando recuperar o antigo *status*, sentiu a Europa<sup>1</sup> a necessidade de uma união, mesmo que só econômica,<sup>2</sup> para conservar sua voz ativa na política mundial. Daí a Reunião de Messina (1955) que planejou o Tratado de Roma (25 de março de 1957), assinado no Palácio Campidoglio, através do qual a Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda criavam a CEE (Comunidade Econômica Européia),<sup>3</sup> Comunidade com planos ambiciosos para um Mercado Comum Europeu surgido pouco depois, em 1º de janeiro de 1959.

1. Representada sobretudo pela Alemanha Ocidental (RFA) inconformada com a amputação da Alemanha Oriental (RDA) e ainda com a Cidade de Berlim, ilhada e submetida a um "muro" de confronto.
2. Aliás, o processo do estabelecimento de zonas de influência econômica, a partir do século XIX, foi uma das formas ativas na expansão dos Estados industrializados. Entre 1934-39 a Alemanha inclui em sua "zona de influência" Estados da Europa Danubiana (Rumânia, Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia), todos exportadores de produtos agrícolas, pecuaristas ou madeireiros.
3. Deve-se ressaltar que a integração de parte da Europa, sobretudo em seu setor ocidental mais dependente do Atlântico, remonta ao francês Jean Monnet ao lançar as bases da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (18 de abril de 1951); daí ser considerado o "Pai da Pan-Europa", já que sua meta era a união do continente. A CEEA reunia inicialmente a França, Itália e Alemanha, atraindo o BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) pelo Tratado de Haia de 03 de fevereiro de 1957.



A organização da CEE, que o Tratado de Roma traçava, consistia numa comissão executiva de 9 membros, nomeados por 4 anos pelos Estados signatários — 2 para a Alemanha, 2 para a França, 2 para a Itália e um para cada país do BENELUX, ou seja, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. A essa comissão cabia a iniciativa e execução das medidas votadas e aprovadas, destacando-se que as pessoas indicadas pelos respectivos Estados não representavam, quando em função, os interesses nacionais e sim os da Comunidade dos 6 integrantes.

Hoje essa Comunidade é formada por variados órgãos representados no contexto por 4 instituições:

● **Comissão da CEE**, o órgão executivo, com sede em Bruxelas, é a guardião dos Tratados e, acima dos nacionalismos, deve incentivar o "espírito europeu". Compõe-se de 17 comissários nomeados pelos governos dos Estados-membros com mandatos de 4 anos.

● **Conselho de Ministros** com funções legislativas, reunindo-se por 9 meses em Bruxelas, e no Luxemburgo (meses de abril, junho e outubro). A presidência é exercida rotativamente durante 6 meses pela ordem alfabética dos Estados-membros: Bélgica, Dinamarca, Deutschland (Alemanha), Ellas (Grécia), Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Nederland (Holanda), Portugal, Inglaterra (United Kingdom). Órgão de ligação entre os

Países-membros e a Comunidade, o COREPER (Comitê dos Representantes Permanentes), auxilia o Conselho de Ministros, composto por Embaixadores, conhecidos como "olhos e ouvidos do Rei", à semelhança do que ocorria na Pérsia antiga — ficando para os chefes de Estado ou de Governo o chamado Conselho Europeu que se reúne duas vezes por ano ou quando extraordinariamente convocado, na capital do Estado-membro que exerce no momento a presidência. Pelo peso político de seus integrantes é considerado o motor da CEE, com destaque para Belaymont, o prédio onde funciona a Comissão que coordena as atividades do Conselho de Ministros.

● **Parlamento Europeu** instituído, em 1957, com Membros designados inicialmente pelos países fundadores. A partir de 1979, seus 518 Membros passavam a ser eleitos pelo sufrágio universal.<sup>4</sup> Sua sede fica em Plateau Kirchberg, no Luxemburgo, onde se reúne o Secretariado. A Assembléia está em Strasburgo, e as Comissões Parlamentares em Bruxelas. Esse Parlamento é consultado sobre todas as decisões conjuntas a serem tomadas pela CEE. Exercendo controle político, pode votar moções de censura, servindo como

4. O número de membros correspondentes a cada País da CEE assim se distribuía: Alemanha, Itália, Inglaterra e França com 81 representantes cada um; a Espanha 60, a Holanda 25; Portugal, Grécia, Bélgica 24 cada um; Dinamarca 16, Irlanda 15 e Luxemburgo 6. Note-se que, com a recente unificação da Alemanha, foi elevado para 99 o número de seus representantes.



intermediário diplomático nas relações entre a CEE e os parlamentos de outros países.

• **Corte de Justiça**, com sede no Luxemburgo, compõe-se de 13 juizes e 6 advogados nomeados pelos Estados-membros, com mandatos de 6 anos.

Aos poucos as fileiras da CEE foram crescendo, com a entrada da Dinamarca,

Inglaterra e Irlanda (1973), da Grécia (1981), de Portugal e Espanha (1986).

Trata-se de um *zollverein* bem mais amplo, por não ser só pan-germânico e sim pan-europeu, congregando 12 países num contexto preponderantemente econômico,<sup>5</sup> tendendo para o sócio-cultural, a fim de atingir meta política dentro do quadro<sup>6</sup> que se segue:

País	Área (km <sup>2</sup> )	População	Renda/Capita (US\$)
Alemanha	357.000	77.800.000	30.930
França	543.900	55.874.000	16.080
Itália	301.200	57.504.000	13.320
Inglaterra	258.256	57.100.000	12.800
Espanha	504.782	38.996.000	7.740
Holanda	33.936	14.800.000	14.530
Bélgica	30.519	9.900.000	15.176
Dinamarca	43.100	5.130.000	18.470
Grécia	131.900	9.990.000	4.790
Portugal	92.100	10.288.000	3.670
Irlanda	70.823	3.515.000	7.480
Luxemburgo	2.586	375.000	22.600
TOTAL	2.370.102	341.272.000	167.586

Ai estão os 12 países já unidos através dos 300 itens publicados no *Livro Branco* aprovado em 1986, seguindo-se, seis meses depois, o Ato Único Europeu, espécie de revisão constitucional do Tratado de Roma.

Comparativamente, observamos que esse espaço pan-europeu é bem menor

5. Desde 1968 inexitem taxas aduaneiras entre os Países-membros da CEE; foram também abertas as fronteiras para trabalhadores que optaram por se instalar em outro país da Comunidade. No caso específico dos portugueses, a despeito de na época Portugal ainda não haver aderido a CEE, o ano de 1968 começou a marcar o declínio da imigração para o Brasil e a ida deles para a França e Inglaterra em especial.

6. Elaborado com base nos dados do Almanaque-Abril (ano 1991).



que o da nossa Região Norte ou Amazônica (3.581.180km<sup>2</sup>), que constitui 45,4% do território brasileiro, com pouco mais de 10 milhões de habitantes. O espaço europeu, em face da carência, confunde, de um modo geral, a dinâmica entre médios e grandes centros, apresentando limites rurais com vazios intersticiais repetindo-se em escala de pequena região. A ocupação do terreno é assim quase que contínua, levando as aglomerações humanas a se interligarem em autênticos eixos, entre os quais servem de exemplo o de Paris/Londres-Milão/Rotterdam. Por outro lado, o espaço urbano é densamente povoado, de modo quase que contínuo, diluindo-se na periferia. É o que, em essência se pode chamar de *habitat aglomerado*, que facilita, sobremodo, a integração.

E a Europa que, até 1986, só ia até os Pirineus, começa a se transformar numa realidade de Eixo Norte-Sul, idealizado, em 1937, por Haushofer. É que, quando da criação da CEE, várias nações européias ainda possuíam colônias na África, Ásia e América. Por isso, para envolver essas áreas, era criada a Convenção de Aplicação anexa ao Tratado de Roma — Convenção pertinente, pois, dentro do contexto geoestratégico definido pelo Eixo Norte-Sul de Haushofer, se incluíam, na união dessa Europa, não só a África que integra a Bacia do Mediterrâneo, como ainda o Golfo Pérsico, incluído no "Crescente Fértil" da Antiguidade.

Na *Bacia do Mediterrâneo*, geopoliticamente instável, a CEE julga importantes, do ponto de vista geoestratégico: o Maghreb formado pela Mauritânia, Marrocos, Argélia e Tunísia; o Mashreg que inclui o Egito, Jordânia, Líbano e Síria; e ainda, com as Ilhas de Malta e Chipre, a Iugoslávia (em processo de desintegração), Israel e a Turquia, a detentora dos Estreitos de Dardanelos e Bósforo, que, em 1992, concluiu a Aliança do Mar Negro. Com os *países do Golfo*, desde 1981, o Conselho de Cooperação, com sede em Riad, relaciona a CEE com a Arábia Saudita, Kuwait, Katar, Emirados Árabes, Oman e Barhein, zona de potencial petrolífero. Concentrando sua área de projeção direcionada para o *Leste Europeu*, onde se encontra a CEI (Comunidade dos Estados Independentes) dirigida pela Rússia no que resta da URSS, e ex "Cortina de Ferro", reunindo a Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária.

Conseqüentemente, antes mesmo de atravessar os Pirineus, a CEE assinava com países da África,<sup>7</sup> Pacífico e Caribe, ou seja, 45 Estados do APC, a Convenção de Lomé nº 1 (1975), conquistando espaço vital produtor de

7. Data de 1963, no auge dos movimentos de independência, o primeiro Acordo entre a CEE e 18 países africanos para a cooperação em igualdade de direitos nos campos da política comercial, financeira e tecnológica. O instrumental da cooperação seria aperfeiçoado pelas Convenções de Lomé.



matérias-primas que satisfaça a comunidade industrial da Europa do Norte. Atualmente, já no Lomé nº 4, esse espaço vital congrega cerca de 470 milhões de habitantes, no subdesenvolvido "Sul". Assim sendo, podemos concluir que: "As Convenções de Lomé representam o ponto central da política comunitária de cooperação. O discurso político por trás desses acordos é de interdependência e parceria, que substitui o antigo discurso da exploração colonial."<sup>8</sup>

Do complexo CEE consta ainda o chamado Acordo de Terceira Geração, firmado com o Brasil, a 26 de junho de 1992, semelhante aos já assinados com o México, Argentina e Chile. Prevê o referido Acordo, que marcou o fim da presidência de Portugal na CEE, a troca de experiências, bem como a formação de recursos humanos nos setores econômico, comercial, industrial, científico e tecnológico, de energia, de transporte, de administração pública e de saúde.<sup>9</sup> Especificando que o Brasil deve cumprir regras na harmonização de normas e padrões de qualidade, prevê ainda o Acordo a troca de informações no combate a AIDS e drogas. Sem especificar valores ou transferências de recursos, prevê a possibilidade de

doações e fundos solicitados para programas a serem desenvolvidos no Brasil, já que a CEE deverá dispor para tal fim de cerca de 20 milhões de dólares. Ainda no setor de expansão, se inclui a criação da MERCOSUL-Desk, unidade do complexo econômico europeu que cuidará da integração dos quatro países sul-americanos (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) com a CEE. A Europa chegou, pois, à parte meridional da América do Sul, antes mesmo dos Estados Unidos.

Finalmente, em 1989, com o colapso do Império Soviético, a "Cortina de Ferro" passa a ter autênticos países incógnitas, ante a vitória do sistema democrático contra o totalitário, com a superposição do capitalismo frente ao comunismo. Impõe-se uma "Nova Ordem Internacional", registrando-se o advento de nacionalismos, de minorias étnicas ou religiosas, ao qual não foge a própria Europa do Mercado Comum, que, em maio de 1992 já contava com o pedido de adesão da Áustria,<sup>10</sup> Suíça, Liechtenstein, Islândia, Suécia, Noruega e Finlândia.

A substituição do eixo leste-oeste, de caráter geoestratégico, por eixos norte-sul de redefinição geoeconômica, o

8. Vide Vera Thorstensen — Tudo sobre a Comunidade Econômica Europeia — Editora Brasiliense — S. Paulo, 1992 — pág. 223.

9. Como exemplo no campo das comunicações, serão intensificados testes e pesquisas com fibra ótica e com televisão de alta definição.

10. Por motivos históricos esse país se manteve fora do Mercado Comum; anexado pelo III Reich e ocupado pelos Aliados, com o término da guerra, correu o risco de, como a Alemanha, ser dividido. Negociando *status* de neutralidade, ou seja, de não adesão a qualquer bloco econômico, político ou militar, reconquistou sua soberania só em 1955.



mundo tripolar atual se compõe: da CEE, com o marco como referência monetária e área de projeção no Leste Europeu; do NAFTA,<sup>11</sup> com o dólar como referência monetária e área de projeção na América Latina; e do cinturão do Pacífico, no espaço econômico do Japão, com o iêne como referência monetária e área de projeção se estendendo, desde a Coreia, no norte, até a Nova Zelândia, no sul.

Com a instantaneidade dos fatos e a rapidez na evolução das técnicas, ao lado desse mundo tripolar, a interdependência passou a se impor perante a "Nova Ordem Internacional". "Nova Ordem", por sua vez, formada por um tripé de: Estados Produtores, os industrializados, instalados no "norte"; Estados Extratores caracterizados como simples exportadores de matérias-primas, o espaço vital cobiçado pelo "norte" dentro da interdependência neocolonialista; e os Estados Perturbadores, constituídos justamente pelas nações emergentes que, como o Brasil, têm espaço vital e matérias-primas, encontrando-se no limiar do

estágio passivo industrial para o ativo industrial.

Nesse contexto, a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão, que comandam os três gigantes mercados, irão, por certo, discriminar os países fora de suas fortalezas. É que não há intenção desses países do "norte" em aumentar o volume de suas importações, e, quando o fizerem será daqueles instalados dentro de suas fronteiras comerciais.

Por outro lado, no âmbito das relações internacionais, com a formação dos eixos norte-sul, passam a se enfrentar dois mundos: o do "norte" onde estão os principais Estados produtores e o do "sul" concentrando os Estados extratores e perturbadores. E é nesse quadro que a "Nova Ordem Internacional" terá que redimensionar o que é assunto interno e o que é assunto externo — o que é uma Confederação e o que é uma Federação.

Com o esfacelamento da URSS e a distensão do eixo leste-oeste, os Estados Unidos tiveram que abdicar de sua pretensão do domínio exclusivo do poder econômico, dividindo-o com o Japão e a CEE. Implantados os eixos norte-sul, reconheceu-se o significado crescente da política econômica, sabendo-se que aspectos militares e armamentistas não podiam ser tratados isoladamente.

A "Nova Ordem Internacional" passaria a ser esboçada, não pela destruição da vigente, mas pelo seu aperfeiçoamento, visto que o equilíbrio entre o "norte" e o "sul" não se constitua

11. Sigla de "North American Free Trade Agreement", traduzindo-se por Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, formado pelos Estados Unidos, Canadá e México em 12 de agosto de 1992. No dia 20 do referido mês, se expandia via México, que assinou com a América Central (com exceção do Panamá) um Acordo, na Nicarágua, estabelecendo para 1996 uma zona de livre comércio, para exatamente 2 anos depois de o NAFTA entrar em vigor. O NAFTA também assinou um Acordo com os países do MERCOSUL.



mais numa questão ideológica. Donde se observar que o mundo, neste final do século XX, se encontra numa fase de transição, em busca de um ordenamento global, muito embora a humanidade subsista na pluralidade de culturas. Mais uma vez, urge definir-se a atual e real estrutura desses eixos norte-sul, que, no caso específico da CEE, oscila da Confederação para a Federação.

E, no caso específico da CEE, o problema da transformação da Confederação em Federação dentro dos princípios concluídos em Maastricht, esbarra na eterna presença ou hegemonia da Alemanha.

O relacionamento da RFA com a RDA foi sempre a grande opção geoestratégica do governo de Bonn, que vacilava entre o europeísmo voltado para o oeste e o desejo da reunificação da Alemanha, a sua bússola do leste. Assim sendo, esse *affaire* geopolítico se intensificaria a partir de outubro de 1969, quando o chanceler Willy Brandt reiterava a oferta de renegociação para o entendimento entre as duas Alemanhas na base da igualdade de direitos. Os entendimentos vão sempre num crescer, a despeito da "Guerra Fria", chegando Egon Franck, ministro federal das relações Inter-Alemanhas a dizer que seguiriam "avançando por esse caminho serena e resolutamente".<sup>12</sup>

E foi serena e resolutamente que, no dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha conseguiu sua reunificação. Resolvido esse problema inicial, Helmut Kohl afirmava que "a visão dos Estados Unidos da Europa, à qual se referia Winston Churchill no seu memorável discurso pronunciado em Zurique, em 1946, continua sendo nossa meta no caminho da unificação da Europa". Concluindo mais adiante: "o Mercado Único Europeu é a realização da união econômica e monetária bem como política".<sup>13</sup>

No contexto europeu, a hegemonia da Alemanha foi sempre notória, mesmo quando ainda dividida, por ser o maior mercado tanto em população quanto em importância industrial, e que se acentuaria com a reunificação em estágio de múltiplo vetor. Em consequência, o temor de que Confederação viesse a se transformar numa Federação, levaria a França e a Inglaterra a se preocuparem com o fator equilíbrio no seio da CEE. No entanto, a iniciativa de promover a união política com o fortalecimento do Parlamento Europeu, ao lado da questão econômica e monetária, agradaria bem mais à França do que à Inglaterra. Para o governo de Paris a união política significa colaboração estreita de governos nacionais; já para Londres, a palavra

12. Evolución de las Relaciones entre República Federal de Alemania y República Democrática Alemana — Departamento de Prensa y Formación — Bonn, 1973.

13. *Scala* — Revista da Alemanha — Out./Nov. de 1991 — pág. 03 — artigo intitulado *Aproveitar as Chances da História*.



federal, por motivos históricos, significa centralização de poder, idéia adversa para a maioria dos ingleses quando transposta para a Europa. Para a Alemanha porém, a estruturação conjunta da política externa e de segurança faz parte da união política; com base no seu próprio sistema federativo defende uma substancial ampliação dos direitos do Parlamento Europeu.

O sistema Monetário europeu (SME) tinha, como essência, uma "confederação" das taxas de câmbio das moedas dos países participantes; assim, a própria Inglaterra aderiu às regras do jogo. No entanto, a "federalização" começou a se impôr com a almejada união monetária, ou seja, a meta da implantação de uma moeda única para toda a Europa. Trata-se do ECU, que deve se transformar no meio de pagamento em todos os países da Comunidade que estejam dispostos a observar as rigorosas regras para salvaguardar a estabilidade monetária.

A moeda única facilitaria não só a vida do empresário como a do turista, mas, por outro lado é, também, ponto de cristalização da identidade nacional. Psicologicamente, a moeda é orgulho da capacidade produtora e, politicamente, o fator de confiança no governo do país. Assim sendo, o orgulho nacional deixa de ser conservado para, simplesmente, tornar-se harmonizado.

Por outro lado, tal harmonização cria problemas, como, por exemplo, em que língua virá escrito o valor, ou como será

a sigla? Nesse último caso, querem os franceses que seja Ecu, pois assim era nomeada uma de suas antigas moedas; com o que não concordam os ingleses, para os quais terá que ser ECU, designando no seu idioma: European Current Unity.

Dentro de outro prisma, o governo de Paris deseja a união monetária para se ver livre do marco alemão na Europa; é justamente essa moeda que concede à Alemanha o papel de "âncora no sistema monetário europeu". Por sua vez, Londres não concorda em renunciar inteiramente a uma política monetária própria. Discordes nesse ponto mas concordes noutro, nem a França nem a Inglaterra acatam a independência de um Banco Central pretendido pela Alemanha que venha a velar pela estabilidade do ECU.

Dentro de variadas divergências a CEE chegou, em 1992, ao Tratado de Maastricht que lhe impõe dois novos pilares: o primeiro é o acordo sobre a união econômica e monetária, o segundo o tratado de união política; no conjunto, pois, pretende coroar o federalismo dentro de bem cimentada união monetária, econômica e política de todos os países-membros.

Maastricht, pequena e pacata cidade holandesa na fronteira com a Alemanha, foi palco da assinatura desse Tratado, que, segundo os opositores, consagra a Europa burocrática de Bruxelas, e sobretudo a supremacia do "Pentágono Europeu" formado pelos mais ricos —



Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica e Luxemburgo. Na prática, pois, Maastricht é o exemplo de que a CEE não poderá avançar a passos largos, e sim lentamente.

A criação de uma moeda única, devendo entrar em vigor no ano de 1999, com sinal de partida em 1997, um dos principais objetivos do Tratado, contribui para impedir que se dêem novos passos rumo a integração. Temem os países mais pobres a perda de influências e, ainda, que a Alemanha se torne dominante no momento em que a Comunidade modernize o seu processo de tomada de decisões; animando esse fato aos opositoristas de se manifestarem contra a instalação de um super-Estado europeu.

A Inglaterra apoiou o Tratado, embora o primeiro ministro John Major tenha conseguido a inclusão de pontos que dão, ao governo de Londres, a opção de adotar ou não legislação social e trabalhista comuns.<sup>14</sup> O governo enfrenta sérios problemas nesse setor, e Major teve que suspender o debate na Câmara

dos Comuns sobre o projeto de lei para a ratificação do Tratado de Maastricht, diante da oposição à união europeia surgida dentro do próprio Partido Conservador.

Na França a discussão se direcionou em torno da questionante dubiedade: nessa federalização a União Europeia criaria uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã? Foi, porém, o pequenino Reino da Dinamarca, que, na antevisão de uma Europa Alemã, se transformou no primeiro país da Comunidade a rejeitar Maastricht.<sup>15</sup> Atitude que animaria os "eurocéticos", isto é, os contrários à federalização e implantação da "cidadania europeia".

O súbito renascimento de interesses nacionais tem gerado crescente ceticismo popular quanto a coesão de soberania em favor da Comunidade Europeia. Deram os dinamarqueses o primeiro golpe, mas o primeiro ministro Albert Reynolds conseguiu convencer os irlandeses de que, cedendo alguma parcela de sua soberania, a Irlanda receberia, em troca, subsídios da CEE. A Irlanda integra o grupo de países pobres e, para cada dólar de contribuição dada para a CEE, recebeu de ajuda cinco de volta, que permitiram construir estradas, montar infraestruturas e financiar a agricultura.<sup>16</sup>

14. Segundo artigo publicado pelo *Le Monde* (transcrito pelo *Jornal do Brasil* — 30/8/1992), em 1989 cerca de 1.268 pessoas foram processadas em nome do "Vagrancy Act". Trata-se de um exército de mendigos, os *rough sleepers* (dormem no duro), filhos da crise de empobrecimento das camadas mais vulneráveis, também existentes nos ditos países ricos. A explosão do fenômeno "sem-teto" ou "homeless" remonta a 1988, quando o governo Thatcher determinou a redução do Estado previdenciário, adotado por estímulo de Lord Beveridge. Registrou-se assim, em 1991, ao todo, 418.500 pessoas pertencentes a 145.800 famílias "homeless".

15. Votariam 82,9% dos 3.964.448 eleitores dinamarqueses; desses, 1.652.999 (50,7%) disseram "não" e 1.606.730 (40,3%) optaram pelo "sim".

16. Foram 69% de votos favoráveis contra 31%. Dos 2.542.840 eleitores, cerca de 57% compareceram



O "efeito dominó" provocado pela Dinamarca levaria a França a um recuo estratégico. No dia 23 de junho de 1992, por 593 contra apenas 73 votos de deputados e senadores, resolveu-se aprovar a realização de alterações constitucionais necessárias a convocação de um plebiscito sobre o referido documento.<sup>17</sup> É que entre os "eurocéticos", além dos direitistas, estão ainda os fazendeiros franceses,<sup>18</sup> protestando contra as normas agrícolas impostas pela Comunidade. Contam com o apoio dos espanhóis que vêem seu país prejudicado nas atividades rurais, correndo o risco de ser, como os portugueses, aniquilados pelas leis de integração econômica que deverão ser aplicadas a partir de 1993.

A reforma da política agrícola comum decidida pelos tecnocratas de Bruxelas é a de que a produção excessiva, isto é, a que ultrapassar as quotas determinadas pela CEE, não contará mais com a garantia do preço mínimo assegurado pelos países-membros há trinta anos. A decisão de suspender essa forma indireta de subsídios prevê, para os cereais, um abatimento de 29% dos preços existentes durante três anos e um congelamento de

15% das superfícies produtivas. Conseqüentemente é de se esperar que entre 300 e 500 mil agricultores europeus percam suas fontes de renda, sendo obrigados a vender suas terras. Mesmo assim, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, os países mais pobres da Comunidade, já foram obrigados a adaptar suas produções rurais ao complexo sistema de quotas.

Envolvendo-se em tal conjuntura, é importante ressaltar que, no âmbito da CEE, o desemprego atinge 11 milhões de pessoas, correspondendo a quase 10% da população em condições de trabalhar. Desses desempregados 40% são jovens que contam menos de 25 anos de idade. Assim, para manter o atual índice de emprego na zona da CEE, será necessário criar, dentro dos próximos anos, 1 milhão de novos cargos por ano.<sup>19</sup>

Por outro lado, sabe-se que a união européia irá sair muito cara; sobretudo se nos ativermos a uma das propostas analisadas que trata da criação de um fundo de 655 milhões de dólares para aumentar a segurança das centrais nucleares do Leste Europeu. Esse plano de financiamento ou Pacote Dellors nº 2, referente ao orçamento da CEE (1993-97) destina-se a aumentar em 30% os recursos da Comunidade; é que o governo alemão não quer arcar sozinho com o ônus imposto pela burocracia de

às urnas e, em nenhum Distrito Eleitoral houve maioria de votos contrários.

17. Plebiscito realizado em setembro com a apertada vitória do "sim".
18. Filiados aos dois principais sindicatos agrícolas do país — o CNJA (Centro Nacional de Jovens Agricultores) e o FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos Agrícolas).

19. Fonte: *Scala* — Revista da República da Alemanha — nº 3 — Bonn, 1983.



Bruxelas, e muito menos aumentar a sua participação no orçamento da política agrícola europeia. É deixar sair muita divisa, no momento em que Bonn tem ainda que auxiliar, não só a parte oriental da Alemanha como ainda a CEI (Comunidade dos Estados Independentes), que restou da poderosa URSS.

É ainda, também, muito difícil conciliar interesses de vários governos e inúmeras empresas dentro de um mosaico étnico com orgulhos nacionais em questão; difícil, sobretudo quando "burocratas" se encarregam da paternidade de alguns produtos. Por isso, a CEE só permite que se rotule de champanhe a bebida produzida na França, com uvas especiais da Champagne; e, se Portugal batizou o produto francês como "vinho espumante", passou também a exigir exclusividade para o seu "vinho do Porto". E, assim por diante, requerem os espanhóis a patente sobre a "sangria" (mistura de frutas frescas com vinho e açúcar), enquanto os irlandeses defendem o seu *irish coffee*.

Num outro detalhe, para os "eurocratas" o leite retirado da vaca sem ser pasteurizado ou homogeneizado, não faz bem; por isso, esse e outros critérios comuns de qualidade terão que ser previamente estabelecidos antes da abertura completa das fronteiras. Nesse caso, entra o jogo da tradição, por exemplo a do *camembert*, queijo francês fabricado na Normandia, inventado pela Senhora Harel (de Camembert — Departamento de Orne) em 1791, antes

das modernas regras sanitárias, empregando, por isso, o leite não tratado.

Nos desacertos e confrontos uma coisa é certa, só a ratificação do Tratado de Maastricht poderá formalizar, em 1993, o Mercado Comum Europeu. Mercado de pouco mais de 340 milhões de consumidores, maior que o dos Estados Unidos (246 milhões) e do Japão (123 milhões), a CEE, só assim, poderá, como potência econômica, ter peso no âmbito das relações internacionais. Por isso, em 26 de junho de 1992, reuniu-se, em Lisboa, a cúpula da CEE, para tentar pôr um pouco de ordem na confusão causada pelo Tratado de Maastricht. Resolveu-se logo não admitir a revisão, o que foi acatado pelos ingleses, franceses, alemães e portugueses. Os demais, porém, representados pelos gregos, espanhóis, holandeses e belgas optaram por transformar os trechos de difícil interpretação em algo mais aceitável e claro para as populações, a fim de que os parlamentos nacionais possam aprová-los.

Um fato é, antes de tudo, bastante real: há grande distância entre os "burocratas" ou artífices da CEE e o povo europeu propriamente dito. Assim, embora a maioria dos europeus concorde com a idéia básica de uma Europa forte e unida, desconhece, por outro lado, os detalhes e as concessões que deverá fazer. Desconhece, sobretudo, que a Europa, em processo de fragmentação, acelera seu processo de unificação, que só se imporá com o enfraquecimento das



estruturas dos Estados. Estruturas às quais há de se sobrepôr a própria nacionalidade em nome da "cidadania da União" acordada em Maastricht. Será considerado "cidadão da União" toda e qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro, podendo, como portador do passaporte de cor violeta da CEE, circular, residir, votar e ser votado em eleições municipais dentro das fronteiras da Comunidade.

Mesmo que prevaleça a Confederação dentro de uma união restrita ao setor econômico, será possível um peso político dentro da "Nova Ordem Internacional" dessa Europa tão diversificada?

Diversificada economicamente entre países ricos, pobres e intermediários, convivendo com a diversidade étnica, lingüística e política. Diversidade que se acentuará ainda mais, quando se conceder a inclusão dos países "reformistas" do Leste Europeu, tarefa a ser realizada pela CEE, que já conta de antemão com opositores, visando a impedir a "Europa das duas velocidades" — a dos pobres e a dos ricos.

Ainda no caso do Leste Europeu, para maiores desconfianças, se destaca o posicionamento geopolítico da Alemanha pelas fronteiras comuns com esses países, tanto quanto o consenso geohistórico ao assumir o papel de intermediário através de seu setor oriental, pois que, como RDA, também fez parte dessa "cortina de ferro".

Em nome da diversidade, a Alemanha compreendeu os anseios de independência da Croácia e Eslovênia, se estendendo pela Bósnia e Herzegovina, que decreta o fim da Iugoslávia, restrita à Sérvia e Montenegro. Sentimento de independência bastante perigoso, pois poderá ter desdobramentos e seqüências não só em áreas circunvizinhas, como no próprio seio da CEE. E, nesse contexto, se insere a problemática situação da Irlanda, bem como as tendências autonomistas da Escócia e País de Gales, na Grã-Bretanha; da original Bretanha, península que se projeta na Europa Ocidental, destacando-se das demais regiões francesas, não só pela Geografia como seus 16 séculos de História movimentada e independente; do eterno desejo da Córsega em se libertar da França; do furor no País Basco e do desprezo autonomista da Catalunha, desejando se verem livres da Espanha; bem como do secessionismo entre o norte e o sul da Itália, já que as recentes eleições revigoraram a Liga Lombarda que questiona a unidade nacional, não escapando nem mesmo a Bélgica, com o litígio entre as regiões da Flandres e da Walônia, onde subsiste o ideal separatista. Donde se concluir que "a maior parte dos países da Europa são territorialmente formados em colchas de retalhos, retalhos gloriosos aliás, e



preciosos para a constituição de nacionalidades".<sup>20</sup>

A tudo isso se vêm juntar os "meros expedientes da História" que, nos Balcans, se transformaram em países, depois da Primeira Guerra Mundial, com destaque no Leste Europeu para a Tchecoslováquia. Com a divisão desse país em dois — o dos tchecos e o dos eslovacos, em junho de 1992, a CEE terá que revisar o acordo comercial assinado em 1991 com o governo de Praga, semelhante aos outros já firmados com a Hungria e a Polônia.

O que ocorre nesse marginal da Europa é consequência da Segunda Guerra Mundial, quando a Eslováquia, valendo-se da ocupação nazista, fundou o seu Estado nacional que Hitler tolerou, ocorrendo o mesmo com a Croácia. Como seqüência, na atualidade, o nacionalismo, como força desagregadora, atingiu a própria URSS e os territórios por ela anexados durante aquele conflito — da Finlândia, da Romênia, da Tchecoslováquia e da própria Alemanha (o apêndice oriental da Prússia) que, por certo serão reclamados, exigindo um novo traçado geopolítico nas fronteiras do Velho Continente. Nessas condições, em se tratando da ascendente Alemanha, hoje reunificada, mas ainda amputada de

territórios vitais como o "Corredor Polonês" e Prússia Oriental, cabe aqui a pergunta: "dobrada em duas pelo poder e obediente, ficará entretanto nessa servilidade a velha raça briguenta cuja herança foi modelada por dezoito séculos de pilhagens?"<sup>21</sup>

Com todos esses problemas e outros mais que poderão surgir, uma confederação econômica poderá vir a sustentar a fortaleza européia; já a federação política parece ser sonho utópico, visto que na Diplomacia o problema atual é bem diferente do que costumava ser. A superação do "babelismo" em nome de um bloco coeso, se contrapondo à concepção nacional nesse universo cultural que é a Europa, não pode funcionar a contento nos moldes de uma sociedade totalizante. Concluímos, assim, que a Europa, de tantas guerras e inúmeras divisões políticas, terá, diante de Maastricht, que enfrentar o choque no conceito de Estado-membro e Nação. Choque imprescindível pois, para que a Comunidade cresça e se fortaleça, os Estados nacionais têm que se enfraquecer e se diluir.

Mas subsiste ainda o contexto do ser e não ser no âmbito externo da Europa, para onde a CEE também se projeta. E, comparativamente, assim como a URSS se desagregou, refletindo sobre o modo do antigo Império Romano — da periferia

20. Delgado de Carvalho — "A Bretanha Autônoma" — *Atlas de Relações Internacionais* nº 10 — Caderno Especial da Revista Brasileira de Geografia — Ano 31 — nº 2 — IBGE.

21. Charles Bonneton — *História da Alemanha* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo, 1935.



para o interior, o problema poderá vir a incidir na CEE. A Europa que tem queda de natalidade, poderá ver, no próximo século, seus espaços disponíveis ocupados por cidadãos de países subdesenvolvidos do "sul", com altas taxas de natalidade. Vários desses países, já ligados a CEE pela Convenção de Lomé ou Acordos Bilaterais, marginalizados economicamente, poderão, num efeito retroativo, induzirem suas populações a uma forte corrente migratória em busca do "eldorado do norte". Justificando-se ainda que, se a força propulsora da economia mundial em poder das nações industrializadas do "norte" não as habilitou a eliminar o flagelo do desemprego, por extensão, a situação nos países do "sul" se apresenta num panorama muito mais grave.

Os efeitos dessa corrente imigratória já se fazem sentir em tumultos racistas, sobretudo na Alemanha, com atos de violência atribuídos aos neonazistas. O fenômeno, já previsto por sociólogos e cientistas políticos, mostra que, em 1992, só até meados do ano, ocorreram quase 700 atentados. De acordo com o Clube de Informática de Hamburgo, os neonazistas, organizados em grupos, já contam até com sistema moderno de comunicação por computador. Quando dividida a Alemanha, na parte ocidental eles eram considerados como uma subcultura da moda, enquanto os do oriente, forçados ao regime comunista, pelo tabú imposto ao tema, o nazismo passou a ter aura de "sagrado-proibido".

Conseqüentemente, nos 5 Estados da antiga RDA não houve tempo para a superação do regime nazista, que, agora, livre do comunismo, enfrenta os problemas da reunificação — e o maior deles é o da defasagem econômica.

Assim, quando Erich Honecker, dirigente comunista da RDA foi substituído por Egon Krenz, cerca de 100 mil estrangeiros dos então "países irmãos socialistas", provenientes de Cuba, Vietnam, Angola, Moçambique, e até de outros da própria "Cortina de Ferro", receberam ordens de regressarem aos seus países de origem. Os que não o fizeram, vivendo em condições precárias passaram a ser alvo dos *skinheads* (cabeças raspadas). É causa ainda desses conflitos racistas o orgulho ferido da antiga RDA, como o ocorrido em fins de agosto de 1992, no porto de Rostock, no Mar Báltico, que antes da reunificação era considerado o "portão do mundo" pelo movimento dos navios que saíam com produtos *made in East Germany*. Perdendo a competitividade, seus estaleiros fecharam ou foram privatizados.

De um modo ou de outro, ocorrendo essa inversão populacional no eixo norte-sul, não prevista por Haushofer, teremos, no século XXI um perfil do europeu bem diferente do de hoje. Não foi, por acaso, a inversão populacional provocada pelas invasões bárbaras a força desagregadora do poderoso Império Romano?

O Tratado de Maastricht é, na realidade, verdadeira constituição



européia que transforma a CEE numa Federação. Criando moeda única para 1999, estabelece a construção gradual de política exterior e de segurança comuns, que conduza, com o tempo, a uma política de defesa conjunta. Constitui-se de três secções: a "Nova CEE"; a política exterior e de defesa; a polícia e cooperação judicial. Trata, resumidamente, da unificação em todos os setores relevantes, propondo que as linhas mestras devam ser tomadas por unanimidade.

A "Nova CEE", ou seja, a primeira secção do Tratado, atribui um papel importante a União nos setores do meio ambiente, educação e proteção ao consumidor, saúde pública e transportes internacionais.

A segunda secção inclui a criação do embrião para a futura política defensiva, deixando claro que deverá ser compatível com a OTAN, que se transforma assim numa espécie de "apólice de resseguro", já que a Europa não dispõe de recursos militares e financeiros necessários para se bancar sozinha. Os que criticam o EUROCORPS (Exército Franco-Alemão) vêm-no como uma concepção francesa, por não integrar a OTAN.<sup>22</sup>

Assim, enquanto os governos francês e alemão convidavam, em maio de 1992, os demais países europeus a integrarem o núcleo do futuro "Euro-exército", a Dinamarca, através de seu ministro da defesa, Uffe Ellemann-Jansen, vinha abertamente em defesa da OTAN, como a única e verdadeira guardiã da segurança européia. Afirmava na ocasião: "não gostaríamos de ver uma Europa onde mais uma vez as grandes potências se unissem e comesçassem a dar as cartas."<sup>23</sup> Nós queremos algo como a OTAN, onde os países grandes e pequenos compartilham de direitos e obrigações".

Por sua vez, a despeito de entusiasmasdas com o "Euro-exército", tanto a Itália como a Bélgica se manifestaram contra o enfraquecimento da OTAN como estrutura militar, embora esta, com o final da "Guerra Fria", venha se transformando numa simples força de intervenção.

Finalmente, a terceira secção, o alicerce policial, compreende a colaboração entre governos da CEE em temas que vão desde a política migratória

22. A OTAN surgiu em acordo assinado a 4 de abril de 1949 em Washington entre a Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Holanda, Inglaterra, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Espanha; posteriormente aderiram Grécia e Turquia (1957). Por discordia quanto ao comando e uso de armas nucleares, a França deixou esse conjunto político-militar em 1966.

23. Deve estar ainda na memória dos dinamarqueses, a Prússia (núcleo geohistórico da Alemanha) atraindo outro grande, a Áustria, para uma guerra contra a Dinamarca, a fim de tornar-lhe os Ducados de Holstein e Schleswig, onde ambicionava o porto de Kiel. Vencida, pela Paz de Viena (1864), a Dinamarca entregava os Ducados aos dois aliados, que logo iriam se desentender, levando Bismarck a uma guerra tão desejada contra a Áustria. Para uma Alemanha forte e unificada, o próximo passo seria a eterna rival no continente, a França, vencida na Batalha de Sedan (1870).



e de asilo, até a luta contra o crime organizado e o tráfico de drogas, tendo no EUROPOL seu órgão máximo para a troca de informações.

Dentro do processo conclusório, para o caso brasileiro, podemos observar que as relações econômicas e políticas, vêm ocorrendo em dois níveis: ao nível da CEE-Brasil e ao nível bilateral (Brasil-País Membro).

"Da parte do Brasil são feitas acusações de que a CEE está tentando impedir a entrada de produtos manufaturados brasileiros... Da parte da CEE, as acusações contra o Brasil são de que ele está praticando uma política de protecionismo contra as exportações da Comunidade através da imposição de tarifas draconianas sobre as importações de bens manufaturados e industriais." Mas, conclui Peter Coffey,<sup>24</sup> chefe do Departamento de Economia da Universidade de Amsterdã, que há elementos de verdade nas duas acusações, já que tanto o Brasil quanto a CEE vêm adotando medidas protecionistas para resguardar suas indústrias e resolver seus respectivos problemas atuais.

O Brasil pode justificar as limitações, já que correspondem a exigências derivadas de uma situação global internacional, onde o "norte", via de

regra, penaliza de forma insustentável os países em desenvolvimento. Mas, no contexto geral, temos que reconhecer serem as duas partes importantes, já que o Brasil é o país de maior destaque na América Latina, enquanto a CEE vem se apresentando como operoso bloco comercial e econômico do mundo. No entanto, "para um volume de comércio aproximadamente igual ao que existe entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a Comunidade representa, para a produção industrial, um mercado proporcionalmente inferior em 50%".<sup>25</sup> Concluindo-se sobre a importância do Acordo de Terceira Geração que no MERCOSUL firmamos com a CEE em 1992, visto que o comércio entre o Brasil e os eixos dos Estados Unidos e Japão se expandiu bem mais do que com o da Comunidade.

Observamos ainda que se, em economia, se trata com questões de certo modo racionais, difíceis de se apreciar e, mais ainda, de se prever se tornam nos aspectos sócio-políticos, quando se impõem questões psicológicas e irracionais; sobretudo em se tratando do "núcleo duro" da CEE formado pela França e Alemanha, os dois países que, através da História, demonstraram tendências hegemônicas quanto ao poder terrestre na Europa, diferindo do

24. "O Brasil e a Comunidade Econômica Europeia" — in *Brasil Perspectivas Internacionais* — Ano I — Março/Abril de 1985 — Universidade Católica — Rio de Janeiro.

25. "Comissão Mista Brasil — CEE" — Paulo de Tarso Flecha Lima — Bruxelas — 19 de junho de 1989 — *Resenha de Política Exterior do Brasil* — n° 62.



"esplêndido isolamento" da Inglaterra, bem mais afeita ao poder marítimo.

Assim sendo, a França se mostra desejosa de fazer uma Europa à sua imagem... a Alemanha que contra ele fez as guerras de 1870, 1914 e 1939, oscila entre o europeísmo voltado para o oeste, mas com a bússola instalada no leste. Entre os dois, encontra-se a Inglaterra relacionando-se privilegiadamente com os Estados Unidos. Daí o Real Instituto para Assuntos Internacionais, abrigado no Chatham House, questionar sobre qual filosofia irá se realizar essa integração — se sob o liberalismo num quadro de puro capitalismo, ou afeito ao impulso socialista de regulamentar e estatizar.

Para os países não comunistas que, em maio de 1992 solicitaram ingresso na CEE e, também, para a Turquia, com parte de seu território na Europa, que assinou neste ano, com países balcânicos e caucásicos, a Aliança do Mar Negro, se evidencia o perigo de uma "Fortaleza Europa", constituída por um continente fechado, auto-suficiente e protecionista.

Com a CEE impondo a harmonização de legislações, estas nem sempre chegarão a um bom termo, sobretudo no que diz respeito ao controle do tráfico de drogas, migração clandestina e repressão ao terrorismo, quando forem se diluindo as fronteiras políticas.

Sabendo-se, por outro lado, que a integração econômica não subsistirá sem a política e a institucional, concomitantemente a CEE vem tendo que

transpor inúmeros obstáculos. Assim, se ainda não se chegou a um consenso sobre o ECU, está em pendência o sítio da capital definitiva, já que Bruxelas é uma situação provisória na CEE, que pretende evoluir da simples união alfandegária para uma meta-nação, criação original da História desde a implantação dos Estados nacionais na Era Moderna, em substituição ao medieval feudalismo. Com o objetivo da meta-nação, a CEE já possui sua bandeira de fundo azul com 12 estrelas amarelas de cinco pontas; comemora o seu dia a cada 9 de maio, a data de aniversário de Robert Schuman, francês, um de seus fundadores; e mantém como símbolo o "Hino à Alegria", obra de Beethoven em sua *Nona Sinfonia*.

Concluindo-se que todo esse complicado planejamento diz respeito, não somente a decisões futuras, mas, sobretudo, a impactos futuros de decisões presentes, daí o povo dinamarquês haver preferido, segundo o provérbio chinês — "dar um salto a frente no escuro, do que um salto atrás no claro". É incontestável que a atitude da pequenina Dinamarca,<sup>26</sup> com área

26. Carentes de espaço, este na Europa, tem importância capital. Por seu posicionamento, a Dinamarca é o elo entre a Inglaterra e o Continente; através da Jutlândia se constitui no prolongamento da Europa entre o Báltico e o Mar do Norte, enquanto suas ilhas (cerca de 500) fazem ponte natural com a Escandinávia, espaço de 1.122.000km<sup>2</sup> que pretende se associar a CEE. É interessante ainda destacar que, em 1895, foi aberto um canal, batizado com o nome do Imperador Guilherme (Kaiser Wilhelm Kanal), por motivos geoestratégicos.



mais ou menos semelhante a do Estado do Rio de Janeiro, tal como Davi e Golias, pôs o destino da CEE, a partir de junho de 1992, em certo compasso de espera. Animou também os "euro-céticos", contrários a uma unificação ampla e irrestrita, que aceitam a Confederação mas rejeitam a Federação.

Cumprir destacar que a Europa durante séculos vem sendo a raiz de todo movimento mundial importante — daí brotou a moderna civilização, a ciência, a arte, o comércio, as migrações; daí saíram impondo a supremacia europeia sobre as demais partes do Mundo; todos os protótipos se formaram de acordo com a norma europeia. Mas, historicamente, enquanto a Europa foi o centro político do mundo, ninguém percebeu que aquele continente, bem

mais do que a projeção do Velho Mundo, era, geograficamente, um conjunto de penínsulas.

A partir de meados do século XX, o posicionamento geopolítico da Europa mudou substancialmente. Sua superfície, forma e clima são os mesmos. No entanto, seus caracteres físicos permanentes já não têm o mesmo significado. A estrutura econômica baseada em suas características fisio-políticas mudou tanto, que passou a exigir uma revisão geral na "Nova Ordem Internacional".

A Europa de hoje é um problema tanto para os europeus como para o resto do mundo. Estamos diante de um continente em plena transformação, não mais atrelado à encruzilhada do eixo leste-oeste. Terminou a "Guerra Fria" e a Europa, procurando se apoiar num eixo norte-sul, sabe-o bem, que muitos caminhos possíveis para o futuro são obscuros e incertos. A Europa é um "Continente Velho", por isso está a procura de uma transformação, numa "Nova Ordem Internacional" que a faça rejuvenescer.

Entre os mares Bálticos e do Norte, mantém esse Canal record mundial no tráfego, já que situado entre Hamburgo e Kiel passam por aí mais navios do que nos Canais de Suez e Panamá juntos. A viagem por esse importante Canal dura de 7 a 9 horas nos seus 99km, propiciando rápida troca entre os Países Bálticos e o mundo.



**THEREZINHA DE CASTRO** — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: "Rumo à Antártica", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "Geopolítica: Princípios, Meios e Fins" e outras.





# A DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS

Everaldo de Oliveira Reis

---

Às vésperas da revisão constitucional programada para o corrente ano, o artigo enfoca argumentos que favorecem a compreensão da destinação das Forças Armadas, um dos itens importantes de que se ocupa nossa carta magna.

---

**N**ão teve a repercussão que se esperava, e bem merecia, o seminário sobre "As Forças Armadas e a Defesa Nacional" desenvolvido, entre 18 e 20 de agosto de 1992, na Câmara dos Deputados.

Ressalte-se que o seminário foi antecedido por um ciclo de palestra realizada no Estado-Maior do Exército. Em ambos, no seminário e no ciclo, se fizeram presentes abalizados representantes da inteligência nacional, das mais variadas posições.

Para que não se diga que a "semente caiu ao longo do caminho sobre pedras

ou sobre espinhos", consola-nos a iniciativa da Escola Superior de Guerra, ao realizar, logo depois, um outro seminário, desta vez intitulado: "As Forças Armadas e a nação brasileira — responsabilidades atuais e futuras".

O nosso otimismo leva-nos a crer que, de tanta água mole bater em pedra dura, o debate mais cedo ou mais tarde empolgará a Nação, até porque, às vésperas de uma revisão constitucional, isto se impõe, para que todos juntos, encontremos a melhor solução.

É na busca desse propósito que nos arriscamos à presente análise.



## A POLÍTICA EXTERNA VIGENTE NOS ÚLTIMOS QUARENTA ANOS

É verdade indiscutível, como lembrou Armando Amorim Ferreira Vidigal, num dos seminários anteriormente referidos, que "as relações entre os Estados são basicamente relações de poder. É o poder nacional de cada Estado que conta, nas relações internacionais".<sup>1</sup> E, mais adiante, citando Edward N. Luttwak: "Nós diríamos que a política (externa) é o meio pelo qual os Estados se relacionam, e ela se manifesta através de ações diplomáticas, que não envolvem o poder militar, predominando a negociação e ações estratégicas, isto é, aqueles em que o principal instrumento são as forças armadas. As ações estratégicas compreendem, numa escala de crescente intensidade, desde uma simples demonstração de força naval a um porto estrangeiro, até o emprego irrestrito da violência. A partir do momento em que se faz apelo à violência, fica caracterizado o estado de guerra. Na faixa em que as forças armadas são empregadas na defesa dos interesses nacionais, sem recurso à violência — através de ações que visam, não a derrotar o inimigo no campo-de-batalha, mas a induzi-lo a aceitar uma situação que lhe é desfavorável — ocorre o que alguns estrategistas chamam de emprego político do poder militar. A dissuasão, a persuasão, a coerção, etc... enquadram-se nessa categoria."

Como todas as demais expressões do poder nacional, o poder militar é um instrumento da política...<sup>1</sup>

Essa posição é também referida por Márcio Moreira Alves:<sup>\*</sup> "Em consequência, pode-se dizer que existem hipóteses de intervenção estrangeira em território brasileiro, que exigem uma resposta da nossa sociedade aos problemas da segurança que nos deveriam proporcionar as forças armadas."<sup>2</sup>

E, mais adiante, de forma conclusiva: "Em não se modificando a situação (referia-se à inexistência de vasos comunicantes entre as forças armadas e o que ele chamou de demais segmentos das classes dominantes) estamos condenados a um diálogo de surdos, de consequências imprevisíveis tanto para a manutenção da unidade nacional (?), como para a existência autônoma do Brasil"<sup>2</sup> (A interrogação e o grifo são nossos).

Mas, para que não se acoime de "tupiniquins" as considerações acima, há de se fazer presente o pensamento do deputado europeu Alain Lamassure: "Uma política exterior torna-se impotente sem o apoio militar."<sup>3</sup>

É oportuno que se analise, agora, como se procurou conduzir a política externa brasileira nos últimos quarenta anos.

<sup>\*</sup> Nota da redação: Ver ADN edição Mar/Jun 93 — "A Opinião Pública e as Forças Armadas".



Duas manifestações podem servir de balisamento nessa definição.

Em memorável discurso, pronunciado em 31 de julho de 1967, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados, por concurso, à carreira de diplomatas, assim se pronunciou o presidente Castelo Branco, sob o título "Objetivos Gerais da Política Externa": "...A nossa política externa tem, por sua vez, os seus próprios objetivos"... "O desarmamento das grandes potências nos interessa como contribuição à paz mundial, e como meio para liberar recursos que possam ser utilizados no desenvolvimento econômico de muitas regiões do mundo"... "O governo atribui, politicamente, particular importância à integração latino-americana"... E, sintetizando: "A política exterior do Brasil é independente, no sentido de que assim deve ser, por forma, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação. Sem subordinação a nenhum interesse estranho ao do Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com os da América Latina, do continente americano, da comunidade ocidental. Sendo independente, não temos medo de ser solidários."<sup>4</sup>

Malgrado o desgaste produzido pelo tempo, tais considerações, ainda hoje,

se fazem presentes.

A outra manifestação clara e precisa sobre a matéria, devêmo-la ao presidente Geisel. Ei-la: "...A política externa do Estado brasileiro deverá ser pragmática, entendendo-se como tal, buscar alcançar os objetivos nacionais sem intolerâncias ou sentimentalismos descabidos; deverá ser ecumênica, ou seja, procurar fazer-se presente em qualquer área geográfica, de forma cautelosa, objetiva, mas destemida. Sempre tendo presente que há de ser dado relevo especial às nações irmãs das circunvizinhanças de aquém e além-mar; e será também responsável, vale dizer, caracterizar-se pelo cumprimento dos compromissos assumidos, para que, respeitando os outros Estados, sejamos respeitados."<sup>5</sup>

## O MUNDO EM QUE VIVEMOS

Sem sombra de dúvidas, outro é o mundo em que hoje vivemos, bastante diferente dos tempos do governo dos presidentes Castelo Branco e Geisel.

Bem explicitam tal afirmativa os dois pensadores políticos anteriormente citados (Moreira Alves e Almirante Vidigal). O fim da "guerra fria", com o conseqüente enfraquecimento da ideologia comunista em quase todo o mundo (infelizmente ainda sobrevive nas nações que teimam em viver na contra-mão da história); o agravamento dos antagonismos entre o Norte e o Sul;



o desaparecimento do equilíbrio entre o Leste e o Oeste, do tempo da "guerra fria"; e a existência, pelo menos neste instante histórico, de um único, e até certo ponto, imbatível centro de poder (já que a Comunidade Econômica Européia ainda é uma idéia em marcha e o Japão ainda busca integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança da ONU), tudo nos impede a uma profunda reflexão sobre a política externa brasileira, vale dizer, os seus agentes, entre os quais poderão avultar, em determinado momento, as Forças Armadas, sem dúvida.

## A GUERRA COMO ELEMENTO DE CONSECUÇÃO DA POLÍTICA (EXTERNA)

É evidente que o elemento primeiro da consecução da política externa de um Estado, sem a qual ele não sobreviverá como, pelo menos, alguém que se faça ouvir no cenário internacional, são as ações diplomáticas, por todos os elementos do poder nacional, sem recurso à violência. O que, sobre ser um postulado constitucional, é um traço do caráter do homem brasileiro.

Sem nenhuma pretensão hegemônica, é obrigação de o Estado brasileiro assegurar à Nação que o consentiu, um nível suficiente de desenvolvimento, que assegure, a todos e a cada um dos cidadãos, condições mínimas de vida com dignidade.

E o instrumento fundamental na busca de tal desiderato será, sem dúvida, uma nítida e objetiva preocupação, por todos os meios pacíficos disponíveis, da junção de interesses afins com os "vizinhos de aquém e além-mar", para a satisfação de tais interesses, que não são apenas nossos, mas de todo o mundo chamado "sul", em particular do nosso continente.

A bem da verdade, embora sem resultados objetivos, outra não vem sendo a atitude do Estado brasileiro. São evidências incontestáveis desta afirmação, entre outras, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC, e, hoje, o Mercado Comum do Cone Sul — MERCOSUL. Incontestável é que, em determinado e lamentável instante, a expressão armada do poder nacional poderá, como "*última ratio regis*", respaldar tal atitude. Daí, é importante que cuide a Nação, que tal expressão possua as condições indispensáveis para enfrentar tão indesejável momento.

É claro que caberá à "expressão política" do poder nacional, administrar os poucos recursos que, infelizmente, serão poucos talvez por muito tempo, para que não haja prejuízo ao desenvolvimento nacional.

## AS AMEAÇAS ADMITIDAS

Não há porque negar que, no nosso continente, há antigas pendengas, que, amortecidas hoje, poderão amanhã recrudesce. Não será, todavia, uma



medida inteligente enumerá-las. Mas, seguramente, pior seria fingir que elas não existem. É evidente que não constituem problemas iminentes.

No contexto em que estamos inseridos, ameaças há, sem dúvida, à nossa soberania. Vamos citá-las, sem idéia de prioridade:<sup>1</sup>

● **A defesa da Ecologia.** De repente, os países do mundo desenvolvido, que vinham de há muito predando o planeta, descobriram que os outros são os responsáveis pela degradação existente. Assim, se auto-designaram gestores dos recursos naturais onde quer que estejam situados na face da terra. Dessa forma, a utilização dos recursos naturais, indispensáveis para resoluções de nossos problemas, ficavam na dependência da tutela alheia.

Não desconhecemos a necessidade da conservação dos recursos materiais que possuímos. Mas já temos a maturidade necessária para decidirmos como fazê-lo. E o faremos, é evidente, respeitando os interesses comuns com os nossos "vizinhos de aquém-mar". Mas tudo no quadro inalienável do respeito à soberania de cada Estado interessado.

● **As drogas.** O dito mundo desenvolvido se ressentia, cada vez mais, desse problema. Mas é indiscutível, que nele reside o esteio para a existência de tais graves problemas. Os grandes cartéis existentes no nosso continente se alimentam de recursos vindos das nações desenvolvidas.

É evidente, mais uma vez que, no continente, medidas comuns poderão e deverão ser encetadas. Mas sempre respeitada a soberania nacional de cada Estado.

Tais medidas serão responsabilidades e prioridades das outras expressões do poder, que não as forças armadas. Só nesses campos poder-se-á combater o mal pela raiz, e assim extirpá-lo.

As Forças Armadas caberá intervir, apenas e sempre, quando tal problema estiver ameaçando a própria existência do Estado, como já começa a acontecer em alguns pontos do nosso continente; ameaça que se define de dentro para fora.

## A ESTRATÉGIA MILITAR PREVISÍVEL

No quadro maior da estratégia nacional, indispensável para a obtenção de padrão de vida melhor para cada brasileiro, há que se inserir uma estratégia militar, respaldo último da primeira.

Não há necessidade de novas premissas, novas concepções. Basta, apenas, reestruturar as que já existem, o que já não será fácil.

Acreditamos que valha a pena esquematizarmos os conceitos que vinham vigindo:<sup>2</sup>

● **A Estratégia da Coalizão.** Sem sombra de dúvida, os problemas do sub-desenvolvimento poderão ser obviados,



se não resolvidos, num quadro de uma ação conjunta continental. Se juntos estivermos, com os "vizinhos de aquém-mar", até mesmo com os de "além-mar", mais fácil será a formulação das soluções indispensáveis.

É indispensável, sob o risco de sermos acusados de irresponsáveis pela Nação, que estejamos preparados para enfrentar soluções que não desejemos.

Se juntos estivermos, seguramente maior será o nosso poder de dissuasão, até mesmo no campo da aplicação violenta do poder.<sup>1</sup>

Urge que se reestude o sistema de segurança coletiva do continente, cuja espinha dorsal terá que se apoiar, em particular, num TIAR que responda às necessidades do momento presente, e numa JID que não seja um corpo estranho para a OEA.

● **A Estratégia da Presença.** É imperativo que o Estado se faça presente nas suas vastas áreas, que, ditas santuários do mundo, não podem ficar sujeitas a outros interesses que não sirvam à Nação brasileira.<sup>1</sup>

O Estado deverá se fazer presente, no mar, no ar e na terra, na defesa dos interesses nacionais: vivificando a nacionalidade, exorcizando ambições espúrias, assegurando os interesses econômicos que possibilitem o desenvolvimento indispensável ao bem-estar da Nação. E o terá que fazer, por todas as suas expressões, inclusive as Forças Armadas.

● **A Estratégia da Ação Independente.** Como bem lembrou o presidente Castelo Branco: "...A nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, em termos de interesse nacional..."<sup>4</sup>

É evidente que problemas comuns ao continente deverão ser resolvidos, no quadro de segurança coletiva do continente, respeitadas, obviamente, os interesses de cada qual. Mas, se esta não se fizer presente, como já aconteceu em passado recente, a resposta à ameaça é responsabilidade inalienável do Estado que jurisdiciona a Nação ameaçada.

As ameaças não são utópicas, como lembra Márcio Moreira Alves. "O ambientalismo, por outro lado, embora tenha justificativas muito mais legítimas que o racismo, também pode representar uma ameaça ao Brasil, na medida em que se encontram em território brasileiro as maiores reservas florestais do mundo."<sup>2</sup>

E, conclusivo: "Em consequência, pode-se dizer que existem hipóteses de intervenção estrangeira em território brasileiro, que exigem uma resposta da nossa sociedade aos problemas da segurança que nos deveriam proporcionar as forças armadas."<sup>2</sup>

É evidente, que o cerne da segurança nacional é a segurança do cidadão.<sup>7</sup> Nunca é demais repetir tal conceito. Como também é indiscutível que, "sendo independentes, não teremos medo de sermos solidários".<sup>4</sup>



Mas, sem sombra de dúvida, a responsabilidade maior pela Nação, cabe ao Estado, que ela, a Nação, criou, para ser sua própria representação política.

Para atender a tal desiderato, o Estado deverá conduzir ações estratégicas, em todos os campos — com oportunidade e, sobretudo, com inteligência — sob a evidente orientação da expressão política, que deverá ter o toque do estadista, para bem discernir os anseios nacionais.

A todos, e a cada um, deverá caber a consciência de que os poucos recursos disponíveis — e certamente serão poucos ainda por muito tempo — não poderão ser malbaratados.

Como já se disse em outra oportunidade, para o emprego do dinheiro público, não basta ser honesto. Esta é apenas a condição *sine qua*. Nos países pobres, que buscam voz e voto no conceito das nações, é imprescindível que esse emprego seja também inteligente.

Num quadro de *sístole versus diástole*, como bem caracterizou Golbery do Couto e Silva, desde a Constituição de 1946 até a atual, o legislador, traduzindo a vontade do povo, manteve praticamente imutável a destinação das Forças Armadas. Para isto, preocupou-se em caracterizá-las como: nacionais e permanentes, estruturadas na base da disciplina e da hierarquia; obedientes ao comando do Presidente da República, dentro dos limites da lei. E com a finalidade precípua de: defender a Pátria, vale dizer, a Nação, e por, via de consequência, sua representação política, o Estado; garantir os poderes constitucionais e, conseqüentemente, a lei e a ordem.

No momento em que pululam reformistas de todos os matizes, nunca é demais lembrar a apreciação de Winston Churchill, quando da estréia, no parlamento inglês, de um novo representante: "Tudo que ele disse de novo não é bom. E tudo que ele disse de bom, não é novo."

## A DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS

Para que não mergulhem no século XIX no exercício de inteligência que vamos empreender mas, seguramente, para sermos objetivos, vamos restringir a nossa análise ao período que se inicia com o fim do Estado Novo.<sup>10</sup>

## NOTAS

1. O Papel das Forças Armadas no novo contexto mundial — Conferência pronunciada no Seminário sobre as Forças Armadas e a Defesa Nacional (Câmara Federal) — Vice-Almirante RRm Armando Amorim Ferreira Vidigal.
2. Os militares e a opinião pública — Conferência pronunciada no Seminário sobre as Forças Armadas e a Defesa Nacional



(Câmara Federal) — Márcio Moreira Alves.

3. Por uma Política Exterior Europeia — Alain Lamassoure — Revista Economia e Cultura n° 4 — 3° Trimestre de 1992 — Edição em Português.
4. Discurso do Presidente Castelo Branco, no Palácio do Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de Diplomata, em 31 de julho de 1964. Texto e Declaração sobre Política Externa, de abril de 1964 a abril de 1965.
5. Mensagem ao Congresso Nacional, enviada pelo Presidente Ernesto Geisel, por ocasião da abertura dos trabalhos

legislativos para o ano de 1975.

6. A Essência da Segurança — Robert S. McNamara.
7. Segurança Nacional — ESG — 1972.
8. Segurança e Desenvolvimento — Aula Inaugural de 13 de Março de 1967 — Mal Humberto de Alencar Castelo Branco — Presidente da República.
9. As Forças Armadas Brasileiras. O Exército. Equipe da ECEME — 1966.
10. Constituição da República Federativa do Brasil: 1964-1967-1969 (Emenda n° 1) — 1988 — Quadro Comparativo. Senado Federal. Secretaria de Documentação e Informação. Subsecretaria das Edições Técnicas.



**EVERALDO DE OLIVEIRA REIS** é general-de-Exército, Ministro do Superior Tribunal Militar. Durante o tempo de serviço ativo do Exército, comandou o 1º/7º RO 105, a 2ª Bda C Mec, a Divisão Mello e Cáceres (posteriormente CMO) e a EsAO; foi secretário de Economia e Finanças, instrutor da AMAN, da EsAO e da ECEME. Diplomado pela CEMCFA foi, em seguida, membro do Corpo Permanente da ESG; diplomado pelo CID, foi, a seguir, assessor da delegação brasileira na JID.





# INFLUÊNCIA INGLESA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO HISPANO- AMERICANO

Aldo Dermeval do Rio Branco Fernandes

---

"A exploração econômica desenvolvida pelos países ibéricos nas Américas deu-lhes ilusória sensação de grandeza e poder, mas contribuiu, decisivamente, para que a Inglaterra, retardatária que foi na constituição de um império colonial, assumisse o controle dos domínios espanhóis e portugueses de além-mar, através da subordinação econômica de suas metrópoles européias ao poderio econômico, sempre crescente, da Inglaterra."

Com esta citação, o autor conclui a matéria com que se propõe explicar o significado da Inglaterra para a obra colonizadora da Espanha na América.

---

## INTRODUÇÃO

O conhecimento da história da América, em particular da América Espanhola, pode se constituir em estudo dos mais atraentes e necessário para que se possa conhecer a formação dos atuais Estados hispano-americanos. O período que envolve o

tema em questão assistiu à interligação física dos continentes, a partir da descoberta da América; ainda assim as nações hispano-americanas ainda se julgam estranhas. As duas guerras mundiais, a cruel divisão econômica do mundo, as questões religiosas e os conflitos ideológicos geraram um estado de tensão e violência generalizado, terrivelmente



perigoso, e suas consequências atingem a América do Sul e Central.

Naturalmente, uma melhor familiarização permitirá que as nações vislumbrem o futuro com menos incertezas e, quem sabe, até com fundadas esperanças. O estudo da História, e em particular da história da América, naturalmente concorrerá para entendermos que a interdependência entre as diferentes sociedades, e não a cruel subordinação, será a condição para a sobrevivência de todas. Infelizmente, a colonização espanhola não criou condições para uma sólida cooperação, sendo numerosas as áreas de fricção entre as atuais nações e muitas se encontram de costas umas para as outras, postura irracional, mas explicada pela História.

A curiosidade é uma das faculdades que distingue a natureza humana, mas estudar a História apenas para satisfazer a curiosidade não seria uma razão de todo prática. Mas como caminhar no presente em direção ao futuro abdicando da experiência acumulada no passado? Eis, aí, uma razão prática para o estudo da História, em particular da história da América.

A História, vista e entendida globalmente, em sua dimensão espacial e na profundidade do tempo, deixa de ser um exaustivo apelo à simples memorização e se transforma em excelente fonte de conhecimento.

Assim, a história da América Espanhola não pode ser compreendida sem

as necessárias considerações sobre a história da Europa; afinal, embora situada em outro continente, as numerosas unidades administrativas foram um apêndice da coroa Espanhola.

Cabe, ainda, realçar que a Espanha foi profundamente influenciada pelas relações do poder existentes na Europa, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII e essas relações condicionaram, ou influíram, o processo colonizador desenvolvido pela Espanha nas possessões de além-mar.

O que seria necessário, inicialmente, para um bom entendimento da colonização espanhola nas Américas?

Além de razoável conhecimento das notáveis culturas pré-colombianas e do espaço geográfico das Américas, informações sobre a formação do "Estado espanhol" e de suas relações de poder com as nações européias, em particular com a Inglaterra, pois, esta, em breve espaço de tempo, assumiria a condição de hegemonia no velho continente.

A Idade Moderna testemunhou drásticas mudanças ocorridas inicialmente na Europa mas que, logo depois, assumiriam escala mundial. Assim, o mundo deixou de ser Mediterrâneo para ser o mundo Atlântico, incorporando vastas regiões que se estendiam pelo tão próximo Setentrião Africano, passavam pela exótica América, para atingir a distante Índia e, depois, estender-se aos confins da China e do Japão.



A partir do século XVI, Portugal e Espanha surgem com seus impérios ultramarinos e que serão modeladores das histórias das duas nações ibéricas.

Entre as nações emergentes da Europa Ocidental, no período 1500-1700, além de Portugal, Espanha e Holanda, está a Inglaterra. Após a passageira euforia ibérica, a nação inglesa atravessará a transformação mais radical em termos de estrutura política, econômica e social, colocando-se à frente de toda a Europa, através de uma visão geopolítica que valorizou a projeção de seu poder naval, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

A ascensão inglesa na Europa teve profundas conotações no processo colonizador da Espanha. Uma abordagem do crescimento inglês, tendo em vista uma melhor compreensão da colonização das Américas, envolve os seguintes aspectos:

- peculiaridades geográficas da península ibérica;
- formação do estado nacional espanhol e seu declínio; e
- séculos XVI, XVII, os séculos revolucionários para a Inglaterra.

## PECULIARIDADES GEOGRÁFICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

A Península Ibérica situa-se a SO da Europa, limita-se ao norte com o mar Cantábrico e a França, a oeste com o

Atlântico, ao sul ainda com o Atlântico e Mediterrâneo e, a leste, com o Mediterrâneo.

Sua área corresponde a, aproximadamente, 600.000km<sup>2</sup>, ou seja, algo correspondente ao estado de Minas Gerais.

Dois importantes países, Portugal e Espanha, se localizam na península, sendo que a Espanha a domina, sob o ponto de vista geográfico.

Quase dois terços da península são constituídos por vasto planalto (600 a 800 metros). Nos limites desse planalto, aparecem rebordos montanhosos de certo destaque; ao N os montes Cantábricos, a NE os montes Ibéricos, que se debruçam sobre o mar e, ao S, a serra Morena.

Ao lado desse planalto, ergue-se a cadeia dos Pirineus, fronteira natural com a França e, a SE, a cordilheira Bética, onde se situa o ponto culminante da península, com quase 3.500m.

O clima é cheio de contrastes, sendo uma parte úmida a W e NO, e planalto seco com bruscas precipitações.

A rede hidrográfica é toda de pequenos cursos de água, que correm para o Atlântico e para o Mediterrâneo; os rios mais importantes são o Minho, o Douro, o Tejo e o Guadalquivir, na vertente do Atlântico, e o Ebro, na vertente do Mediterrâneo.

A península Ibérica, em função de suas características geográficas, se constituiu em "ponto de passagem" entre o N da África e a Europa Central. A



pequena fertilidade do solo, as características climáticas, o regime pluviométrico e a hidrografia não fizeram com que a área se apresentasse promissora, sob o ponto de vista agrícola. Restaram, assim, como principais atividades econômicas para os povos que a ocuparam, o pastoreio, os diferentes tipos de extrativismo — em particular o mineral — e o artesanato. A configuração de relevo criou dificuldades para articular a península com o restante da Europa, em função da existência da cadeia dos Pirineus; por outro lado, as cadeias de montanha, ainda que de pequena altitude, situadas na região N da península, entre o litoral e o planalto central, restringiram o acesso ao litoral.

Assim sendo, o mar Mediterrâneo, nos portos de Málaga e Cartágena e o oceano Atlântico, nas cidades do Porto, Lisboa e Cadiz, foram as regiões que permitiram os contatos culturais e trocas econômicas, já que a península dominava o estreito de Gibraltar, passagem natural que ligava o Mediterrâneo com o Atlântico.

Dessa forma, ao longo dos séculos, a península Ibérica foi uma área de transição entre os povos que, por diferentes motivações, transitaram entre o norte da África e a Europa.

## FORMAÇÃO DO "ESTADO NACIONAL" ESPANHOL E SEU DECLÍNIO

A Espanha foi habitada, no período neolítico, pelos celtas e iberos, surgindo,

da miscigenação, os celtiberos. No século XII a.C., os fenícios fundaram Cadiz e Málaga; no século VII a.C., estiveram na Espanha os gregos e, no século VI a.C., Cartago funda Cartágena. Com o advento de Roma, a Espanha é incorporada ao domínio dos césares e, com a conseqüente romanização, a Espanha se converte ao cristianismo, no século III.

Após a queda do Império Romano, a Espanha é invadida pelos povos bárbaros germânicos. Assim sendo, os vândalos se estabelecem na Andaluzia, os visigodos no rio Ebro, os suecos na Galiza e os álanos na Lusitânia.

O apogeu da aculturação entre bárbaros germânicos e espanhóis ocorreu no século VII e, em função das trocas culturais, foram incorporados, pelos espanhóis, numerosos traços da cultura germânica. Nesse período, a Espanha Mourisca se opõe à Espanha Cristã, cuja História, até o século XV, é a de reinos divididos por lutas internas que dificultavam o combate aos invasores muçulmanos. Surgiram numerosos reinos como Leão, Castela, Navarra e Aragão para que, finalmente, no século XV, o casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão tornasse efetiva a união entre os dois maiores reinos espanhóis. Eles serão a tímida base em que se assentará a "unidade nacional" espanhola, que, ao longo dos anos, não soube superar as peculiaridades institucionais das diferentes regiões hispânicas.

Ao encerrar-se o século XV, a Espanha mal começara a consolidar sua estrutura interna e sua geografia política



como nação-estado. O casamento de Fernando e Isabel resultou, não na unificação dos reinos de Aragão e Castelo, mas, sim, no estabelecimento de um condomínio, através do qual as duas partes constituintes da "coroa espanhola" coexistiam como entidades separadas, dispoendo de leis, sistemas tributários, cunhagem de moedas e padrões comerciais igualmente distintos.

O acontecimento mais desastroso para o desenvolvimento do "Estado espanhol" foi, certamente, a agregação de um Império Americano à Coroa de Castela e, somente a ela, como uma propriedade pessoal, baseada na premissa de que Colombo velejava na condição de agente pessoal de Isabel. Em decorrência de tal premissa, o reino de Aragão e áreas subordinadas, como Catalunha e Valência achavam-se afastadas legalmente da administração e exploração do Novo Mundo. Não é de surpreender, então, que a Espanha tenha sido referida usualmente sob a denominação de "As Espanhas".

No início do século XVI, sob o reinado de Carlos I, se concluiu a união entre Castela e Aragão, muito embora persistissem as peculiaridades institucionais das diferentes regiões hispânicas. Uma das mais estranhas peculiaridades, a dos bascos, lhes isentava de tributos impostos por Castela, e do recrutamento militar e, acima de tudo, a manutenção de barreiras alfandegárias, que davam aos bascos o *status* de nação estrangeira em seu comércio com a Espanha.

Entre 1556 e 1598, sucedeu o reinado de Felipe II, da Casa de Habsburgo; esse período foi a idade de ouro espanhola, ocorrendo grande progresso econômico, como o desenvolvimento do comércio e da indústria. O século XVII é o da chamada decadência espanhola. A mediocridade dos sucessores de Felipe II, que entregaram o poder a ministros incapazes, junta-se a crise econômica e o desprestígio na política internacional. Felipe III reina de 1598 a 1621, Felipe IV de 1621 a 1665 e Carlos II de 1665 a 1700. Nesse período, a Espanha perde a hegemonia sobre Portugal, em 1640, e assina a Paz dos Pirineus, em 1659, que marcou sua derrota diante da França. Após as lutas com aquele país, assina desastrosos tratados entre 1668 e 1697, sendo o mais conhecido o de *Aix-la-Chapelle*.

O último dos habsburgos espanhóis, Carlos II, não possuía herdeiros, e as potências européias passam a disputar o trono espanhol. Os interesses marítimos e comerciais da Inglaterra, que passa a contar com o apoio da Holanda, e as pretensões austríacas opuseram-se às vantagens obtidas pela França, e acabaram por desencadear a Guerra da Sucessão da Espanha (1700-1713). Dela, a nação saiu muito sacrificada e o trono espanhol ficou para Carlos V, da dinastia Bourbon, de origem francesa.

Uma síntese cronológica da ascensão e declínio do trono espanhol nos séculos XVI e XVII apresentar-se-ia da seguinte forma que se segue:



O século XV encerra-se com o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que eram os soberanos dos principais reinos espanhóis, estabelecendo, ao invés da almejada unificação, a existência de um condomínio, através do qual as duas partes passaram a existir como entidades, institucionalmente, separadas.

No século XVI, na sua segunda metade, a coroa espanhola, a partir de Felipe II, atravessará seu período áureo, que, além do crescimento econômico, assistirá à proliferação do patrimônio dinástico, que incluirá Portugal e suas colônias. Contudo, o súbito crescimento será, paradoxalmente, outro fator no declínio espanhol. A ilusão da grandeza e o mito do controle constituem o elemento mais saliente na monarquia espanhola.

No século XVII, a Espanha se deixará governar por monarcas que não se colocaram à altura dos complexos problemas que envolveram uma monarquia carente de uma verdadeira unidade nacional, mas que se estendera por toda a América.

Para tornar mais delicada a situação da Espanha, a França, a Inglaterra e a Holanda, ciosas de possessões coloniais, passaram a ameaçar, na própria Europa, a supremacia espanhola. Carlos II não deixa herdeiros e a disputa pelo trono significará, em definitivo, a derrocada da Espanha no consenso das grandes nações européias, ao findar o século XVII.

Uma síntese econômica da Espanha no período 1500-1700 permite afirmar que, ao iniciar-se o século XVI, a Espanha não passava de uma dependência da Europa, exportando vinho, lã, minério de ferro e outros produtos primários. Na primeira metade do século, o produto nacional bruto expandiu-se, em resposta à demanda colonial de alimentos, roupas e ferragens. Esse crescimento seria, logo a seguir, anulado pelos amplos e persistentes diferenciais de preços entre as manufaturas peninsulares e aquelas fornecidas pelo restante da Europa Ocidental. O fluxo de prata americana, em grande escala, após 1550, inflacionou a estrutura de preços vigente no país de forma mais acelerada e profunda que sobre os demais países europeus, levando à ruína as poucas indústrias que se haviam desenvolvido no período anterior, objetivando responder à demanda colonial, durante a conquista e o período inicial de ocupação.

Ao longo do século XVII, declinará, lentamente, a atividade industrial e agrícola, e a produção se deslocará para o sul do país e, nas cidades onde se estabelecem, os cidadãos mais pobres se colocam a serviço dos ricos no pequeno comércio, ou como mendigos dependentes da caridade da Igreja. No século XVII, a exemplo do que ocorrera no anterior, as fileiras da burocracia, da aristocracia e da Igreja ampliariam-se, e as famílias prósperas resguardavam suas fortunas e asseguravam seu futuro através de uma grande diversidade de



vínculos, benefícios eclesiásticos, compra de cargos públicos e outras atividades improdutivas. Em contrapartida, os Estados europeus modernizavam-se, passando a questionar os conceitos e as práticas dos privilégios, do Estado absolutista, da Igreja, do usufruto privado do poder público, do ouro e prata em lugar da produção, adotando o mercantilismo, de balanço de comércio favorável, como um dos fatores geradores da riqueza e prosperidade nacional.

Estava, assim, decretado o ocaso da Espanha e, ao iniciar-se o século XVIII, a Espanha era o doente europeu, estando atrelada, a partir daí, juntamente com suas colônias, à economia européia, através das estruturas políticas, sociais e econômicas, características do capitalismo em seu período de acumulação.

### **SÉCULOS XVI E XVII, OS SÉCULOS REVOLUCIONÁRIOS PARA A INGLATERRA**

Entre as nações da Europa Ocidental, no período 1500-1700, a Inglaterra atravessará a transformação mais radical em termos de estruturas econômicas e políticas. Em um período de 200 anos, sua população crescerá de 4 para quase 6 milhões de habitantes, crescimento decorrente, em ampla medida, da revolução agrícola, de modificações tecnológicas e alterações na estrutura

fundiária, todas precursoras da Revolução Industrial. Ocorreram, ainda, mudanças religiosas e políticas, adotadas a partir da Reforma, da Revolução Gloriosa, e dos Atos de Navegação, a começar pelo de Oliver Cromwell (1651), que transformaram as colônias em mercado reservado aos produtos manufaturados e gêneros alimentícios britânicos. Posteriormente, a "Revolução Gloriosa", consolida a posição da Inglaterra como importante nação européia dos séculos XVII e XVIII.

Durante o século XVII, "o século revolucionário" para a Inglaterra, uma elite mercantil e grupos a ela associados, promoveram mudanças estruturais internas vinculadas, em sua maioria, às atividades comerciais e fabris. O mesmo grupo mercantil estabeleceu sua hegemonia sobre um governo parlamentar, objetivando fomentar seus projetos de expansão, ao mesmo tempo que permitiram que o governo funcionasse como uma tribuna aberta às opiniões discordantes. O sentido de vontade nacional assim concretizado respondeu, em sentido amplo, pela criação dos grandes recursos financeiros necessários à sustentação do crescente poderio político e econômico inglês. Obstáculos ao desenvolvimento econômico, privilégios reais, aristocráticos, corporativos, monopólios, proibições, tributos, controle de preços foram removidos ou reduzidos. Fortaleceram-se aqueles fatores capazes de estimular o desenvolvimento: as sociedades



anônimas, o Banco da Inglaterra, o aumento da tolerância religiosa e o avanço científico.

Durante a primeira metade do século XVII, a Inglaterra já rompera as barreiras que a separavam do que atualmente denominamos "mundo moderno". A transformação de sua sociedade e economia, a interpenetração da aristocracia, pequena nobreza e comerciantes, o prestígio e a autoridade conferidos aos poderosos interesses comerciais, os gastos dirigidos para a indústria náutica e a expansão da Marinha Real, a mobilização de recursos e mão-de-obra nacionais voltados para a expansão comercial e para o acesso às matérias-primas rentáveis, permitiram à Inglaterra esquadrihar as fontes de matérias-primas, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata, em barras e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e de Portugal.

O exame da atuação inglesa, ao longo do século XVII, realça, como fato característico, não a superioridade tecnológica, comercial, industrial e marítima sobre os rivais franceses e holandeses, mas, sim, a disposição agressiva, voltada para a utilização de sua posição geográfica e experiência marítima, na formulação de uma estratégia a ser repetidamente empregada contra espanhóis, holandeses e franceses. Os ingleses penetraram no império colonial do Novo Mundo com energia comercial, inovação industrial e

lançando mão até mesmo da guerra. Sua frota mercante cresceu muito, após a vitória obtida sobre os holandeses. Após iniciarem o domínio dos mares, foi fácil aos ingleses a imposição de sua visão econômica às duas grandes rivais, a França e a Holanda; ato contínuo, consolidaram a antiga posição junto a Portugal e a Espanha, forçando-os a estabelecerem concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer, ao mesmo tempo, a posição de seus comerciantes em Lisboa e Sevilha.

## CONCLUSÃO

### A Geografia e o "Estado Espanhol"

A posição geográfica da Espanha, situada no extremo oeste europeu, a coloca como área de transição entre o norte da África e a Europa Ocidental, fazendo com que a Espanha, ao longo dos séculos, fosse área de trânsito para os numerosos povos que, por diferentes motivações, passaram pela Península Ibérica.

O processo histórico não contrariou a predisposição geográfica e, dessa forma, desde tempos imemoriais, o solo espanhol assistiu ao desfilar de diferentes povos e culturas. Entre os mais notáveis, estão os romanos, que lançaram as bases do humanismo cristão, da unidade religiosa, da precária unidade



político-administrativa e da relativa unidade lingüística, através do latim, que deu origem ao castelhano.

Seguiu-se, à presença romana, a ocupação pelos povos bárbaros germânicos (álamos, vândalos, *suevos* e visigodos) que, se situando em diferentes áreas, lançaram as bases do regionalismo e reforçaram os traços feudais deixados pelos romanos. Posteriormente, e em longos sete séculos, veio a odiosa presença dos muçulmanos, mas que, ainda assim, pesou decisivamente na cultura espanhola.

A posição geográfica, à beira mar, concorreu para que os espanhóis buscassem, nos mares, a solução, para o crescimento da nação. Todavia, as características geográficas, geradoras de um país bastante compartimentado, não foram contrariadas pela sua formação cultural, que reforçou a compartimentação geográfica, a ponto de inviabilizar um Estado nacional com sólida coesão interna, dando origem não a uma Espanha, mas a numerosas Espanhas.

### A Fragilidade das "Espanhas"

Embora aqueles que buscassem a América fossem vassalos dos reis de Espanha, quem poderia produzir a unidade entre um habitante da Biscaia e um Catalão, que se originam de diferentes províncias e falam diferentes línguas? Como poderia um andaluz se entender com um valenciano, um homem nascido

em Bilbao, com um nascido em Córdoba, um aragonês com um nascido em Navarra, um natural de Galicia com um natural de Castela, um asturiano com um homem proveniente da Catalunha ou da Extremadura?

É possível que o maior mito incorporado ao pensamento europeu da época fosse o mito da "Espanha propriamente dita". Ao encerrar-se o século XV, a Espanha mal começara a consolidar sua estrutura interna.

A aquisição do império, no século seguinte, gerou não apenas atrofia do processo de consolidação, mas, igualmente, a proliferação da estrutura política patrimonial ibérica. O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, freqüentemente considerado o marco inicial do moderno Estado espanhol, resultara não na união dos reinos, mas sim, no estabelecimento de uma diarquia, através da qual as duas partes constituintes da "coroa espanhola" coexistiam como entidades separadas institucionalmente. Por outro lado, cada um dos reinos agregava partes distintas. Esse padrão de crescimento político fora bastante comum na etapa final da época medieval; sua sobrevivência, em plena era moderna, deixava a Espanha na retaguarda do desenvolvimento político da Europa Ocidental.

Outro fato, que muito concorreu para dar à colonização espanhola um caráter altamente descentralizador, foi a complexa demografia indígena que encontrou nas terras americanas. Astecas, incas e



maias já possuíam estruturas administrativas que se associavam à paisagem geográfica que ocupavam, e seria praticamente impossível, aos espanhóis, modificá-las. Por outro lado, a América espanhola possuía diferentes pontos de atração situados no oceano Pacífico, no oceano Atlântico e no mar do Caribe.

Assim, a ilusão da grandeza e o mito do controle constituíam elementos salientes na monarquia espanhola. Nem as sábias regras de Maquiavel serviriam para o controle efetivo de tão vasto patrimônio. O tempo se encarregaria de mostrar que a aparência de poder era, na realidade, inteiramente ilusória.

### **A Supremacia Inglesa na Europa e nas Colônias Espanholas**

Entre os séculos XVI e XVII, houve uma mudança nas posições relativas ocupadas pelos países europeus. No decurso de 200 anos, as nações ibéricas, economicamente dependentes, realizaram sua expansão ultramarina, gerando áreas comerciais dependentes. Em verdade deixaram de modernizar suas estruturas econômicas e políticas.

A Espanha, no momento das conquistas e início da colonização, não se achava preparada para romper sua herança medieval. A reconquista e a luta contra a cultura árabe valorizaram a aristocracia e a Igreja; assim, o século

XVI revelou uma Espanha caracterizada pela existência de estruturas econômicas e sociais semi-feudais, baseadas na posse da terra, na aristocracia e na burocracia.

Por outro lado, a atuação inglesa se revela, nos séculos XVI e XVII, agressivamente mercantilista no plano econômico e, cada vez mais, participativa na política interna. Sobrevem o absolutismo inglês, que fortificará o mercantilismo, mas virá também o período revolucionário com a queda do absolutismo monárquico e a valorização política da operosa classe burguesa.

Bastará apenas um século, o século XVII, para que a Inglaterra, após os Atos de Navegação e a Revolução Gloriosa, afirme sua inegável superioridade na Europa, em particular no controle do comércio espanhol.

"Essa forma de comerciar com as Índias não é desvantajosa para a aristocracia, já que não apenas os cavaleiros, mas também a nobreza de Castela, negociam com as Índias; e deve-se muito lamentar que, na ausência de nossos honrados e corajosos comerciantes, a maior parte do comércio haja caído em mãos de estrangeiros, que enriquecem, ao passo que empobrecemos com o que desprezamos".

Parece claro que os ingleses forçaram os espanhóis, e também os portugueses, a estabelecerem concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer a posição de seus comerciantes residentes nas



inúmeras praças comerciais na Espanha e Portugal. A Inglaterra mobilizou todos os recursos disponíveis para promover sua expansão comercial e essa estratégia permitiu que tomassem íntimo contato com as áreas que constituíam, real e potencialmente, as fontes de oferta de matérias-primas, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata, em barras e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e Portugal.

O significado da Inglaterra para a obra colonizadora, realizada pela Espanha não pode ser negligenciado.

Em realidade, as economias inglesas, espanhola e hispano-americana achavam-se intensamente interligadas ao iniciar-se o século XVIII.

A exploração econômica desenvolvida pelos países ibéricos nas Américas deu-lhes ilusória sensação de grandeza e poder, mas contribuiu, decisivamente, para que a Inglaterra, retardatária que foi na constituição de um império colonial, assumisse o controle dos domínios espanhóis e portugueses de além mar, através da subordinação econômica de suas metrópoles européias ao seu poderio econômico, sempre crescente.



**Cel Inf ME ALDO DERMEVAL RIO BRANCO FERNANDES** — Possui os cursos da arma de Infantaria (AMAN), Forças Especiais, Comandos, Guerra na Selva e EsAO. Graduado e bacharel em História, graduado em Pedagogia e mestrado em Metodologia do Ensino Superior. Serve, atualmente, na DFA.





# O EQUIPAMENTO DO CAMPO-DE-BATALHA(\*)

David Ian Aubrey Spackman

---

Matéria extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da ECEME, em 1992.

Ocupa-se da relação existente entre os conceitos operacionais e as decisões sobre aquisição de equipamentos, levando em conta os avanços tecnológicos e as novas formas de combate no moderno campo-de-batalha.

---

## INTRODUÇÃO

**A**té, relativamente, pouco tempo, o equipamento necessário a um campo-de-batalha convencional consistia de armas que possibilitavam o soldado matar o inimigo com que, literalmente, defrontava. Em geral, o equipamento era planejado para executar uma só tarefa e era de fácil utilização.

Hoje, porém, a aquisição de um equipamento militar apresenta novos níveis de complexidade para os tomadores de decisões. Muitos armamentos não mais

se destinam a um só papel. Muitos deles são, na verdade, complicados sistemas que englobam vários outros sistemas distintos. E os tomadores de decisões se vêem, cada vez mais, diante de sistemas militares para múltiplas missões, onde cada uma depende de sistemas que a ela se integram. Para citar apenas um exemplo, o *Follow-on Forces Attack* (FOFA), de que nos ocuparemos adiante, envolve uma cadeia de 9 (nove) sistemas.

Para tornar ainda mais complicada a equação, os conceitos operacionais também se tornaram mais complexos. Isso se deve, em parte, aos avanços da tecnologia, mas, também, às novas for-

---

\* Selecionado pelo PADECEME



mas de combater, no moderno campo-de-batalha.

Além do mais, embora o advento da alta tecnologia no desenvolvimento de sistemas de armas não tenha modificado os princípios básicos de guerra, modificou, dramaticamente, a velocidade de mudança no equilíbrio da vantagem, para favorecer um lado ou outro. Isso significa que os conceitos operacionais devem ser suficientemente flexíveis, para permitir, aos exércitos, o emprego de métodos facilmente adaptáveis a circunstâncias e ameaças novas.

É importante, portanto, que oficiais e praças selecionadas estejam alertas e sensíveis ao desenvolvimento de tecnologias e conceitos operacionais, de forma a poderem ver o futuro campo-de-batalha de diferentes perspectivas causadoras de mudanças. Somente assim, os conceitos operacionais e a capacidade de combate se articularão adequadamente, quando da tomada de decisões acerca do equipamento do campo-de-batalha.

O espaço analítico deste trabalho, portanto, está centrado em uma relação: aquela entre os conceitos operacionais e as decisões relativas à aquisição de equipamento. Da análise, buscar-se-á inferir amplas linhas-de-ação, que possam orientar futuras decisões a respeito do problema.

## RELAÇÕES COM A HISTÓRIA

Vistas em retrospecto, as consequências militares dos avanços da

tecnologia parecem óbvias. Mas a História demonstra quão difícil tem sido reconhecer, à época devida, os novos padrões de relacionamento entre armamentos e conceitos operacionais. Isso pode explicar a tendência, no passado, ao atraso do pensamento tático em relação ao desenvolvimento tecnológico.

Por exemplo, o poder de uma metralhadora para se opor à forças atacantes e o de um carro-de-combate (CC) para fortalecer o poder de combate não foram imediatamente percebidos pelos altos comandos, na Primeira Guerra Mundial. O potencial resultante da combinação do CC com aviões de bombardeio em mergulho, na *blitzkrieg* alemã, foi um choque considerável para a aliança anglo-francesa, em 1940. Os exércitos dessa aliança ficaram quase que paralisados, diante da velocidade e da eficiência da ofensiva alemã.

Contudo, na Alemanha, os esforços de Heinz Guderian (influenciados pelos pensamentos dos escritores ingleses, J.F.C. Fuller e B.H. Liddell Hart) para desenvolver o conceito da *blitzkrieg* é uma das primeiras evidências da preocupação de pensar sobre como as mudanças tecnológicas podem afetar os conceitos operacionais. Fica claro que o planejamento alemão, no que agora chamamos de nível operacional de guerra, teve influência direta na previsão do equipamento para o seu campo-de-batalha. Dessa forma, a Alemanha teve tanto o armamento, como a doutrina



coerente para usá-lo eficientemente.

Nos últimos 20 (vinte) anos tem havido um nítido progresso nos esforços dos exércitos para produzir métodos coerentes que aproveitem, em conjunto, as modernas tecnologias e os conceitos operacionais. Vale à pena examinar a evidência disso, através do estudo de alguns casos históricos.

### A Guerra Árabe-Israelense de 1973, Operação BADR<sup>1</sup>

Até 1973, o poderio aéreo de Israel tinha dominado o equilíbrio militar entre árabes e israelenses. Os israelenses acreditavam, firmemente, na eficácia do ataque como a melhor forma de defesa e, de acordo com isso, desenvolveram poderosas forças blindadas, a fim de levarem o campo-de-batalha para o território inimigo. Sem qualquer profundidade operacional disponível, eles queriam lutar o mais longe possível do solo de Israel.

Os egípcios, depois de derrotados na guerra de 1967, reconheceram, realisticamente, que Israel tinha superioridade em força aérea e em blindados. Para vencer uma nova guerra, eles teriam que neutralizar essas vantagens.

A solução encontrada pelo estado-maior egípcio foi fortalecer suas defesas

contra aviões e CC de Israel, e adotar conceitos operacionais que reduzissem riscos e maximizassem as forças egípcias. Dessa forma, investiram grandes recursos em uma rede de defesa anti-aérea maciça, além de melhorarem a defesa anticarro de suas forças terrestres.

Para tornar essas forças eficientes, os egípcios adotaram um plano operacional cuidadosamente preparado. As forças de terra que atravessaram para a margem leste do Canal de Suez, tomado por Israel, deveriam ficar dentro do alcance da defesa anti-aérea, localizada na margem oeste do Canal, para reduzir sua vulnerabilidade aos ataques israelenses. Tendo assegurado suas posições, eles deveriam, então, permanecer em defensiva tática no lado israelense. Dessa forma, forçariam a força blindada de Israel a lançar ataques dispendiosos contra as poderosas defesas anticarro.

Os israelenses descobriram a eficiência do plano egípcio nos estágios iniciais da guerra, quando suas aeronaves ficaram expostas aos mísseis SA-6, e seus tanques aos mísseis *Sagger*. Citando apenas um exemplo, a Divisão Sinai, de Israel, ficou reduzida de 280 a 90 CC, nas primeiras luzes do terceiro dia de combate.

O resto da história não nos concerne aqui, mas, em resumo, os erros subsequentes dos egípcios, que emergiram de sua proteção de mísseis terra-ar (SAM) e que fizeram um número de graves erros operacionais, deram

1. Operação BADR foi o nome egípcio dado ao combate. Foi uma homenagem à vitória de Maomé sobre Quraish em 624 a.C.



oportunidade de Israel contra-atacar e, eventualmente, vencer. Interessa-nos, contudo, o fato de os egípcios haverem efetivamente articulado um conceito de batalha, com a previsão de uma efetiva capacidade nas principais áreas de engajamento anticarro e antiaéreo, embora, no total, suas forças fossem qualitativamente inferiores às do inimigo.

O resultado da guerra também nos faz lembrar que os elementos intangíveis da batalha — inclusive o mais intangível, o homem — podem influenciar o resultado, a despeito da qualidade dos conceitos operacionais e do nível de desenvolvimento das armas usadas.

Esse exemplo ressalta, não apenas o interrelacionamento de conceitos operacionais e possibilidade de armamento, mas também ilustra o fato de que a tecnologia, aliada a conceitos fundamentados, foi capaz de transformar o campo-de-batalha, entre 1967 e 1973, ou seja, em apenas 5 (cinco) anos.

### **O Vale Bekaa, 1982**

Os israelenses aprenderam bem a lição da guerra de 1973 e, 9 (nove) anos mais tarde, no Vale Bekaa, Líbano, demonstraram que certos armamentos de tecnologia moderna eram vulneráveis à contra-medidas eletrônicas. Utilizando um complexo sistema de armamento eletrônico e outras armas, eles puderam explorar as fraquezas do co-

mando sírio e seu sistema de controle e, como resultado, conseguiram interferir na comunicação síria. O sucesso espetacular obtido foi a paralisia da rede de defesa antiaérea síria, o que permitiu que a força aérea israelense sobrevoasse o Vale Bekaa e atacasse alvos livremente.

Esse exemplo serve, não apenas para nos lembrar que o uso de tecnologia pode criar vulnerabilidade, mas, também, nos alertar para o fato de que a ausência de conhecimento de tais vulnerabilidades pode levar a derrotas catastróficas. O exemplo serve, ainda, para enfatizar a tendência atual das nações em planejar, nos tempos de paz, tecnologias avançadas para a guerra.

### **A União Soviética, 1978-1984**

Entre 1978 e 1984, na União Soviética, uma discussão ampla estava sendo conduzida nos círculos militares, a respeito do poderio da defesa anticarro da OTAN. A guerra árabe-israelense de 1973 foi analisada cuidadosamente, para que se aprendesse, tanto quanto possível, sobre a capacidade moderna da defesa anticarro. Os soviéticos concluíram que, para conseguir seus objetivos militares em qualquer conflito futuro com a OTAN, a natureza densa da capacidade anticarro da Organização teria que ser neutralizada de alguma forma. Isso era visto como essencial para que as defesas desta fossem



peneiradas rapidamente, antes que os reforços chegassem. Em consequência, o Exército Soviético desenvolveu um novo conceito de operações continuadas. Planejaram, no nível operacional da guerra, fortalecer sua capacidade ofensiva para conduzir operações de alta velocidade em toda a profundidade do dispositivo inimigo. A fim de dar efeitos práticos a esses conceitos, o Exército Soviético deu início a um programa sistemático de modernização, para prover sua força da capacidade operacional julgada necessária.

Em resumo, esse é um exemplo da abordagem moderna e sistemática da preparação para a guerra: em primeiro lugar, o desenvolvimento de conceitos operacionais e, em segundo, a pesquisa e o desenvolvimento de equipamentos para atender à demanda da capacidade definida pelos conceitos. Ambos os aspectos destinavam-se a atender às necessidades do nível operacional da guerra.

### **Follow-on Forces Attack (FOFA)**

Paralelamente a esses desenvolvimentos soviéticos, um outro conjunto de idéias estava sendo elaborado pela OTAN. Em 1979, o então Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa (SACEUR), general Rogers, apresentou o *Follow-on Forces Attack*, ao

Comitê de Defesa da OTAN<sup>2</sup> como um conceito destinado a fortalecer a defesa.

O problema percebido pela OTAN era o de enfrentar, em conflitos futuros, os sucessivos exércitos soviéticos que avançariam progressivamente e que chegariam a tal número que as forças de terra da OTAN seriam, eventualmente, derrotadas. O FOFA foi concebido como uma resposta a essa ameaça. Era um método de atacar as formações inimigas situadas atrás da linha-de-contato, com o objetivo específico de reduzir o fluxo das forças inimigas para a frente da zona-de-ação.

É interessante observar que esse conceito foi criticado na OTAN como sendo um conceito de ofensiva. A OTAN era uma aliança de defesa, arguia-se. Portanto o FOFA deveria ser abandonado. Tal era a força dessas acusações, que o general Rogers sentiu-se obrigado a refutá-las publicamente. Não obstante, o método teve forte apoio político e militar na OTAN, tendo a Organização adotado, de fato, o conceito.

Esse exemplo ilustra uma outra verdade: os conceitos operacionais não são restritos aos militares, mas estão sujeitos a considerações políticas também. Em termos de conceito operacional, contudo, ele não definiu os limites entre ataque e defesa. De fato, o conceito do FOFA e

2. Esta operação era necessária antes que fossem analisados os meios para a implementação do FOFA pelos devidos setores da OTAN, para obtenção dos recursos necessários.



sua potencialidade são muito relevantes na nossa busca de parâmetros para a tomada de decisões sobre equipamentos para o campo-de-batalha. Vale a pena explorá-lo mais detalhadamente, o que será feito adiante.

## A Guerra do Golfo — 1991

Nosso último exemplo histórico é a Guerra do Golfo, de 1991. Provavelmente é ainda muito cedo para falar com autoridade sobre ela, mas ela pode ser citada pelo uso de armamento de alta tecnologia e por seus conceitos operacionais avançados de Operações Ar-Terra (EUA), e de Guerra de Manobra (Reino Unido), ambos com grande ênfase no nível operacional do conflito. As armas eram mais visíveis do que os conceitos, mas a guerra criou a oportunidade para essas duas nações, em particular, testarem seus respectivos conceitos operacionais e a capacidade do armamento. Não foi um teste de fato, pois as forças do Iraque pareciam singularmente ineptas, e nem todas as tecnologias de capacitação (tal como FOFA) estavam já em uso. Contudo, do ponto-de-vista do presente estudo, as evidências indicam que a abordagem conceitual da guerra moderna, buscada por exércitos modernos, demonstrou sua utilidade. Até onde podemos julgar, a Guerra do Golfo demonstrou que conceitos operacionais e equipamento adequados foram articulados para

atender às necessidades do comando operacional.

Dessas cinco evidências históricas acima comentadas, podemos chegar a algumas deduções:

O pensamento tático e o desenvolvimento do armamento influenciam-se mutuamente. O relacionamento é íntimo e o pensamento inovador é necessário, para fundir o desenvolvimento de conceitos (idéias sobre como lutar no campo-de-batalha) com o de capacidades (equipamento para o campo-de-batalha).

Na época atual, o equilíbrio entre ataque e defesa pode alterar-se rapidamente. Há necessidade de informação sempre atualizada sobre os avanços da tecnologia, bem como o reconhecimento do seu potencial e de suas vulnerabilidades.

No nível operacional da guerra, a influência do pensamento sobre conceitos e capacidades é evidente e deve ser utilizada como guia na aquisição de equipamentos para o campo-de-batalha futuro.

## UM ESTUDO DE CASO: O FOLLOW-ON FORCES ATTACK

O FOFA ilustra a complexidade dos conceitos atuais de campo-de-batalha e demonstra a aplicação da alta tecnologia ao desenvolvimento de armamentos. Podemos utilizá-lo como *estudo de caso*



para aprender algo mais, acerca das modernas relações entre conceitos de operações e armamento.

A primeira coisa a observar nesse conceito é que ele foi desenvolvido para atender à necessidade de nível operacional de guerra. Ele é uma evolução do bloqueio aéreo. O bloqueio aéreo tem sido, essencialmente, uma tática de alcance estratégico. Seu objetivo é destruir, neutralizar e retardar o potencial militar do inimigo, sem necessidade de integração detalhada com a manobra das forças terrestres. O conceito de FOFA tomou a tática e aplicou-a a sucessivos escalões de forças soviéticas, posicionadas imediatamente atrás de suas formações, em contato com a parte mais avançada das posições defensivas da OTAN. Os alvos de maior interesse para os comandos de terra da OTAN eram os carros-de-combate e os veículos blindados que estariam chegando como uma seqüência de choques contra as posições avançadas da OTAN. FOFA, portanto, era visto como um esforço sustentado, conduzido a partir de posições logo atrás das forças em contato, penetrando o tanto quanto possível no campo inimigo. Em resumo, as forças seqüenciadas soviéticas teriam que lutar no seu caminho para a frente de batalha, dispendendo tempo, energia, munição, capacidade e moral da tropa no processo. O ritmo acelerado que se espera de uma guerra moderna também convenceu os comandantes da OTAN da necessidade de planejar a utilização da interdição

aérea no contexto do nível operacional\*\* ao invés do estratégico. Isso era necessário porque eles acreditavam que, na guerra de pouca duração prevista, não haveria tempo para esperar pelos resultados estratégicos. Poressemotivo, o FOFA teria que ser conduzido de maneira coordenada, e de acordo com o esquema de manobras do comandante da Força Terrestre. Dentro dessa perspectiva, fica evidente que esse método era uma resposta direta, em nível operacional de comando, às necessidades percebidas de um futuro campo-de-batalha.

Passemos a examinar o potencial do FOFA mais detalhadamente. Uma missão dessas envolve uma seqüência de sistemas. Na execução da mesma devemos:

- a. fazer levantamento de uma grande área com o objetivo de obter informações sobre a localização e a atividade de alvos potenciais;
- b. transformar as informações assim obtidas em informações úteis e transferi-las ao devido comando;
- c. decidir que alvos atacar, e transmitir essa decisão, juntamente com a informação sobre a situação, aos que irão proceder ao ataque;
- d. executar um reconhecimento mais detalhado, com o objetivo de detectar,

\*\* Nota da redação: o nível operacional na doutrina britânica corresponde ao nível estratégico operacional, conforme o anteprojeto do Manual de Campanha C124-1, Estratégia, do Exército Brasileiro.



localizar e acompanhar os alvos específicos a serem atacados;

e. levar o armamento até o alvo, por meio de avião ou de míssil;

f. controlar a trajetória de uma plataforma (avião ou míssil), à medida que informações atualizadas sobre o alvo forem disponíveis;

g. atacar o alvo com a arma, tal como uma bomba ou uma munição teleguiada;

h. pôr o alvo fora de ação com a munição; e

u. fazer um levantamento dos resultados do ataque.

Cada uma dessas 9 (nove) etapas pode ser realizada por um sistema diferente, embora em alguns casos o mesmo sistema possa realizar as dos itens "a", "b", "d", e "i".

Para cada uma dessas nove etapas, há alternativas de sistemas que podem ser adquiridos. Além disso, a maioria desses sistemas também seria utilizada em outras missões.

Um aspecto final do problema é a questão do risco técnico. Se vários sistemas diferentes devem funcionar juntos em uma batalha e todos são objetos de programas de desenvolvimento, é bem possível que um dos novos sistemas não funcione tão bem quanto os outros. Na verdade, isso não é apenas possível: é provável.

O risco, aqui, é que o elo mais fraco da cadeia torne os outros elos ineficientes. Por exemplo, um conjunto de sistemas para localizar CC inimigos, identificá-los, fornecer prontas informações

sobre sua localização e, então, enviar uma arma que o atinja seria totalmente inútil, se houvesse uma falha no desenvolvimento e na aquisição da munição capaz de destruir a blindagem do CC.

Diante desses dilemas, as formas convencionais de pensar sobre questões de aquisição não são de grande valia.

Deste estudo de caso podemos fazer um certo número de deduções:

- o FOFA propõe questões técnicas relativas à transferência da tecnologia altamente inovadora do laboratório para o campo-de-batalha, principalmente em face de contra-medidas;

- o FOFA propõe questões técnicas sobre como assessor sistemas militares que têm múltiplas missões, quando cada missão requer o funcionamento conjunto de sistemas militares múltiplos;

- o FOFA propõe questões técnicas sobre como assessor o nível de performance necessário para justificar o desenvolvimento de novos e dispendiosos sistemas; e

- o FOFA confirma o nível operacional da guerra como um fator importante na definição de concepções e de equipamentos para o campo-de-batalha.

## INFLUÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Os planejadores militares são, essencialmente, um braço do governo, e devem planejar de acordo com as diretrizes nacionais. Como tal, suas decisões



são influenciadas por fatores sociais, econômicos e políticos. É necessário explorar, com rapidez, as principais considerações que surgem a respeito desses fatores, a fim de identificar suas principais implicações no processo decisório.

## Fatores sociais

Clausewitz nos lembra que os fatores devem ser sempre considerados pelo planejador militar: "A guerra não pertence ao reino das artes ou das ciências; na verdade ela é parte da existência social do homem."<sup>3</sup>

Não nos preocupamos aqui com todas as ramificações da frase de Clausewitz, mas podemos isolar dois fatores sociais que influenciam a seleção de estratégias de batalha e a escolha de equipamentos. São eles: o potencial de recursos humanos<sup>4</sup> disponíveis e a qualidade desses recursos.

Em geral, cada nação deve calcular o tamanho do seu exército (e do serviço de suas forças armadas) de acordo com o contingente humano disponível. Por sua vez, esse equacionamento influenciará a seleção de estratégias e equipamentos apropriados para o campo-de-batalha.

Considerando-se a crescente complexidade de soluções para problemas operacionais, muitas dessas estratégias e equipamentos vão requerer mão-de-obra altamente qualificada. Surge então a questão de a nação poder contar com esse pessoal, em número suficiente, no seu potencial de recursos humanos. Até mesmo nações com experiência militar avançada, como os Estados Unidos, têm problemas nesse campo.

A solução, para os planejadores militares, nos últimos anos, tem sido a de admitir que os sistemas de armas devem ser mais simples de usar, requerendo menos pessoas para operá-los. Entretanto, muitos equipamentos que entraram em serviço nos anos 70 e 80 (e ainda estão sendo usados por muitos exércitos) provaram ser pouco confiáveis, e os exércitos tiveram que aumentar significativamente seus serviços de manutenção e reparo, o que, evidentemente, aumentou a necessidade de mão-de-obra qualificada. Além disso, embora as novas tecnologias venham reduzindo o número de operadores de cada equipamento, estão aumentando o número de tarefas a serem cumpridas. Os sistemas eletrônicos de guerra, os sistemas de inteligência e outros sistemas complexos, que mal existiam 10 ou 15 anos atrás, requerem um bom número de pessoas qualificadas para operá-los e mantê-los. Em outras palavras, tão logo a tecnologia resolve um problema, parece criar outro.

A reação dos planejadores militares é buscar formas inovadoras de reduzir a demanda de pessoal especializado, que

3. Carl Von Clausewitz, *On War* (editado e traduzido por Michael Howard e Peter Paret), pág. 149. Princeton U.P., New Jersey, 1976.

4. A expressão "potencial de recursos humanos" refere-se ao número de homens (e mulheres, se o exército as incluir em suas fileiras) na faixa etária da qual o exército recruta seus soldados.



parece crescente. Assim, ao considerarem as opções de equipamento para o campo-de-batalha, eles continuarão a buscar soluções que requeiram um número menor de pessoas do que até então, exigirão equipamentos mais fáceis de utilizar e mais confiáveis em termos de qualidade, do que os encontráveis nos inventários. Mas eles também terão que buscar estratégias de campo-de-batalha que substituam a necessidade de um grande número de equipamentos que requeiram homens com capacidade especial para operá-los. O resultado de tudo será uma tendência a exércitos menores e mais sofisticados. A qualidade será a palavra chave, não a quantidade. O equilíbrio a ser atingido pelo planejador será o de evitar que a redução numérica chegue ao ponto em que o poder de combate, embora aparentemente mantido, fique na verdade reduzido.<sup>5</sup>

### Fatores econômicos

Esse ímpeto na direção de exércitos menores e do uso mais eficiente do

potencial humano será reforçado por fatores econômicos. O custo de exércitos modernos já é alto. Recursos humanos estão ficando cada vez mais caros e equipamentos tecnologicamente avançados estão se tornando, também, cada vez mais caros, para desenvolver e comprar. Os orçamentos de defesa são sempre escassos (há uma redução geral nos orçamentos de defesa em todo o mundo<sup>6</sup>) e esse fato, juntamente com os altos custos do armamento, restringirão o número de novas armas que podem ser adquiridas por determinada nação. Essas considerações, de caráter econômico, reforçarão, portanto, a tendência a exércitos menores, porque esses são mais fáceis e menos dispendiosos de serem mantidos atualizados.

### Fatores políticos

Os fatores políticos provavelmente encorajarão, também, essa tendência. Verbas para os exércitos disputam, invariavelmente, com outras prioridades de gasto do governo. Na verdade, os governos freqüentemente desejam ampliar seus planos sociais às custas do orçamento militar.

Os planejadores militares devem, portanto, estar cientes das pressões políticas que sofrem seus chefes e apresentar propostas realistas. Mas não

5. Isso poderia ocorrer, por exemplo, se fosse dada maior ênfase à versatilidade de uso em sistemas de armas futuros: a capacidade de passar de uma tarefa, ou de um alvo para outro. Por exemplo, um sistema de armas projetado para destruir veículos blindados é versátil se ele também puder realizar outra tarefa, como a destruição de um avião. Se esse sistema for destruído pelo inimigo, estarão sendo prejudicadas duas áreas de capacidade de força. Se o papel duplo for um fator de peso nos recursos totais da tropa, pequenas perdas seriam ampliadas e poderiam reduzir seriamente o poder de combate da tropa. Nota do Autor.

6. Veja *Military Technology*, nº 7, 1991, pág. 10.



se trata apenas de uma questão de dinheiro: a seleção de estratégias e equipamentos de combate deve harmonizar-se com a política de governo. Por exemplo, embora do ponto-de-vista militar possa ser desejável possuir capacidade para guerra química, a política governamental pode inviabilizar essa opção.

Na prática, o requisito para que o planejamento militar esteja de acordo com a política nacional não é sempre fácil de ser atendido, porque a política nacional nem sempre é clara. Tampouco existe sempre uma ameaça clara que dê forma a essa política. Tal incerteza é bastante evidente na OTAN hoje em dia, o que constitui um exemplo óbvio. Todos esses fatores políticos complicam o processo decisório e levam os planejadores de defesa a desenvolverem suposições de ordem prática em seu trabalho.

Há ainda uma outra consideração política. A maioria dos governos opera com um processo orçamentário que requer que licitações para equipamentos militares sejam feitas de acordo com as alocações de recursos para gastos anuais de defesa. Devido ao longo período de tempo que decorre entre a aceitação da concorrência e a chegada do equipamento ao serviço (o projeto e o desenvolvimento de um novo carro-de-combate pode levar de 10 a 15 anos), os planejadores são obrigados a perscrutar o futuro. Isso significa que o raciocínio conceitual sobre a natureza do futuro

campo-de-batalha deve anteceder o planejamento. Nem todos os equipamentos levarão o mesmo tempo para serem desenvolvidos, e equipamentos já existentes terão que ser considerados, com vistas às possibilidades de atenderem às necessidades de conceitos futuros. A grosso modo, pode-se tomar, como orientação, que as concepções serão transformadas em equipamentos em um período de 10 a 15 anos. Assim sendo, e tendo em vista o ritmo acelerado do progresso dos armamentos, as principais necessidades de equipamentos devem ser revistas a cada 5 ou 10 anos, para assegurar a melhoria contínua da capacidade de combate de um exército a cada 5 anos.

Dos fatores sociais, econômicos e políticos acima comentados, podem ser feitas várias deduções:

- considerações relativas ao combatente, em especial à qualidade dos recursos humanos, terão grande peso na seleção das estratégias e equipamentos de combate para o campo-de-batalha;

- as soluções tecnológicas serão necessárias para assegurar que o poder de combate seja mantido em relação à capacidade potencial dos oponentes;

- devido ao custo crescente dos sistemas de armas, os requisitos de equipamento devem ser otimizados, a fim de resultar na melhor combinação de armamentos possível;

- uma ameaça incerta e uma política nacional pouco clara podem prejudicar



o planejamento. Isso significa que será necessário trabalhar com hipóteses, e que essas hipóteses devem receber a aprovação do governo;

- os estudos conceituais são fundamentais para que o planejamento dos exércitos responda às necessidades futuras do campo-de-batalha; e

- a fim de atender aos requisitos do processo de orçamentação e de se levar em consideração a velocidade do desenvolvimento tecnológico, as concepções concernentes ao campo-de-batalha devem ser revistas a cada 5 anos, com o objetivo de se perscrutarem os próximos 15 anos, mantendo-se todo o potencial de combate durante esse período, de 10 a 15 anos.

## A TOMADA DE DECISÕES

### As Diretrizes para a Tomada de Decisões

Fica claro, a partir de nossa análise, que a relação entre concepções concernentes ao campo-de-batalha e a capacidade de combate tem papel central no processo de tomada de decisões sobre a escolha do equipamento. Contudo, já que o tempo necessário para pôr em uso uma nova tecnologia pode levar de 10 a 15 anos, os tomadores de decisão são levados a decidir com base em previsões. Eles devem considerar o caminho que querem tomar e o que seus principais adversários tomarão.

Devido ao custo dos novos sistemas e à complexidade da moderna abordagem de equipamento envolvendo várias missões e sistemas, não é suficiente conhecer a qualidade de sistemas individuais. Requerem-se, também, modelos analíticos que possam mensurar o impacto da agregação de novos sistemas e novas concepções de campo-de-batalha.

Essas conclusões indicam a necessidade de desenvolver métodos de previsão de acordo com a natureza dinâmica das variáveis. Segundo nossa análise, podemos identificar cinco etapas conceituais para essa previsão a longo prazo.

O primeiro passo que a equipe de planejamento deve dar é estabelecer hipóteses formais, que constituirão os parâmetros para a análise da previsão. São necessárias as hipóteses em três níveis: hipótese sobre política nacional, que comandará o uso da força no contexto do futuro conflito em estudo; hipótese sobre estratégias militares relevantes para o teatro-de-operações; e hipótese sobre o nível operacional de comando, a fim de focalizar os requisitos militares.

O segundo passo é fazer a previsão da natureza do futuro campo-de-batalha onde o exército, provavelmente, lutará. É óbvio que há muitos tipos de campos-de-batalha, e o objetivo deste passo é selecionar os que parecem mais relevantes para o exército que realiza o estudo.



Um terceiro passo envolve uma tentativa sistemática de desenvolver conceitos operacionais de batalha na área prevista. Esses conceitos podem depender de soluções tecnológicas para a sua implementação total, mas devem levar a conclusões acerca das capacitações requeridas para o combate.

O quarto passo é fazer uma análise, para estabelecer a combinação ótima das capacitações necessárias, para levar avante os conceitos operacionais desenvolvidos anteriormente.

Finalmente, o último passo: devem ser realizados estudos de subconceitos para cada uma das capacitações requeridas, a fim de que se examinem e se façam as recomendações necessárias a cada uma delas.

Exploraremos, a seguir, essas idéias mais detalhadamente. É necessário lembrar que, devido à grande demora entre a definição dos requisitos dos novos equipamentos e sua introdução no serviço, os planejadores, ao fazerem suas previsões, devem ter sempre em mente os 15 anos seguintes.

### Passo nº 1: Hipóteses

#### ● Hipóteses sobre política nacional

As diferentes formas de combater, usadas pelas nações, distinguem-se umas das outras, em função das diferenças de escala da geografia, da história e de suas alianças. Entretanto, a essência da

maioria das estratégias de defesa nacional consiste na provisão de forças suficientes para convencer um agressor em potencial de que ele não teria possibilidade de ser vencedor, em caso de agressão. Um ingrediente essencial da política é a determinação de resistir em caso de ataque. Essa é a política de deter o inimigo, e inclui a capacidade de montar uma defesa convencional eficiente, para impedir que o agressor consiga uma vitória barata e fácil.

No contexto da capacitação para uma guerra convencional, a equipe de planejamento deve definir suas hipóteses sobre política nacional, e obter a aprovação de seus superiores hierárquicos politicamente. Se isso não for feito no início do estudo conceitual, o trabalho posterior estará comprometido.<sup>7</sup>

#### ● Hipóteses sobre estratégias militares

Para que possa vir a desenvolver conceitos operacionais para uma luta futura, a equipe de planejamento precisa inserir esses conceitos no contexto de uma estratégia militar provável. A aplicação detalhada de forças militares

7. Por exemplo, uma hipótese sobre política nacional poderia ser expressa da seguinte maneira: "O provimento de forças suficientes para vencer uma guerra convencional ou, pelo menos, não a perder. Será adotada uma postura defensiva, mas haverá meios militares suficientes para invadir o país do agressor, a fim de alcançar objetivos definidos." Como vimos no estudo histórico de FOFA, a capacidade ofensiva para invadir um outro país pode representar exatamente o que a liderança política rejeita.



é a preocupação do comandante do teatro-de-operações. Portanto é necessário ter hipóteses sobre o(s) teatro(s)-de-operações e os objetivos mais amplos a serem atingidos, incluindo-se quaisquer restrições ou condições impostas ao uso da força.

No contexto de uma guerra limitada, a implicação, para a estratégia militar, é que os objetivos definidos devem estar de acordo com os meios disponíveis, e serem aceitáveis, em termos de opinião pública e opinião internacional.

A estratégia militar inclui a resolução de um grande número de problemas logísticos. A composição, o dispositivo, o equipamento e, portanto, a missão de uma força serão limitadas pela disponibilidade de transporte para a área ameaçada. Deve-se prever a possibilidade de vir a ser necessária uma base avançada no teatro-de-operações, para prover cobertura aérea e suprimentos.

#### ● Hipóteses sobre o nível operacional da guerra

O nível operacional da guerra refere-se à direção dos recursos militares para atingir os objetivos da estratégia militar. Num conflito real, tais objetivos são sempre definidos de forma abrangente e, para atingi-los, o comandante operacional deve ter ampla liberdade de ação para gerar e executar planos que lhe assegurem o comando das iniciativas. Portanto, deve receber os recursos necessários a influenciar, de forma decisiva, na situação. Este é um ponto

chave: a provisão de recursos para atender às necessidades de manobra, no nível operacional, deve ter grande peso no planejamento do equipamento para o campo-de-batalha.

Devemos ter em mente a importância e o significado do nível operacional. O elo vital entre a definição de objetivos estratégico-militares e o emprego tático de forças no campo-de-batalha é o exercício do comando no nível operacional. A execução hábil nesse nível de comando é chamada de *arte operacional*.

O problema a ser enfrentado pelo comandante no nível operacional é o de identificar o ponto exato onde concentrar seus esforços, de forma a obter o maior efeito sobre o exército inimigo com o mínimo de perdas para seu próprio exército. Deriva daí a importância, no nível operacional de comando, de que os recursos para o campo-de-batalha atendam às implicações da manobra operacional.

É tarefa do planejador levantar hipóteses realistas sobre o nível operacional. Ao trabalhar nessas hipóteses, a equipe de planejamento deve identificar o nível específico da atividade do inimigo a ser derrotado, e a relação força-espaco em todo o teatro-de-operações.

#### Passo nº 2: Previsão do Futuro Campo-de-Batalha

Como o objetivo da análise de planejamento realizada é desenvolver



conceitos e equipamentos para um futuro campo-de-batalha, é óbvio que a natureza do campo-de-batalha deve ser prevista. Há fatores que devem ser examinados: o ambiente da área de operações, os avanços na moderna tecnologia de armamentos, e a ameaça que o inimigo potencial representa. Essa parte da análise termina com uma síntese desses fatores que levam à previsão das condições a serem enfrentadas.

O terreno e o clima do(s) principal(is) teatro(s)-de-operação(ões) devem ser examinados, para que hipóteses relevantes sejam levantadas.

Os avanços da tecnologia, inclusive os já existentes e os previstos, que sejam aplicáveis ao futuro campo-de-batalha, precisam agora ser examinados. Isso é trabalho de equipes de militares e especialistas científicos, mas o objetivo é chegar a conclusões gerais sobre usos militares potenciais da nova tecnologia e, então, prever seu impacto no campo-de-batalha 10 a 15 anos à frente.

Podemos observar, aqui, que uma simples análise do progresso científico leva-nos à conclusão de que o ritmo do progresso tecnológico provavelmente continuará a ser tal, que ameaçará conturbar os ciclos de aquisição de equipamento: um novo sistema de armas já parcialmente desenvolvido pode ser ultrapassado por um sistema aparentemente mais eficiente ou que a ele se contraponha. Será necessário investir em Pesquisa e Desenvolvimento, para analisar um espectro de requisitos para

manter-se a par dos avanços da tecnologia, e com o inevitável ciclo de medidas/contramedidas.

Evidentemente algumas hipóteses gerais (e, quando necessário, específicas) devem ser elaboradas acerca da natureza da ameaça inimiga que poderá ser encontrada no campo-de-batalha. Essa análise terá por base hipóteses relativas ao ambiente e às previsões tecnológicas. As hipóteses levantadas devem mostrar um levantamento realista da ameaça possível na ocasião do estudo.

A síntese completa o processo, com um breve sumário dos principais desdobramentos previstos, e faz uma previsão do seu efeito agregado na natureza do futuro campo-de-batalha. Essa é uma fase importante da análise, que requer pensamento criativo.

### **Passo nº 3: Conceitos de Campo-de-Batalha**

Uma vez descritos os campos-de-batalha, deve-se, então, desenvolver conceitos para o combate nesses campos. Muitas vezes esses conceitos precisam basear-se em soluções tecnológicas para muitos dos problemas encontrados. Predizer a natureza da guerra moderna é um processo sabidamente pouco confiável. Deve-se procurar um caminho equidistante entre a experiência (os exércitos são frequentemente acusados de treinar para a última guerra em que lutaram) e projeções de armamentos



(cuja tecnologia pode não ser aprovada e cujo custo pode ser proibitivo). Comandantes operacionais da atualidade com experiência prática e boa imaginação devem ser consultados acerca da viabilidade, ou não, das idéias conceituais sobre o futuro campo-de-batalha.

Os conceitos desenvolvidos devem basear-se no nível operacional de comando. Mas aqui surge uma ressalva.

A transição para um novo conceito leva tempo. O processo será evolutivo. Não há uma tábula rasa na qual se possam projetar idéias radicalmente novas. Estratégias futuras devem levar em consideração os equipamentos que já estão no ciclo de aquisição e que estarão em uso por muitos anos ainda. Os ciclos de aquisição devem ser mais curtos, e é possível que um exército deva considerar a aquisição de equipamentos recém-saídos da prateleira, para acelerar a introdução de novos e reduzir custos globais.

As características e capacidades dominantes dos sistemas teóricos podem ser incorporadas num jogo-de-guerra, a fim de determinar valores de performance no campo para os novos sistemas.

#### **Passo nº 4: A Composição Ótima**

O processo de análise, que deve incluir levantamento de riscos, deve sempre conter decisões sobre equipamentos, já que esta é a maneira pela qual os fatores conflitantes, ou requisitos, são colocados

na ordem adequada. Não é necessário enfatizar o mérito de uma abordagem sistêmica, isto é, a consideração do resultado de uma totalidade complexa, ao invés de cada parte, individualmente, na aquisição de equipamento para um exército.

A análise em si pode ocorrer na forma de *análise operacional* (A.O.). Mesmo com o advento de computadores mais capazes, a análise vai sempre depender de hipóteses, na obtenção de dados para o processo de análise matemático que embasa técnicas de A.O. Tais hipóteses devem ser elaboradas por consultores militares e científicos, trabalhando em um painel. Esse painel entra em ação no início de qualquer análise, estabelecendo valores, como hipóteses, e na interpretação dos resultados depois do exame. Um elemento essencial dessa interpretação é o teste de sensibilidade dos resultados em relação às hipóteses levantadas. O julgamento militar é, portanto, uma parte intrínseca do processo.

O planejamento de um modelo analítico que possa mensurar o impacto agregado dos novos sistemas e conceitos apresenta grandes dificuldades. O modelo provavelmente sofreria atualizações constantes, à medida em que se obtivesse experiência com seu uso. Um método possível, sobre o qual se basearia tal modelo, seria focalizar os conceitos operacionais alternativos, previstos anteriormente. Através do trabalho sistemático e paciente, pode ser feito um levantamento e uma



comparação das várias opções. Cada conceito operacional e seus sistemas associados seriam analisados para o cálculo de seu custo provável, sua eficiência e o grau de risco técnico.

### **Passo nº 5: Estudos de Subconceitos**

O esforço analítico principal termina com os estudos de subconceitos. Esses devem envolver áreas de capacidade de combate, como levantamentos, e grupos de capacidade correlatas, como as que são requeridas pelo sistema FOFA. Cada estudo de subconceito baseia-se na análise ampla feita anteriormente (nos Passos 1 e 3) e seu trabalho se orienta por ela, assim como pela análise da composição ótima. Esses estudos fornecem a base para o desenvolvimento das capacidades necessárias requeridas pelo conceito global. São seus resultados que conduzem diretamente ao estágio da aquisição e, segundo seus parâmetros, à definição do planejamento operacional para o equipamento é escrita.

A aprovação dos estudos de subconceitos, que não serão todos concluídos ao mesmo tempo, encerra o processo conceitual de tomada de decisões. A partir de então, a comissão de aquisição é responsável por supervisionar o desenvolvimento do equipamento selecionado e de pô-lo em uso.

## **CONCLUSÃO**

As estratégias para futuros campos-de-batalha devem levar em conta a capacidade de combate dos sistemas de armas existentes. A não ser que as previsões de gastos governamentais com armamento aumentem radicalmente, o que é improvável, as possibilidades de mudanças são muito restritas. Além disso, uma vez tomadas as decisões, o sistema de aquisição de equipamentos é um processo lento. Tudo isso ressalta a necessidade de uma percepção clara, de longo alcance, dos conceitos Ar/Terra, para que sejam atendidas as necessidades de equipamentos e de organizações para o campo-de-batalha futuro.

Soluções tecnológicas dispendiosas para problemas militares levam os exércitos a se tornarem menores em tamanho, a fim de reduzir despesas e possibilitar que a atualização seja feita com menores gastos.

Os problemas não terminam aqui. Os planejadores militares devem lidar com conceitos operacionais de batalha e tecnologia de armamento que estão ficando cada vez mais complexos. Por exemplo, já não é mais relativamente fácil decidir sobre o tipo moderno de carro-de-combate (CC) que deve substituir os atuais modelos em uso. A pergunta que se faz hoje é "O CC, como um sistema de armas, será ainda viável num campo-de-batalha futuro?" Só depois de responder a esse tipo de pergunta poderão os planejadores apresentar



opções viáveis àqueles que tomarão as decisões. Lidar com tais conceitos requer raciocínio conceitual e inovador.

Essas questões, complexas, começam a alterar o equilíbrio de forças disponíveis no campo-de-batalha, que agora estão sendo deliberadamente estruturadas e equipadas para facilitar sua utilização coerente e rápida no nível operacional da guerra. Os tomadores de decisão necessitam receber um processo com o qual possam trabalhar e que os permita monitorar o planejamento, em cada etapa lógica da sua elaboração. Tal processo pode ser criado, estabelecendo-se um quadro conceitual de referências, o qual consiste em identificar futuras alternativas militares que sejam também viáveis, política e economicamente.

O quadro conceitual de referência pode ser descrito de maneira simples:

- elabore hipótese sobre políticas futuras;

- prediga a natureza do futuro campo-de-batalha;

- elabore doutrinas de combate com a luta nesse campo;

- identifique sistemas de armas que serão necessários para atender às necessidades dessa doutrina;

- decida qual a melhor combinação de sistemas de armas e, finalmente,

- faça estudos de subconceitos que forneçam a base detalhada para o planejamento do equipamento.

Em cada estágio da análise conceitual,

os tomadores de decisão devem ter acesso aos resultados, e ser solicitados a decidir sobre as recomendações apresentadas pelas equipes de planejamento. Dessa forma, cada estágio está sujeito a supervisão, e suas recomendações podem ser examinadas rigorosamente. Se essas são aceitas, então o trabalho pode prosseguir sobre uma base firme. Uma forma sistemática e lógica de trabalho analítico articula-se com a necessidade de assegurar a aceitabilidade política e econômica.

A tecnologia está modificando a natureza das batalhas muito rapidamente e os antigos métodos de cálculo e planejamento estão ficando menos confiáveis. É possível que o desenvolvimento técnico, no futuro, venha a alterar o valor relativo de sistemas de armas e militares, valorizar extremamente o C3I, e a habilidade de passar rapidamente da defesa para o ataque e de voltar para a defesa. Os sistemas como o FOFA, por exemplo, são inerentemente versáteis, e suas características os tornam igualmente úteis para o ataque e para a defesa.

O ritmo acelerado e a crescente agilidade das forças convencionais, em especial, estão aumentando a importância do nível operacional de comando. Isso enfatiza a necessidade de prover os comandantes das operações de estruturas de força e equipamento que lhes assegure os meios para reagir diante do inesperado, com a mais rápida concentração de poder de combate



possível. A tarefa dos tomadores de decisão, responsáveis pela alocação de recursos para o campo-de-batalha, é assegurar que os futuros comandantes operacionais façam a guerra do futuro com estratégias e batalhas corretas, bem

como, com o correto equilíbrio do equipamento de batalha. Um sistema de aquisição de equipamento baseado em conceitos forneceria os meios de assegurar que as decisões sejam tomadas sobre as melhores bases possíveis.



O Ten Cel Inf DAVID IAN AUBREY SPACKMAN é oficial do Exército Britânico, tendo sido formado pela ECEME em Dez/92. Coursou na Inglaterra o "Staff College do Exército", correspondente ao Curso de Comando e Estado-Maior, da ECEME, oficial do "Royal Regiment of Fusiliers". Foi instrutor na Escola de Infantaria e Avaliador do Centro de Táticas, nos níveis força-tarefa e brigada. Serviu no Ministério da Defesa, em Londres e foi membro do estado-maior da 3ª Div Blindada. Fora da Grã-Bretanha, desempenhou missões nas seguintes áreas: Alemanha, Chipre, Beirute, Gibraltar, Sharjá, Omã, Noruega e EUA. Possui diploma em Matemática e Computadores e é membro do Instituto da Gerência (ING) e do Instituto de Treinamento e Desenvolvimento, na Grã-Bretanha.





# A FUNÇÃO E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Roberto Miscoow Filho

---

Neste artigo, o autor analisa a influência do nominalismo disseminado na cultura contemporânea na apreciação da função e do papel das Forças Armadas.

---

## À GUIA DE INTRODUÇÃO

**T**odos os que assistiram ao filme *E o Vento Levou* devem com certeza lembrar-se de um interessante diálogo entre Scarlet O'Hara e Rhett Butler. A impetuosa e atrevida jovem sulista, ao ver que as tropas Confederadas se retiram de Atlanta para abrir trincheiras fora da cidade, extravasava seu aborrecimento:

— "Ainda bem! Estou farta de ver farda, estou cansada de ver soldados!"

Ao que lhe retruca o herói do romance:

— "Farta de ver soldados? Pois olhe agora o que vai acontecer!..."

E de fato, tão logo o último soldado cerra-fila, levando sua mochila e seu fuzil, vira a esquina da rua, imediatamente começam na cidade abandonada: o saque, a desordem, a violência...

A cena é antológica. Rhett Butler era um aventureiro, talvez cínico; porém não era estúpido; se a sua vida debochada e trêfega lhe havia endurecido a sensibilidade, não lhe atrofiara, entretanto, o senso comum, entendido este como a faculdade de ver as coisas como elas são, e não observá-las por trás das lentes expressas de um preconceito.



## O TRANSITÓRIO E O PERMANENTE, O FATO E A ESSÊNCIA

Na opinião de pensadores e educadores sérios (e aqui pensamos num Dom Lourenço de Almeida Prado, O.S.B.) a tragédia intelectual moderna consiste na completa disseminação do nominalismo na cultura contemporânea. Aquele desvio filosófico, gerado ao apagar-se o grande brilho medieval, veio crescendo ao longo destes seis séculos e, mais do que isso, veio infiltrando-se em *todas* as mentalidades, independente do respectivo nível de instrução, de tal modo que todos ou quase todos acabamos sendo nominalistas, não por doutrina professada mas pelo modo de julgarmos os acontecimentos do dia a dia.

O problema se agrava neste final de século, quando a tecnologia traz uma eficiência máxima para os meios de comunicação, particularmente a televisão, o jornal e a revista noticiosa. Dizemos que o problema se agrava porque os meios referidos exploram (e aqui a palavra *explorar* pode ser entendida em ambos os sentidos, técnico ou ético) continua e largamente o transitório, o casual, numa avalanche de informações que não dá tempo nem espaço para que o telespectador ou o leitor possa refletir, analisar o que vê e o que lê, procurando (como deveria fazê-lo) descobrir, sob a agitada superfície dos fatos, aquilo que é permanente e essencial. E, pior que isso,

de repente o telespectador ou leitor passa a julgar os fatos com os mesmos critérios inculcados pela "mídia", critérios esses que não levam em conta a dignidade intrínseca da natureza humana. Aliás, como esperar que numa cultura encharcada de nominalismo sejam devidamente compreendidos conceitos como "dignidade intrínseca" e "natureza humana"?

Um exemplo típico das distorções produzidas pela imprensa escrita ou televisada é a criação de uma categoria absurda a que deram o nome de "meninos-de-rua". Ai está como um fato, casual e transitório, foi magicamente transformado em realidade subsistente. E, de uma hora para outra, ocorreu em Brasília um Congresso de ...meninos-de-rua!...

Ao leitor que esteja achando demasiado rigorosa a apreciação que estamos fazendo sobre a cultura de nossos dias, sugerimos a leitura de *best-seller* do professor Allan Bloom: *The Closing of American Mind*, traduzido no Brasil sob um título, a nosso ver, bem mais adequado: *O Declínio da Cultura Ocidental*. O Dr. Bloom, nas candentes páginas de seu livro, apresenta minucioso *diagnóstico* sobre a cultura contemporânea, abordando os mais diversos temas, tais como: a família, a religião, a música, os livros, o relacionamento entre pessoas, a vida universitária.

Quanto às distorções criadas pela imprensa, convinha reler certos trechos do corajoso discurso de Alexandre Soljenitzyn proferido na universidade



de Harvard, em 1978. Mais próxima de nós e em tom menor, citamos a carta publicada no *Jornal do Brasil* de 30 de outubro de 1992, assinada pelo economista e professor Mircea Buescu: *Papel da Mídia*. O *Jornal do Brasil* publicou em 27/09 uma página inteira exaltando o papel dos jornalistas Bernstein e Woodward, e da mídia em geral, no caso Watergate. Ouçamos uma opinião diferente, a do historiador liberal Paul Johnson, no seu livro, *Tempos Modernos*: "O veredicto eleitoral de 1972 (a eleição de Nixon) foi derrubado pelo que pode ser chamado de um *putsch* da mídia. A presidência imperial foi substituída pela imprensa imperial."

Vale lembrar também o que escreveu o romancista Milan Kundera (em *A Imortalidade*): "O homem político... agita-se, transpira... grita nos microfones, faz discursos de duas horas, mas finalmente será um Woodward ou um Bernstein quem decidirá qual entre as 50 mil frases pronunciadas vai aparecer nos jornais e será citada no rádio."

Sobre o papel da mídia pronunciaram-se também, e em termos mais contundentes, figuras tão distantes como Honoré de Balzac (em *Ilusões Perdidas*) ou Paul Kennedy (em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*). Não quero abusar de citações. De qualquer forma, aquele papel é pelo menos, em certos casos, questionável (até aqui a carta do professor Buescu).

Dentro desse contexto, consistiu

agradável surpresa a leitura do artigo *A Panacéia Furada*, de autoria do Sr. Fernando Pedreira — jornalista, texto publicado no *Jornal do Brasil* de 26 de janeiro de 1992, em que lemos afirmativas e comentários lúcidos tais como este: "O que caracteriza o bicho-homem, no entanto, o que o diferencia do bicho-bicho, do simples animal, é a necessidade do metafísico, do sobrenatural, das idéias e dos ideais. Sem um Deus, um ideal, uma crença, sem uma forma qualquer, ainda que primitiva, de projeção sobrenatural, o homem não existe (ao contrário do que supõe o senador X...). Para tornar ainda mais aguda a crise atual e mais sensível o desconforto do cidadão ocidental contemporâneo, o desmoronamento da religião comunista, a desmoralização prática do ideal socialista, ocorrem numa época em que as grandes religiões tradicionais se desfazem no Ocidente, comidas pelo racionalismo científico e pela psicanálise, que subverte e anula a própria noção de pecado, de culpa" (Fernando Pedreira, in *JB* — 26 de janeiro de 1992).

Feita uma única ressalva quanto ao termo "sobrenatural" (seria melhor substituí-los por "espiritual"), podemos dizer que raras, bem raras vezes, colaboradores da imprensa trazem a público textos como o citado, onde se nota claramente um sentido da hierarquia do permanente e do essencial sobrepostos ao efêmero e ao fortuito.



## SOBRE A INSTITUIÇÃO MILITAR

Os parágrafos anteriores, longe de se constituírem numa digressão alheia ao tema do presente excursão, têm como finalidade esboçar o atual cenário, descrever o clima em que vicejam muitas e variadas opiniões, ingênuas umas, petulantes outras, sobre a existência das Forças Armadas.

Os fatos recentes do término (ou interrupção?) da Guerra Fria, da queda do Império Soviético, da Guerra do Golfo e da conseqüente proclamação de uma "Nova Ordem" mundial (...) — tudo isto fez surgir nos meios de comunicação aquilo que é moda chamar-se "questionamento", em nosso caso específico levantado sobre a existência da instituição militar.

No início desse tipo de debate é comum, entre nós militares brasileiros, uma referência primeira à Constituição, isto é, à Lei Maior. Ora, por uma feliz casualidade, o texto da nossa Carta Magna define em seu Artigo 142 o seguinte: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

Um leitor mais curioso poderia, neste ponto, perguntar porque escrevemos acima as palavras "feliz casualidade".

Feliz, sim, porquanto aquela definição legal corresponde à realidade das coisas, não agride o senso comum.

Casualidade, sim, porque na atmosfera do generalizado nominalismo que respiramos, os Constituintes poderiam ter elaborado um texto submetido à tirania dos fatos e das opiniões, uma definição feita de meias-verdades (que são piores que a mentira).

Soljenitsyn, no discurso de Harvard, adverte os americanos — advertência válida para nós que desde o século dezoito temos uma tendência a copiar servilmente tudo o que se faz na grande nação do Norte (haja vista, por exemplo, nossa primeira Bandeira Nacional republicana...) — adverte-nos, pois, sobre o perigo do respeito supersticioso à lei escrita. Devem ser evitado, segundo o bravo escritor russo, dois extremos: de um lado, a *falta* da lei, típico dos estados totalitários, onde a "lei" é a verdade do Partido; de outro lado, o esquecimento de que a lei escrita, para ser de fato justa e eficaz, deve estar rigorosamente fundamentada no Direito Nacional. O positivismo jurídico (uma das pragas modernas do nominalismo) acredita, ou finge acreditar, que pode, mediante um texto legal, mudar a natureza das coisas, fazer, por exemplo, que um ato moralmente errado deixe de sê-lo...

Linhas acima referimo-nos à indagação promovido pela "mídia" sobre a existência das Forças Armadas e que teve como ponto de partida não a evidência como tal, não a ordem natural



das coisas, mas a perplexidade diante de uma seqüência de fatos tais como a *perestroika*, a *glasnost*, a Guerra do Golfo e outros. Entretanto, não é a primeira vez que ocorre semelhante tipo de discussão. Em décadas anteriores, o impacto psicológico da existência de armas nucleares de gigantesco poder destruidor já havia intimidado pensadores, educadores e políticos, quase os levando a aderirem a um integral desarmamento.

Como que para esclarecer, para reanimar os intimidados, o escritor Jean-Marie Schmitz publicou, na década de 70, um brilhante ensaio sobre a guerra moderna no qual, usando aquelas perspicácia e elegância tradicionais na prosa gaulesa, analisa o papel dos exércitos ao longo dos séculos e chega a afirmar, com soberana tranquilidade, o seguinte: "Se as virtudes militares se enfraquecem, se a força dos soldados se omite, as civilizações são varridas de cena."

Tal afirmativa pode, sem dúvida, escandalizar qualquer leitor mais ou menos adepto do pacifismo, mormente se ele achar que esta opção encontra respaldo nos Evangelhos. Há, neste caso, um equívoco entre o que significa ser *pacífico* e o que representa ser *pacifista*. Lembremo-nos do mineiro que dizia dar um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela. Ora, um militar pode ser tão pacífico quanto o mineiro da anedota; um pacifista, ao contrário, é alguém que sempre dá a

boiada logo no começo, para não haver briga.

Longe de nós afirmar que a *natureza* humana seja essencialmente guerreira e agressiva. Mas não hesitamos em reconhecer que o *estado* em que se encontra o ser humano infelizmente é este. A mentalidade nominalista, entretanto, nos torna incapazes de fazer a distinção sutil (e importantíssima) entre *natureza* e *estado*; nossa cultura contemporânea, ao analisar os fatos, comenta, julga, opina, discute baseada apenas em sua experiência com outros fatos, sem fazer referência a um critério formal, a um absoluto, caracterizando, pois, nossa incurável miopia para enxergar realidade perenes e universais. Gostamos muito de falar, por exemplo, em evolução; afirmar que "tudo evolui" constitui para nós a quintessência da sabedoria... Ora, como diria aquele famoso personagem queiroziano, é óbvio que certas coisas mudam. Não podemos desejar que o atual soldado de infantaria leve nas costas o mesmo tipo de mochila que levava um "resmungão" das tropas napoleônicas ou que ponha no ombro um fuzil idêntico ao que era carregado por um *poilu* da Guerra de 14. Porém, podemos e devemos esperar que o moderno pé-de-poeira, se for preciso, combata com o mesmo vigor, com a mesma coragem de seus distantes antecessores.

Não podemos desejar que a diplomacia atual trate as relações internacionais usando um estilo renascentista, inadequado ao planisfério



das telecomunicações instantâneas e dos aviões de velocidade supersônica. Porém, podemos e devemos esperar que nossos políticos modernos não deixem nosso normal desejo de paz levar-nos a fazer concessões absurdas, a esquecer, por exemplo, que a instituição militar é congênita ao Estado. Um povo que enfraquece suas Forças Armadas, enfraquece sua pátria, enfraquece a si próprio.

Há um pequeno detalhe, uma discreta circunstância conhecida pelos militares do mundo inteiro, desde o mais graduado dos generais até o mais humilde soldado. É o fato de que uma tropa surpreendida por um eventual inimigo pode, *no mínimo*, sofrer perdas humanas e materiais irreparáveis; qualquer militar profissional sabe o quanto custa a surpresa no combate. Esse pequeno detalhe parece não ser conhecido ou compreendido por certos conceituados comentaristas políticos que freqüentam as páginas dos nossos principais jornais e/ou os estúdios das nossas principais televisões. Aliás, estes mesmos bem informados analistas com certeza devem saber que uma das leis que regem o curso da História é o imprevisível; sendo assim, o apotegma *si vis pacem, para bellum* pode parecer antipático e incomodativo, porém não está em desacordo com a longa e sofrida experiência humana.

É claro, estamos supondo que os citados comentaristas não sejam tão ingênuos a ponto de acreditarem que

este Bravo Mundo Novo possa ser salvo a partir de "Novas Ordens" proclamadas por alguma nação poderosa e que tenha conferido a si própria o papel de árbitro onisciente e onipresente nos problemas das outras nações.

Aos pragmáticos (civis ou militares) talvez não agrade o tom usado no parágrafo anterior. Desculpem, neste caso, alguém em quem o peso dos anos não conseguiu esfriar o amor pela Pátria, ou, melhor dizendo, não conseguiu convencê-lo de que este amor "evolui" e que podemos jogar pela janela quatro séculos de história e mais um território de quase nove milhões de quilômetros quadrados, cobertos por uma admirável unidade lingüística que não ocorre na pequenina Bélgica, e jogar tudo isso pela janela, repetimos, apenas porque alguns hábeis cientistas e engenheiros desenvolveram naves "inteligentes" capazes de levar alguém deste planeta para longínquos ermos siderais... Em outras palavras: não é justo, não é racional que nos deixemos impressionar ou acuar pelo prestígio de nações capazes de realizar fantásticas aventuras no espaço cósmico, impressionados ou acuados a ponto de ficar desatentos ao pobre e misterioso homem comum que está bem perto de nós, incluindo aquele cuja imagem vemos cada vez que olhamos direto no espelho, impressionados ou acuados a ponto de esquecer nossa Pátria, a "família ampliada", como tão bem a definiu o grande Rui Barbosa.



## JUSTIFICANDO O TÍTULO

Ao terminar este trabalho, achamos conveniente explicar o porquê de seu título.

Se não formos muito afeiçoados à leitura de livros, nem muito interessados no que vem a ser "normalismo", "metafísica" e outros conceitos semelhantes, isto é, se preferirmos analisar os assuntos aqui tratados usando apenas a intuição e a experiência própria — que muitas vezes valem mais que a leitura de mil livros — talvez, neste caso, prefiramos o termo "função", mais pragmático embora não menos adequado.

Se vislumbrarmos na História um sentido escatológico, diferente daquela

projeção incolor e triste de Fukuyama, podemos esperar um fulgurante e assombroso final, quando se vão fechar sobre o magnífico drama definitivas cortinas. Oxalá, nesse dia, nós militares possamos ser cumprimentados pelo diretor do espetáculo, pelo *papel* que aqui houvermos representado.

## BIBLIOGRAFIA

- BLOOM, A. *O Declínio da Cultura Ocidental*. Editora Best-Seller, São Paulo (1989).  
 SCHMITZ, J.M. *A Guerra Moderna* (tradução do Gen R/I Obino Lacerda Alvarez). Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro (Jan/Jun 1975).



Cel R/I ROBERTO MISCOW FILHO \_ Aspirante a Oficial de Infantaria (AMAN — 1953); Engenheiro de Comunicações (IME — 1962); Comunicações (EsaO — 1970); Mestre em Ciências, Engenharia Elétrica (IME — 1977). Serviu o 13º BC — (Joinville — SC), no Sv. Rádio do Ministério do Exército, no 2º Btl RI (Rafah — Palestina, UNEF) e no Instituto Militar de Engenharia. Atualmente é professor do IME.





# A COLUNA PRESTES: AMPLITUDE E ASPECTOS MILITARES

Floriano Peixoto Vieira Neto

---

Após uma apreciação sintética sobre a Coluna Prestes, o autor examina seus antecedentes, destaca sua amplitude e seus aspectos militares, identificando, nestes, uma relativa correspondência com a doutrina de guerra atual do Exército Brasileiro.

---

## INTRODUÇÃO

**A** década iniciada em 1920 foi rica em movimentos insurrecionais, com o intuito de eliminar vícios do período republicano, instaurado no Brasil a partir de 1889.

O controle do governo por grupos oligárquicos regionais e a situação política, econômica e social do País promoveram o ambiente de insatisfação da classe média, que passou a aspirar mudanças nas instituições nacionais.

E nesse clima de efervescência, que uma parcela da oficialidade jovem do Exército decide rebelar-se, passando a

representar o inconformismo com a estrutura vigente no Brasil.

Suas manifestações ficaram patentes nas rebeliões de 1922 e 1924, as quais originaram a motivação, o ideário e os personagens do movimento que materilizaria a determinação revolucionária dos "tenentes", em âmbito nacional: a Coluna Prestes.

A Coluna Prestes empreendeu façanha de grande projeção, destacou fatos e homens nos cenários brasileiro e internacional, deixando, ao término de sua aventura, uma dúvida: lograra êxito ou fracassara? Entretanto, a despeito da opinião sobre o seu desempenho, ela se



destaca por sua amplitude, pela perseverança em atingir seus objetivos, e pelos aspectos militares evidenciados durante a campanha. Seus feitos tiveram ampla repercussão e alcançaram notoriedade na política nacional, culminando com a participação dos "tenentes" na revolução que empossou Getúlio Vargas na presidência da República, em 1930, e que extinguiu os privilégios das oligarquias dominantes.

## ANTECEDENTES

*"A força armada não jura fidelidade incondicional aos agentes constituídos. Jura, sim, obediência à Constituição."*  
(Capitão Juarez Távora)

### O Cenário da Época

A República Velha<sup>1</sup> herdou, da Monarquia, aspectos de natureza política, econômica e social que, ao lado dos reflexos da conjuntura internacional no País, influiria, de forma variável, nos movimentos insurrecionais dos anos 20.

Os traços mais característicos desse período foram, por certo, o "coronelismo" e a política "dos governadores".

O "coronelismo" representava a expressão autoritária do latifundiário. Com elevado prestígio político-regional,

principalmente sobre as populações interioranas, era ele quem, praticamente, conduzia o processo eleitoral, fraudulento e coercitivo, assegurando a vitória de seus candidatos, mediante o chamado "voto de cabresto".

A grande manifestação desse poder residia na capacidade de o "coronel" recrutar e manter grupos armados em sua área de influência, em troca de apoio prestado a integrantes das milícias, estabelecendo, de tal forma, um sistema sócio-político de características semi-feudais.

A política dos "governadores", instituída no governo do Presidente Campos Sales (1909), tinha como fim assegurar, aos governos oligárquicos estaduais, eleições sem oposição, mediante apoio ao candidato escolhido pela "situação" para disputar a presidência da República. Com esse esquema, percebe-se que era quase impossível as oposições chegarem ao poder pacificamente. O próprio critério de escolha dos candidatos, entretanto, resultou em dissidentes que, mais tarde, viriam a se aproximar dos militares em busca de uma identificação que consolidasse interesses comuns.

Quanto à conjuntura internacional, destaca-se a eclosão do conflito mundial, em 1914, que abriu possibilidades de desenvolvimento industrial no País, resultando no surgimento de um novo componente na força produtiva nacional — o operariado. Mas, apesar da organização e do embasamento ideo-

1. Período compreendido entre a Proclamação da República, em 1889, e a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência, em 1930.



lógico do setor operário, integrado por imigrantes anarquistas e, posteriormente, por comunistas, esse segmento social deixou de ser aproveitado pelos revolucionários da década de 20, por receio do radicalismo que poderia advir da sua participação. Não havia afinidade revolucionária que os unisse, uma vez que a bandeira de luta empunhada pelos "tenentes" era desprovida de quaisquer ideologias e pretensões contestatórias ao regime político em vigor.

### O Exército Brasileiro no Início do século XX

O Exército terminou o período monárquico fortalecido e ingressou na República como um de seus sustentáculos. Sobre essa situação de prestígio militar, declarou Joaquim Nabuco: "No dia em que se proclamou a República, podia-se perceber que a nação queria um governo militar, para poder manter a unidade, porque o espírito militar prevalecia de um canto a outro do país, vale dizer, tinha amplitude nacional (...), já que o Exército está acima das ambições pessoais que se expressam nas lutas partidárias."<sup>2</sup>

Todavia, a capacidade operacional da Força estava seriamente comprometida, em virtude das precárias

condições em que se encontrava, como resumiu o próprio Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras: "Instrução nula. Campos de exercício inexistentes. Pás e picaretas, em número ridículo. Ades- tramento, nenhum."<sup>3</sup>

O preparo profissional estagnara na Guerra da Triplíce Aliança, sem que a experiência adquirida fosse perpetuada e difundida nas Escolas Militares, cujo esforço maior passou a ser em torno do estudo das ciências, do humanismo e do pacifismo, em detrimento de sua verdadeira essência, o profissionalismo.

A difícil campanha de Canudos veio comprovar o despreparo do Exército e alertou os chefes militares sobre a necessidade de se promoverem alterações que pudessem retirar a Força Terrestre do marasmo e do atraso, espelhando-se no estágio de desenvolvimento alcançado pelas instituições militares de outros países.

A reforma militar empreendida pelo marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra no governo de Afonso Pena (1906-1909), instituiu, assim, entre outras medidas: o serviço militar obrigatório, a criação de tiros-de-guerra, a formação de oficiais centralizada pela Escola Militar de Realengo e o envio de oficiais à Alemanha, com a finalidade de colher ensinamentos para a modernização do Exército.

2. HAYES, Robert A. Nação Armada, página 79.

3. SILVA, Egidio M. de Castro E. À Margem do Ministério Calógeras: Memórias. Rio de Janeiro, s.d., pág. 58 ap. Prestes, Anita L., ob. cit. pág. 75.



Esses oficiais, que ficaram conhecidos como "jovens turcos", após regressarem do exterior, passaram a engrossar as fileiras modernizadoras, com os conhecimentos adquiridos nos corpos-de-tropa do exército alemão, despertando uma nova consciência profissional no seio de sua Força.

O desenvolvimento profissional atingido na tropa contrastava, porém, com a instrução militar ministrada, ainda de forma ortodoxa, na Escola Militar do Realengo. E o problema só foi equacionado com a seleção, por concurso, de instrutores capacitados, que passaram a compor a denominada "Missão Indígena", inspirada nos ideais reformadores dos "jovens turcos".

Ao término da 1ª Guerra Mundial, da qual a França saíra vitoriosa, o governo brasileiro decidiu contratar uma missão militar desse país, para promover alterações que substituíssem a doutrina germânica, derrotada no conflito.

Dentre os diversos trabalhos e modificações procedidos pelas comissões de instrutores da Missão Francesa, destacaram-se: a reestruturação das escolas do Exército (exceto a Escola Militar do Realengo); a caracterização da primazia do fogo sobre o movimento, na concepção de manobra tática, ficando o segundo num plano secundário; e a implantação do método para tomada de decisões baseado na "missão, inimigo, terreno e meios".

Assim, o Exército Brasileiro chegava à segunda década mais preparado,

voltado para a profissionalização, embora ainda distante do estágio de desenvolvimento alcançado pelas forças terrestres de nações mais avançadas.

Cabe mencionar o caráter apolítico do pensamento da maioria dos oficiais do Exército, os quais, irmanados pelo ideal de profissionalismo difundido pelos "jovens turcos", passaram a abster-se das questões públicas, certos de que não cabia à Força Terrestre ingerência nos assuntos do governo. Entretanto, a influência positivista difundida na Escola Militar do Realengo, pelo coronel Benjamin Constant, anterior à ação dos "jovens turcos", concorreria para o surgimento de uma mentalidade de "salvação nacional" entre alguns oficiais menos graduados, cuja expressão classista adquiriria, mais tarde, a designação "tenentismo".

### O "tenentismo"

A denominação "tenentismo" decorre da participação de oficiais jovens do Exército nos diversos movimentos contestatórios que ocorreram no Brasil, a partir de 1922.

Caracterizado pelo elitismo, pelo messianismo, não se ligando ideologicamente a qualquer classe social, o movimento "tenentista" surgiu como repúdio às instituições da República Velha, baseado na convicção de que os militares eram os únicos capacitados a resgatar a Pátria da corrupção, do descabro admi-



nistrativo, do falseamento da verdade eleitoral e do suborno.

O marco inicial da campanha revolucionária dos "tenentes" aconteceu no dia 5 de julho de 1922, com o levante do Forte de Copacabana. Correspondeu a uma radical manifestação dos oficiais jovens contra a situação da época, agravada com a deterioração do relacionamento entre os militares e o Presidente Epitácio Pessoa.

A rebelião foi sufocada e, dos dezoito insurretos que saíram do Forte na "marcha para a morte" na Av. Atlântica, só sobreviveram os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Mas, do sangue derramado em Copacabana, fortaleceu-se o espírito revolucionário dos "tenentes" que, sem esmorecerem com a primeira derrota, persistiram na luta, imbuídos dos mesmos ideais, fazendo eclodir revoltas que, se não desestabilizaram o governo, pelo menos caracterizaram, de forma bastante radical, a insatisfação com os descalabros políticos da época. As revoluções que ocorreram no ano de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e que resultariam, em 1925, na Coluna Prestes, marcaram o continuísmo dos ideais tenentistas e sua disposição de recorrerem às armas para derrubar as velhas instituições.

O movimento "tenentista" forneceu as condições necessárias à eclosão da Revolução de 1930, quer pela sua influência na formulação dos objetivos pretendidos, quer pela participação

direta daqueles revolucionários que, até bem pouco tempo atrás, empreendiam, em grande amplitude, uma façanha que os tornaria símbolos místicos de coragem e determinação. Por isso, pode-se dizer que a Coluna Prestes foi o mais importante instrumento de difusão dos ideais "tenentistas" e a Revolução de 1930 a expressão máxima desse movimento.

Essa participação se fez presente, ainda, em vários momentos da vida nacional, culminando com a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, quando aqueles oficiais repudiaram, com o mesmo pensamento de outrora, as pretensões comunista em relação ao País.

## AMPLITUDE DA COLUNA

*"Quem luta vence, quem não luta se escraviza"* (Tenente João Cabanas)

### Visão política

As bandeiras de luta levantadas pela Coluna Prestes durante sua marcha pelo País visavam, em essência, à derrubada do sistema política vigente e à implantação de um governo "justo", "honesto" e "moralmente" aceito pelo povo, ideais revolucionários consagrados pelos "tenentes".

Já no comunicado dos chefes da revolução de São Paulo, em 1924, constava: "Ela [a revolução] traz como um dos seus objetivos a substituição do



atual governo da República, por entenderem, os seus chefes e orientadores, que esse governo não está à altura dos destinos do País e que, por fatos cuja citação é desnecessária, por muito notórios, tem demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que têm dirigido o Brasil nestes últimos lustros."<sup>4</sup>

Pretendiam os Revolucionários, ainda, conforme manifestos distribuídos à população em 1924:<sup>5</sup> a revogação da lei de imprensa, a anistia para os revoltosos, a imediata suspensão do estado-de-sítio, o restabelecimento da forma de governo republicano, e a obrigatoriedade do ensino primário e profissional, entre outros.

A Coluna Prestes tencionou tornar-se uma nova alternativa de rebelião militar, cujo objetivo seria levar a revolução ao maior número de Estados, sob a forma de conflito prolongado, conscientizando populações, a fim de enfraquecer e impopularizar o governo. Satisfeitas essas condições, os revolucionários dirigir-se-iam para o Rio de Janeiro e procederiam à derrubada do presidente Artur Bernardes.

É oportuno que se destaque, contudo, nos ideais revolucionários da Coluna Prestes, a ausência de qualquer enfoque

ou tendência que possa caracterizá-la como um movimento de natureza comunista.

O que se pretendia alcançar, como já apresentado, era a derrocada das oligarquias dominantes, mantendo inalterado o regime democrático em vigor.

Todavia, apesar de a Coluna ser, na expressão dos revolucionários, a chama que mantinha a revolução, nunca conseguiu mais que uma sensibilização superficial das populações para as quais se voltava. Elas não acorreram ao chamado dos "tenentes", não se colocaram sob sua proteção para, juntos, porem nos eixos uma República que "nascera bem", mas que se "desvirtuara" no meio do caminho.

A Coluna Prestes correspondeu a um prolongado protesto contra a conjuntura nacional, mas, em nenhum momento, chegou a ameaçar seriamente os fundamentos políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira. E várias razões contribuíram para que isso ocorresse.

A própria ação do governo, difamatória, intimidativa e, não raramente, coercitiva, dificultava a aceitação popular da Coluna, embora nem sempre a disposição repressiva do Exército se caracterizasse. A preferência pelo interior, onde as condições sócio-econômicas das populações eram mais precárias, fazia com que o discurso liberal, e às vezes vago, dos "tenentes" não sensibilizasse as camadas menos esclarecidas e subjugadas ao domínio

4. CARONE, Edgard. O Tenentismo, pág. 272.

5. Mensagem aos cariocas e fluminenses dos rebeldes de São Paulo em 20 Jul 24; proclamação dos militares rebeldes em São Luís Gonzaga (RS), distribuída em 29 Out 24.



dos "coronéis". Além do mais, a mobilidade da Coluna e a visão elitista dos seus comandantes dificultavam a "operação-presença" e a arregimentação de grandes efetivos civis para reforçarem o contingente revoltoso.

Entretanto, a própria sobrevivência da Coluna Prestes, em sua marcha pelo Brasil a fora sem ser derrotada, proporcionou uma maior amplitude revolucionária, pois acabou sendo fator decisivo para que, em diversos pontos do País, viessem a eclodir outros levantes.<sup>6</sup>

## A formação da Coluna Prestes

### •A revolução em São Paulo e a Coluna Paulista

Decorridos, exatamente, dois anos do início do movimento "tenentista" em Copacabana, os revolucionários decidiram reiniciar a luta, desta vez na cidade de São Paulo.

As razões imediatas que provocaram o levante foram, principalmente, o ideal "tenentista" mantido pelos líderes atuantes<sup>7</sup> e a indignação quanto à sentença judicial imposta, sob pressão do Presidente da República, aos implicados na revolução do Rio de Janeiro, qual seja, a perda da patente e a exclusão do Exército.

Sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, a revolução objetivava ocupar rapidamente São Paulo e avançar sobre Santos e Barra do Pirai, isolando, pois, a capital paulista. Entretanto, uma inesperada resistência foi articulada pelo comandante da Região Militar, general Abílio de Noronha, transformando as ruas de São Paulo em verdadeiros campos-de-batalha. Essa circunstância, acrescida dos reforços governistas que acorriam à capital, a inércia das forças revolucionárias e do derrocado intento de isolar São Paulo, definiram o quadro que se seguiu.

Assim, atendendo aos apelos da população e percebendo a inutilidade de se permanecer lutando na capital, o comando revolucionário decidiu abandonar a cidade, em direção ao interior, na madrugada do dia 27 de julho. Era, pois, o rompimento da marcha da Coluna Paulista.

Partindo de São Paulo, a fim de levar a revolução para outras partes do País, esse movimento não lograria êxito em sua marcha e, após um fracassado ataque a Três Lagoas (MS), onde pretendia instalar-se para buscar o apoio das oposições locais e de grupos dissidentes, a Coluna prosseguiu para os sertões paranaenses.

O destino era a região compreendida entre Guaíra e Foz do Iguaçu, onde aguardaria a junção com a Coluna Gaúcha (Fig. 1). Entretanto, grande parte dos revolucionários foi derrotada em Catanduvas (PR), após um sítio de mais

6. São Paulo (1925); Mato Grosso (1925); Rio de Janeiro (1925); Sergipe (1926); Paraíba (1926); Pernambuco (1926); Rio Grande do Sul (1927).

7. Joaquim e Juarez Távora, Eduardo Gomes, Miguel Costa, Ricardo Hall e outros.



de quatro meses, e o restante das tropas, que estava na Serra do Medeiros, sob comando do general Isidoro Dias Lopes,

foi obrigado a se retirar em direção ao Rio Paraná, buscando contato com os gaúchos.

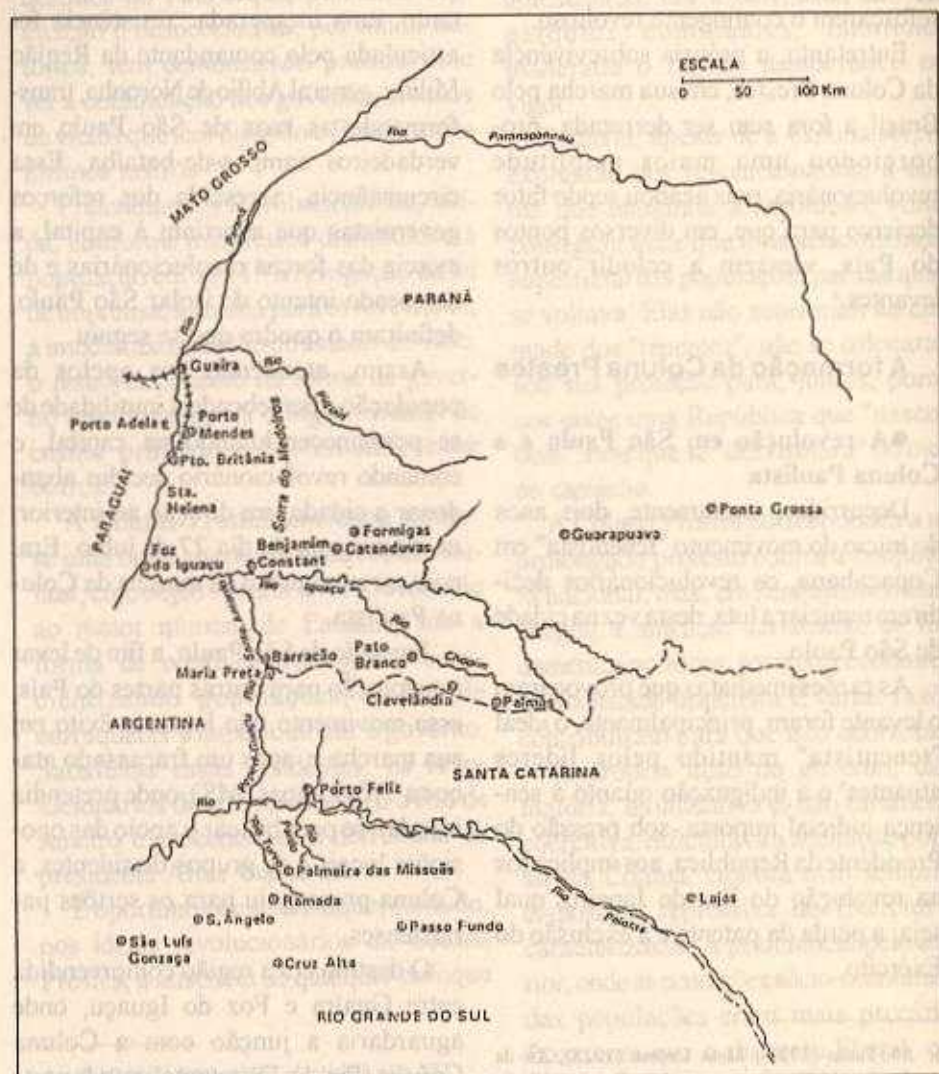


FIGURA 1: Mapa das regiões de SC e PR



### ●A revolução no Rio Grande do Sul e a Coluna Gaúcha

A conspiração "tenentista", reiniciada em São Paulo, atingiria maior dimensão com a revolução gaúcha, insurgida como prosseguimento da iniciativa paulista.

Dessa vez, maior parcela de civis engrossou as fileiras revolucionárias, em decorrência da insatisfação dos gaúchos libertadores, os "maragatos",<sup>8</sup> com o poderoso "chimango" Borges de Medeiros, empossado no governo do Estado, em 1922, pela quinta vez. Além do mais, o acordo firmado em Pedras Altas<sup>9</sup> mostrava-se fugaz e débil, tornando, assim, explosiva a situação política no sul do Brasil.

Esse clima de instabilidade favoreceu a ação dos revolucionários que, em 27 de outubro de 1924, iniciaram os levantes de organizações militares no Rio Grande do Sul.

A ação das forças legalistas, entretanto, foi rápida e enérgica e, apenas na região de São Luís Gonzaga, a revolução conseguiu sobreviver, contando com o 3º Regimento de Cavalaria Independente, o 1º Batalhão Ferroviário e

elementos civis e militares remanescentes de outros levantes.

No comando dos revolucionários, estava o ex-capitão Luiz Carlos Prestes.

Todavia, apesar do isolamento de São Luís Gonzaga no interior do Rio Grande do Sul, a reação legalista era iminente. O Governo Borges de Medeiros, contando com o apoio do Presidente da República, pretendia destruir os revoltosos com grande aparato militar.

Pressentindo que as condições de permanência não eram favoráveis, face ao cerco que se descortinava (mais de dez mil homens, mobilizados para combater suas forças, convergiam de diferentes direções), Prestes decidiu romper o cerco pela zona de São Miguel das Missões, onde a resistência se apresentava menos forte (Fig. 2). Assim, no dia 27 de dezembro, após constituída para prosseguir, a Coluna abandonou o sítio e, sem ser percebida, passou entre as forças inimigas, só travando combate violento mais adiante, na região de Ramada.

Pressionada fortemente por forças legalistas e desfalcada por muitas deserções de civis, a Coluna atingia, em fevereiro de 1925, a cidade de Barracas (SC), fronteira com Argentina (Fig. 1). Nessa região, os gaúchos ousaram realizar uma ofensiva e atacar, pela retaguarda, as tropas do general Rondon, que vinha combatendo os revolucionários paulistas no Paraná.

8. Honório de Leme, Zeca Neto, Leonel Rocha, Júlio Barrios e outros.

9. Acordo firmado em 1923, entre a Aliança Libertadora-coligação de forças oposicionistas dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), chefiado por Borges de Medeiros e este último, estabelecendo a alternância de partidos no governo do estado.



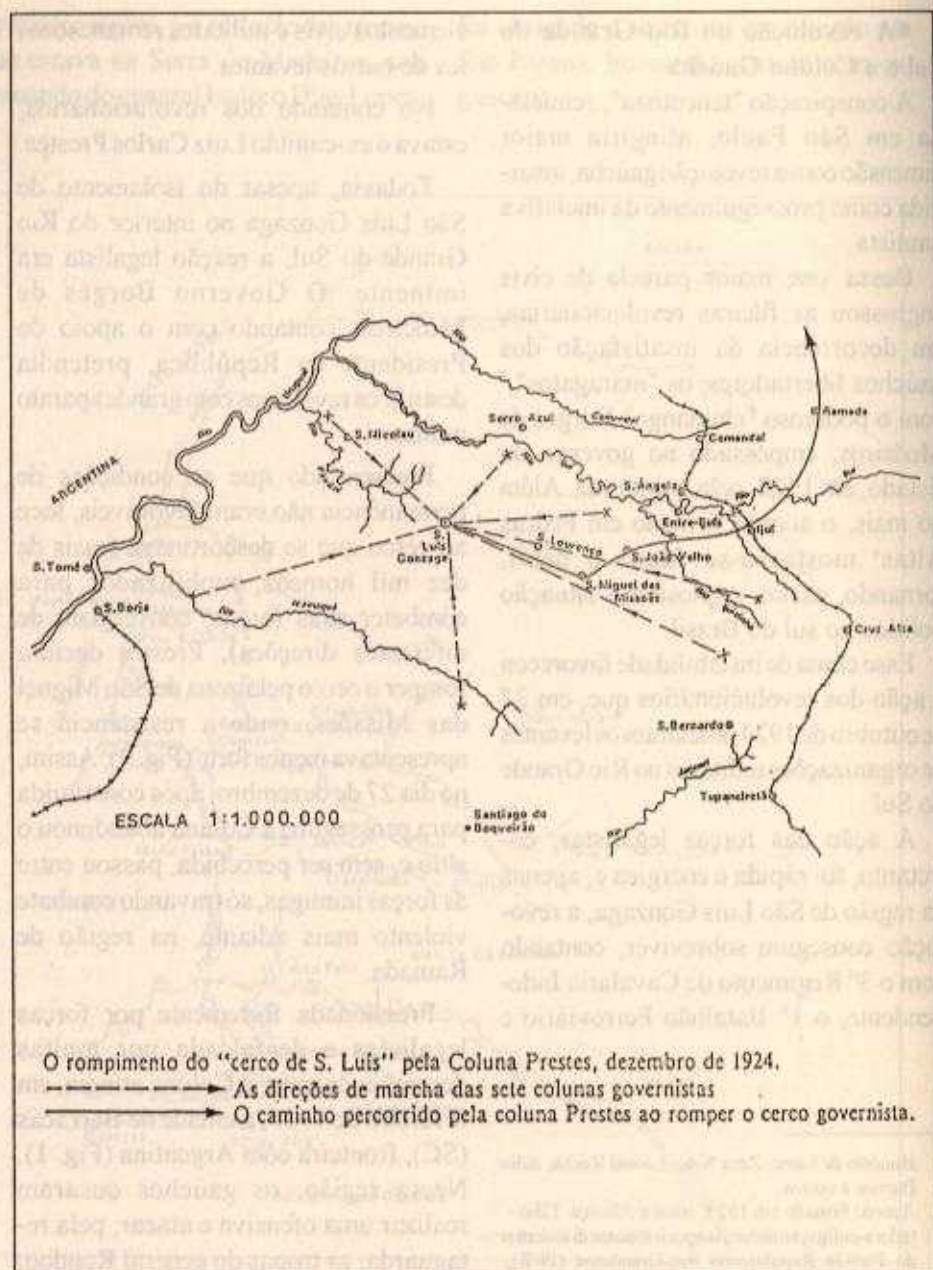


FIGURA 2: Rompimento do cerco de São Luís



O aborto do apoio dos rebeldes paulistas e de regionais, que seria prestado à Coluna para o referido ataque, concorreu para o insucesso da ofensiva e levou de volta os gaúchos a Barracão. Dessa feita, recalcada por forças legalistas e desgastada pelos reveses anteriores, a Coluna impulsionou sua marcha para o norte e transpôs o Rio Uruguai.

Finalmente, no dia 11 de abril de 1925, na localidade de Santa Helena, concretizou-se o intento concebido pelos revolucionários, meses antes: encontrar com os paulistas, que estavam à sua espera no oeste do Paraná, cercado pelas tropas do general Rondon.

Ocorria assim, com a junção das duas forças, a constituição da Coluna Prestes.

### A Grande Marcha

A crítica situação em que se encontravam as forças rebeldes no oeste paranaense, fortemente pressionados pelo general Rondon contra a fronteira, exigia do comando revolucionário imediata providência. A solução encontrada foi internar-se no Paraguai, desbordando o adversário, para, posteriormente, retornar ao território nacional, no Mato Grosso.

A Divisão Revolucionária que iniciou a marcha constituída de duas brigadas, a do Rio Grande do Sul e a de São Paulo, reestruturou-se mais tarde, em Mato Grosso, sob o comando de Miguel Costa,

em quatro destacamentos. Foi recurso adotado para evitar conflitos internos, derivados da diversificação de origens dos revolucionários. Além dos destacamentos, constituíram-se pequenos grupos de patrulheiros — potreadores, que avançaram pela frente e pelos lados, pegando animais, descobrindo o inimigo e iludindo o adversário sobre a direção e a localização do grosso da Coluna.

A organização era perfeita para a guerra de movimento e notava-se, desde logo, a preponderância de Prestes sobre Miguel Costa na direção estratégica, embora este detivesse a autoridade decisória, por ser o comandante da Coluna.

Militarmente constituída, a Coluna Miguel Costa — Luiz Carlos Prestes prosseguiu sua marcha e, encurtada por constantes deserções, alcançava o Mato Grosso, no final de abril de 1925. Do Mato Grosso, passando por Goiás, a Coluna dirigiu-se para o nordeste, atingindo o estado do Maranhão em novembro de 1925, chegando, logo depois, a ameaçar diretamente a cidade de Teresina (PI).

No nordeste, percorrendo vários de seus estados, os revolucionários passaram quase um ano em confronto cerrado com tropas dos latifúndios, forças federais, polícias estaduais, jagunços e até cangaceiros. Para os revolucionários, a essa altura, o sucesso militar já não era tão significativo e os objetivos da Coluna confundiam-se com a sua própria existência. O mais



importante era, portanto, sobreviver, combatendo somente em condições favoráveis, fustigando, desaparecendo e ressurgindo periodicamente. Dessa forma, açoitados pelos adversários, enfraquecidos pela prolongada situação de combate e sem franca adesão por parte dos nordestinos, os revolucionários retrocederam sobre seus próprios passos.

A Coluna, que entrara no Maranhão com cerca de mil homens e atingira a Bahia com duas centenas a mais, chegava de volta a Mato Grosso, em novembro de 1926, com apenas seiscientos homens, desgastados, praticamente desarmados e sem munições.

A experiência revolucionária havia sido árdua e muitas vezes sangrenta: as prisões de camaradas, os combates de Ramada, Catanduva, Zeca Lopes e Piancó,<sup>10</sup> as doenças, a indiferença das populações, a agressividade do meio físico... Fazia-se necessário, pois, re-examinar a situação, pensando em alternativas, meditando sobre os objetivos da campanha revolucionária. E o dilema de outrora voltou à baila: continuar a luta ou emigrar? Qual seria o novo destino dos "tenentes" e de sua Coluna?

10. O combate de Zeca Lopes ocorreu em 30 Jun 25, em Goiás, e foi um dos mais sangrentos de toda a marcha; confirmou a importância da vitória e da prudência para as ações da Coluna Prestes. O combate de Piancó ocorreu em 09 Fev 26, na vila de Piancó, Paraíba, onde a Coluna foi recebida sob forte tiroteio dos moradores e policiais, resultando uma perda de aproximadamente quarenta revolucionários.

Chegou-se, finalmente, ao consenso revolucionário: emigrar para o país mais próximo, a Bolívia. Sobre essa decisão, aborda Anita Prestes: "Alguns dias antes de ingressar na Bolívia, Prestes reuniu os soldados para explicar-lhes as razões por que iam emigrar: embora a Coluna não tivesse sido desbaratada, nem derrotada, não havia sentido em continuar causando tantos sacrifícios às populações das regiões por onde os rebeldes passavam, pois um novo presidente já assumira o poder [Washington Luís], tendo chegado a hora, portanto, de buscar outros caminhos para dar prosseguimento à luta."<sup>11</sup>

Assim, a 3 de fevereiro de 1927, após percorrer catorze estados brasileiros, aproximadamente vinte e cinco mil quilômetros, a pé, sobre dorso de animais, de barco e em viaturas, a Coluna Prestes entrava na Bolívia (Fig. 3), vencendo a hostilidade do seu último adversário: o pantanal.

Como disse Moreira Lima, o relator da Coluna: "não vencemos, mas não fomos vencidos".<sup>12</sup>

### O término da epopéia

Depois de dois anos e meio de luta, a Coluna repousava sem pensar no adversário, aguardando, com expec-

11. PRESTES, Anita L. A Coluna Prestes, pág. 289.

12. MOREIRA LIMA, Lourenço. A Coluna Prestes (Marchas e Combates), pág. 500.



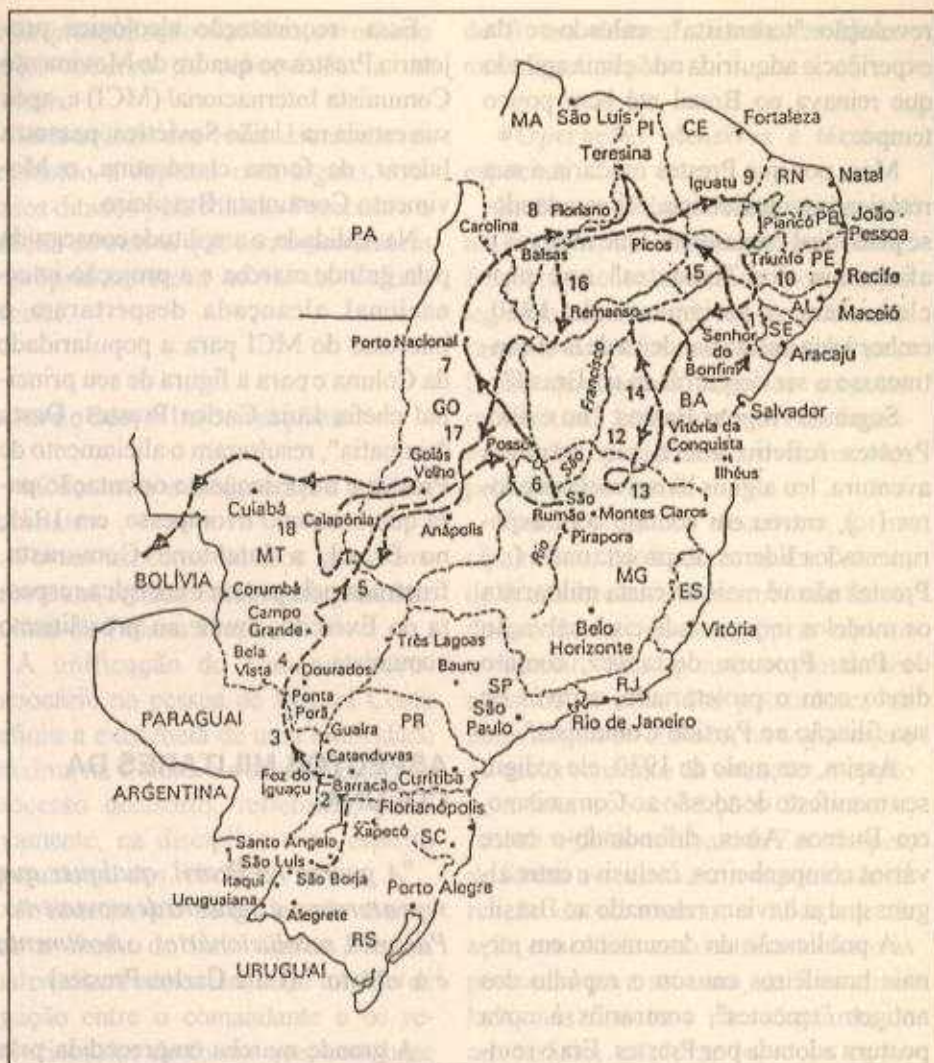


FIGURA 3: A grande marcha

tativa, novas resoluções do comando revolucionário. De La Guaíba, onde permaneceu Prestes com o grosso da Coluna em trabalho servil, deslocou-

se, então, o comando rebelde para Paso de los Libres, Argentina, onde instalou o quartel-general. Articulava-se, no estrangeiro, outra forma de retomar a



revolução "tenentista", valendo-se da experiência adquirida e do clima agitado que reinava no Brasil até bem pouco tempo.

Mas, por que Prestes mudaria a sua retórica revolucionária, enveredando-se pelo ideal comunista? Que motivos o afastaram dos "tenentes" que proclamariam o movimento de 1930, embora sua antiga bandeira de luta continuasse a ser desenrolada no Brasil?

Segundo Abguar Bastos, "no exílio, Prestes refletiu sobre sua estranha aventura, leu alguns livros esclarecedores (...), entrou em contato com experimentados líderes do proletariado (...) Prestes não vê mais na casta militarista os modelos imprescindíveis à salvação do País. Procura, desta vez, contato direto com o proletariado, através de sua filiação ao Partido Comunista".<sup>13</sup>

Assim, em maio de 1930, ele redigiu seu manifesto de adesão ao Comunismo, em Buenos Aires, difundindo-o entre vários companheiros, inclusive entre alguns que já haviam retornado ao Brasil.

A publicação do documento em jornais brasileiros causou o repúdio dos antigos "tenentes", contrários à nova postura adotada por Prestes. Era o rompimento definitivo com os ideais "tenentistas", que seriam revividos na Revolução de 30, e a adesão definitiva ao radicalismo marxista.

Essa reorientação ideológica projetaria Prestes no quadro do Movimento Comunista Internacional (MCI) e, após sua estada na União Soviética, passou a liderar, de forma clandestina, o Movimento Comunista Brasileiro.

Na realidade, a amplitude conseguida pela grande marcha e a projeção internacional alcançada despertaram o interesse do MCI para a popularidade da Coluna e para a figura de seu principal chefe, Luiz Carlos Prestes. Desta "simpatia", resultaram o aliciamento de Prestes e a conseqüente orientação para que o mesmo irrompesse, em 1935, no Brasil, a Intentona Comunista, frustrada pela pronta e enérgica resposta do Exército, imune ao proselitismo comunista.

## ASPECTOS MILITARES DA COLUNA

*"A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós, revolucionários, o movimento é a vitória."* (Luiz Carlos Prestes)

A grande marcha empreendida pela Coluna Prestes permite a identificação de aspectos militares em relativa correspondência com a doutrina de guerra atual do Exército Brasileiro. São procedimentos que, embora decorrentes da experiência militar anterior dos chefes revolucionários, muitas vezes foram adotados de forma inovadora e sem

13. BASTOS, Abguar. ob. cit. págs. 216-218. Prestes e a revolução social págs. 216-218.



muita preocupação científica, até mesmo como recurso de sobrevivência da Coluna.

Essa atitude dos revolucionários apresentou a ruptura com alguns conceitos ditados pela Missão Francesa e a adoção de outros que correspondessem à própria natureza móvel da Coluna Prestes.

## Operações e Informações

### • Comando e organização para o combate

Foram aspectos básicos que comprovaram, fundamentalmente, o caráter militar da Coluna Prestes.

A unificação do comando revolucionário na pessoa de Miguel Costa definiu a existência de uma autoridade máxima na Coluna e a centralização do processo decisório, refletindo, positivamente, na disciplina e no espírito operacional dos rebeldes.

A constituição de um estado-maior, sob a chefia de Luiz Carlos Prestes, materializou a existência de um elo de ligação entre o comandante e os revolucionários de forma que, com base nas informações atualizadas e propostas coerentes, Miguel Costa pudesse tomar rápidas e oportunas decisões.

A maneira como foi reorganizada a Coluna, em destacamentos operacionais, conferiu ao comando revolucionário certa flexibilidade no emprego dos mesmos, possibilitando a atuação

de forma descentralizada em determinadas situações.

### • Operações ofensivas e técnicas especiais

Embora a Coluna Prestes tenha sido um movimento de grande amplitude, freqüentemente acossado por forças legalistas e sem objetivos materiais claramente definidos, sua campanha pelo Brasil demonstrou aspectos com características bem próximas dos fundamentos das operações ofensivas firmados pela doutrina atual.

Essa evidência decorreu, principalmente, do dinamismo da Coluna, do desconhecimento do ambiente físico, da prudência e do seu próprio espírito aventureiro. São alguns exemplos desses aspectos: a ação dos potreadores na manutenção do contato, na segurança e no esclarecimento da situação; a opção pela luta sob condições favoráveis, reconhecida no combate de Zeca Lopes, de forma a neutralizar a capacidade de reação do adversário; a liberdade de ação concedida aos destacamentos e às potreadas para atuarem, de forma isolada, nos flancos e na retaguarda do adversário, explorando, com oportunidade, suas deficiências momentâneas, e a importância do movimento para a aplicação mais eficaz do fogo sobre o inimigo ou para furtar-se deste.

A precariedade de informações sobre o adversário e a mobilidade tática dos rebeldes submeteram, por vezes, a coluna à experiência do combate de encontro.



Para os revolucionários, a sua guerra era de movimento e as suas forças eram "voláteis" — desapareciam subitamente e ressurgiam longe, despercebidas.

Infiltravam-se com frequência e surpreendiam o inimigo, como relata Juarez Távora sobre o combate de Ramada: "Aceitar combate, em semelhante conjuntura tática, seria marchar fatalmente para o suicídio. Impunha-se, portanto, evitá-lo mediante uma manobra (...) Infiltrou, rapidamente, a sua tropa na orla da mata e, aproveitando as sendas (...) logrou sair no campo, entre o inimigo e o grosso revolucionário."<sup>14</sup>

Embora as observações feitas até o momento refiram-se ao combate regular, é oportuno ressaltar a opção da Coluna Prestes pela guerra de guerrilha, assumida, principalmente, em decorrência da precariedade de meios, da mobilidade, da fuga ao enfrentamento do inimigo sob condições desfavoráveis e da facilidade do proselitismo político junto às populações interioranas. Daí a amplitude da Coluna Prestes, seus métodos originais de combate e sua preferência por áreas interiores, embora deva ser sempre salientada a despretensão revolucionária em relação à ideologia comunista. Acresce, ainda, o

traço característico do homem brasileiro em adaptar-se às situações de combate irregular, tão bem evidenciado no passado, em Guararapes.

Valiam-se, também, os rebeldes, da emboscada, técnica eficaz na guerra de guerrilha, como afirma Prestes: "Usamos a tática de ir por emboscada, porque o terreno é muito acidentado e, ao mesmo tempo, de mata fechada. E, como nós tínhamos muito pouca munição, a ordem que se dava era a seguinte: esperar a tropa do inimigo, escondido ali, en-trincheirado, e só atirar por ordem (...) Todo mundo tinha medo da emboscada."<sup>15</sup>

#### ● Reconhecimento, vigilância e segurança

Essas ações eram executadas, principalmente, pelas potreadas, patrulhas que se tornaram os "verdadeiros olhos da Coluna", mantendo o contato com o inimigo, reconhecendo o terreno, vigiando e proporcionando o alerta oportuno sobre o adversário. Conforme salienta Moreira Lima: "Os potreadores se distanciavam muitas vezes, 30 a 50 léguas do grosso da Coluna, devassando grandes áreas, descobrindo o inimigo onde ele se achava, incomodando-o e trazendo-o sempre de sobressalto, na incerteza da nossa direção. A audácia dos potreadores não encontra nada que se lhe compare."<sup>16</sup> A própria vanguarda

14. TÁVORA, Juarez. O combate de Ramada. Rio de Janeiro, 1928. ap. AMADO, Jorge. Vida de Luiz Carlos Prestes. O Cavaleiro da Esperança. pág. 109.

15. PRESTES, Anita L. ob. cit. pág. 163.

16. MOREIRA LIMA, Lourenço. ob. cit. pág. 136.



dos destacamentos organizados contribuiu, também, como elemento de segurança da Coluna, segundo atesta Ítalo Landucci: "Cabia à vanguarda o reconhecimento do terreno e o levantamento topográfico da frente e dos flancos, sendo as suas informações pontos básicos para a direção da marcha. Os croquis que remetia para o Q.G. continham todas as localidades, estradas e rios, com as respectivas distâncias em léguas (...) consideradas zona de temporária influência, através da qual a Coluna transitava em perfeita segurança."<sup>17</sup>

#### ●Outras operações

A grande marcha empreendida pela Coluna Prestes e as experiências vividas ante o inimigo incerto, em ambiente físico variado, destacaram alguns procedimentos que, mais tarde, encontrariam semelhanças com as operações complementares consideradas pela Força Terrestre.

Assim, por exemplo, uma espécie de junção foi realizada, quando a coluna gaúcha, em movimento, e a coluna paulista, estacionária, encontraram-se no oeste paranaense.

As dissimulações, marca registrada da Coluna Prestes, que tanto confundiram e dificultaram a ação das forças legalistas, vieram compensar, para os

rebeldes, o poder relativo de combate que lhes era desfavorável.

Dentre as inúmeras situações ocorridas, destaca-se a manobra dissimulativa que ficou conhecida como "laço húngaro", executada em Minas Gerais (Fig. 4).

Nessa oportunidade, a vanguarda rebelde atraiu o inimigo para o sul, rompendo o contato com o mesmo e, posteriormente, foi juntar-se com os demais revolucionários na divisa com a Bahia, onde já estava a Coluna de volta.

Destacaram-se, ainda, como de uso freqüente pela Coluna, ações empreendidas, na maioria das vezes, de forma natural, instintiva, sem muito critério metodológico, e que atualmente possibilitam uma comparação com as operações psicológicas previstas na doutrina do Exército.

Assim, junto ao público interno, os integrantes da Coluna, exercício da liderança praticado pelos chefes, à base do exemplo, do conhecimento e da coragem fortaleceu o moral dos rebeldes, gerando, nos mesmos, atitudes e comportamentos que solidificaram o espírito-de-corpo do grupo, mantendo inabalável o ideal revolucionário.

No tocante ao público externo, principalmente as populações do interior, os líderes revolucionários exerceram ostensiva e intensa propaganda durante a marcha, explorando com oportunidade, continuidade e convicção, os feitos da Coluna, suas aspirações e seus sentimentos. Buscaram os rebeldes,

17. LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*, pág. 1609.



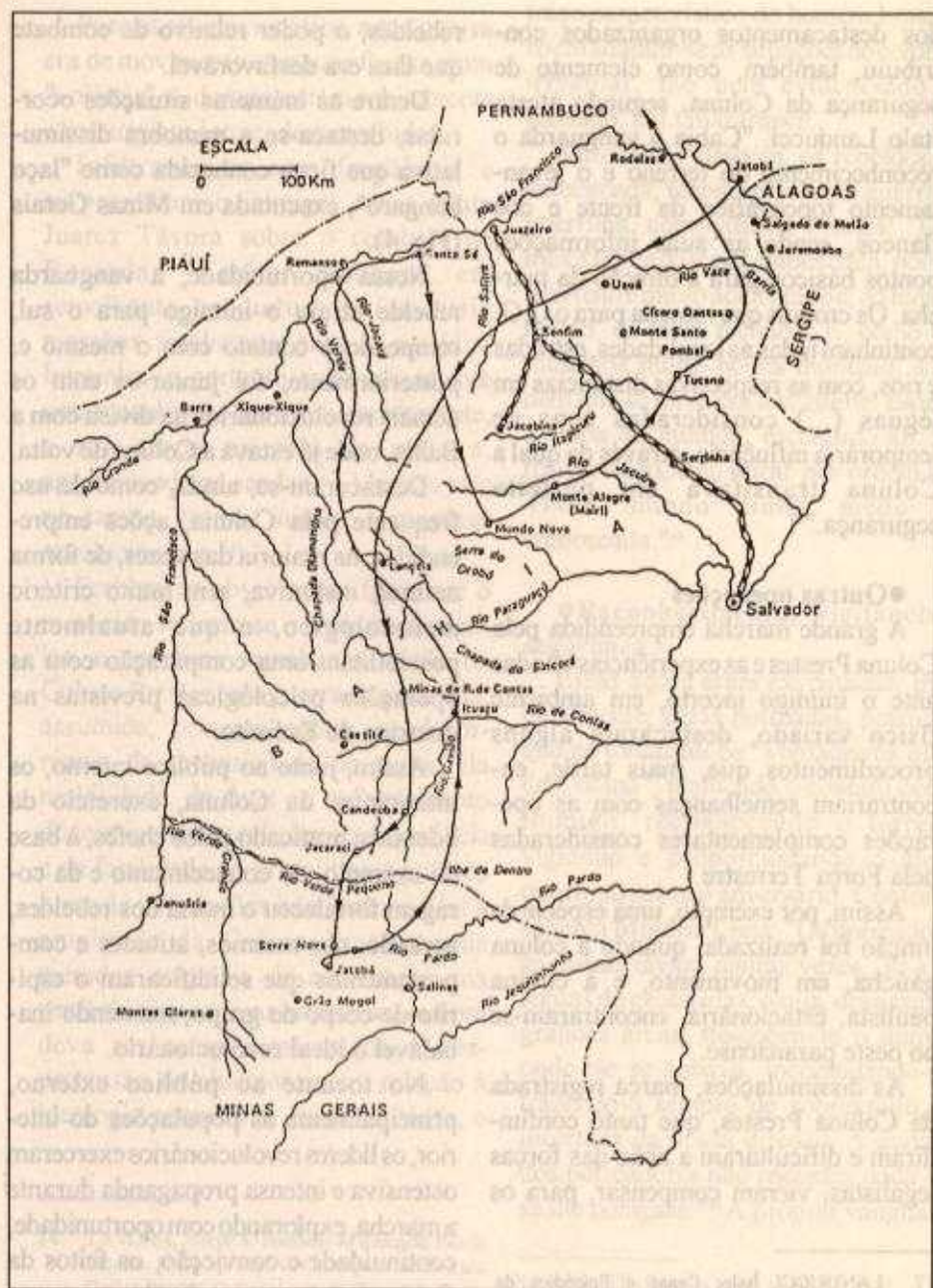


FIGURA 4: Manobra do "laço húngaro"



nesse público, a credibilidade e a simpatia, praticando ações que lhes assegurassem uma atitude favorável, como exemplifica Moreira Lima: "Goiás é a terra dos troncos, gargalheiras e palmatórias. Esses instrumentos de torturas povoavam as suas cadeias. Destruímos quantos deparamos, bem como as palmatórias existentes nas escolas públicas."<sup>18</sup>

E, mesmo assim, os revolucionários não lograram grande êxito na ar-regimentação de adeptos à sua causa, por motivos já expostos anteriormente. Infere-se, pois, que as ações psicológicas surtiram mais efeito no público interno do que no externo.

## Princípios de Guerra

O caráter militar da Coluna Prestes externou procedimentos e soluções que permitem a sua projeção na atualidade e uma identificação com os mandamentos fundamentais da arte militar: os Princípios de Guerra.

Assim, a firme determinação dos revolucionários de impopularizar e enfraquecer o governo de Artur Bernardes, propiciando condições favoráveis à sua derrubada, possibilita o relacionamento com o *Princípio do Objetivo*.

A natureza dinâmica da Coluna Prestes e a opção pelo movimento as-

seguraram aos revolucionários liberdade de ação e facilidade para a adoção de condutas, em estreita correspondência com o fundamento da *Ofensiva*.

A prudente decisão de aceitar o combate somente nas situações favoráveis aos rebeldes, o emprego dos potreadores em ações isoladas e das vanguardas nos destacamentos conferiram ao comando revolucionário relativa liberdade de ação e prevenção contra a surpresa do adversário, o que permite caracterizar o *Princípio da Segurança*.

A atribuição da autoridade máxima da Coluna a uma só pessoa, o comandante Miguel Costa, a quem estavam subordinados o estado-maior e os destacamentos, possibilitou a unidade de esforço, pela coordenação de todas as forças em torno do mesmo ideal revolucionário, evidenciando, assim, o *Princípio da Unidade de Comando*. Como afirma Preste, "havendo unidade de comando, muito será aqui possível fazer. (...) Enfim, o que é imprescindível é a unidade de comando para os elementos que desde já podem combater."<sup>19</sup>

A mobilidade inerente à Coluna prestes reduzia a vulnerabilidade da força, assegurando-lhe, também, liberdade de ação, e compensava a desproporção do poder de combate em relação ao adversário, caracterizando,

18. MOREIRA LIMA, Lourenço. ob. cit. pág. 199.

19. PRESTES, Anita Leocádio. ob. cit. pág. 165.



pois o *Princípio de Guerra da Manobra*. A respeito desse fundamento, declara Juarez Távora: "A artilharia governista (...) abriu rigoroso fogo, à pequena distância, sobre a tropa de João Alberto. Era impossível insistir na ação frontal (...). A manobra — esse elemento formidável de combate que, manejado magistralmente por Luiz Carlos Prestes, tantas vezes deveria suprir a insuficiência dos recursos materiais de sua pequena tropa — foi, aí, o fator decisivo da vitória."<sup>20</sup>

As manobras dissimulativas realizadas pela Coluna, a sua fluidez, as emboscadas e as informações seguras e oportunas proporcionadas pelos potreadores possibilitaram aos revolucionários, em diversas ocasiões, interferir na capacidade física e psicológica do inimigo para agir, materializando, pois, o fundamento da *Surpresa*.

Finalmente, a rejeição dos conceitos estereotipados da Missão Francesa e a própria insuficiência de meios que possibilitassem ações de maior complexidade resultaram em procedimentos objetivos e de fácil execução, o que, atualmente, caracteriza-se como o *Princípio da Simplicidade*. Procurava-se, pois, pelo exercício da imaginação, suprir as dificuldades e valer-se do que a Coluna possuía de mais nobre, o revolucionário, adotando-se manobras

simples e exequíveis, longe daquelas soluções difundidas pela Missão Francesa.

## CONCLUSÃO

A Proclamação da República não trouxe modificações significativas que extinguissem os vícios e os desmandos do período monárquico, acentuando o inconformismo das classes subordinadas, ante a frustrada expectativa de maior participação na vida nacional.

O ambiente brasileiro era de grande insatisfação.

Esse clima atingia, também, parte da oficialidade do Exército Brasileiro, pois, além do descompasso profissional em relação às Forças Terrestres de países mais desenvolvidos, ele sentia os reflexos da situação vigente no País, como parcela integrante da classe média nacional.

O desagravo veio a acontecer sob a forma de revolução, insurgida por alguns oficiais que, pela baixa idade e por seu espírito aventureiro, passaram a ser designados "tenentes".

Se a revolta do Forte de Copacabana foi o despertar da consciência revolucionária dos "tenentes", a Coluna Prestes, por sua vez, pode ser considerada como um acontecimento militar de relativa importância, pois serviu de instrumento para disseminar as bandeiras de luta levantadas no País, mantendo latentes as condições favoráveis para que,

20. TÁVORA, Juarez. ob. cit. pág. 109.



posteriormente, ocorresse o episódio mais expressivo do "tenentismo": a Revolução de 1930.

Entretanto, embora sejam reconhecidos os objetivos pretendidos pela Coluna, os inúmeros exemplos de determinação e bravura e a sua dimensão nacional, ao término da grande marcha, não se observaram quaisquer resultados práticos que possibilitassem caracterizar a concretização de seus intentos.

Ressurge, então, aquela dúvida: lograra êxito ou fracassara?

A Coluna Prestes quis ser o agente de uma revolução feita por militares para o povo brasileiro, apoiada na interpretação da excepcionalidade institucional das Forças Armadas, prevista na Constituição, e por esse elitismo ela deixou de ser a promotora de uma revolução de cunho popular.

Pode ser considerada, a Coluna rebelde, como um grande feito militar, embora não correspondesse a uma revolta da instituição Exército Brasileiro, cuja maioria dos oficiais quase sempre ofereceu oposição ou, no mínimo, indiferença aos revolucionários.

A mobilidade militar, na intensidade em que foi valorizada e praticada pelos revolucionários, foi uma alternativa que excluiu outra, a da mobilização popular, perdendo, pois, a Coluna Prestes, a característica de movimento de massa.

Adquiriu, contudo, a Coluna, grande expressão nacional pela manutenção do clima favorável à Revolução de 1930 e pela projeção de homens que conduziram

esse movimento e que ingressaram na história contemporânea brasileira.

A Coluna destacou, ainda, Luiz Carlos Prestes no exterior, junto ao Movimento Comunista Internacional, embora a sua vocação marxista-leninista só tenha sido externada no exílio, após a dissolução da força rebelde.

Caracterizar, então, esse movimento, como vitorioso ou derrotado, depende de considerações acerca de sua história e da ótica como são analisados seus objetivos, seus feitos e seus personagens, pois, se militarmente ele pode ser considerado bem sucedido, politicamente não apresentou resultados imediatos, proporcionais ao grande esforço despendido.

É conveniente, portanto, que se deixe ao leitor esse julgamento.

No que se refere aos aspectos militares observados na grande marcha da Coluna Prestes, foi sensível a evidência de princípios e procedimentos, muitas vezes inovadores, em estreita correspondência com a doutrina de guerra ainda em vigor no Exército Brasileiro.

Na realidade, o caráter militar da Coluna foi desenvolvido e aperfeiçoado em decorrência, principalmente, da formação profissional de seus líderes, os "tenentes", avessos àqueles padrões ortodoxos e pouco criativos difundidos pela Missão Francesa.

Assim, a epopéia da Coluna caracterizou o confronto da guerra de movimento, adotada pelos "tenentes", com a guerra de posição, empregada pelo Exército.



Pode-se dizer, inclusive, que a essência militar foi de capital importância para a sobrevivência da Coluna Prestes, assegurada, entre outros aspectos, pela organização, disciplina, determinação e liderança, a par de uma grande dose de criatividade exercitada pelos chefes revolucionários.

O confronto da experiência militar dos revolucionários com a doutrina de combate atual ressalta que os Princípios de Guerra, quando cientificamente obedecidos, surtem grande efeito no ambiente operacional, reduzindo-se a parcela da incerteza, do risco e do insucesso.

Ademais, a experiência da Coluna comprovou a aptidão do homem brasileiro para o combate irregular e sua grande adaptabilidade às condições mais críticas, sendo capaz de atos de bravura e abnegação quando empenhado em uma causa que julga patriótica e justa.

Finalmente, a importância histórica da Coluna Prestes reside no fato de ter sido ela o principal agente do movimento "tenentista" e, embora não conseguindo abalar as estruturas do governo vigente, serviu para forjar a têmpera de homens

que, em 1930 e, mais tarde, contribuiriam pessoalmente para a condução dos destinos do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. 2ª ed. São Paulo, Hucites, 1986, 311 páginas.
- BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. *C 100-5. Operações*. 1ª ed. Brasília, 1988.
- C 33-1. Operações Psicológicas*. 2ª ed. Brasília, 1977.
- CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. 1ª ed. São Paulo, Difel, 1975, 518 páginas.
- HAYES, Robert Ames. *Nação Armada: a mística militar brasileira*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Bibliex, 1991, 266 páginas.
- LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1952, 212 páginas.
- MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1979, 631 páginas.
- PRESTES, Anita Leocádio. *A Coluna Prestes*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991, 500 páginas.



Major de Infantaria FLORIANO PEIXOTO VIEIRA NETO. Possui os seguintes cursos: Formação, da Academia Militar das Agulhas Negras, Básico Pára-quedista, Mestre de Saltos, Precursor Pára-quedista, Aperfeiçoamento de Oficiais, Avançado de Infantaria em Fort Benning (EUA), Comando e Estado-Maior do Exército. Serviu nas seguintes Organizações Militares: 57º BIMtz (ES), 27º BIPqdt, CIPqdt GPB, 62º BI e AMAN, como Comandante de Companhia e S/3 do Curso Básico. Atualmente serve no CMP/11ª RM.



# A Fiat no Brasil: 13 empresas, grande sucesso. E carros muito avançados.



*A Fiat Automóveis e seus funcionários: Apostando na Criatividade*

Fiat, no Brasil, é sinônimo de carro. Natural: a marca brilha nos mais avançados automóveis e comerciais leves — e, embora a montadora esteja aqui instalada há apenas 17 anos, já é a segunda colocada do *ranking* no País. Convém lembrar, no entanto, que a Magneti Marelli/Weber, New Holland, FMB Produtos Metalúrgicos, Tutela Lubrificantes e a Sorin Biomédica também são Fiat, como outras cinco empresas, uma fundação e, claro, a *holding* que administra o Grupo, a Fiat do Brasil.

São oito empresas industriais e três

financeiras, a maioria delas desfrutando de liderança em seus setores — que passam pela fabricação de linhas de hemodiálise, blocos de motor, máquinas de movimentação de terra, óleos lubrificantes, carburadores, injeção eletrônica, e avançam no mercado financeiro, inclusive com um banco.

Desde que chegou ao País, em 1953, com a Fiat Allis — que, entre outros produtos, fabrica tratores de esteira e pás-carregadeiras — o Grupo Fiat investiu cerca de 2,5 bilhões de dólares, em valores históricos. E já gerou, até agora, mais



de 20 mil empregos diretos e outros 100 mil indiretos. O faturamento do Grupo, no ano passado, beirou os US\$ 2.2 bilhões, sendo US\$ 842 milhões provenientes de exportações. Esta cifra coloca a Fiat na posição de maior exportador privado do Brasil (detém 3% do total das exportações), um sucesso que já se repete há cinco anos.

Assim, a Fiat remete para o mundo a versatilidade, dedicação e capacidade de trabalho dos profissionais brasileiros, através de investimentos canalizados para o desenvolvimento de produtos, a renovação de processos e o aumento da capacidade produtiva. E, também, para o treinamento dos trabalhadores do Grupo, em todos os níveis.

Investiu-se, tanto no setor automobilístico quanto nos demais, cerca de 10% do faturamento global — e isso coloca as empresas do Grupo em uma situação de grande evidência em relação aos setores concorrentes, cujas marcas de investimento são habitualmente inferiores.

## As empresas

Com empenho, criatividade e a implantação de um Plano de Qualidade Total, que busca a excelência em seus produtos, o Grupo Fiat alcança sucesso e crescimento em todas as suas empresas — a maior parte delas localizada em Minas Gerais. Lá, em Betim, está a Fiat Automóveis, que produziu mais de 310 mil veículos (do Mille ao Tempura) no ano passado, ou seja, 30,7% de todos os carros fabricados no País.

Na mesma cidade fica a FMB Produtos Metalúrgicos, que funde ferro e alumínio na forma de blocos de motor, cabeçotes etc., e tem presença assegurada nos mercados interno e mundial. Naquele município também está a Fiat Finanças Brasil, inaugurada em agosto passado com a missão de cuidar da gestão financeira (um movimento de cerca de US\$ 3 bilhões

anuais) e das questões legais e tributárias das empresas do Grupo.

Já em Contagem estão sediadas a Fiat Allis Latino Americana, líder nacional na produção e comercialização de máquinas rodoviárias, e a Tutela Lubrificantes, que fabrica óleos e filtros automotivos e cresceu a sua produção em 23,5% nos últimos dois anos.

Belo Horizonte abriga duas empresas Fiat: a Fides Corretagens de Seguros, uma das cinco maiores corretoras de Minas em 1992, e a Fundação Torino, mantida pelo Grupo e que oferece a crianças e adolescentes o Instituto Ítalo-Brasileiro Galileu Galilei, uma escola com padrões europeus de ensino.

Outras quatro empresas Fiat estão instaladas em São Paulo, além da *holding*, sediada na Av. Paulista. Uma delas: Empresas Financeiras Fiat, formadas por um banco, uma administradora de consórcios e uma empresa de *leasing*, e que em 1992 movimentaram cerca de US\$ 1,3 bilhão nas 16 agências espalhadas nas mais importantes capitais do País.

A Magneti Marelli Weber, a ABC Autrônica e a Sorin Biomédica também estão em São Paulo. A primeira lidera o mercado nacional e o latino-americano de carburadores, e a segunda, uma *joint venture* com a Magneti Marelli/Weber inaugurada em julho deste ano em Campinas, fabrica circuitos eletrônicos para sistemas de injeção eletrônica de veículos e de telefonia. Quanto à Sorin, triplicou a fabricação de produtos para hemodiálise no ano passado.

Finalmente, em Curitiba (PR), a última empresa Fiat no Brasil. É a New Holland Latino Americana, líder histórica no mercado nacional de colheitadeiras e a caminho de alcançar a liderança também no segmento de tratores.

**FIAT**

Fiat do Brasil S.A.





# A GUERRA DO GOLFO E SUAS LIÇÕES(\*)

Edmirson Maranhão Ferreira

Adido militar do Brasil no Irã no decurso da Guerra Irã-Iraque, o autor faz uma apreciação sobre o Conflito do Golfo nos seus aspectos operacional, diplomático e de Direito Internacional, no bojo da qual emergem as lições da guerra.

A matéria constitui mais um subsídio para os que se ocupam do estudo do recente conflito.

## CAUSAS IMEDIATAS E OBJETIVO DA GUERRA

A Guerra do Golfo foi um conflito entre o Iraque e uma coalizão internacional de Estados (30) liderados pelos EUA e com o aval da ONU. Dos numerosos países que integraram a coalizão, uns participaram com recursos militares, alguns com recursos financeiros e 18 outros prestaram contribuições de natureza econômica, humanitária ou assistencial.

Após um longo período de ações diplomáticas, as operações militares

tiveram início em 17 de janeiro de 1991. Abrangeu um teatro-de-operações compreendido pela região oeste do Golfo, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita. Por sua vez, o teatro-de-guerra estendeu-se pelos emirados e Israel, envolvendo bases aéreas localizadas na Inglaterra e Turquia, da OTAN.

No concernente aos objetivos políticos da guerra, enquanto para o Iraque foi manter o desiderato de incorporar o Kuwait, para a coalizão consistiram em liberar o Kuwait e eliminar o poder militar iraquiano. Ao longo do conflito, delineou-se um objetivo secundário de derrubada do governo de Badgá, particularmente quando a coalizão apoiou

\* Selecionado pelo PADECEME



os movimentos rebeldes curdo e xiita, que se prolongam até os dias atuais.

Por outro lado, o conflito do Golfo constitui excelente *caso histórico*, para o estudo do que se pode denominar "complicadores regionais das relações internacionais", os quais influenciam a convivência regional, com extrapolação para o contexto mundial.

O cenário de causalidade está inserido numa sequência de eventos de extraordinária repercussão regional. Desfilam, nesses acontecimentos preliminares, a revolução islâmica e a violenta queda da monarquia Pahlavi, a perda de hegemonia do poder militar iraniano, desordem interna e consolidação do líder Khomeini, surgimento do Fundamentalismo Islâmico, fortalecimento de Sadam e seu partido, Baath, ascensão do Iraque como potência militar regional, guerra Irã-Iraque e, finalmente, invasão do Kuwait, no dia 2 de agosto de 1990. De uma parte, condicionou o conflito do Golfo uma perversa trijunção de circunstâncias: encrueceu o regime de Bagdá, ampliou-se a visão megalomaniaca de Sadam, e a forte máquina bélica iraquiana (1 milhão de soldados) estava ociosa, disponível e apta.

Em relação à outra parte envolvida no conflito, o móvel central orbitou em torno do complicador petróleo, em face da possibilidade de desestabilização do mercado desse item estratégico, e de sua utilização como instrumento de pressão

política, como ocorreu nos choques de petróleo do passado.

Convém registrar o extraordinário aumento de poder de pressão internacional adquirido pelo Iraque, quando incorporou, a força de barganha política, o correspondente à reserva de 94.525.000.000 barris de petróleo do solo do Kuwait. Obviamente, o acréscimo de tal capacidade de agir no cenário mundial passou a ameaçar os grandes consumidores. O desenlace dessa situação e dessa confrontação de interesses e de vontades foi a guerra.

Como freqüentemente ocorre na genética da polemologia dos conflitos, as técnicas de administrá-los ou dirimi-los não funcionaram. Ao conflito econômico apontado por Sadam, ao acusar Kuwait de redução do preço internacional do petróleo e de apropriar-se do óleo da bacia petrolífera de Umaila, situada na faixa da fronteira, bem como a negativa iraquiana de pagar ao Kuwait empréstimos feitos durante a guerra com o Irã, juntou-se o contencioso do alegado direito histórico iraquiano sobre o território do Kuwait.

Até os dias atuais, como derrotado militarmente na Guerra, Bagdá mantém esse quadro reivindicatório e continua a denominar o Kuwait de 19ª província. Isso significa que a situação conflituosa persiste, malgrado o massacre da estrutura militar iraquiana. Ou seja, se o objetivo político persiste, a Guerra do Golfo I poderá constituir-se, no futuro, em causa da Guerra do Golfo II.



## DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

**A Fase diplomática ou guerra de espera (02.08.1990 a 17.01.1991)**

A 2 de agosto, quando a vanguarda mecanizada da força-tarefa iraquiana penetrou no Kuwait, constituiu-se um novo Pearl Harbor para o sistema de informações estratégicas dos EUA e aliados europeus.

Sadam montou uma concepção diplomático-militar fundamentada na obtenção de surpresa estratégica, de uma rápida ocupação do Kuwait e na criação de um fato político consumado no contexto internacional.

Seus analistas, provavelmente, espelharam-se nos vários casos históricos de tácita aceitação pelo sistema internacional de ocupação pela força.

Assim, Israel, em 1967, não respeitou a resolução da ONU que recomendava a retirada dos territórios da Faixa de Gaza, parte leste de Jerusalém e Golan. A Líbia, em 1973, ocupou a região de Aouzou na fronteira com o Chade, bem como Marrocos ocupou, em 1975, o Saara Ocidental, ex-Saara Espanhol. Também a Turquia ocupou a região norte de Chipre, em 1974, a Indonésia e o Timor leste, em 1975 etc. Em todos esses casos, protestos internacionais, recomendações e resoluções da ONU não surtiram efeitos.

Ocorreu, no entanto, um grande erro de avaliação estratégica, pois Sadam

esqueceu o mundo pós-Guerra Fria e, conseqüentemente, de novos comportamentos. Esse ato de agressão internacional deu início a um período de gestões diplomáticas e embargos comerciais, reunindo um grande número de Estados. Foi o que pode ser chamado de guerra de espera ou fase diplomática do conflito. Durante quatro meses e meio, houve uma aglutinação de nações jamais vista na história das relações internacionais, tendo por escopo a condenação do ato do governo Sadam e a conseqüente tomada de atitudes para anulá-lo.

No bojo da intensa movimentação diplomática nos principais centros de poder, das pressões e dos embargos econômicos, iniciaram-se bloqueios navais e concentrações progressivas de forças na região, tudo caracterizando um excelente exemplo da atuação conjunta de recursos diplomáticos e militares para a administração de um conflito internacional.

Nessa fase, as ações diplomáticas foram inseridas num quadro que pode ser chamado de Batalha na ONU, onde se procurou trabalhar as nações integrantes do Conselho de Segurança. O secretário de Estado norte-americano, de um lado, e o ministro iraquiano Tarek Aziz fizeram vários périplos diplomáticos pelos 4 cantos do mundo, buscando atrair os 15 membros do Conselho. O conselheiro presidencial de Gorbachev, Primakov, fez várias visitas a Bagdá, no intento de persuadir Sadam



a liberar o Kuwait. O mesmo fez o ministro do exterior da China, Qian Qichen. O rei Hussan de Marrocos reuniu a cúpula árabe.

O presidente Gorbachov, traduziu magnificamente, o comportamento majoritário das nações para agir coletivamente, ao afirmar que o "mundo deve ficar unido na crise e agir firme, porém no espírito das Nações Unidas".

Por sua vez, Mitterrand caracterizou o desejo coletivo de atender ao primado de obediência ao organismo internacional, afirmando, ao ensejo das divergências com os EUA sobre prazos das sanções econômicas aplicadas: "Devemos agir em estrita aplicação das resoluções do Conselho de Segurança da ONU."

Numa posição mais contundente, Margaret Thatcher anunciava: "Já demos três meses para que as sanções econômicas funcionassem."

Nessa fase diplomática do conflito, o embargo econômico, se bem que não produziu resultados plenos no período de quatro meses e meio, alcançou efeitos contundentes, chegando a afetar profundamente o poder nacional iraquiano. As conseqüências decorreram, principalmente, de perda pelo Iraque correspondente a 2,7 milhões barris/dia, em face do bloqueio naval do Golfo e da interrupção dos oleodutos via Síria e Turquia. Entretanto, o contrabando pela fronteira com o Irã e o acesso pelo porto jordaniano de Acaba atenuaram os efeitos do embargo, permitindo

alongar a capacidade de resistência. Sadam, revelando os efeitos desse bloqueio econômico, tentou barganhar, oferecendo petróleo abaixo do preço de mercado e fazendo doações a países pobres (a oferta não foi aceita por nenhum deles). O embargo levou Bagdá a impor racionamento, a confiscar produção agrícola e a decretar pena de morte para quem estocasse trigo e cereais.

A apreciação desse caso revela que o embargo como instrumento de pressão pode dar resultados, porém a médio e longo prazos, dependendo da viabilização de sua implementação e do grau de autonomia da economia local.

A forte determinação do governo de Bagdá resistiu, inclusive, ao apelo de Gorbachov para que Sadam desse uma prova de realismo do seu desejo de paz, em face da verdadeira política do jogo de pôquer que vinha sendo desenvolvida na guerra diplomática, onde era comum o uso de técnicas de finta, retóricas e blefes. Vários planos de paz foram discutidos e apresentados sem resultados concretos.

O presidente iraniano procurou manter-se neutro, apoiou as sanções da ONU, qualificou o conflito de uma guerra do petróleo e apresentou proposta de paz. Também a França apresentou proposta de paz. A Comunidade Européia patrocinou várias reuniões em Luxemburgo. Nessa fase, por não terem conseguido administrar o conflito, persistiu a situação de dissenso e o



choque de vontades, que somente iria ser resolvido pelo emprego violento do poder militar ou seja, pela guerra.

### **A fase militar (Operação Tempestade no Deserto)**

Esgotados todos os recursos diplomáticos, que se estenderam, desde a condenação pública oficial, até o embargo econômico e a pressão através de concentração de forças militares na área, teve início a fase militar, na madrugada de 17 de janeiro de 1991.

Ela começou com uma ação marcadamente aéreo-naval, em cumprimento à concepção estratégica aliada de, através de pesados bombardeios, anular a capacidade de luta de Sadam, além de evitar elevados perdas de vidas, normais nos ataques a posições altamente fortificadas e com possibilidade de emprego de armas químicas e bacteriológicas.

Nas primeiras quatro horas, a aviação de coalizão realizou mais de 4.000 surtidas, atingindo alvos estratégicos, e afetando profundamente a economia, a vida das principais cidades, o sistema de transporte etc.

Mais do que a conquista de superioridade aérea, ocorreu, nessa fase, a total anulação do poder aéreo iraquiano e a destruição de grande parte do poder terrestre (6 aviões comerciais e 148 militares do Iraque procuraram refúgio no Irã).

Entretanto, a mais intensa campanha de bombardeio por aviões, navios e mísseis, desenvolvida de 16 a 27 de fevereiro de 1991, não foi, por si, suficiente para atingir o objetivo da guerra de liberação do Kuwait.

É interessante observar que, malgrado a tremenda destruição das infraestruturas de telecomunicações, transporte, energia, produção industrial etc., Bagdá não cedeu politicamente, mantendo a ocupação do Kuwait.

Nesse quadro de indefinição, Sadam, não tendo conseguido sucesso na manobra política de forçar Israel a participar das ações militares, mediante o lançamento de 39 SCUD dirigidos contra o seu território, resolveu efetuar pequenos ataques terrestres ao longo da fronteira saudita.

Na realidade, essas ações tiveram objetivos táticos de sondagem, bem como de natureza psicológica (fortalecimento moral).

O mais importante penetrou 10km, ocupando a vila abandonada de Khafzi, de onde os invasores seriam expulsos por forças de Arábia Saudita e Qatar, reforçadas por fuzileiros norte-americanos. Esse confronto de Khafzi (que fora abandonada pela população saudita) constituiu ação limitada, e foi classificado, pelo general Normam Schwarzkopf, como "o ataque de um mosquito sobre um elefante".

O Exército de Sadam permaneceu nas trincheiras. Não foi capaz de manobrar com a sua massa de blindados.



Comparativamente, a conduta das operações terrestres podem ser analisadas conforme os tópicos abaixo.

• Quanto à atitude estratégica, a de Sadam foi essencialmente defensiva. A sua força enterrou-se na linha "Sadam", não usou o princípio da manobra, realizando uma defesa estática, em grande parte por não dispor de apoio aéreo. A única iniciativa das ações foi a pequena investida de 10km, em território saudita, sobre Khafzi. A da coalizão foi essencialmente ofensiva, o que foi possível pelo total domínio do espaço aéreo.

• Quanto à concepção da manobra, a de Sadam foi condicionada pela vivência da guerra com o Irã, onde ocorreram freqüentes paradas estratégicas em posições defensivas, com ampla utilização de organizações do terreno. O comando iraquiano julgou poder atrair e destruir o Exército de Coalizão nas sucessivas linhas de defesa. Convém lembrar que, na guerra com o Irã (1980-1988), o Exército do Iraque especializou-se em organização de grandes linhas de trincheira com fossos, campos de minas, canais com explosivos e combustíveis altamente inflamáveis, etc. Os carros-de-combate foram mais freqüentemente usados como artilharia (enterrados), do que como meios para manobrar no combate. Na concepção de sua guerra, Sadam utilizou, ainda, reféns aliados inclusive kuwaitianos, que foram levados para Basrá e Bagdá na véspera da ofensiva aliada, bem como

provocou, inutilmente, uma reação israelense com os SCUD.

Em relação à coalizão, a manobra consistiu em:

a. fixar por leste, no litoral kuwaitiano, utilizando a finta de um possível desembarque anfíbio pela esquadra e a tropa de fuzileiros. Essa finta foi muito bem realizada, contando inclusive com o uso da comunicação social, e contribuiu para fixação de grandes efetivos iraquianos;

b. investir na direção norte-sul, forçando as linhas de defesa na fronteira do Kuwait, de forma a reconquistar a cidade do Kuwait;

c. realizar um grande envolvimento em profundidade, partindo da frente oeste e penetrando na direção norte da ordem de 200km, para, em seguida, infletir para leste, num percurso de 180km, tendo por objetivo cortar a retirada inimiga para o norte na vila Nassiriah, no rio Eufrates (a 160km de Bagdá), destruir as forças iraquianas e completar a liberação do Kuwait;

d. proteger a manobra contra investidas do oeste na região de Assalman;

e. organizar uma base logística, a 150km no território iraquiano, capaz de prover apoio às unidades engajadas na ação de envolvimento.

Os resultados das operações terrestres surpreenderam analistas, pela rapidez com que ocorreu o desmonstramento da máquina militar iraquiana, inclusive da apregoada qualificação da Guarda Republicana (cerca de 150.000



homens), posicionada como reserva móvel.

A dinâmica da manobra, superioridade tecnológica e a arrasadora presença do elemento aéreo, deixaram os iraquianos taticamente imobilizados nas trincheiras e, até mesmo, acomodados, parecendo aliviados ao se entregarem como prisioneiros. Alguns de joelhos beijavam as mãos dos seus captores.

No balanceamento das forças em presença, a imensa diferença nos campos tecnológico e militar, fizeram com que 1 (um) milhão de combatentes de Sadam desaparesem, como poder bélico, em apenas 100 horas.

O general Norman, da coalizão militar, confirmou o sucesso da manobra ao declarar: "Enganei o Sadam, fazendo-o crer que haveria um desembarque maciço de fuzileiros na costa do Kuwait. Eles ficaram de olho nessa direção. Começamos então a mover as divisões blindadas para a esquerda, levando-as para o Iraque sem que o inimigo percebesse. Foi um movimento extraordinário, o maior da história militar; conseguimos penetrar profundamente no Iraque."

Na madrugada de 27 de fevereiro de 1991, o chanceler do Iraque Tarek Aziz enviou carta ao Conselho de Segurança da ONU, comunicando que o seu país cumpriria todas as 12 resoluções. Entre elas, estava o compromisso de indenizar o Kuwait e os países atingidos pela guerra. Era o fim do conflito.

O objetivo político da guerra de destruir o poder militar de Sadam ficou evidente com a intensidade da destruição de equipamentos.

O quartel-general do general Norman divulgou os números do quadro seguinte, em 28 de fevereiro de 1991:

	Arsenal de Sadam	Destruido ou Capturados
- Carros de Combate	4.280	3.008
- Carros blindados	2.870	1.856
- Peças de Artilharia	3.110	2.140
- Prisioneiros de guerra	-	50.720
- Lançadores de SCUD	-	46

### Apreciações sobre a fase militar

Os tópicos a seguir apresentam os principais aspectos ressaltados pela fase militar:

● os EUA projetaram-se como única potência militar;

● do ponto de vista da conduta da guerra, a tecnologia deu um passo a frente nos campos da produção de informações por satélites, do aperfeiçoamento das chamadas armas inteligentes (propiciando a expressão "bombardeio cirúrgico"), da ampla utilização de ações noturnas etc. Consolidou-se o emprego do helicóptero na operação terrestres, particularmente como base de fogos de apoio. O helicóptero *AS-1W-Super Cobra*, operando inclusive com tiro noturno, e o míssil anticarro *TOW*, além de outros



modelos, marcaram presenças na ação terrestre;

- o uso da pressão diplomática pelo embargo não se mostrou por si suficiente para resolver a situação política. A ação aérea foi de transcendental importância, porém ainda é preciso manobrar no terreno para completar a destruição do poder militar e impor a vontade política;

- a guerra passou a integrar as ações terrestres, navais e aéreas cada vez mais;

- chefes militares que fizeram a guerra declararam que não foi usada uma estratégia isolada, e sim estratégia mista aérea-terrestre, aérea-naval ou naval-terrestre. Ações aéreas foram inseridas nos planos de operação terrestre, a esquadra participou da defesa aérea do TO e das ações terrestres. Enfim, a lição do Golfo é de que a grande estratégia é uma só e mista, ou seja, aéreo-terrestre-naval. Cada força singular fica restrita ao nível técnico de como operar os seus meios específicos, no quadro de uma estratégia globalizada. O míssil *cruise* substituiu a aviação embarcada para atingir muitos alvos;

- as ilações doutrinaárias da guerra do Golfo são contundentes em termos de integração operativa das Forças Singulares desde o tempo de paz. Por outro lado, não deve existir estrutura militar de paz diferenciada da estrutura militar de guerra;

- o vice-almirante John Baldiwn registrou a seguinte análise sobre o conflito: "A idéia é pensar estrategicamente e pensar de forma integrada,

isto é, coordenar as campanhas de guerra envolvendo todas as Forças Singulares;"

- o general Norman destacou o sucesso da doutrina integrada que vem sendo denominada *air-land doctrine*, que, por sua vez, dá origem a *air-land battle*, pela combinação dos meios terrestres, aéreos e navais num conjunto único e sob direção centralizada;

- os princípios da *air-land battle* aplicados no Golfo exigiram longo planejamento, coordenação perfeita, comando centralizado perfeito *timing* e logística eficientes, com alto grau de integração doutrinaária e padronização logística;

- em termos de política interna, o presidente Bush teve elevado índice de popularidade e aceitação nacional. A guerra trouxe enormes ganhos políticos imediatos para Bush e seu partido Republicano;

- entre os sistemas-de-arma, destacou-se o *Patriot*, que conseguiu reduzir os efeitos dos SCUD, particularmente sobre Israel e Arábia Saudita;

- apesar da tecnologia, os erros continuaram a aparecer na hora do combate. Aviões A-10 dos EUA destruíram veículos de combate ingleses, matando 9 soldados; patrulhas e combatentes perderam-se; alvos não foram devidamente destruídos; houve falta de entrosamento entre elementos terrestres, aéreos e navais, falha na identificação de veículos aliados etc. Segundo o relatório do Departamento de Defesa, dos 146 soldados aliados mortos em



ação, 37 foram vítimas de fogo amigo e, dos 467 militares aliados feridos, 72 foram atingidos por seus próprios companheiros. A logística não atenderia às necessidades, se o conflito se prolongasse. As informações produzidas foram inadequadas particularmente sobre localização de armas químicas, biológicas etc. Também os *F-117*, usados contra alvos estratégicos, atingiram apenas 40% da área desejada.

### **Estratégia de formação das consciências nacionais (técnicas de Guerra Psicológica)**

Como em todos os conflitos, a Guerra Psicológica esteve presente no Golfo, e a sua análise oferece ensinamentos sobre as diferentes estratégias usadas pelos contendores para a condução da opinião pública.

Para o Iraque, os objetivos comportamentais a atingir foram fortalecer a consciência coletiva em torno de Sadam Hussein; desenvolver o espírito de luta nacional; enfraquecer, ou anular o apoio árabe à coalizão atacando o inimigo comum, Israel.

A temática adotada explorou a guerra justa e de todos os árabes (pan-arabismo); o Iraque como representante do mundo islâmico, na luta contra o imperialismo ocidental, particularmente dos EUA.

O embasamento da comunicação social iraquiana foi montado no sonho pan-arábico e na restauração da dignidade e da honra do povo árabe. A propaganda explorou o ressurgimento do conflito histórico entre o islamismo e o Ocidente, da espada árabe contra os cruzados. Sadam mandou bordar, na bandeira iraquiana, a inscrição "Alá é grande".

Também para mobilizar a consciência nacional, os comunicólogos iraquianos utilizaram vultos históricos, buscando retratar Sadam como Nabucodonosor, da Babilônia, e os seus feitos, inclusive a destruição de Jerusalém, em 587 a.C.

O culto à personalidade foi amplamente usado como técnica de persuasão.

O "Grande Iraque" de Sadam seria a imagem revivida do esplendor e da hegemonia do Império Otomano, que se expandiu a partir do século XIV e chegou a controlar o espaço do Marracos ao Irã, e da Polônia ao Adriático.

Sadam também foi apresentado como sucessor de Saladim o guerreiro islâmico que combateu os cruzados, assim como foi comparado ao chanceler alemão Otto Von Bismarck, herói da unificação dos povos de língua alemã ou, com Gamel Abdel Nasser, que fortaleceu o orgulho e a reação árabe, contrapondo-se à busca de hegemonia do Ocidente naquela região.

A temática da propaganda de guerra explorou também raízes históricas e procurou delinear a Guerra do Golfo, como uma visão retrospectiva da união



árabe, ao ensejo do grande império Abá-cida, dinastia muçulmana que reinou em Bagdá. As características psicossociais do habitante local permitiram explorar até profecias sobre morte de invasores no deserto e o senso mágico da inevitabilidade de lutar e morrer pelo Islamismo e da materialização do destino.

Foram linhas de persuasão utilizadas: "os EUA ganharão a batalha mas perderão a guerra"; "tanto os cristãos árabes como os muçulmanos querem uma guerra santa contra os EUA, a Inglaterra e os Judeus"; "os cidadãos de todas as nações que estão combatendo o Iraque estão em perigo aqueles de olhos azuis e face avermelhadas; vocês ocidentais desejam viver. Nós queremos morrer porque queremos ir para o paraíso. À medida que os EUA destróem o Iraque irá fortalecendo a guerra santa (jihad) que destruirá o Ocidente".

Essa temática foi possível uma vez que a comunicação social a serviço dos interesses políticos deu surgimento ao que podemos chamar *ideologia do anti-americanismo* ou *anti-ocidentalismo*.

Como veículos, o Iraque usou a imprensa estatizada, operando enquadrada pelo Conselho Revolucionário e o comando das Forças Armadas.

Como *slogans*, foram usados nas campanhas psicológicas: "Sadam: A espada do Islã"; "Sadam: O vingador dos árabes"; "Sadam: O Bismark do mundo árabe"; "Nós árabes lutamos com a espada de Deus, enquanto os EUA lutam com a espada de Satã".

O Iraque usou basicamente a estratégia da propaganda simbólica ou emocional.

Em suma, Sadam usou o monopólio estatal da informação para controlar a sociedade e alcançar seus objetivos psicológicos. Na iminência do conflito, conseguiu resultado favorável na mobilização da consciência nacional, o que tecnicamente foi possível, sob a exteriorização da ameaça externa que sempre contribui para congregar e unir.

Entretanto, a análise do desenvolvimento das operações psicológicas táticas ou estratégicas do Iraque robustecem a tese da impossibilidade de aplicação do monopólio das informações nos dias atuais, mesmo em regime fechado e despótico. Fontes informais e clandestinas surgem naturalmente. Outra ilação diz respeito a inconsistência dos resultados comportamentais gerados basicamente em cima da mensagem simbólica emocional, como as campanhas em torno da invencibilidade das divisões da Guarda Revolucionária, da produção do mar de sangue dos aliados no deserto etc.

A propaganda simbólica sem o suporte do fato concreto não dura na ação, e não evitou que 150.000 combatentes iraqueanos desertassem e, muitos deles de joelhos, beijassem as mãos de soldados aliados, numa atitude humilhante e tristemente ridícula para quem recebia mensagens que afirmavam serem eleitos por Alá, como cavaleiros invencíveis de uma guerra santa (jihad).



Em síntese, o ensinamento colhido nesse campo da comunicação diz respeito à busca da prevalência da propaganda do fato, isto é, trabalhar psicologicamente usando a primazia do real e do concreto. A propaganda simbólica apenas complementa a propaganda do fato. A técnica de formação da consciência iraquiana deformou fatos, omitiu a flagrante diferença tecnológica de poder militar e gerou uma expectativa ilusória de vitória, mascarando, através de todo um fantasioso simbolismo de mensagens, uma derrota militar inevitável.

Em termos comportamentais, o combatente iraquiano, como todo ser humano, foi conduzido mais pela necessidade de sobrevivência do que pela aspiração ao martírio.

Quanto à Coalizão, os objetivos comportamentais a atingir foram, para o público-alvo norte-americano, evitar a recidiva da chamada síndrome do Vietnã ou seja, o sofrimento de perdas humanas por uma guerra tida como impopular; para a população do Kuwait ocupado, foi manter o espírito de resistência. Programas radiofônicos através do governo do Kuwait, na Arábia Saudita, foram montados com esse objetivo.

O Comando Militar dos EUA que liderava a coalizão decidiu pela estratégia de controle da notícia no âmbito do teatro-de-operações, a fim de evitar desvios na opinião pública interna que apoiava a intervenção militar para

liberar o Kuwait. Por outro lado, a posição praticamente estática da linha-de-contato durante a fase aéreo-naval da guerra e o reduzido tempo de operações terrestres, facilitaram a prática do que foi chamado, pelos jornalistas, de censura, uma vez que as informações ocorreram através de *briefing*. Assim, o fluxo de informações foi relativamente controlado, inclusive grupos de jornalistas autorizados a visitarem a frente eram acompanhados de escolta militar. Passado o conflito, ocorreram críticas por parte de alguns profissionais da imprensa. Por outro lado, o sistema de basicamente concentrar a massa de informações nos *briefing* atendeu aos objetivos da comunicação social de interesse das operações e teria, como chegou a ser divulgado pela imprensa, constituído um meio de apoiar a manobra diversionista do general Norman Schwarzkopf de levar os iraquianos a manter grande efetivo imobilizado na posição defensiva, que esperava o desembarque anfíbio no Kuwait. Sob essa análise, a comunicação social habilmente utilizada chegou a ajudar a implementação da manobra de envolvimento que decidiu a guerra.

O grande problema da comunicação social nas guerras é a credibilidade das fontes. A história se repete. O conflito do Golfo em sua fase inicial, pode ser chamado de a guerra das palavras e das imagens, onde cada contendor procurava fazer prevalecer a sua verdade. Na



guerra, a verdade é a primeira vítima. Alvos aéreos bombardeados, ditos pelos aliados como militares, eram refutados pela comunicação social iraquiana como fábrica de leite de crianças etc.

No concernente é comunicação social civil, a guerra do Golfo revelou toda tecnologia moderna da informação, permitindo ao telespectador, em sua poltrona, ver e ouvir a guerra ao vivo. Lentes, câmeras, satélites, microfones especiais levaram imagens instantâneas de trajetórias de balas traçantes, bombas inteligentes, mísseis e impactos nos alvos.

A *Cable News Network* (CNN) conseguiu materializar, magistralmente, na Guerra do Golfo, o conceito de Marshall Macluhan sobre o mundo como aldeia global. Em janeiro de 1991, produziu reportagens ao vivo com imagem e som da guerra, dos bombardeios e destruições, dos líderes envolvidos e dos reféns, gerando um grande impacto sobre a opinião pública, e criando o que pode ser chamado a guerra diplomática pela televisão, quando diplomatas utilizam a televisão global para trabalhar a opinião pública mundial.

## A GUERRA DO GOLFO E O DIREITO INTERNACIONAL

**A condução política da guerra num quadro de ordenação jurídica Internacional**

O conflito do Golfo está inserido num contexto de relações internacionais que foi deflagrado com o processo de desmoroamento da União Soviética e o fracasso de sua seiva nutritiva ou seja, a ideologia marxista-leninista. No vácuo dessa implosão da doutrina, despontou o fato de maior repercussão nas relações internacionais da 2ª metade do século XX: o fim da Guerra Fria. Pode-se julgar esse conflito um marco inicial de uma nova era assinalada pelo fortalecimento do Direito Internacional e, conseqüentemente, dos organismos multinationais, particularmente da ONU. Inegavelmente o fim da confrontação ideológica fez a sociedade das nações vislumbrar perspectiva da busca de posições mais globalizadas, em detrimento das decisões fortemente isolacionistas, solitárias e individualistas.

Vemos assim o conflito do Golfo como um fato relevante na historiografia do Direito Internacional. Mesmo sem descer ao mérito e à ética da guerra e suas motivações de ambas as partes, é evidente que foi identificado um grau maior de organização e consenso da sociedade internacional, através da presença marcante de 30 Estados que materializaram uma postura coletiva, ora participando com elementos militares, ora provendo recursos financeiros. Naquele momento histórico, os Estados e as organizações, sujeitos básicos do Direito Internacional, atuaram num grande bloco, jamais



reunido na história universal em termos de vontade política unânime e decidida.

Portanto, o fato histórico Guerra do Golfo pode representar uma força nutritiva revigorante do Direito Internacional. Numa visão otimista, o fato contém algum indicativo que contraria os chamados negadores desse ramo da ciência jurídica, os quais sempre afirmaram não haver Direito Internacional por não poder existir sanção, nem tão pouco uma vontade coletiva.

Classifico o conflito do Golfo, também, como uma sanção da ONU ou, na pior hipótese, como a sanção de um expressivo grupo de nações altamente representativo da comunidade internacional com autorização daquele organismo.

Desde as superpotências (EUA o maior patrocinador, porém a URSS também participou e ainda participa, condenando Bagdá e utilizando pressão diplomática contra o Iraque) até os terceiros-mundistas compuseram um grande bloco que atuou em consenso. A fase nitidamente diplomática do conflito pode ser chamada de a "batalha na ONU" que baixou 10 resoluções e patrocinou numerosos encontros internacionais.

De um modo geral, naquela manifestação coletiva houve primazia do direito e, até mesmo, laivos de uma moral internacional.

O Direito Internacional viveu dias de euforia, e vive ainda, na esperança de prosseguimento desse clima de

valorização das soluções globalizadas na comunidade das nações.

O peso da participação dos Estados na composição do grande bloco internacional robustece as ilações supra referidas. Outra área de considerações repousa sobre a vitalidade manifestada pela ONU, que agiu com presteza e sem que houvesse votos desfavoráveis. Já no dia em que o Iraque invadiu o Kuwait, a resolução 660 exigiu a imediata e incondicional retirada das tropas de Sadam. A desobediência a essa determinação levou a ONU a baixar a resolução 661 aplicando a sanção do embargo comercial e financeiro ao Iraque. Prosseguem outros importantes atos do organismo máximo internacional, aplicando novos instrumentos coercitivos e punitivos no campo do Direito Internacional. Na escalada de sanções, a resolução 662 considera a anexação do Kuwait nula de pleno direito, sob o argumento de ter sido imposta pela força e, como tal, ilegítima e ilegal.

A desobediência de Bagdá aos princípios do Direito Internacional vai dar origem à resolução 664, que exige a liberação de todos os reféns do Iraque, inclusive por desrespeitar a proteção de civis no direito de guerra. Na escalada de sanções, a resolução 665 autorizou o uso de força classificada como mínima necessária para obter o bloqueio e implementar o embargo. Buscando dar cumprimento a essa sanção, a resolução 666 restringiu qualquer ajuda de alimento ao Iraque à ação da ONU ou da



Cruz Vermelha Internacional. A essa altura, os mecanismos de controle e administração do conflito parecem escapar e mostram-se lentos nos resultados. Os EUA optam por ação militar, enquanto a URSS avalia que a pressão diplomática alcançará o objetivo da guerra, ou seja liberação do Kuwait ocupado. Permanecendo o impasse, é baixada a resolução 668 que estabelece o embargo do espaço aéreo iraquiano como novo instrumento a ser usado no quadro de confrontação de vontades dos dois lados.

Não há dúvida que, em termos de ação coletiva, tanto a Guerra da Coreia (1950) como a Guerra do Golfo (1991) foram guerras americanas com expressiva predominância humana e material. Entretanto, pode-se concluir que entre um e outro acontecimento internacional, houve uma crescente mobilização da comunidade internacional.

Na Coreia, os EUA, com apoio de resolução baixada pelo Conselho de Segurança, conduziram e estiveram acompanhados por 16 nações, enquanto no Golfo lideraram uma coalizão multinacional de 30 nações, considerando ainda que outros 18 Estados tomaram posições diretas no conflito sob a forma de contribuições econômicas, humanitárias etc. É, portanto, um fato novo no contexto internacional essa significativa participação da comunidade mundial.

A presença do bloco de nações e a decisão da ONU criam, inegavelmente, uma ambiência de legalidade, por congregarem vontade majoritária com manifestação de organismo internacional e embasamento na Carta das Nações Unidas e no direito de sancionar infratores por ilícito reconhecido na ordem jurídica internacional. Não cabe nesta análise fazer derivação do campo jurídico para o campo filosófico, em termos de apreciar se houve guerra justa (*bellum justum*) no conceito medieval de Santo Tomás de Aquino.

Como cumprir ato legal, ou seja, a resolução da ONU de liberar o Kuwait sem o uso da força para respaldar a sentença, uma vez que as sanções econômicas não surtiram o efeito desejado?

O fato historicamente inegável é que, após anos de debilidade onde, no passado, não teve o suporte diplomático e militar para fazer cumprir suas resoluções, a ONU adquiriu, com o fim da Guerra Fria e com o Conflito do Golfo, um alento de vida institucional, congregando um número expressivo de nações, inclusive os tradicionais contendores URSS e EUA.

A Rússia, herdeira natural da URSS aprofundou sua participação na solução do conflito, ao anunciar o envio, em setembro de 1992 de navios de guerra ao Golfo para implementar a decisão da ONU.



Houve redução dos focos de tensão com a era Gorbachev e todo esse quadro compõe um novo contexto de valorização do Direito Internacional.



**EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA** — Coronel R1, ex-Adido Militar no Iran e integrante do Corpo Permanente da ESG. Professor em Geografia e História pela PUC. Atualmente é professor da Universidade Estácio de Sá.



## A Proteção que você precisa...

- respiradores e máscaras com filtros
- máscaras com mangueiras de ar comprimido
- máscaras autônomas para salvamento
- detectores para gases tóxicos e combustíveis



### Dräger Lubeca

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Rua Cidade de Bagdá, 554 - CEP 04377 - Vila Santa Catarina  
Fone: 563-4111 (PABX) - Caixa Postal 21232 - CEP 04698  
Telex: (11) 24259 LUBE BR - São Paulo - SP



# Informativo **BIBLIEX**

## **EDITORIAL 93**

**Voltada para os interesses de seus associados e cumprindo o firme propósito de manter e incentivar o hábito da leitura com obras de grande interesse, a preços acessíveis, a BIBLIEX apresenta o seu Editorial para 1993.**

**Ião compor o Editorial 93 seis bons livros, criteriosamente selecionados por um Conselho Editorial de alto nível.**

**VALOR DA ASSINATURA  
CR\$ 1.050,00**

**preço válido até 31 de dezembro de 1993**

### **PARA TORNAR-SE ASSINANTE**

Envie por postagem registrada um cheque nominal à Biblioteca do Exército no valor da assinatura anual e o endereço completo para a remessa.

Os assinantes receberão as 6 (seis) obras pelo Correio, em qualquer ponto do Brasil, durante o corrente ano, em até 3 (três) remessas, sem nenhum acréscimo.

Os militares, funcionários civis e pensionistas do Exército poderão efetuar o pagamento de suas assinaturas sob consignação em 3 (três) parcelas mensais de CR\$ 180.000,00, remetendo à Bibliex cópia do último contracheque. Aqueles implantados em 1992 tiveram suas assinaturas renovadas automaticamente.

**BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** — Pça Duque de Caxias, 25 — Palácio Duque de Caxias, 3º andar — Ala Marcolino Dias — CEP 20221-260 — Rio de Janeiro-RJ —  
Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535.

### **CICLO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO**

*Mal. Odylio Denys*

Oportuna e importante análise dos diversos movimentos revolucionários ocorridos em sérios momentos históricos do Brasil.

### **A FILOSOFIA E O PROCESSO EVOLUTIVO DA GEOGRAFIA**

*Caio Lóssio Botelho*

Em obra necessária e didática o autor fornece subsídios para o entendimento do processo evolutivo da Geografia diante das diversas correntes filosóficas.

### **A NEVE FOI TESTEMUNHA**

*João Steudel Areão*

Leitura amena e atraente de um romance histórico centrado na atuação da FEB na Itália durante a 2ª grande guerra.

### **NOS CONFINES DO EXTREMO OESTE**

*Glimesdes Rego Barros*

Obra que resgata a epopéia nacionalista da anexação definitiva do Acre, com relatos a respeito dos vultos que tornaram possível tal feito.

### **O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES - Vol. 2**

*Cel. Cláudio Moreira Bento*

Desfecho da enriquecedora análise do evento singular que foi a guerra dos Farrapos.

### **ANTES... DURANTE... E DEPOIS**

*Alberto Lopes Peres*

É ao mesmo tempo uma obra de lembrança e recordação. Lembrança pela volta ao passado com inteligência e recordação pela volta ao passado com inteligência e ao coração. Uma experiência de vida escolar na antiga Escola de Realengo.





# NOVO MODELO DE CPOR / NPOR

Dalvino Villar

---

Matéria extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção do Curso de Altos Estudos Militares da ECEME, em 1992.

Informa sobre a formação do oficial da reserva não remunerada (Of R/2) do Exército.

---

## INTRODUÇÃO

Um dos óbices à consecução e manutenção dos objetivos nacionais é, sem dúvida, a grande extensão territorial do País. Esse fator adverso, entre outros, impõe a presença do Exército em todo o nosso território, a fim de assegurar, de modo eficaz, a integridade do patrimônio nacional, a estabilidade política e social, a integração nacional, a lei e a ordem.

Em função disso, há necessidade de grandes efetivos militares para mobiliar as unidades da Força Terrestre distribuídas do norte ao sul do Brasil. Não se podendo contar, exclusivamente, com militares de carreira, sente-se fundamental o aproveitamento dos militares

da reserva, em particular do oficial oriundo dos CPOR e dos NPOR.<sup>1</sup>

Atualmente, o EB dispõe de cinco CPOR<sup>2</sup> e trinta e seis NPOR. Todos eles formam o Oficial R/2<sup>3</sup> destinado a desempenhar funções de oficial subalterno, nas organizações militares (OM).

Em 1921, o então capitão Luiz de Araújo Correia Lima, baseado no Decreto 15.185, de 21 de dezembro do

- 
1. CPOR — Centro de Preparação de Oficial da Reserva, estabelecimento de ensino, forma oficiais R/2 de diversas armas e do Serviço de Intendência, ou do QMB. NPOR — Núcleo de Preparação de Oficial da Reserva, instalado em corpo-de-tropa, forma oficiais R/2 de uma única arma.
  2. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife.
  3. Oficiais da Reserva não Remunerada.



mesmo ano, que previa a formação dos quadros de Oficiais R/2 (Of R/2), reuniu um grupo de jovens estudantes de nível superior, no antigo Grupo de Artilharia Pesada, em São Cristóvão-RJ, e conseguiu formar os primeiros Of R/2, com aceitável preparo profissional. Foi ele o embrião do CPOR-RJ,<sup>4</sup> criado em 12 de maio de 1926, sob o comando de Correia Lima, mais tarde reconhecido Patrono dos CPOR/NPOR.

Durante a II Guerra Mundial, os Of R/2 representavam cerca de 40% do efetivo de oficiais da Força Expedicionária Brasileira. Os jovens discípulos de Correia Lima, submetidos, na Itália, às mesmas provas que os oficiais de carreira, com eles ombrearam-se em dedicação e valor profissional.

Até o final de 1965, os CPOR e NPOR tiveram suas instruções baseadas no aproveitamento dos períodos de férias escolares e finais de semana, fazendo com que a formação do Of R/2 levasse de dois a três anos. Com esse regime letivo, não se podia dar a necessária continuidade ao ensino. Os resultados obtidos ficavam muito abaixo das potencialidades dos formandos.

Para corrigir essa falha, foi aprovada, em 4 de janeiro de 1966, modificação no Regulamento dos CPOR/NPOR, prevendo um único ano letivo, com aulas diárias pela manhã e, algumas vezes, à tarde.

Esse regime de trabalho, entretanto, com o correr dos anos, gerou a seguinte distorção: o aluno não conseguia conciliar o serviço militar obrigatório com o seu curso universitário, o que o levava a trancar a matrícula na faculdade. Como consequência os jovens com o 3º grau de ensino foram se afastando, gradativamente, dos CPOR/NPOR, fazendo cair o nível intelectual do Of R/2.

A solução para o problema surgiu em 1987, com a proposta de um novo modelo de CPOR/NPOR, que visava a trazer, novamente, o jovem universitário para as fileiras do EB.

A análise desse modelo, a apresentação de sua situação atual e de sugestões para aperfeiçoá-lo compõem o objetivo do presente ensaio.

## NOVO MODELO DE CPOR / NPOR

### Concepção

O Novo Modelo foi criado, pelo DEP,<sup>5</sup> com as seguintes finalidades:

- capacitar os CPOR/NPOR como organizações adequadas a proporcionar, aos estudantes do 3º grau, o conhecimento das missões e atribuições da Força Terrestre;

4. CPOR do Rio de Janeiro.

5. Departamento de Ensino e Pesquisa.



- aproveitar, prioritariamente, os universitários, na fase de recrutamento para o serviço militar obrigatório;

- possibilitar, ao aluno do 3º grau, a edecação do serviço militar obrigatório com a continuação de seus estudos, evitando, assim, o retardo na formação de profissionais civis de nível superior;

- otimizar a relação custo-benefício na formação do Of R/2 mobilizável — possuidor apenas do CFOR<sup>6</sup> — e do oficial temporário, que, além do CFOR, realiza o EI,<sup>7</sup> o EPOT<sup>8</sup> e o Estágio de Instrução Complementar (EIC);

- formar oficiais temporários com ótimo padrão de instrução militar e escolaridade compatível com as funções que irão exercer.

Conclui-se, assim, que a nova idéia de formação do Of R/2 está orientada para duas direções. A primeira procura aumentar a participação do segmento mais instruído da sociedade civil no EB. A segunda proporciona um melhor embasamento profissional militar aos tenentes temporários que irão comandar as frações elementares nos corpos-de-tropa em tempo de paz.

## Legislação

É a seguinte a legislação concernente aos OFOR.<sup>9</sup>

### •Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM)

Art. 22 — O serviço militar inicial dos matriculados em OFOR terá a duração prevista nos respectivos regulamentos.

Art. 89 — Os brasileiros que, na época da seleção da sua classe, se encontrarem matriculados em escolas superiores ou no último ano do ciclo do ensino médio, terão prioridade para matrícula ou incorporação nos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, existentes na guarnição militar, onde estiverem freqüentando cursos. Para isto deverão satisfazer, além das condições de seleção da classe, as previstas nos regulamentos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva a que forem destinados.

Art. 98 — Os conscritos que não possuírem as condições de escolaridades exigidas poderão obter adiamento de incorporação, por um ou dois anos, de modo a satisfazerem tais condições.

Art. 123 — O aperfeiçoamento, atualização e complementação da instrução dos oficiais, aspirantes a oficial ou guardas-marinha, da reserva de 2ª classe ou não remunerada, serão estabelecidos nos regulamentos para o Corpo de Oficiais da Reserva de cada Força e serão realizados através de estágios de instrução.

§ 1º — O caráter obrigatório ou voluntário dos estágios de instrução será estabelecido pelo ato de convocação.

6. Curso de Formação de Oficiais da Reserva.

7. Estágio de Instrução.

8. Estágio Preparatório para Oficiais Temporários.

9. Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva.



§ 2º — O estágio de instrução dos aspirantes a oficial ou guardas-marinha da reserva, após a conclusão do curso de formação, terá caráter obrigatório, uma vez realizada a convocação, a fim de que seja completado o serviço militar inicial.

#### ●Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE)

Art. 1º — O Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) destina-se a permitir:

- no tempo de paz, completar os efetivos de oficiais nas organizações militares do exército, de acordo com a legislação específica;

- na mobilização ou no decurso da guerra, completar os efetivos de oficiais das organizações militares e outras organizações de interesse do Exército.

Art 31 — Os Of R/2 das Armas, do Quadro de Material Bélico (QMB), do Serviço de Intendência e do Quadro de Engenheiros Militares poderão ser convocados como Oficiais Temporários para o preenchimento de cargos de OM não operacionais, em cargos relacionados com as áreas profissionais de interesse da Instituição, a serem fixados pelo Ministro do Exército.

§ 1º — Os oficiais convocados na situação deste artigo estão:

- obrigados a apresentar diploma de curso superior nas áreas de suas especialidades e de interesse do Exército;

- dispensados de realizar o EIC.

●IG 10-68 (Instruções Gerais da Convocação, Estágios e Promoção dos

#### Oficiais e Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva)

Após a conclusão do curso nos OFOR, os alunos serão declarados aspirantes-a-oficial R/2 (Asp Of R/2) e deverão realizar, no ano seguinte, em caráter obrigatório, como parte integrante do serviço militar inicial, o EI. Esse estágio, com a duração normal de trinta dias, será realizado pelo Asp Of R/2 das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, egresso dos OFOR e se destina a:

- complementar a instrução do serviço militar inicial;

- habilitar o Asp Of R/2 à promoção a 2º tenente;

- ambientar o Asp Of R/2 nas atividades correntes de uma OM;

- integrar o Asp Of R/2 ao círculo dos oficiais subalternos que freqüenta, desenvolvendo o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo;

- identificar os Asp Of R/2 mais indicados à convocação como oficial temporário.

A convocação do Asp Of R/2, egresso dos OFOR, para o EI, é atribuição do comandante da RM onde estão sediados esses órgãos e a quem estará vinculado o Asp Of R/2 após o término do curso.

A avaliação final do estagiário será função das notas correspondentes aos atributos e qualidades constantes da ficha de avaliação e conceituação de estagiário.



A conceituação final do Asp Of R/2 será emitida pelo Comandante da OM<sup>10</sup> do estagiário, concluindo sobre as seguintes condições:

- ser promovido ao posto de 2º Tenente;
- ser convocado como oficial temporário.

●Portaria Ministerial nº 943, de 13 de agosto de 1980

1) Dar prioridade para matrícula nos CPOR e NPOR, satisfeitas as condições da seleção geral da classe e as da seleção especial desses órgãos de formação da reserva, aos voluntários, na seguinte ordem:

- universitários;
- possuidores do segundo grau completo;
- matriculados no último ano do segundo grau.

2) Incluir no excesso do contingente os conscritos julgados aptos na seleção especial dos CPOR e NPOR e que, por qualquer motivo, não forem matriculados naqueles órgãos de formação da reserva, excetuados os que forem voluntários para a incorporação nas organizações militares da ativa.

3) Determinar que os conscritos reprovados na seleção especial dos CPOR e NPOR concorram à distribuição para as OM da ativa, com prioridade para a constituição do excesso de contingente proveniente da majoração,

independente dos padrões para os quais tenham sido indicados, e após terem sido atendidos, considerando a totalidade dos conscritos designados para a incorporação, os casos previstos nas Instruções Complementares de Convocação, particularmente:

- problemas de saúde advindos e constatados na seleção complementar;
- problemas sociais, especialmente os relacionados com o sustento da família carente de recursos.

●Portaria Ministerial nº 810, de 04 de agosto de 1987

Aprova as diretrizes para o funcionamento dos Colégios Militares, CPOR, NPOR, Escola Preparatória de Cadetes, Escolas de Formação de Sargentos e Escola de Administração do Exército.

#### 4) Execução

c) Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

(4) Alterar, em caráter experimental, a sistemática de funcionamento de um CPOR que deverá, a partir do ano letivo de 1989, ministrar instruções para seus alunos somente nos fins-de-semana e nas férias escolares.

#### 5) Atribuições Específicas

b) Departamento de Ensino e Pesquisa

(1) Estudar e propor ao EME as alterações necessárias na sistemática de

10. Organização Militar.



ensino e nos currículos dos diversos Estabelecimentos de Ensino, caso necessário.

(2) Tomar todas as providências em sua área de atribuições para o cumprimento das presentes diretrizes.

**●Portaria Ministerial nº 691, de 20 de julho de 1988**

Aprova as diretrizes complementares para o funcionamento dos Colégios Militares, CPOR, NPOR, Escola Preparatória de Cadetes, Escolas de Formação de Sargentos e Escola de Administração do Exército.

4) Execução

c) CPOR e NPOR

(4) Alterar, em caráter experimental, a sistemática de seleção e funcionamento para o CPOR/RJ e para os NPOR da área da 1ª RM<sup>11</sup> dentro de um novo modelo, no qual seus alunos sejam universitários, admitindo-se, nas áreas carentes, para os NPOR, a admissão de pré-universitários.

**●Portaria Ministerial nº 948, de 17 de outubro de 1989**

Art. 79 — O oficial temporário não poderá atingir o prazo de cinco anos de efetivo serviço, contínuos ou interrompidos, computados, para esse efeito, todos os tempos de serviço militar (inicial, de estágios, prorrogações e outros).

11. 1ª Região Militar.

**●Portaria nº 95/BSB do Ministério da Educação e Cultura, de 04 de março de 1974**

Assegura a matrícula no estabelecimento de ensino aos convocados, aprovados em exame vestibular, quando designados para incorporação ou prestando o serviço militar.

## Estrutura do Modelo

Cumprindo a Portaria Ministerial 810, de 04 de agosto de 1987 — vide 2-2(e) —, o DEP baixou diretrizes para o CPOR-RJ iniciar o planejamento de um Novo Modelo de CPOR/NPOR calcado nas premissas básicas estabelecidas na concepção do Modelo.

O CPOR-RJ, após estudos e pesquisas junto a universitários, propôs modificar o CFOR, visando a formar apenas o Asp Of R/2 mobilizável; acabar com o EI, criar o EPOT, como início da carreira do oficial temporário; e manter o EIC, exceção feita aos Of R/2 convocados segundo o Art 31 do RCORE.

Essa proposta foi aprovada pelo escalão superior e adotada, em caráter experimental, em 1989, nos OFOR da área da 1ª RM (CPOR-RJ, NPOR-3º BI, NPOR-38º BI e NPOR-32º BI Mtz).

A possibilidade de dupla interpretação do Art 123 da RLMS impediu a extinção do EI, fazendo com que o Novo Modelo assumisse o formato mostrado na figura nº 1, que, em traços



gerais, possui as seguintes características:

NOVO MODELO								
ANO	A					A + 1		A + 2
LOCAL	CPOR / NPOR					TROPA	CPOR/NPOR	TROPA
PERÍODO	JAN/FEV	MAR/JUN	JUL	AGO/NOV	DEZ	JAN	AGO/NOV	JAN/DEZ
NOVO MODELO								
CURSO/ ESTÁGIO	CFOR					EI	EPOT	ETC
SITUAÇÃO MILITAR	ALUNO					ASP OF	ASP OF	2º TEN OF TEMP
						→	→	→
						↓	↓	
						R/2	R/2 (2º TEN)	

FIGURA 1: Estrutura do Modelo adotado. (Fonte: DFA)

●CFOR de caráter obrigatório, realizado durante o primeiro ano (serviço militar inicial), com a escolha das Armas, do Serviço de Intendência ou do QMB, pelos alunos, no final do período básico.

Em dezembro os alunos são declarados Asp Of R/2;

●EI, realizado em janeiro/fevereiro do segundo ano, nas unidades de tropa,



marcando o final do serviço militar obrigatório;

- EPOT, nos meses de agosto a novembro do segundo ano, para os Asp Of R/2 voluntários e com conceito favorável;

- EIC, no terceiro ano, para os oficiais temporários voluntários a preencherem os claros de oficial subalternos nos corpos-de-tropa.

### **Curso de Formação de Oficial da Reserva**

O CFOR é realizado em um ano, de janeiro a dezembro, e está dividido em: período básico e período de formação e aplicação. O ano letivo é caracterizado pela ocorrência dos seguintes eventos:

- período de internato, nas seis primeiras semanas, com licenciamento apenas aos sábados e domingos;

- regime intensivo de aulas, com oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, nos meses de janeiro (2ª quinzena), fevereiro, julho e dezembro (1ª quinzena);

- regime normal de aulas nos outros meses, no horário de sete às dez horas da manhã, nos dias úteis;

- exercício no terreno, na última semana de fevereiro, coroando as instruções práticas do período básico;

- escolha das Armas, do Serviço de Intendência ou do QMB, por parte do aluno, tomando por base a sua nota final, referente ao período básico;

- exercícios no terreno, com aplicação dos conhecimentos adquiridos no período de formação e aplicação, nos meses de julho e dezembro (1ª quinzena);

- formatura de declaração de Asp Of R/2 em dezembro.

A seleção dos candidatos à matrícula no CFOR é feita de acordo com as instruções contidas no Plano Regional de Convocação, por meio de uma Comissão de Seleção Especial, que funciona no CPOR ou na unidade militar onde exista o NPOR.

Os candidatos são submetidos a uma seleção especial constituída de inspeção de saúde, exame físico, exame psicológico e exame de conhecimentos gerais. A inspeção de saúde e o exame físico têm caráter eliminatório.

Poderão ser matriculados nos OFOR os cidadãos da classe convocada, nas seguintes condições: ser brasileiro nato; apresentar, até a data da matrícula, documento que comprove estar matriculado em escola de nível superior ou haver concluído a última série do ensino de 2º grau, e ser aprovado na seleção especial.

Na escolha dos candidatos a serem matriculados nos OFOR, a Comissão de Seleção Especial obedece às seguintes prioridades: universitários; possuidores de segundo grau completo; matriculados no último ano do segundo grau.

A preocupação de estabelecer, para o aluno do terceiro grau, a prioridade de matrícula no OFOR é muito positiva.



Selecionando os mais preparados, objetiva-se melhorar o nível intelectual do oficial temporário, igualando-o ao do oficial de carreira. A figura nº 2 mostra

dados relativos à escolaridade dos alunos matriculados nos OFOR, nos últimos cinco anos.

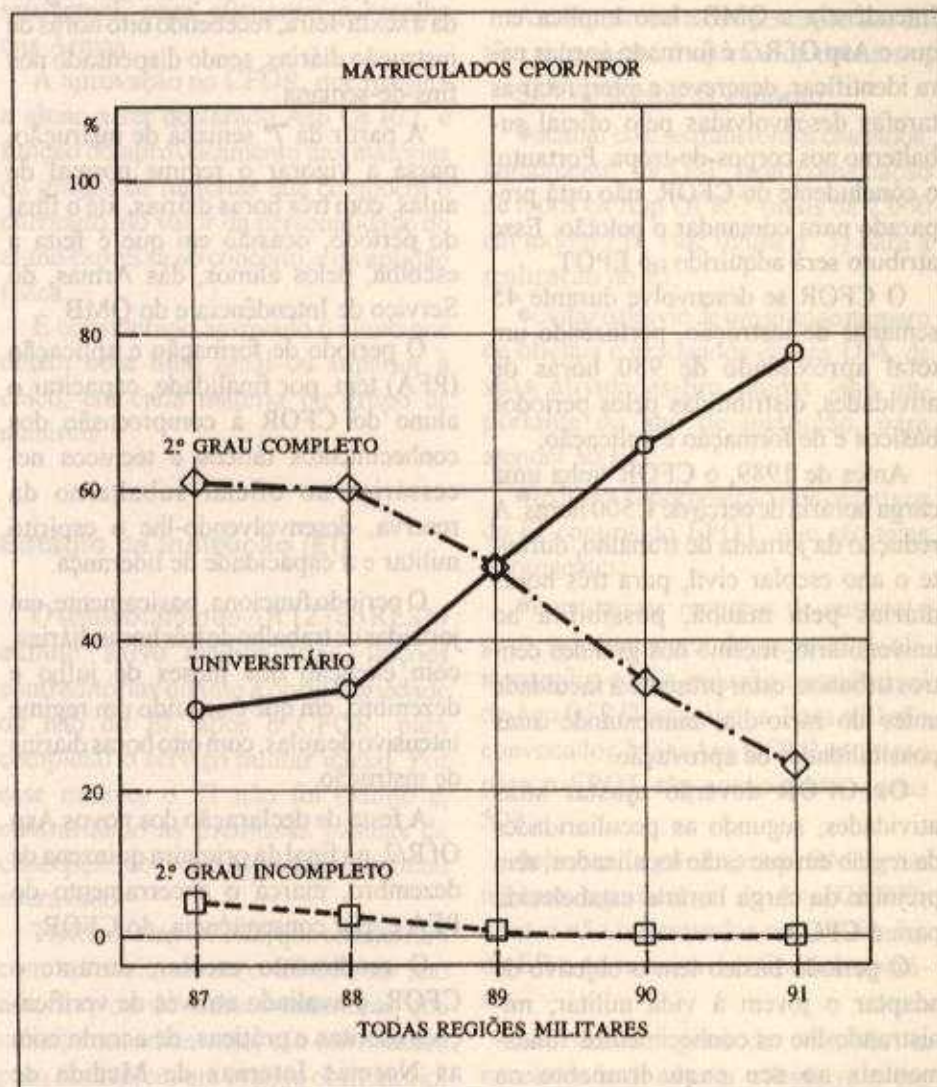


FIGURA 2: Escolaridade dos alunos matriculados nos OFOR. (Fonte: DFA)



O Aspirante-a-Oficial R/2 mobilizável é o produto final do CFOR. O curso proporciona-lhe o embasamento referente aos cargos e funções de oficial subalterno das Armas, Serviço de Intendência e QMB. Isso implica em que o Asp Of R/2 é formado apenas para identificar, descrever e interpretar as tarefas desenvolvidas pelo oficial subalterno nos corpos-de-tropa. Portanto, o concludente do CFOR não está preparado para comandar o pelotão. Esse atributo será adquirido no EPOT.

O CFOR se desenvolve durante 45 semanas de instrução, perfazendo um total aproximado de 930 horas de atividades, distribuídas pelos períodos básicos e de formação e aplicação.

Antes de 1989, o CFOR tinha uma carga horária de cerca de 1.500 horas. A redução da jornada de trabalho, durante o ano escolar civil, para três horas diárias pela manhã, possibilita ao universitário, mesmo nos grandes centros urbanos, estar presente à faculdade antes do meio-dia, aumentando suas possibilidades de aprovação.

Os OFOR deverão ajustar suas atividades, segundo as peculiaridades da região em que estão localizados, sem prejuízo da carga horária estabelecida para o CFOR.

O período básico tem o objetivo de adaptar o jovem à vida militar, ministrando-lhe os conhecimentos fundamentais ao seu enquadramento na caserna, através de instruções teóricas e de exercícios no terreno que visam à

prática dos conhecimentos aprendidos em sala de aula.

As seis primeiras semanas do período são destinadas ao internato. Nessa fase, o aluno permanece no quartel, de segunda a sexta-feira, recebendo oito horas de instrução diárias, sendo dispensado nos fins-de-semana.

A partir da 7ª semana de instrução, passa a vigorar o regime normal de aulas, com três horas diárias, até o final do período, ocasião em que é feita a escolha, pelos alunos, das Armas, do Serviço de Intendência e do QMB.

O período de formação e aplicação (PFA) tem, por finalidade, capacitar o aluno do CFOR à compreensão dos conhecimentos táticos e técnicos necessários ao oficial subalterno da reserva, desenvolvendo-lhe o espírito militar e a capacidade de liderança.

O período funciona, basicamente, em jornadas de trabalho de três horas diárias, com exceção dos meses de julho e dezembro, em que é seguido um regime intensivo de aulas, com oito horas diárias de instrução.

A festa de declaração dos novos Asp Of R/2, no final da primeira quinzena de dezembro, marca o encerramento do PFA e, por consequência, do CFOR.

O rendimento escolar, durante o CFOR, é avaliado através de verificações escritas e práticas, de acordo com as Normas Internas de Medida de Aprendizagem (NIMA), e de observações traduzidas em conceito.



No período básico os alunos também são observados na consecução dos objetivos individuais de instrução (OII). Ao final do período, os alunos são classificados em ordem de merecimento intelectual, para efetuarem a escolha das Armas.

A aprovação no CFOR, que habilita o aluno a ser declarado Asp Of R/2, é função do aproveitamento nas matérias ou grupos de matérias que compõem o currículo, do valor da personalidade do aluno expressa no conceito, e da aptidão física.

É considerado aprovado o aluno que obtém nota final igual ou superior a cinco, em cada matéria ou grupo de matérias.

## **Estágio de Instrução (EI)**

O sentido dúbio do Art 123 do RLISM admite, salvo melhor juízo, ilações contraditórias quanto à obrigatoriedade ou não do EI, após o CFOR, para completar o serviço militar inicial. Por esse motivo, o EI não foi extinto e, contrariando as premissas básicas da concepção do Novo Modelo, neste ficou encravado.

Todos os Asp Of R/2, que concluíram com aproveitamento o CFOR, no ano anterior, ou de classes anteriores que solicitaram adiamento, são convocados para realizarem um estágio obrigatório, com duração de um mês, em qualquer OM, entre os meses de janeiro e fevereiro.

O EI tem, por finalidades, habilitar à promoção ao posto de 2º Ten R/2, à inscrição no EPOT e à convocação para ocupação das vagas criadas pelo Art 31 do RCORE.

A extinção ou movimentação dos EI têm sido objeto freqüente de debates.

São vantagens da extinção:

- acabar com os transtornos causados, anualmente, às OM, pela convocação de todos os Asp Of R/2 (mais de 2.000 em todo o EB, vide figura nº 3) para a realização do EI;

- evitar o desvio de um grande número de oficiais e graduados dessas OM, de suas atividades-fim, numa fase importante do ano de instrução, para atender ao EI;

- evitar a superposição dos objetivos do EI com os do EPOT, que são mais abrangentes;

- economizar recursos de custeio e para o pagamento de pessoal e alimentação, com a redução considerável de Asp Of R/2 estagiários. Para o EI são convocados 2.000 Asp Of R/2 enquanto para o EPOT são convocados apenas 500;

- eliminar a presença nas OM de um número significativo de Asp Of R/2, muitos não interessados nas atividades do EB e na carreira de oficial temporário.

São desvantagens da extinção: a necessidade de alterar a legislação em vigor (RLISM ou RCORE e as IG 10-68) e de montar um novo estágio para



## TOTAL GERAL

RM	INF	CAV	ART	ENG	COM	MB	INT	TOTAL
1 RM	170	40	70	40	20	30	30	400
2 RM	110	25	25	25	0	0	25	210
3 RM	218	48	106	36	0	30	40	478
4 RM	50	0	60	30	0	0	30	170
5 RM	100	20	40	0	20	0	20	200
6 RM	70	0	0	0	0	0	0	70
7 RM	160	30	40	35	30	35	40	370
8 RM	40	0	0	0	0	0	0	40
9 RM	40	40	0	0	0	0	0	80
10 RM	0	0	30	0	0	0	0	30
11 RM	60	0	30	0	0	0	0	90
12 RM	40	0	0	0	0	0	0	40
SOMA	1058	203	401	166	70	95	185	2178

FIGURA 3: Formação anual de Asp Of R/2. (Fonte: DGP)

atender à convocação, em caso de mobilização.

Pela interpretação do Art. 123 do RLISM, existem duas linhas de pensamento a respeito.

A primeira entende o seguinte:

- o *caput* do Art 123 prevê que o aperfeiçoamento, atualização e complementação da instrução dos Asp OfR/2 devam ser realizados através de EI (em seu aspecto genérico), estabelecidos no RCORE e nas IG 10-68;

- no § 1º consta que a obrigatoriedade, ou não, do EI será estabelecida pelo ato de convocação;

- já o § 2º esclarece que o EI, após o CFOR, terá caráter obrigatório, uma vez realizada a convocação.

Assim, a obrigatoriedade, ou não, do EI para complementar o serviço militar inicial deve ser determinada pelo RCORE e regulada pelas IG 10-68.

A segunda linha de pensamento entende que todos os Asp OfR/2 devem, para completar o serviço militar inicial, realizar o EI. Por enquanto, é a idéia que está prevalecendo.

Da comparação das vantagens e desvantagens da extinção do EI, e, levando em conta a primeira interpretação do Art. 123 do RLISM, pode-se inferir uma boa solução para o problema, e que seria:

- extinguir o EI nos moldes como vem sendo realizado atualmente;



- criar um novo EI para atender à convocação, em caso de mobilização;

- manter inalterado o Art. 123 do RLSM, pois sua mudança é de competência do Estado-Maior das Forças Armadas, fato que implicaria na necessidade de aprovação por parte da Marinha e da Aeronáutica;

- alterar o RCORE e as IG 10-68, por serem documentos normativos do Exército;

- manter o EPOT para os Asp Of R/2 voluntários à convocação como oficiais temporários e que tenham obtido conceito favorável, ao final do CFOR;

- atribuir ao EPOT as finalidades de habilitação para a promoção ao posto de 2º Ten e para a convocação segundo o Art 31 do RCORE.

### **Estágio Preparatório para Oficiais Temporários (EPOT)**

O EPOT tem duração de 3 meses e meio e é realizado entre 1º de agosto e 15 de novembro. Deve ser conduzido em regime de meio expediente (25 horas semanais), com duas semanas em tempo integral (40 horas), tendo em vista a participação dos estagiários nos exercícios do período de adestramento básico (PAB) das unidades situadas na área dos OFOR.

Esse calendário é flexível, devendo ajustar-se às seguintes características locais: férias escolares nas faculdades;

épocas de provas e exames; e exercícios do PAB<sup>12</sup> das OM apoiadoras.

A compatibilização de atividades deve ser realizada sem prejuízo da carga horária inicial, estabelecida (410 horas).

O EPOT é realizado, em caráter voluntário, pelo Asp Of R/2 das Armas, do Serviço de Intendência e do QMB egresso dos OFOR, e se destina a complementar a formação realizada no CFOR, capacitar o Asp Of R/2 ao desempenho das funções de oficial subalterno, e habilitá-lo a realizar o EIC.

O número de vagas é fixado anualmente pelo Departamento Geral de Pessoal (DGP), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército.

A convocação e a seleção fica a cargo da RM, que considera, por enquanto, somente o grau de conceito do EI.

Compete ao comandante do CPOR e ao diretor de ensino dos NPOR a matrícula dos estagiários, de acordo com o número de vagas estabelecido pelo DGP.

Será excluído do EPOT o estagiário que concluir o estágio com aproveitamento; perder, por falta, número de pontos superior ao estabelecido; cometer falta disciplinar que o incompatibilize a permanecer no estágio; for julgado incapaz definitivamente em inspeção de saúde, ou for julgado moralmente incapaz em inquérito ou sindicância.

12. Período de Aplicação Básica, concerne ao ano de instrução dos recrutas.



O corpo docente do EPOT é constituído pelos instrutores e monitores classificados no CPOR/NPOR. O corpo discente é constituído pelos estagiários matriculados no EPOT das Armas, Serviço e QMB que funcionam no CPOR/NPOR.

A avaliação do rendimento da aprendizagem expressa, em termos qualitativos, o desempenho do estagiário em consequência da orientação que lhe foi dada. É feita por meio de verificações escolares previstas nas NIMA.<sup>13</sup>

A habilitação do estagiário é função do seu aproveitamento nas verificações escolares previstas nas NIMA, do conceito expresso na ficha de avaliação e conceituação do estagiário, e da sua aptidão física.

É considerado habilitado o estagiário que, ao final do estágio, alcançar média de grupo igual ou superior a 5,0 em todos os grupos que compõem a nota intelectual, obter menção igual ou superior a Regular-R no grau de avaliação de sua capacidade de desempenho profissional ou em qualquer atributo listado na ficha de avaliação e conceituação de estagiário, e demonstrar aptidão física para o desempenho das funções de oficial temporário.

Ao término do estágio, o comandante do CPOR ou o diretor de ensino do NPOR emite um parecer sobre a aptidão

do estagiário para convocação para o EIC.

A aptidão física é avaliada pela observação cotidiana de todas as atividades que requeiram vigor físico e é complementada através da inspeção de saúde antes da matrícula, e do controle fisiológico e exame físico.

Em algumas oportunidades, definidas mediante adequado planejamento de ensino, instruções práticas como treinamento físico militar e ordem unida serão ministradas pelos estagiários do EPOT aos alunos do CFOR.

A prática desse tipo de atividade, além do seu significado didático, motiva tanto o estagiário como o aluno do CFOR.

No cálculo do grau final do EPOT, o grau de conceito é mais valorizado do que a nota intelectual.

Tal procedimento visa a incentivar o desempenho profissional dos Asp Of R/2 e o treinamento dos atributos relacionados com chefia e liderança, fundamentais à consecução do EPOT.

O trancamento da matrícula nas universidades implica na perda do direito de realizar o EPOT. O estagiário tem que comprovar a sua condição de universitário. É premissa básica do Novo Modelo que o aluno concilie os encargos do serviço militar com os do ensino universitário.

Ao término do estágio há, em cada Arma, Serviço e QMB, uma classificação geral dos estagiários em ordem decrescente do valor do grau final obtido.

13. Normas e Instruções para a Medida da Aprendizagem



O grau final (GF) do EPOT será a média ponderada do grau do conceito (GC), obtido na ficha de avaliação e conceituação do estagiário, e da nota intelectual do EPOT (NIEPOT). No cálculo do GF, o GC terá peso 3 (três) e a NIEPOT peso 2 (dois).

Ao término do estágio, o comandante do CPOR ou o diretor de ensino do NPOR enviará, ao comandante da RM,

o grau final e o parecer sobre a aptidão para convocação para o EIC, de todos os concludentes do EPOT.

### Situação Atual

O Novo Modelo, após a fase experimental executada pelo CPOR-RJ e pelos NPOR da 1ª RM, apresenta o seguinte quadro (figura nº 4):

ANOS ATIVIDADE	1989	1990	1991	1992
CPOR FASE EXPERIMENTAL	CPOR/RJ e NPOR/1ª RM →			
CPOR/PER BAS FASE EXPERIMENTAL		OUTRAS RM →		
CPOR IMPLANTAÇÃO			CPOR/RJ e NPOR/1ª RM OUTRAS RM →	
EPOT IMPLANTAÇÃO		CPOR/RJ e NPOR/1ª RM →		
EPOT IMPLANTAÇÃO				CPOR/RJ e NPOR/1ª RM OUTRAS RM →

FIGURA 4: Implantação do Novo Modelo. (Fonte: DFA)



O CFOR já está implantado em todos os CPOR/NPOR. O EPOT, em vigor na 1ª RM, será implantado nos demais OFOR, em agosto de 1992. O EI resistiu às pressões favoráveis à sua extinção e funcionou em janeiro/fevereiro de 1991.

Em pesquisa realizada pela Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento, mais de 90% dos oficiais temporários, oriundos da primeira turma do EPOT, receberam o conceito de desempenho na tropa igual ou acima de "B". Esse fato fez aumentar a parcela do público interno que advoga a causa do Novo Modelo.

## Sugestões

Foram necessários cinco anos para a implantação do Novo Modelo em todo o EB. Porém, o produto não está acabado. É preciso uma validação constante para aprimorá-lo cada vez mais. Com essa finalidade, algumas idéias são apresentadas nos próximos parágrafos.

A seleção para os OFOR poderá ser melhorada através de campanhas publicitárias junto ao público alvo, esclarecendo-o sobre os CPOR/NPOR, suas finalidades, condições de funcionamento, vantagens da realização do serviço militar obrigatório cursando o CFOR, experiências que poderão ser adquiridas pelo jovem, e a necessidade de o EB contar com oficiais da reserva, temporários ou mobilizáveis, de alto nível intelectual.

Como medidas para valorização dos OFOR, poderiam ser adotadas as seguintes:

- permitir o acesso direto ao 1º ano da Academia Militar das Agulhas Negras dos Asp Of R/2, concludentes do CFOR, classificados em primeiro lugar nas Armas, Serviço e QMB;

- garantir ao oficial temporário que concluisse um curso civil, de interesse do EB e com claro previsto para o Quadro Complementar de Oficiais, prioridade de ingresso na Escola de Administração do Exército.

Quanto ao relacionamento incipiente dos OFOR com as escolas do 3º grau, na maioria da RM, muito tem que ser feito. O ajuste de créditos de matérias e o abono de faltas provocadas por situações extraordinárias nos quartéis, são assuntos que devem ser regulados regionalmente, em nível de chefia, pois podem estimular o aluno do CFOR a trancar matrícula na universidade.

A Portaria Ministerial nº 948, de 17 de outubro de 1989, que reduziu a permanência do oficial temporário, no serviço ativo, para menos de cinco anos, sugere uma diminuição no tempo destinado a estágios, a fim de otimizar a relação custo-benefício (premissa básica do Novo Modelo), na formação do oficial temporário.

Pelo que foi visto até agora no presente trabalho, as mudanças no fluxo de carreira do oficial temporário (figura nº 5), a seguir relacionadas, resolveriam o problema sem diminuir o padrão pro-



fissional desejável para esse militar: extinção do EI, realização do EPOT no início do ano A + 1, extinção do EIC, convocação — como oficial temporário logo após o término do EPOT, e

concessão de prorrogações de tempo de serviços anuais, até que seja atingido o limite máximo de permanência no serviço ativo.

ESPÉCIE	SV MIL INICIAL		HABILITAÇÃO	OFICIAIS TEMPORÁRIOS (ARMAS, QMB e INT)		
SITUAÇÃO	ALUNO	CONVOCADO		CONVOCAÇÃO	PRORROGAÇÕES	
					1ª	2ª
ANO	A	A+1		A+2	A+3	A+4
REALIZA	CFOR	EI	EPOT	EIC		
POSTO	ALUNO	ASP OF		2º TENENTE		1º TEN
TEMPO SV	3 MESES 22 DIAS	1 MÊS	3 MESES 15 DIAS	1 ANO	1 ANO	2 ANOS

MENOR QUE 05 ANOS

FIGURA 5: A carreira do oficial temporário. (Fonte: DFA)



## CONCLUSÃO

A necessidade do oficial oriundo dos OFOR nas unidades da Força Terrestre é uma realidade incontestável. Nas funções de oficial subalterno das Armas, do QMB e do Serviço de Intendência, esse militar tem papel importante no cotidiano da OM, tanto nas atividades de instrução quanto nas administrativas. A experiência adquirida pelo oficial temporário, ao longo dos anos de serviço ativo, normalmente no mesmo quartel, concorre para que conhecimentos e vivências sejam incorporados à rotina da unidade, permitindo o cumprimento da missão com maior eficiência. Atualmente, na grande maioria das OM de valor batalhão, ou semelhantes, cerca de três quartos dos oficiais subalternos são oriundos dos OFOR.

A queda acentuada do nível intelectual dos matriculados nos OFOR foi um dos motivos para que o DEP fizesse, em 1987, a proposta inicial de criação de um Novo Modelo de CPOR/NPOR.

Primeiro, pensou-se em um modelo com regime de aulas descontínuo, com instrução apenas nos finais-de-semana. Chegou-se à conclusão, porém, que isto não seria viável na prática. Optou-se, então, pela formação distinta do Asp Of R/2 mobilizável e do oficial temporário.

Um novo modelo de CPOR/NPOR foi idealizado para atingir aos seguintes objetivos básicos:

- aproveitar, exclusivamente, os universitários para o serviço militar

obrigatório nos OFOR, sem prejudicar seus estudos, com o intuito de formar uma reserva de oficiais de alto nível intelectual;

- transformar o serviço militar inicial dos OFOR num forte elo de união entre a sociedade civil e a instituição militar, trazendo ao convívio da caserna os estudantes do 3º grau, futura liderança do País;

- entregar aos Corpos de Tropa oficiais temporários com ótimo padrão de instrução militar e grau de escolaridade compatível com as funções e responsabilidades a desempenhar.

A filosofia dominante no Novo Modelo, implantado em caráter experimental, no ano de 1989, é dar condições para que o aluno tenha possibilidade de desempenhar os seus afazeres acadêmicos juntamente com uma bem dosada carga de instrução militar.

A formação do oficial temporário foi planejada para ocorrer em dois anos consecutivos, a saber:

- no ano "A", o CFOR, de caráter obrigatório, que habilita seus concludentes a serem declarados Asp Of R/2 mobilizáveis;

- em janeiro/fevereiro de "A + 1", ainda em caráter obrigatório, é realizado o EI nas OM de tropa, concluindo o serviço militar inicial dos alunos dos OFOR;

- em agosto de "A + 1", os Asp Of R/2, voluntários e com conceito favorável, mediante convocação, realizam o EPOT, no OFOR, capaz de os habilitar a serem convocados como oficiais temporários.



Cabe lembrar que, durante a formação dos Asp Of R/2, os atributos da área afetiva não são esquecidos. Os alunos que, na maioria, chegam nos OFOR com pouco interesse pelos afazeres da caserna, após conhecerem os novos valores e o trabalho desenvolvido pela Força Terrestre, passam a ser voluntários para o prosseguimento na carreira e/ou tornam-se defensores incontestes da importância das Forças Armadas no desenvolvimento da vida nacional. Sendo assim, identifica-se, aí, uma das primeiras vitórias do Novo Modelo. O retorno de parte da juventude universitária brasileira às lides da caserna possibilitou a oportunidade de o EB mostrar o seu trabalho, os seus valores e as suas tradições, que certamente serão difundidos nas camadas mais altas da sociedade. Dessa forma, os OFOR passaram a ser um forte elo de união entre a sociedade civil e as Forças Armadas.

Quanto ao aspecto de o Asp Of R/2 mobilizável não realizar o EPOT, vale ressaltar que, em caso de mobilização, esse oficial poderá ser preparado para o combate — como aconteceu na Força Expedicionária Brasileira, por ocasião da II Guerra Mundial — em poucas semanas, eis que já possui o embasamento profissional militar que lhe foi transmitido no CFOR e a capacidade intelectual de absorver novos conhecimentos.

A implantação definitiva do Novo Modelo, em 1992, foi irreversível. A avaliação dos resultados da fase experi-

mental indica que a idéia tem tudo para ser um sucesso. Porém, o Modelo ainda pode ser aperfeiçoado, nos pontos que a seguir destacamos:

- o RCORE e as IG 10-68 têm que ser modificados, para permitir a extinção do EI e o conseqüente estabelecimento da relação custo/benefício, tão preconizada na concepção do Novo Modelo;

- a carreira do oficial temporário, reduzida à metade pela Portaria Ministerial nº 948, de 17 de outubro de 1989, precisa ser melhor equacionada. Para isso, além do fim do EI, são necessárias a antecipação do EPOT e a eliminação do EIC.

Finalmente, como fecho do presente trabalho, é bom salientar que o Novo Modelo de CPOR/NPOR representa um avanço pedagógico na formação técnico-profissional do combatente da Força Terrestre. Só com medidas inovadoras poderá o EB ombrear-se aos melhores exércitos do mundo, pois tecnologia pode ser comprada, mas o homem, capaz de manipulá-la, não. E é esse homem que hoje entra na caserna pela porta aberta pelo Novo Modelo.

## BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Presidência da República. Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM). Brasília, 1974.
- Presidência da República. Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68, R-CORE). Brasília, 1984.



Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Regulamento dos CPOR (R-166). Brasília, 1984.

Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Instruções Gerais da Convocação, Estágios e Promoção dos Oficiais e dos Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva (IG 10-68). Brasília, 1984.

Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Estágio de Instrução dos As-

pirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva (PPE 02-1). Brasília, 1986.

1ª RM. Instruções Regionais de Convocação para o Serviço Militar. Rio de Janeiro, 1991.

DFA. O Novo Modelo dos CPOR/NPOR. Rio de Janeiro, 1991.

CPOR/RJ. O Novo Modelo de CPOR/NPOR. Rio de Janeiro, 1988.

O Estágio Preparatório para Oficial Temporário. Rio de Janeiro, 1990.



**TC Eng QEMA DALVINO VILLAR** — é da Turma de 1973 da AMAN. Possui os cursos de Equipamento Mecânico e Purificação de Água da Ea/E, EsAO, ECEME e Engenharia Civil. Exerceu as funções de Instrutor do CPOR/RJ nos períodos 1982/1983 e 1986/1990. Participou do planejamento e da implantação do Novo Modelo de CPOR/NPOR na área da 1ª Região Militar. Atualmente, serve no Comando Militar do Norte. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata e Medalha do Mérito Amazônico.



**METAL LEVE**

**Tecnologia e Qualidade.**





# CERRO DO OURO

Coralio Bragança Pardo Cabeda

---

O artigo descreve episódio ocorrido no decurso da Revolução Federalista de 1893, cujo centenário está sendo comemorado.  
Assunto de interesse particular para os pesquisadores da nossa História Militar.

---

No domingo, 27 de agosto de 1893, os federalistas, sob o comando de Gumercindo Saraiiva, obtiveram significativa vitória que, além de reavivar-lhes o ânimo, bastante abalado desde o Inhanduí, proporcionou-lhes os recursos de que tanto necessitavam para o prosseguimento da luta.

As repercussões dessa vitória, alcançada no combate do Cerro do Ouro, município de São Gabriel (RS), foram de molde a aumentar o prestígio daquele chefe, inegavelmente o mais famoso dos caudilhos maragatos.

A ameaça que representava mobilizou todos os esforços governistas para a sua eliminação, que só seria concretizada um ano depois, no Carov.

Cerro do Ouro foi uma vitória tática e estratégica, na qual se frustrou manobra de cerco, batendo-se o inimigo em

campo raso antes que pudesse realizar a junção planejada. A decisão foi obtida pelas cargas de cavalaria, explorando-se o defeituoso dispositivo do adversário. Por tudo isso, torna-se merecedor de uma reconstituição comentada.

## ANTECEDENTES

Razões até hoje controvertidas levaram os federalistas a retirarem-se do campo do Inhanduí, quando muitos imaginavam terem a vitória ao alcance da mão, mantendo o inimigo sob cerco e com recursos escasseando. Essa retirada (04.05.1893), somada à pressão das colunas governistas de Hipólito Ribeiro, Rodrigues Lima, Xavier da Câmara e João Telles, obrigou-os a buscar a proteção da linha fronteiriça. Embora à duras penas tenham conseguido furtar-



se à manobra de aniquilamento, não puderam evitar o combate com a vanguarda de João Telles na travessia do Upamaroti (12.05.1893). Ali, destacou-se a 4ª Brigada do coronel Francisco Rodrigues Portugal, cujas unidades deram impetuosa carga de cavalaria. As forças de Joca Tavares foram salvas pela divisão de Gumerindo Saraiva, que sustentou a retirada dos companheiros.

Na ordem-do-dia do general Telles sobram elogios para Portugal e seus comandantes, José Narciso Antunes, Eduardo Ferreira Bica Filho, Antônio Cândido Vaz de Oliveira e Fabricio Batista de Oliveira Pilar.

No dia seguinte, à sombra do famoso umbu, tão citado pelos historiadores, reuniram-se os chefes federalistas para decidir o futuro da Revolução. Tamenhas eram as dificuldades, que tudo poderia terminar por ali. Mas, Gumerindo Saraiva e alguns poucos recusaram-se à emigração. O caudilho manteria viva a rebelião, internando-se na campanha e fazendo a guerra de movimento. Com isso, daria tempo ao exército federalista para refazer-se e reequipar-se em território uruguaio.

Levantando quanta cavallhada pudesse, recurso fundamental para esse tipo de guerra, e movendo-se com a habilidade e a rapidez de quem está em seu elemento, Gumerindo saberia como ninguém fazê-la à gaúcha, negaceando, retirando e caindo de surpresa sobre o inimigo desprevenido.

Esquivando-se dos engajamentos a fundo, que lhe pudessem comprometer o armamento e a munição, sempre escassos e de difícil reposição, escaramuçou com a Brigada Portugal, nas pontas do Jaguari (17.06.1893), com Menna Barreto, no Pirai (20.06.1893) e na Serrilhada (23.06.1893), com Elias Amaro e Manuel Pedroso, no Cerrito (18.07.1893), e incursionou por Pedras Alta, Herval, Arroio Grande e Jaguarão. Mas não foi tolo para deixar-se enfiar no fundo de saco que é a cidade do Rio Grande, onde o aguardava o almirante Wandenkolk. Retornando sobre seus passos, foi fazer junção com o general Salgado, às margens do Santa Maria (03.08.1893).

## A MARCHA DE GUMERCINDO E SALGADO

Salgado voltara a invadir o Rio Grande, surgindo no Ponche Verde, em 17 de julho, à frente de 800 homens, "mal armados, mal equipados e mal montados", segundo Antônio Augusto de Carvalho, seu chefe de estado-maior. São apenas 150 clavinas, 9.000 tiros, uma centena de lanças e simulacros falquejados. Mas traz o título de general comandante-em-chefe do Exército Libertador Rio-grandense, em papel passado por Joca Tavares...

Gumerindo aceitou, pelo menos aparentemente, a chefia do outro, um



coronel de infantaria que comandara o 6º BI em Uruguiana.

Agora, são uns 2.000 homens com a responsabilidade de reavivar as brasas da Revolução, dependentes quase que só dos recursos capturados ao inimigo. Entrementes, é mister marchar, pois o marechal Isidoro Fernandes, em Santana do Livramento, e o general Antônio Joaquim Bacellar, na Coxilha de São Sebastião, aprestam-se para dar-lhes combate. A disparidade de forças e de meios sinaliza a marcha para o norte, passando entre as forças oponentes, no rumo de Caçapava e da Encruzilhada. Lá, aguardariam os atiradores pedidos a Rafael Cabeda, supostamente disponíveis e armados, mas que nunca chegariam. Salgado e Gumercindo marcham em colunas paralelas, de modo a se protegerem e cobrirem a maior área com seus potreadores. Arrebanham 6.000 cavalos, facilitando a sua remonta e privando-a ao inimigo. As armas e munições, sempre tão carentes e sem as quais não se poderá prolongar a guerra por muito tempo, são afanosamente buscadas por colunas expedicionárias, enviadas aos quatro cantos, Dom Pedrito, Lavras, Caçapava, São Sepé, Cachoeira, Encruzilhada, Alegrete e Quaraí, a cargo dos melhores e mais vaqueanos chefes. A um deles, o coronel Gaspar Barreto, também é confiada a missão de cortar os trilhos entre Cachoeira e Santa Maria, a fim de embaraçar o deslocamento rápido das tropas governistas, não sendo, entretanto, bem sucedido.

## O PLANO GOVERNISTA

A 22 de agosto, acampados no arroio Santa Bárbara, tiveram as forças de Salgado notícias da presença do general Portugal nas pontas do Camaquã, imediações da Serra do Acampamento Velho. Portugal era uma das peças-chaves da operação de cerco montada pelo governo. As outras, a guarnição federal de São Gabriel, comandada pelo coronel Jorge Diniz Santiago, a divisão do norte, forte de 3.000 homens, ao mando do general Rodrigues Lima e do senador Pinheiro Machado, e a coluna do general Bacellar, com 1.000 homens aproximadamente. Lima e Pinheiro Machado marchariam de Capela de Saicã; Portugal, apoiado por Diniz Santiago, de São Gabriel; e Bacellar, do Piraizinho. Reunidos, seriam mais de 5.000 homens das três armas, efetivos e meios muito superiores a tudo o que Salgado e Gumercindo poderiam opor. Para tanto, era necessário, além do plano, boa coordenação de ações entre os comandos governistas. Aos revolucionários, restavam duas alternativas, iludir o cerco ou bater aquela força antes da junção. Veremos que esta última foi a preferida.

## AS FORÇAS EM CONFRONTO

A brigada do general Francisco Rodrigues Portugal contava com 900



homens aproximadamente, formada de corpos de cavalaria da Guarda Nacional de São Gabriel e um de Santa Maria. Vale dizer, unidades de civis ou "patriotas" militarizadas. Correspondia a pouco menos da metade do efetivo adversário, embora melhor armada e municada. Por razões desconhecidas, a guarnição federal daquela cidade, dotada de artilharia, que deveria acompanhá-la permaneceu nos quartéis. Documentos capturados posteriormente pelos federalistas falavam das queixas de Portugal à inação do coronel Diniz Santiago e do general Bacellar, este último acampado no Tabuleiro (Lavra) localidade relativamente próxima àquela em que se feriu o combate.

A Brigada Portugal (algumas fontes tratam-na impropriamente de Divisão) estava dividida em duas colunas, comandadas pelos tenentes-coronéis Hermenegildo Laureano da Silva e João Fernandes Barbosa. Levava, ainda, como espécie de "comissário político", o Dr. Fernando Abbott, político de prestígio, republicano histórico e que, até recentemente, exercera o governo do estado. Era uma força que estava em operações desde o início da revolução e que já se batera com os mesmos adversários em outras ocasiões. A tropa federalista, ou "Exército Libertador Rio-grandense", estava dividida em dois "corpos-de-exército", o 1º sob o comando de Gumercindo Saraiva e o 2º, do próprio general-em-chefe, Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado. Com efetivo

aproximado de 2.000 homens, dos quais uns 500 dotados de armas de fogo (clavinas e fuzis de vários tipos) e pouca munição, tinha o seu forte na cavalaria, comandada por chefes como Aparício Saraiva e Torquato Severo, que conquistaram justificado renome durante a guerra civil.

## O COMBATE

No sábado, 26 de agosto, a vanguarda de Gumercindo tiroteava com a força do tenente-coronel Hermenegildo, postada no Passo dos Carros, sobre o arroio do Salso. A uma légua do local, no Cerro do Ouro, permanecia em reserva o restante da brigada, sob o comando do general Portugal. Ao cair da noite, deixando fogueiras acesas nas alturas em frente ao passo, Gumercindo contornou a posição inimiga e mandou abrir uma picada na mata do arroio, quase em frente à posição de Portugal. De madrugada, aproveitando-se da cerração, vadeou o Salso com o 1º Corpo, surpreendendo o adversário, que o imaginava mais acima, no Passo dos Carros. Após curto e cerrado tiroteio, foi dado o toque de carga, pois a força revolucionária, como de hábito, não dispunha de munição suficiente. A pouca profundidade do dispositivo de Portugal, duas linhas extensas e rarefeitas de atiradores, facilitou a tarefa dos lanceiros maragatos. As cargas de cavalaria em forrageadores destroçaram-nas uma



após outra. Todos os quadrados formados foram rompidos. O tenente-coronel Hermenegildo, que continha o 2º Corpo do general Salgado no Passo dos Carros, procurou reunir-se a Portugal, cuja força vacilava e começava a retirar. Em pouco tempo, a retirada transformou-se em debandada. O engarrafamento de homens, animais e viaturas no "apertado", estreita passagem entre dois cerros, aumentou a confusão e o morticínio. O aproveitamento do êxito levou os lanceiros federalistas às portas de São Gabriel, a cinco léguas do campo da luta. Ao aproximarem-se da ponte do Vacacai, receberam dois tiros das peças da guarnição. A tanto se reduziu o apoio do coronel Diniz Santiago...

O número de mortos foi avultado entre os vencidos, chegando as estimativas a 300, ou seja, 30% do efetivo da brigada! Entre eles, o tenente-coronel João Fernandes Barbosa, lanceado antes de poder montar a cavalo. Prisioneiros, poucos, considerando-se a catástrofe, algo mais de meia centena, dos quais o mais graduado foi o venerando tenente-coronel Manuel João Marinho, comandante de um dos corpos. O butim foi importante e o carcheio permitiu vestir muito soldado mal de roupa... A parte oficial de Gumercindo relaciona 221 *Comblains*, 5 *Spencers*, 3 *Remingtons*, 1 *Mauser*, 124.250 tiros de *Comblain*, espadas, lanças, barracas, ponchos, carretas, carroças, cargueiros, arreios, víveres, etc. O suficiente para

reabastecer os federalistas e permitir o prosseguimento da campanha.

Cerro do Ouro foi uma desforra, com juro, de Upamaroti, alcançada praticamente só por Gumercindo e seu 1º Corpo. Salgado, detido no Passo dos Carros, participou apenas da perseguição. Apenas o tenente-coronel Isidoro Dias Lopes, da sua força, com o 7º Regimento, tomou parte no combate, formado à direita do dispositivo de Gumercindo. Seu depoimento, meio século depois, ainda é peça importante para a história da revolução.

## CONSEQUÊNCIAS DO COMBATE

O esmagamento da Brigada Portugal deixou quase à mercê dos vencedores a praça de São Gabriel. Como vimos, a inexplicável inatividade da sua guarnição, que deveria ter apoiado Portugal, facilitou a tarefa de Gumercindo. Nunca se soube ao certo as razões dessa atitude. Segundo fontes federalistas, soldados aprisionados no combate informaram da recusa da tropa federal em marchar para a luta, o que é difícil confirmar. O antigo chefe do estado-maior de Salgado afirmou que era intenção atacar a cidade no dia seguinte, 28 de agosto, o que não se concretizou pela aproximação da divisão do norte e da coluna Bacellar. Salgado aspirava a incorporar a artilharia e os demais recursos da guarnição.



Ângelo Dourado, chefe do Serviço de Saúde federalista, teria proposto, com apoio de Gumerindo, convidar a guarnição a aderir. Salgado ter-se-ia oposto, preferindo uma demonstração de força. Seja como for, São Gabriel não foi tomada, nem os seus recursos incorporados aos federalistas o que os deixaria em situação bélica invejável. Entretanto, reabastecidos com os despojos da Brigada Portugal, puderam marchar em direção ao Ibicuí e iniciar a grande marcha que chegaria às portas de São Paulo.

A estrela de Gumerindo começava a refulgir, fazendo sombra ao comando do general Salgado. Talvez, por essa razão, ainda quente as cinzas do Cerro do Ouro, começaram os atritos entre os dois chefes...

Isidoro Dias Lopes considera nulos os conhecimentos táticos e estratégicos de Gumerindo, reconhecendo-lhe, entretanto, a coragem, a astúcia e a aptidão de guerrilheiro. Quanto a Salgado, foi mais severo. Inapto à guerra de guerrilhas pela sua formação, teve a sua conduta na campanha considerada "altamente medíocre". Apesar desses juízos pouco abonadores, o certo é que ambos se constituíram em séria ameaça para Castilhos e Floriano, pondo em evidência

as deficiências militares do País que, poucos anos mais tarde, em Canudos, atingiriam o seu ponto mais crítico em termos de doutrina, organização e operacionalidade.

Ironicamente, ao marcharem do Cerro do Ouro, avistaram os maragatos a coluna do general Bacellar, que chegava com um dia de atraso...

## FONTES

CARVALHO, Antônio Augusto de. *Apostamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul. O General Salgado*, Montevideo, Imprensa El Siglo Ilustrado, 1895.

GUASINA, Luiz de Senna. *Diário da Revolução de 1893* (manuscrito), Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

DOURADO, Angelo. *Voluntários do Martirio*, Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1979, 3ª edição fac-similada da edição de 1896.

LOPES, Isidoro Dias. Depoimento, in Magalhães, Cel. J.B., *A Consolidação da República*, ed. da Biblioteca Militar, Rio, 1947.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apostamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*, Porto Alegre, Of. G. da Livraria do Globo, 1920.



**CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA** — natural de São Gabriel (RS), economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); técnico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ex-bolsista da OTCA (Japão); sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisa Literária (CIPEL), de Porto Alegre, do qual foi Presidente em 1987/88. Prestou serviço militar no 3º BECmb (Cachoeira do Sul, RS). Medalha Marechal Hermes concedida através da Portaria 2.306, de 11.11.1962, do Ministro da Guerra.





# QUALIDADE E PRODUTIVIDADE(\*)

Aléssio Ribeiro Souto

---

O Objetivo Nacional Atual de *Modernização* passa, obrigatoriamente, pela otimização da *qualidade e produtividade* nos setores público e privado.

Este artigo, extraído do texto base de palestra proferida, pelo autor, na Diretoria de Obras Militares, em julho de 1992, aborda os aspectos mais relevantes ligados à matéria.

---

## INTRODUÇÃO

**O**s prejuízos do PIB brasileiro, por perdas decorrentes, principalmente, de desperdícios, defeitos, e nova execução de uma mesma tarefa, atingem 11%, ou quase US\$ 40 bilhões.

É ilustrativo verificar que a redução de 1/3 desses prejuízos permitiria construir 1 milhão de residências populares por ano, ou seja, nesse período, poder-se-ia retirar 5 milhões de pessoas das favelas. Outro exemplo significativo refere-se aos prejuízos que ocorrem na construção civil. Eles são da ordem de

25%, o que significa que, para quatro edifícios construídos com iguais especificações, um deles é perdido.

Essas constatações demonstram, de forma inequívoca, a necessidade de se buscar instrumentos de otimização de processos, em nosso País.

É imperioso que se atente para as transformações que estão em andamento no mundo, consubstanciadas pela revolução tecnológica e o advento da sociedade da informação, e pela revolução gerencial e a adoção de novos métodos, técnicas e instrumentos de gestão.

Nesse novo cenário, dois aspectos adquirem extrema relevância. Primeiro, os produtos e serviços oferecidos deixam de atender aos interesses e desejos da empresa, ou organização pública, e se

---

\* Selecionado pelo PADECEME



submetem integralmente aos interesses e desejos do cliente ou usuário. O segundo aspecto diz respeito à valorização de conceitos relacionados com *qualidade* e *produtividade*.

Com efeito, empresas e nações alavancaram seu crescimento e atingiram posição de destaque no cenário mundial com a contribuição significativa da redução de perdas, através da implantação de programas de melhoria da *qualidade* e da *produtividade*.

As considerações acima apresentadas fundamentam a necessidade de inserção do Brasil e, particularmente, da sua administração pública, em um programa abrangente de aplicação sistemática de instrumentos relacionados com a melhoria de *qualidade* e *produtividade* e a busca de melhoria global de desempenho. Com essa finalidade, em 7 de novembro de 1990, foi lançado o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

O presente trabalho será desenvolvido procurando mostrar aspectos essenciais da evolução da *qualidade* e *produtividade* nos Estados Unidos e no Japão; transmitir os tópicos fundamentais da organização e operacionalização do PBQP; apresentar exemplos de êxitos de programas de *qualidade* em empresas brasileiras do setor público; e apresentar aspectos conceituais e metodológicos relacionados com *qualidade* e *produtividade*.

## A EVOLUÇÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NOS ESTADOS UNIDOS

Os primeiros estudos relacionados com *qualidade* foram realizados por Frederick Taylor, no fim do século XIX e início do século XX, quando teve origem a estrutura de gerência tradicional. Taylor lançou a idéia de analisar e medir a maneira como o trabalho é realizado, a fim de melhorar o desempenho. De seus estudos decorreram as noções de "administração científica", "linha de montagem" e "busca da eficácia".

Na década de 20, Walter A. Shewart criou, nos Laboratórios Bell, o controle estatístico de processo (CEP), um sistema de medição que permitia a monitoração e o diagnóstico de problemas dentro de um processo de trabalho. Shewart criou, também o "ciclo planejar-executar-verificar-agir" (*Plan-Do-Check-Act*, conhecido como PDCA), onde se aplica o método científico para melhorar a maneira como é realizado um trabalho.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército dos Estados Unidos impôs a utilização do CEP na fabricação de material bélico. Edwards Deming, cientista que foi aluno de Shewart, foi contratado para ensiná-lo à indústria de defesa. Os métodos de controle da *qualidade* e estatísticos eram considerados elementos tão importantes durante o esforço de guerra, que foram



classificados como segredos militares, sob as denominações "Z-1", nos Estados Unidos, e "Standards 600", na Grã-Bretanha. Após a guerra, a maioria das empresas abandonou a utilização do CEP.

Na década de 50, as forças armadas norte-americanas no Japão ajudaram o país derrotado a aplicar métodos de controle da *qualidade*, entre eles o CEP, na reconstrução da indústria de telecomunicações.

Em seguida, as forças de ocupação levaram Deming para ajudar os japoneses, durante o primeiro recenseamento feito após a guerra. A União Japonesa de Cientistas e Engenheiros pediu a Deming que fizesse uma série de palestras sobre controle de *qualidade*. As palestras de Deming, que não fora devidamente valorizado em seu país, acabaram por se tornar a base da moderna filosofia da *qualidade*, em face do impulso transmitido ao que se convencionou chamar de "milagre japonês".

Na década de 60, dois outros especialistas norte-americanos, Joseph M. Juran e Armand V. Feigenbaum, também se inscreveram na história da evolução da gestão pela *qualidade*, trabalhando para os japoneses. Juran ajudou-os a expandir os métodos a todas as funções exercidas dentro de uma empresa, e ensinou que a *qualidade* deveria ser definida de acordo com as expectativas do usuário. Feigenbaum insistiu com eles sobre a necessidade de

envolver todos os departamentos de uma empresa na busca de *qualidade*, atitude a que ele deu o nome de "Gerência da Qualidade Total (GQT)". Não deve ser omitido que as idéias desses dois especialistas foram implementadas, no Japão, por Kaoru Ishikawa, um dos mentores do "Movimento Japonês da Qualidade e Produtividade".

Ainda na década de 60, Philip B. Crosby contribuiu significativamente para a evolução das técnicas voltadas para a *qualidade*. Ele foi fundador da Universidade da Qualidade, em Winter Park, Flórida.

A fama de Crosby começou em 1962, quando ele era diretor da Martin Company, que estava construindo os mísseis *Pershing*. Como todos os outros fornecedores militares, o gerente da Martin verificou que só poderia entregar itens de alta *qualidade* através de um programa de inspeção rigorosa e da então chamada engenharia da confiabilidade.

Com base nas sugestões de Crosby, o gerente da Martin decidiu oferecer, aos operários, incentivos para diminuir o índice de defeitos. Em dezembro de 1961, a Martin entregou um míssil *Pershing*, para ser lançado de terra, com "discrepância zero". Encorajado por esse sucesso, foi aceito o desafio do Comando de Mísseis do Exército, para entregar o próximo míssil um mês antes do prazo estabelecido; foi comprometido, também, que o produto e sua documentação não teriam qualquer erro. Em fevereiro



de 1962, a empresa entregou, no novo prazo, um míssil perfeito que entrou em operação em menos de 24 horas. A partir daí, a noção de "defeito-zero" se tornou a bandeira da indústria norte-americana.

Na metade da década de 70, o Departamento de Defesa norte-americano (DoD) iniciou um programa formal de aumento da *produtividade*. O programa foi amplamente orientado para aspectos técnicos, financeiros e de engenharia. Os esforços internos do DoD e o encorajamento de seus contratantes no sentido de analisar seus processos e de melhorar, continuamente, os produtos e serviços transformaram gradualmente o programa inicial, até chegar, em 1987, a uma abordagem de Gerência da Qualidade Total.

A despeito de toda a base conceitual mencionada, o impulso em direção a técnicas voltadas para a *qualidade*, iniciado no complexo industrial-militar durante a Segunda Guerra Mundial, e abandonado, parcialmente, ao fim do conflito, só foi retomado, de forma globalizada, na década de 80.

Com efeito, em 1986, foi expedida uma ordem executiva presidencial (*Presidential Executive Order*), que estabelecia formalmente uma diretriz para aumentar *qualidade*, *produtividade* e oportunidade dos produtos e serviços governamentais.

Em 1988, foi criado o Instituto Federal de Qualidade (*Federal Quality Institute*), com o objetivo de ser a refe-

rência e fonte fundamental de informação, treinamento, e serviço de consultoria para os organismos governamentais, a respeito de Gerência da Qualidade Total. Nesse ano, foram criados dois prêmios: o Prêmio Protótipo de Melhoria da Qualidade (*Quality Improvement Prototype Award*), a ser conferido anualmente aos organismos que apresentem excelência na implantação de GQT; e o Prêmio do Presidente para Qualidade (*President's Award for Quality*), a ser conferido ao organismo governamental que mais tenha se destacado em melhoria de *qualidade*.

Em 1988, o Secretário de Defesa elaborou a Declaração de Engajamento do DoD em Qualidade (*DoD Posture Statement on Quality*), que formalizou o compromisso do Departamento para com a GQT. Como resultado desse comprometimento pioneiro com a *qualidade*, no que diz respeito a organismos integrantes do Governo Federal, o segmento militar e demais instituições de defesa dos Estados Unidos tomaram a dianteira e apresentaram os primeiros resultados concretos decorrentes dessa nova postura.

O Comando de Sistemas Aéreo Naval (*Naval Air Systems Command*) foi o primeiro a ganhar o Prêmio do Presidente para Qualidade, por ter economizado US\$ 1,8 bilhões do orçamento fiscal de 1988, como decorrência da otimização do processo de aquisição através de parâmetros da GQT.



Em 1989, os esforços governamentais norte-americanos foram consolidados no Manual de Gerência da Qualidade Total do Governo Federal (*Federal Government Total Quality Management Handbook*), que fornece orientação prática em elementos fundamentais da implementação da GQT.

Para a década de 90, há a certeza de que os resultados dos esforços iniciados na década anterior serão significativos, alterando a consciência dos cidadãos norte-americanos de que (também lá!) os serviços públicos não atendem às expectativas dos clientes.

## O MOVIMENTO JAPONÊS DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

A reconstrução do Japão, das ruínas e cinzas em que se encontrava após a Segunda Guerra Mundial até seu atual nível de prosperidade e abundância, foi algo que os próprios japoneses não poderiam imaginar, ou sequer sonhar, em 1945. Para um país arquipélago, com poucos recursos naturais e uma população numerosa, a única maneira possível de atingir um desenvolvimento econômico de alto nível era *revitalizar seus recursos humanos e tornar as indústrias eficientes e competitivas nos mercados mundiais*.

Como em qualquer outro país, o desenvolvimento econômico do Japão

envolveu uma combinação complexa de muitos fatores. Mas, se quisermos destacar um único fator e considerá-lo a força propulsora do sucesso econômico e industrial japonês, este seria o esforço constante da empresa e do trabalhador para aumentar a *produtividade*.<sup>1</sup>

Em 1953, o Governo dos Estados Unidos sugeriu que seu programa de cooperação técnica para o aumento de *produtividade* poderia estender-se ao Japão, sob condições semelhantes às que foram aplicadas aos países europeus, imediatamente após a guerra.

Em 1954, foi criado um grupo não-governamental chamado Comissão para Maior Produtividade. A Comissão era composta por empresários de mente aberta, que chegaram à conclusão de que deveria ser empreendido um esforço voluntário nacional para o aumento da *produtividade*.

Em 1955, os governos dos Estados Unidos e do Japão negociaram o programa de cooperação técnica, daí resultando a inauguração formal do "Centro de Produtividade do Japão" (CPJ).

O CPJ foi fundado como instituição privada sem fins lucrativos, que deveria funcionar como um dos maiores catalisadores na promoção da melhoria da *produtividade* em nível nacional. Um aspecto a destacar do CPJ é que o

1. Entende-se aumento de produtividade como decorrência da adoção de métodos e técnicas relacionadas com a qualidade.



seu corpo de diretores é constituído de representantes de três grupos diferentes: dos empresários; dos trabalhadores; e dos acadêmicos.

Antes de lançar o movimento de *produtividade*, o CPJ lançou os três princípios orientadores abaixo enunciados, referidos:

- ao aumento do número de empregos — a longo prazo, o crescimento da *produtividade* fará crescer o número de empregos;

- à cooperação trabalhador-empresa — a fim de aumentar a *produtividade*, deve haver cooperação mútua; e

- à distribuição equitativa dos ganhos de *produtividade* — os frutos do aumento de *produtividade* devem ser distribuídos equitativamente entre a empresa, os trabalhadores e os consumidores.

Em 1956, foi criado o Instituto de Pesquisa em Produtividade, com o objetivo de desenvolver o arcabouço intelectual destinado a alicerçar as transformações que, a partir dessa data, se seguiriam.

Para promover o movimento de *produtividade* em todo o país, foi organizada uma rede de várias agências interligadas, porém independentes, os "Centros de Produtividade Regionais", com o objetivo de formular e desenvolver um programa apropriado à situação vigente em cada região ou setor industrial. Nesse sentido, de 1956 a 1980, foram estabelecidos sete Centros de Produtividade Regionais filiados ao CPJ.

Foram criados também "Conselhos de Produtividade Municipais", com atribuições análogas aos Conselhos Regionais em relação a uma região mais limitada e a setor industrial mais específico.

Os japoneses acreditaram na *produtividade* como uma atitude mental, em vez de meros esforços de racionalização em termos técnicos ou físicos. Assim, eles valorizaram, e ainda hoje valorizam, a definição de *produtividade* da Agência de Produtividade Européia, apresentada à Conferência de Roma, em 1958, que diz:

"...Acima de tudo, a *produtividade* é uma atitude mental. É a mentalidade de progresso, do aperfeiçoamento constante daquilo que existe. É a certeza da capacidade de fazer melhor hoje do que ontem, e menos bem que amanhã. É a vontade de progredir na situação atual, não importando quão boa ela possa parecer, ou quão boa ela realmente seja. É a constante adaptação da vida social e econômica às condições em mudança; é o esforço contínuo para aplicar novas técnicas e novos métodos; é a fé no progresso humano."

Na década de 60, Ishikawa, absorvendo e melhorando as idéias criadas por Deming e Juran, desenvolveu e difundiu os conceitos de Gestão da Qualidade Total. A idéia da *qualidade* como simplesmente fabricar produtos em conformidade com as especificações técnicas foi modificada, passando-se a olhar o ciclo de vida total do produto, do ponto-



de-vista de atendimento às expectativas dos usuários. Ademais, a ênfase dada para cada participante do processo no interior da empresa tornou o estilo gerencial totalmente orientado para o homem e para sua realização pessoal. Até o final dessa década, a grande maioria das empresas japonesas havia implantado o modelo de Gerência da Qualidade Total, com os resultados por demais conhecidos.

Em 1965, foi organizada, no âmbito do CPJ, a "Academia para o Desenvolvimento Gerencial", com o objetivo de fornecer cursos semestrais, ou anuais, para gerentes de alto e médio níveis e, também, para iniciantes.

Em mais de três décadas de atividades voltadas para *qualidade* e *produtividade* no Japão, podem ser citados os seguintes resultados atingidos pelo CPJ:

- número total de participantes em atividades de educação gerencial, educação sobre relações trabalhadores-gerência e intercâmbio técnico: 8.100.000 (quase 300.000 por ano);

- número total de participantes em estudos, levantamentos, missões de estudo e atividades correlatas: 20.000; e

- taxa de disseminação do Sistema de Consulta Conjunta Trabalho e Gerência entre as maiores empresas do Japão: 95%.

O maior resultado do Movimento Japonês de Qualidade e Produtividade é a excelência dos produtos da indústria japonesa e, sobretudo, a posição de lide-

rança regional e, até mesmo, mundial ostentada pela economia do Japão.

## O PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

### Objetivos e Organização

A modernização da administração pública e do aparelho produtivo brasileiro reclamava uma série de medidas que levassem à busca da inserção do Brasil no contexto das economias mais desenvolvidas. Com esse objetivo, o governo federal passou a desenvolver esforços para realizar profundas transformações de ordem interna, contemplando a privatização de empresas estatais; a desregulamentação da economia; o aperfeiçoamento de recursos humanos; a modernização organizacional; e a melhoria de *qualidade* e *produtividade*.

A 7 de novembro de 1990, foi proposto, à sociedade, o "Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade" (PBQP). Ele estabelece um conjunto ordenado de ações indutoras da modernização industrial e tecnológica, contribuindo para a retomada do desenvolvimento econômico e social.

O PBQP tem, como filosofia, o engajamento de toda a sociedade para consecução de seus objetivos. Partindo desse princípio, os termos de referência do Programa foram elaborados con-



juntamente por técnicos do governo federal, de governos estaduais e de entidades privadas que representam os setores empresariais, os consultores especializados e a comunidade acadêmica.

A promoção da *qualidade* e da *produtividade* se consubstanciará em ações que permitirão conduzir todos os segmentos da sociedade brasileira a uma postura que combata desperdícios e reduza o custo final de bens e serviços, e assegurar substancial incremento na *qualidade* de vida da população brasileira.

O objetivo do programa é apoiar o esforço brasileiro de modernidade, através da promoção da *qualidade* e *produtividade*, com vistas a aumentar a competitividade de bens e serviços no País.

OPBQP compõe-se de subprogramas gerais e subprogramas setoriais.

Os subprogramas gerais estão voltados para os seguintes objetivos: conscientização e motivação para a *qualidade* e *produtividade*; desenvolvimento e difusão de métodos de gestão; capacitação de recursos humanos; adequação dos serviços tecnológicos para a *qualidade*; e articulação institucional.

Os subprogramas setoriais estão agrupados nos conjuntos: complexos industriais; segmentos da administração pública; programas estaduais; e demais setores da economia.

Os subprogramas gerais e setoriais integram-se sistematicamente, sob

orientação única do "Comitê Nacional da Qualidade e Produtividade", através da Coordenação Executiva.

Cada subprograma está a cargo de um subcomitê, composto por representantes de entidades dos diversos setores e áreas envolvidas.

Na administração do Programa, destacam-se os seguintes componentes: Comitê Nacional, Coordenação Executiva, Subcomitês Gerais e Subcomitês Setoriais. A figura 1 apresenta a estrutura de coordenação do PBQP.

A orientação estratégica do Programa está a cargo de um Comitê Nacional, presidido pelo Secretário Geral da Presidência da República, sendo os seguintes os seus integrantes:<sup>2</sup> Secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República; Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Secretário Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Secretário de Administração Federal da Presidência da República; Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial do Ministério da Justiça; e três representantes da classe empresarial, escolhidos em função de sua destacada atuação na área da Qualidade e Produtividade.

O apoio técnico e logístico ao comitê nacional é prestado pelo Coordenador

2. Nota da redação: ver a correspondência com órgãos da organização administrativa do governo Itamar Franco.



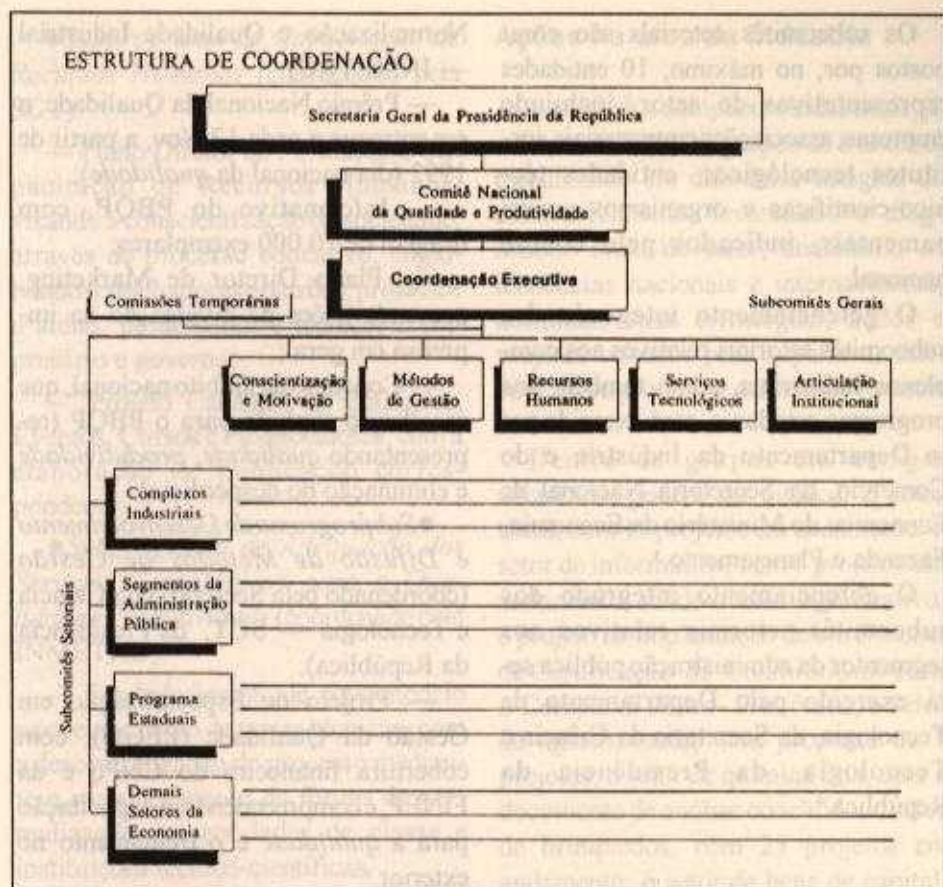


FIGURA 1 — Estrutura de Coordenação do PBQP

Executivo, designado, em regime de rodízio dentre seus membros, pelo presidente do comitê.

A orientação e administração do conjunto de ações e projetos está a cargo de subcomitês, com suporte técnico e operacional fornecido por órgãos e entidades do governo ou do setor privado, de acordo com a sua especificidade.

Conforme pode ser visto na figura 1, a cada subprograma geral corresponde

um subcomitê geral. Os subcomitês gerais são compostos por, no máximo, 5 representantes de entidades governamentais e, também no máximo, 5 representantes de entidades da iniciativa privada.

Os coordenadores dos subcomitês são indicados pelo comitê, dentre os representantes das entidades governamentais e da iniciativa privada que compõem os respectivos subcomitês.



Os subcomitês setoriais são compostos por, no máximo, 10 entidades representativas do setor, incluindo empresas, associações empresariais, institutos tecnológicos, entidades técnico-científicas e organismos governamentais, indicados pelo comitê nacional.

O gerenciamento integrado dos subcomitês setoriais relativos aos complexos industriais, como também aos programas estaduais, será exercido pelo Departamento da Indústria e do Comércio, da Secretaria Nacional de Economia, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.<sup>3</sup>

O gerenciamento integrado dos subcomitês setoriais relativos aos segmentos da administração pública será exercido pelo Departamento de Tecnologia, da Secretaria da Ciência e Tecnologia, da Presidência da República.<sup>4</sup>

## Ações Gerais do Programa

São apresentados, a seguir, os projetos mais importantes em andamento, em cada subprograma geral.

● *Subprograma Geral de Consolidação e Motivação para a Qualidade e Produtividade* (coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia,

Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO):

— Prêmio Nacional da Qualidade, a ser entregue a cada 12 Nov, a partir de 1992 (dia nacional da *qualidade*);

— Informativo do PBQP, com tiragem de 10.000 exemplares;

— Plano Diretor de Marketing, prevendo ações de divulgação na imprensa em geral;

— Concurso de âmbito nacional, que escolheu o símbolo para o PBQP (representando *qualidade, produtividade* e eliminação do desperdício).

● *Subprograma de Desenvolvimento e Difusão de Métodos de Gestão* (coordenado pela Secretaria da Ciência e Tecnologia — SCT, da Presidência da República):

— Projeto de Especialização em Gestão da Qualidade (PEGQ), com cobertura financeira do CNPq e da FINEP, e compreendendo, a capacitação para a *qualidade* e o treinamento no exterior.<sup>5</sup>

— Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico (RHA), aberto a organismos e entidades brasileiras, com solicitações de bolsas encaminhadas sob a forma de projetos institucionais.

3. Idem chamada 2.

4. Idem, ibidem.

5. O PEGQ já treinou, direta e indiretamente, mais de dois mil profissionais, entre técnicos e dirigentes de empresas e de organismos governamentais, e realizou sete missões no exterior, envolvendo cerca de 150 pessoas.



● *Subprograma de Capacitação de Recursos Humanos* (coordenado pela SCT):

— Plano Diretor de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, visando à conscientização da sociedade, através de processo educativo, englobando trabalhadores e patrões, professor e aluno, pesquisador e técnico, e empresário e governo;

— Projeto Cadastro de Entidades, Eventos, Cursos e Financiadores, com a elaboração de publicação correspondente.

● *Subprograma de Adequação dos Serviços Tecnológicos para a Qualidade e Produtividade* (coordenado pelo INMETRO):

— Estabelecimento de novo modelo para elaboração de novas técnicas, com a descentralização do processo mediante o reconhecimento de fóruns de normalização em entidades de classe e instituições técnico-científicas.

● *Subprograma de Articulação Institucional* (coordenado pelo Departamento da Indústria e do Comércio, da Secretaria Nacional de Economia):<sup>6</sup>

— Adequação de normas brasileiras às normas internacionais, visando a aperfeiçoar o poder de compra do Estado e capacitando a indústria nacional para a conquista de mercados externos.

## Ações na área da Indústria

Na área dos complexos industriais, já existem mais de 20 grupos de trabalho, trabalhando em diferentes estágios de desenvolvimento, levantando o diagnóstico atual do setor, analisando as tendências nacionais e internacionais, definindo suas estratégias, ações e projetos voltados para superar as dificuldades e promover o desenvolvimento do setor.

Dentre os grupos em estágio adiantado, podem ser citados: o setor têxtil, com 19 projetos em andamento; o setor de informática, com 6 projetos em andamento, sendo o mais significativo, o projeto de Implantação de um Sistema de Certificação de Conformidade para o Complexo Eletro- Eletrônico; o setor de agroindústria, com proposta de 7 projetos; o setor de química fina, com o documento de análise concluído; o setor de brinquedos, com 25 projetos em andamento; o setor de bens de capital, com a proposta de 63 projetos; e o setor automobilístico, com 5 projetos aprovados.

## Ações na área da Administração Pública

Nessa área, o PBQP tomou grande impulso, a partir do momento em que o próprio Presidente da República passou a conduzir, pessoalmente, reuniões setoriais periódicas, com ministros e secretários de estados, especificamente

6. Idem chamada 2.



sobre o assunto *qualidade e produtividade* na administração pública.

Na primeira reunião, realizada em 12 de agosto de 1991, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi designado como órgão de excelência, na definição dos indicadores de *qualidade e produtividade*. Nessa reunião, a Secretaria de Administração Pública (SAF) foi designada responsável pela coordenação do programa na área da administração pública.

Outras três reuniões foram realizadas, em 1991 e 1992. Nos trabalhos preparativos dessas reuniões foram analisadas mais de 300 propostas de projetos de 7 ministérios e 4 secretarias.

Até junho de 1992, encontrava-se em andamento 239 projetos aprovados, por estarem perfeitamente alinhados com os objetivos do PBQP. Cumpre destacar os seguintes detalhes a respeito:<sup>7</sup>

- o Ministério da Aeronáutica possuía 4 projetos em andamento, aí incluído a criação de um Curso de Mestrado, no ITA, em *qualidade e produtividade*;

- a Secretaria de Ciências e Tecnologia da Presidência da República contava com mais de 10 projetos, inclusive a criação de um Curso de Mestrado na UNICAMP, em *qualidade e produtividade*;

- o Ministério da Agricultura possuía mais de 50 projetos em andamento, sendo um dos setores governamentais com

maior comprometimento da sua alta administração;

- o Ministério do Trabalho e da Administração também apresentava grande comprometimento de sua alta administração, com ênfase para a realização do "I Seminário sobre Qualidade e Produtividade na Administração Pública", com mais de 300 altos e médios gerentes e a participação, como conferencistas, de dois ministros de Estado, dos presidentes da Empresa de Correios e Telégrafos e da Companhia Vale do Rio Doce, e de acadêmicos de alto nível (inclusive consultor estrangeiro);

- o Ministério do Trabalho e da Administração tinha também realizado, através da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) cursos, encontros e ciclos de palestras, com a participação, como alunos, de oficiais do Exército.

### Ações na área dos programas estaduais

Na mesma época, cinco estados possuíam programas formalmente lançados: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Outros importantes estados estavam com trabalhos adiantados nesse sentido, ou reestruturando programas anteriormente elaborados. Dentre eles, podem ser citados: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Bahia.

7. Idem chamada 2.



## EXEMPLOS DE ÊXITOS DE PROGRAMAS DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE EM EMPRESAS PÚBLICAS

Para ilustrar o poder transformador e indutor de desenvolvimento com otimização global de processos, serão apresentados aspectos dos programas de *qualidade* e *produtividade* implantados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia do Vale do Rio Doce e Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

### Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

O Programa de Controle de Qualidade foi implantado, na ECT, em 1975, visando ao constante aperfeiçoamento do sistema operacional,<sup>8</sup> e objetivando, fundamentalmente, o atendimento das crescentes exigências dos clientes.

Como síntese das ações adotadas com o objetivo de fornecer suporte para compatibilizar as ações para a *qualidade* definidas pela empresa com as exigidas pela clientela, foi programada, para a década de 70, a revisão de todo sistema organizacional, para década de 80, a otimização dos sistemas de tratamento e distribuição, e para a década de 90,

chamada "década da qualidade", a otimização do atendimento.

O estabelecimento de metas é aspecto essencial do programa de *qualidade* e *produtividade* da ECT. Estão definidas, entre outras, as seguintes:

- Entrega de correspondência da capital da unidade da Federação: para o interior da mesma unidade, e qualquer outra capital —  $D + 1$  ( $D$  — dia da postagem); e para o interior de outra unidade —  $D + 2$ ;

- Entrega de correspondência do interior da unidade da Federação: para a capital da mesma unidade —  $D + 1$ ; para o interior da mesma unidade e capital de outra unidade —  $D + 2$ ; e para o interior de outra unidade —  $D + 3$ ;

- Reduzir o prazo das indenizações ao cliente por perda de encomenda, de 30 dias, para 2 dias.

Podem ser citados os seguintes resultados, como decorrência da implantação do programa na ECT: redução do quadro de funcionários, de 127.000 para 70.000; aumento, de 1.000.000 objetos/dia, para 15.000.000 objetos/dia; deslocamento de 72.000 km/noite pela rede postal noturna; execução de 49 consultorias para 23 países; atingimento de padrões de *qualidade*, no mínimo, igual aos dos Estados Unidos e Canadá;<sup>9</sup> adoção, com sucesso, do sistema de *franchising* na instalação de

8. Atendimento, encaminhamento, e distribuição de correspondência e encomendas.

9. Em algumas atividades, esse padrão é, reconhecidamente, superior.



novas agências; e faturamento anual previsto, para 1992, de US\$ 2 bilhões.

## Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

A CVRD detém 25% do mercado mundial de ferro.

Em 1990, depois de exaustivo questionamento dos processos existentes na Empresa, decidiu-se realizar o diagnóstico dos gargalos existentes, com a finalidade de implantar a sistemática de Gerência da Qualidade Total.

O diagnóstico indicou necessidade de arrojado enxugamento administrativo, em face da existência de vários problemas, dentre os quais se destacavam o gerenciamento "ao-ao" e o excesso de pessoal.

Como consequência, foram tomadas as seguintes medidas:

- diminuição, em 25%, do quadro de pessoal administrativo;

- reestruturação organizacional, com adoção da noção de "módulos" ou "unidades de negócio", onde cada "módulo" passava a ter autonomia e deveria negociar com os demais "módulos", visando a obter lucro;

- implantação da Gerência da Qualidade Total como filosofia, estratégia e forma de atuação da Empresa;

- implantação da crença na Empresa, como objetivo fundamental das relações interpessoais e interfuncionais. Para isso manter a convicção de que a

Empresa deve ser passada forte para as próximas gerações, e que não basta fazer, mas fazer de forma compartilhada; desenvolver os compromissos com a *qualidade*, a competitividade e a confiabilidade, bem assim com a ética, o respeito e a dignidade, com o melhor produto, o menor custo, o melhor atendimento e o maior nível de segurança; manter o moral elevado e a harmonia com o meio ambiente.

## Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)

Essa instituição possui uma área construída de 90.000m<sup>2</sup>, e um parque instalado de US\$ 6 bilhões (inclusive computador de grande porte, com 270 terminais).

O hospital tem longa tradição de correto atendimento e, nos últimos anos, desenvolveu um ambicioso programa voltado para *qualidade e produtividade*, em que se destacam os seguintes subprogramas: subprograma de *qualidade*; subprograma de tecnologia; subprograma de recursos humanos; subprograma de normas e padrões.

Os seguintes resultados obtidos no HCPA expressam, em alto grau, a contribuição das ações voltadas para *qualidade e produtividade*: ele é um dos quatro melhores hospitais do Brasil; possui um dos maiores e melhores blocos cirúrgicos do Brasil; desenvolve tecnologia de ponta (exemplo: ouvido



eletrônico para pacientes com surdez profunda); desenvolve *softwares* que se constituem em referência internacional; atende, também, a pacientes de alto nível econômico; 95% dos equipamentos são consertados no próprio hospital; e possui programas de mestrado e doutorado para médicos.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS DA QUALIDADE

### Conceitos básicos

A seguir serão apresentados os conceitos adequados para a compreensão das técnicas e metodologias voltadas para a implementação de programas de *qualidade*. Até o item "f", as definições obedecem as Normas ISO 9000/NBR 19.000 — ABNT.

a. **Qualidade** — é a totalidade de propriedades e características de um produto ou serviço, que confere sua habilidade em satisfazer necessidades explícitas e implícitas dos usuários ou clientes.

b. **Política da Qualidade** — são intenções e diretrizes globais de uma organização relativas à *qualidade*, formalmente expressas pela alta administração.

c. **Gestão da Qualidade** — é a parte da função gerencial global que determina e implementa a política da *qualidade*.

d. **Sistema da Qualidade** — é o conjunto de estruturas funcionais,

responsabilidades, procedimentos, processos e recursos para implementação da gestão da *qualidade*.

e. **Controle da Qualidade** — é o conjunto de técnicas operacionais e atividades utilizadas para atender aos requisitos da *qualidade*.

f. **Garantia da Qualidade** — é o conjunto de ações planejadas e sistemáticas necessárias para prover confiança adequada de que um produto ou serviço atenda aos requisitos definidos da *qualidade*.

g. **Qualidade Total** — é um novo modelo gerencial, fundado na motivação e na participação de todo pessoal na estrutura organizacional formal. Seus resultados se materializam, continuamente, em todas as facetas da instituição, traduzidos, sobretudo, em bem-estar de seus empregados e satisfação de seus clientes.

h. **Gestão da Qualidade Total** — é o conjunto de ações que possibilitam administrar a organização como enfoque na *qualidade total*.

i. **Processo** — a *qualidade total* considera a organização como um grande processo que, por sua vez, se decompõe em subprocessos, e assim por diante, até o nível de tarefa individual. Cada processo tem fornecedores que fornecem insumos, os quais sofrerão transformações e gerarão produtos ou serviços que, por sua vez, serão utilizados pelos clientes ou usuários.

j. **Indicador de Qualidade** — é a forma de representação quantificável



da *qualidade* de um produto ou serviço. É instrumento de mensuração da *qualidade* e, como tal, imprescindível ao seu gerenciamento.

## Bases da Gestão da Qualidade Total

A internalização da gestão da *qualidade* total em uma organização exige o compromisso com o atendimento de premissas para que se garanta o sucesso do empreendimento. Essas premissas referem-se ao comprometimento da alta administração, do envolvimento de todos, à *qualidade* como principal estratégia da organização, à busca de resultados a médio e longo prazos, aos programas motivacionais e de participação, à educação e treinamento dos recursos humanos sob a ótica da melhoria da *qualidade* e aumento da *produtividade*, ao aperfeiçoamento contínuo, à avaliação de desempenho, aos indicadores de *qualidade* e *produtividade*, à monitoração dos processos, e à satisfação total dos clientes ou usuários.

## Interpretação do significado da Qualidade Total

Qualidade Total, conforme Lameira, é:

- cumprir, com excelência, a finalidade para a qual o órgão foi criado;

- fazer com que os empregados sintam orgulho e satisfação da organização e do seu trabalho;

- fazer certo da primeira vez, sempre;

- fazer certo as coisas certas;

- buscar, permanentemente, a perfeição ("defeito-zero");

- a *qualidade* em cada processo da organização;

- a *qualidade* em cada funcionário da organização;

- manter os usuários ou clientes satisfeitos;

- buscar a satisfação dos usuários ou clientes, dos funcionários, dos controladores e da sociedade;

- gerenciar cada processo da organização, buscando melhorá-lo continuamente;

- tratar o próximo processo após o seu como um usuário ou cliente e ser tratado como usuário ou cliente pelo processo anterior ao seu;

- não se conformar com taxas de erro maiores que zero ou com índices de qualidades menores que 100%;

- buscar a participação dos funcionários em todos os assuntos no seu trabalho;

- capacitar todos os seus recursos humanos para bem executar suas atividades;

- perseguir com tenacidade seus objetivos;

- criar um clima de confiança, eliminando o medo de participar e quebrando barreiras entre as diversas áreas; e



● "garantir a qualidade" em todos os processos que envolvam a saúde e a segurança da população e do meio ambiente.

● mecanismos para avaliação e aperfeiçoamento contínuo de todos os seus processos; e

● a preocupação constante com a inovação e a mudança.

## A organização e a Qualidade Total

Uma organização com *qualidade* total deve ter:

● todos os seus objetivos claros, bem definidos e disseminados;

● todos os seus processos e atividades documentados e otimizados;

● todos os órgãos e funcionários conhecendo suas atribuições;

● todos os funcionários reconhecendo a organização e o seu papel;

● todos os seus funcionários capacitados a bem executar suas atividades;

● ampla participação de todos os funcionários nos processos, ações e soluções que os envolvam;

● formas de medir e avaliar constantemente sua atuação, para poder melhorá-la continuamente;

● cada um dos seus órgãos e funcionários trabalhando na mesma direção e sendo responsáveis pelo sucesso do conjunto;

● todas as suas decisões e ações constantemente avaliadas e realimentando as correções;

● as informações circulando rápida e corretamente entre todos os seus órgãos e funcionários;

## Princípios da Qualidade Total

São eles: princípio da total satisfação dos clientes; princípio da gerência participativa; princípio do desenvolvimento dos recursos humanos; princípio da constância de propósitos; princípio do aperfeiçoamento contínuo; princípio da gerência de processos; princípio da delegação; princípio da disseminação de informações; princípio da garantia da *qualidade*; e princípio da não aceitação de erros.

## Indicadores de Qualidade

Na geração de um indicador da *qualidade* de um serviço ou produto, é essencial levar em consideração como o usuário, o consumidor ou o cliente percebe o serviço que lhe está sendo prestado ou o produto que lhe está sendo fornecido. A capacidade de proporcionar satisfação às necessidades do usuário, do consumidor ou do cliente é o principal fator a ser considerado na geração dos indicadores da *qualidade*.

A busca da *qualidade* total requer uma atenção especial às necessidades do usuário ou cliente interno.



Em uma organização, qualquer dos seus membros é dependente de outro na execução da sua atividade, sendo portanto, simultaneamente, usuário ou cliente interno e fornecedor ou supridor de outros integrantes da mesma organização.

O princípio da prioridade à satisfação das necessidades do usuário deve ser igualmente aplicado às relações fornecedor-usuário internas à organização.

Um indicador deve apresentar os seguintes requisitos: seletividade; simplicidade e baixo custo de obtenção; cobertura; estabilidade; e mastreabilidade.

Os exemplos apresentados a seguir ilustram esse conceito fundamental para a avaliação de desempenho e do nível de *qualidade de produtividade* de uma organização:

- no setor de saúde: taxa de ocupação hospitalar e taxa de infecção durante a hospitalização;

- no setor de educação: distorção série-idade e taxa de repetência;

- na construção civil: custo, em Cr\$/m<sup>2</sup>, de determinado tipo de construção; relação tempo previsto/tempo de execução; relação custo efetivamente pago/custo de licitação/ relação custo efetivamente pago/custo orçado; e relação tempo destinado para projeto/tempo institucional (tempo ideal).

## **Análise e otimização de processos**

Conforme foi visto na definição dos conceitos básicos, a *qualidade total* considera a organização como um grande processo, que, por sua vez, se decompõe em subprocessos, recursivamente, até o nível de tarefa individual.

A implantação da gestão da *qualidade total* consiste na análise e otimização de todos os processos da organização, e compreende o diagnóstico e implementação da solução, através das seguintes etapas: identificação dos processos da organização; avaliação do(s) problema(s); avaliação da(s) causa(s) do(s) problema(s); geração de alternativas de solução; planejamento de implantação da solução; e implantação da solução.

Para a execução das etapas mencionadas, utilizam-se técnicas disponíveis e divulgadas nos cursos e gestão da *qualidade total* e na bibliografia existente.

## **CONCLUSÕES**

Pelo que foi exposto no presente trabalho, verifica-se que aspiração da sociedade brasileira, que demanda desenvolvimento, inserção no contexto da economia internacional e atendimento das exigências do cidadão, como usuário dos serviços públicos e consumidor de bens e serviços, deverá ser atendida com a contribuição do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.



A ligação das forças armadas norte-americanas, nos Estados Unidos e no Japão, com programas de *qualidade e produtividade* indicam que o aparato de defesa brasileiro não pode deixar de desenvolver pertinaz esforço nesse sentido. É desejável que uma das metas a ser atingida seja o pioneirismo em ações relacionadas com a *qualidade e produtividade* no País, ainda mais que o PBQP é relativamente recente e essa hipótese é tangível.

A esse respeito, convém ressaltar que as ações já foram iniciadas, com a formação de recursos humanos através da participação em cursos e seminários, desenvolvimento de atividades voltadas para conscientização e motivação, e outras medidas determinadas pelos escalões superiores.

Nos contatos com integrantes de outros ministérios e organismos da administração pública, constatou-se que as Forças Singulares levam expressiva vantagem em relação à maioria dos órgãos da administração direta, em face do alto nível de organização, disciplina e padronização encontrado nas instituições militares. Outra vantagem de relevo é a existência de tradicional e consagrado plano de carreira, não existente no meio civil.

No âmbito do Exército, o segmento de obras militares e de obras de co-operação possui vantagem expressiva para implantar programas de *qualidade e produtividade*, porque possui, além

dos serviços comuns, um produto tangível a ser oferecido.

No que diz respeito à Diretoria de Obras Militares, sempre se desenvolveram esforços, no sentido da busca da *qualidade e produtividade* na construção de obras militares.

A existência do *Caderno de Encargos da DOM*, a informatização, iniciada em 1985, a padronização de projetos no Projeto Especial Calha Norte, a ampliação da AMAN, a construção da Brigada de Aviação do Exército, e a implantação de micro-usinas na Amazônia são alguns exemplos ilustrativos dessa atitude.

Diante dessa tradição de busca da *qualidade* e de arrojo com relação a soluções inovadoras, pode-se afirmar, com segurança, que a implantação da gestão da *qualidade total* na Diretoria é uma meta viável e desejável.

## BIBLIOGRAFIA

1. CARR, David K. e LITTMAN, Ian D. *Excelência nos Serviços Públicos — Gerência da Qualidade Total na Década de 90*, QualityMark Editora, 1992, Rio de Janeiro.
2. Federal Total Quality Management Handbook. *Implementation of TQM in the Federal Government*. Federal Quality Institute, 1991, Washington.
3. MIYAI, Jinnosuke. *O Movimento da Produtividade no Japão*. Documento Avulso nº 1, IPEA, 1991, Brasília.
4. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade. Secretaria de Ciência e Tec-



- nologia da Presidência da República, 1991, Brasília.
5. Critérios para a Geração de Indicadores da Qualidade e Produtividade no Serviço

Público. IPEA, 1991, Brasília.

6. LAMEIRA, José G. de A. et al. *Qualidade Total e seus Dez Princípios*. IBQN, 1992, Rio de Janeiro.



Ten Cel QEM/CDEM ALÉSSIO RIBEIRO SOUTO. Possui os cursos de Material Bélico (AMAN, 1972); Pára-Quedismo (CIPqdtGPB, 1975); graduação em Engenharia Elétrica (IME, 1980); mestrado em Engenharia de Sistemas/Informática (IME, 1987); e o Curso de Direção para Engenheiros Militares (ECEME, 1989). Serve, atualmente, no Departamento de Engenharia e Comunicações (Brasília-DF).

# Reparando bem a Renave é a maior.



Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

**RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A.**

PRAÇA PIO X, 15 - 8º ANDAR - CENTRO  
RIO DE JANEIRO - RJ - TELS: (021) 263-5311  
263-8814 / 263-8064 - FAX: (021) 263-5992  
TELEX: ( 21 ) 21993 FERN BR



**RENAVE**

em reparos navais, o maior é também o melhor.

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ





## LIVROS

### A FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO NO RIO GRANDE DO SUL (1853-1911)

O professor Laudelino F. Medeiros em *A Escola Militar de Porto Alegre* (Palegre, UFRGS, 1992), prestou relevante contribuição à história do ensino do Exército, ao resgatar importante parcela do passado da formação de seus oficiais, de 1853 a 1911, no Rio Grande do Sul. O resgate focaliza o sentido filosófico das diversas reformas do ensino em foco até 1905, ponto de inflexão do bacharelismo militar, com origem na Academia Real Militar de 1811, para o profissional militar, que desde então passou a vigorar, e que só foi consolidado na AMAN, em Resende.

O bacharelismo militar assim foi focalizado, em 1904, em relatório do Ministro da Guerra, general-de-brigada Francisco de Paula Argolo, filho do heróico marechal Argolo Ferrão:

“Terminado os 6 anos da Escola Militar da Praia Vermelha tem-se formado um oficial estranho à verdadeira profissão militar, sem o hábito da disciplina e da subordinação, com pronunciada tendência a discutir e a criticar as ordens que recebe, e que por todos os meios procura esquivar-se a uma vida cujas missões considera pouco compatível com o seu preparo teórico e o seu título científico.”

O livro em foco estuda a Escola Militar de Porto Alegre em três fases: 1853-66; 1874-89 e 1889-1911, quando ela atingiu o ápice, com o nome de Escola de Guerra, decorrente do fechamento, seguido de extinção, em 1905, da

Escola Militar da Praia Vermelha, por seu envolvimento parcial com a Revolta da Vacina Obrigatória, em 1904.

O professor Laudelino focaliza a participação da Escola que estuda na Questão Militar, os prédios que a abrigaram, seus comandantes, suas denominações, sua cronologia, grandes vultos que nela serviram ou estudaram, sem esquecer que a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1º de janeiro de 1897, é obra de professores da Escola Militar, bem como o Movimento Tradicional Gaúcho que ali foi criado pelo major Cezimbra Jaques, com o concurso de civis e cadetes.

Não foi esquecido o estabelecimento de ensino militar do Exército que funcionou em Rio Pardo, de 1888 a 1906, com suas diversas denominações e fins, onde estudaram, entre outros, os ex-presidentes Getúlio Vargas e marechal Dutra, bem como o marechal Mascarenhas de Moraes, que comandou a FEB, e os futuros jovens turcos, generais Bertoldo Klinger e Cidade. Essa obra, e mais a de Celso Castro, *O Espírito Militar* (Rio, Zahar Editor, 1992), são fundamentais para ter-se uma segura e científica perspectiva histórica do ensino militar no Brasil de 1792-1990, com vistas a formação de oficiais do Exército Brasileiro, ou seja, por dois séculos, desde a criação da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho pelo conde de Resende, 13º vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil.

Falta agora alguém que resgate a história da Escola Militar de Fortaleza.

Cláudio Moreira Bento



# REVISTAS MILITARES BRASILEIRAS

## A DEFESA NACIONAL

Uma tradição em informação e cultura. Os temas tratados são importantes para a realidade brasileira e relacionados com os seguintes aspectos: Política - Geopolítica - Estratégia - Estudos Históricos, Jurídicos e Sociais - Administração - Economia e Finanças - Técnicas e Táticas Militares - Educação.

Assinatura anual  
Cr\$ 180.000,00  
até 30 Set 93

Formato 23 x 15,5cm  
Periodicidade trimestral



## REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Sua edição tem por finalidade não somente contribuir para o aperfeiçoamento dos quadros do Exército, mas também oferecer à sociedade brasileira artigos diversos relacionados com a cultura e a história militar. A REB proporciona ainda aos seus leitores oportunidade de acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico da indústria militar brasileira.

Assinatura anual  
Cr\$ 180.000,00  
até 30 Set 93

Formato 28 x 21 cm  
Periodicidade trimestral

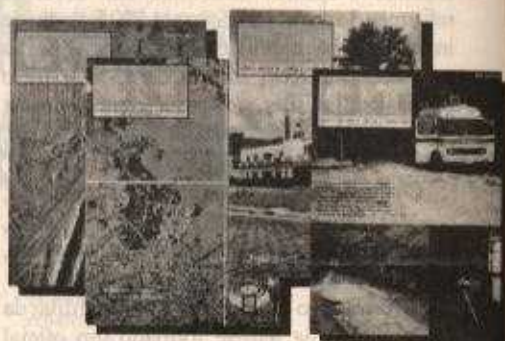


## REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Periódico técnico destinado à publicação de artigos, teses e noticiários relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Exército Brasileiro e da Segurança Nacional.

Assinatura anual  
Cr\$ 180.000,00  
até 30 Set 93

Formato 28 x 21cm  
Periodicidade trimestral



### CIRCULAÇÃO

As revistas são distribuídas por mala direta aos assinantes domiciliados em todo o Brasil e no exterior, às guarnições da Marinha, Exército e Aeronáutica, Casa Militar da Presidência da República, entidades e organismos públicos, associações culturais e sociedades empresariais, indústrias e grandes bancos, cobrindo assim os principais setores sócio-político e cultural do nosso país.



À Biblioteca do Exército  
Desejo receber em meu endereço as revistas assinaladas abaixo. Para tanto, envio o cheque nº \_\_\_\_\_  
do Banco \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ no valor de \_\_\_\_\_  
nominal à Biblioteca do Exército.

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_

☐ A DEFESA NACIONAL

☐ REVISTA DO EXÉRCITO  
BRASILEIRO

☐ REVISTA MILITAR DE CIÊN-  
CIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - Pça Duque de Caxias, 25 - Palácio Duque de Caxias, 3º andar  
Ala Marílio Dias - CEP 20.221-260 - Rio de Janeiro-RJ - Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535





# INFORMAÇÕES

## ETIMOLOGIA DAS GRADUAÇÕES E POSTOS DO EXÉRCITO (1500-1993)

**A** nomenclatura das graduações e postos no nosso Exército é de caráter universal. Apresenta, porém, pequenas variações. Referida nomenclatura, segundo raras fontes disponíveis, possui a seguinte etimologia:

### ETIMOLOGIA DAS GRADUAÇÕES

**Soldado:** Deriva de *sal*, moeda corrente nas legiões romanas e de onde tem origem as palavras soldado, salário, soldo, soldado ou a pessoa que é paga com sal. Consta que os legionários romanos recebiam o salário em sal.

**Anspeçada:** Tem origem no italiano, *lancia spezzata* (lança quebrada). Referia-se a soldado transferido da arma montada para arma a pé, e que ali passava a ter *status* superior ao soldado a pé. Existiu entre nós de 1500 a 1908. Eram dispensados, no nosso Exército, da faxina (só concorriam a sentinela do portão das Armas e substituíam o cabo).

**Cabo:** Tem origem no latim *caput*, com o sentido de cabeça, chefe. Existe entre nós, desde 1500, com o título de cabo-de-esquadra, até reduzir-se a cabo, na República. Os grandes generais que se destacaram na História Militar têm sido chamado ou de cabos de guerra ou de grandes capitães da História Universal. Assim,

Napoleão era chamado carinhosamente por seus soldados de *petit caporal* ou pequeno cabo.

**Furriel:** Tem origem no francês, *fourier*, de forragem (*fouirage*). Era o encarregado, tradicionalmente, do forrageamento das armas a cavalo. Ela existiu até pouco tempo entre nós, sendo substituída pela de 3º sargento, passando a graduação furriel a designar uma função militar.

**Sargento:** Deriva do latim, *servientes*, com o sentido de auxiliar, tendo originado os serventes de campo, de armas, de escudeiros e de cavaleiros. Essa graduação existe entre nós, desde 1500. Com a eliminação da de furriel, nas graduações de 3º, 2º e 1º sargentos. Ficou célebre nessa graduação o sargento Wolf, herói da FEB. Sargento-ajudante era o mais antigo.

**Cadete:** Deriva do baixo latim, *capitellus*, diminutivo de *caput*. Literalmente seria um pequeno chefe ou cabeça. Existiu entre nós, com foros de nobreza ou privilégio de nascimento, de 1757 a 1897. Foi restabelecido em 1931 para designar a graduação privativa dos alunos da Escola Militar e, desde 1945, da Academia Militar das Agulhas Negras, com o sentido de companheiro ou de irmão mais moço dos oficiais, tendo, com arma privativa, o espadim.

**Sub-tenente:** É a mais alta graduação. Ela tem o sentido de substituto do tenente. Ela é relativamente nova entre nós. Surgiu na República.



## ETIMOLOGIA DOS POSTOS

**Alferes:** Deriva do latim, *aquila feres*, ou o porta águia, que era o estandarte distintivo das legiões romanas. O termo passou aos árabes como *alfaris*, porta-estandarte, de onde teria passado a Portugal e, daí, ao Brasil. Ela existiu no Brasil até 1905, quando deu lugar a denominação *aspirante-a-oficial*, que veio no bojo do Regulamento de Ensino de 1905. Com ele também foi extinta a graduação ou posto de *alferes aluno*, criada em 1840 na Escola Militar do Largo do São Francisco, como estímulo ao mérito intelectual, face ao título de cadete que traduzia mérito de nascimento. Tornou-se célebre o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, hoje elevado a Patrono Cívico da Nacionalidade, ou do Brasil.

**Tenente:** Deriva do latim, *tenens*, o substituto de outrem e, no caso em tela, do capitão. Existe entre nós desde o Descobrimento. Na República desdobrou-se em 2º e 1º tenentes. Tornou-se célebre, entre nós, o tenente Antônio João, patrono do Quadro Auxiliar do Exército.

**Capitão:** Deriva do latim, passando ao baixo latim, de *caput a capitatus*, ou o chefe ou o que comanda. Sempre existiu entre nós. Nele se imortalizaram Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia; frei Orlando, patrono do Serviço Religioso do Exército; Ricardo Kirk, o pioneiro e mártir brasileiro da aviação militar em operações de combate e Tertuliano Potiguara, herói do Condestado e, após, em San Quentim, na 1ª Guerra Mundial.

**Major:** Deriva de *maior*. Na Colônia correspondeu ao posto de *sargento-maior*, ou o auxiliar mais graduado do coronel e seu substituto. Celebrizaram-se como sargentos-maiores Antônio Dias Cardoso, atual patrono das Forças Especiais do Exército, e Rafael Pinto Bandeira, conquistador da fortaleza de Santa Tecla, em Bagé, ambos mestres em

guerrilhas contra o invasor, respectivamente no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Na Alemanha, o sargento-maior correspondia a uma graduação de sargento. Conta-se que D. Pedro I, ao organizar batalhões com mercenários europeus, colocou como sargento-maior ou subcomandante de batalhão, um mercenário alto, forte e imponente que havia sido sargento-maior (sargento) na Alemanha e vinha de ser açougueiro. Existiu no Exército, no Império, a função de vago mestre, traduzida do alemão *vagoon meinsten* (encarregado dos transportes). E, como vago mestre, ela figurava nos QOD.

**Tenente-coronel:** Tem o sentido de substituto do coronel. Ela surgiu no Império. Imortalizaram-se nesse posto: José de Abreu, o Anjo da Vitória, nas guerras contra Artigas 1816-21; Francisco Pedro de Abreu, grande guerrilheiro gaúcho que auxiliou Caxias na Revolução Farroupilha; Vilagran Cabrita, patrono da Engenharia, e Muniz de Aragão, da Veterinária.

**Coronel:** Deriva do italiano, com o sentido de *colonello*, o comandante ou chefe de coluna. No Brasil Colônia, sob influência espanhola, correspondia ao *mestre-de-campo*, de tradição romana. *Magister militum*, o comandante de tropa a pé e o *magister equitum*, o comandante de tropa a cavalo. O mestre-de-campo tinha o sentido de mestre dos campos ou dos acampamentos. Tornaram-se célebres nesses postos os restauradores de Pernambuco nas guerras holandesas, Antônio Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, os dois últimos honorários. Como coronéis, se tornaram célebres, na Guerra do Paraguai, Emílio Luiz Mallet, patrono da Artilharia e Tibúrcio, então herói militar e popular por sua intrepidez.

**General:** Advém do latim *generalis*. É o chefe ou comandante geral. No Brasil designa o ciclo de oficiais gerais. Foi consagrado nessa designação, na Guerra do Paraguai,



pelos soldados e pelo povo, o general Osório, atual patrono da Arma de Cavalaria do Exército.

**Brigadeiro:** Origina-se da palavra celta e italiana *briga* (luta, combate). Esse posto existiu até a República, quando mudou de denominação para *general-de-brigada*. Consagrou-se como brigadeiro Antônio de Sampaio, o patrono da Infantaria e Andrade Neves, o Vanguardeiro da Guerra do Paraguai e, como general-de-brigada, João Severiano da Fonseca, patrono da do Serviço de Saúde.

**Marechal-de-Campo:** Posto que existiu na Colônia e no Império, mudando na República para general-de-divisão. Tornou-se célebre como marechal-de-campo Manoel Deodoro da Fonseca, o proclamador da República e, como general-de-divisão, Mascarenhas de Moraes, que comandou a FEB, na Itália.

**Tenente-General:** Existiu na Colônia e no Império. Foi substituído na República pelo general-de-exército. Tornaram-se conhecidos o tenente-general Carlos Antônio Napión, patrono do Serviço de Material Bélico, e os generais-de-exército Ernesto Geisel, Emílio Médici e João Figueiredo que foram presidentes do Brasil.

**Marechal:** Consta derivar do alemão, de uma função militar humilde, o *marehs cale*, o encarregado das estrebarias e cavalos do rei da Alemanha, onde mais tarde adquiriu uma conotação importante, como uma espécie de encarregado dos exércitos do Rei. E assim ela foi adotada no Brasil e Portugal. Na Colônia e no Império, tivemos o *marechal-de-exército*, que foi substituído, no início da República, pelo de *marechal*, e após, só em tempo-de-guerra ou na Reserva ou Reforma. Consagrou-se como marechal-de-exército, Luiz Alves de Lima e Silva, o patrono do Exército e, como marechais, Cândido Rondon, patrono das Comunicações do Exército e do Brasil, Trampowski, patrono do Magistério,

Florianópolis, o consolidador da República, Hermes da Fonseca, o reformador do Exército e os marechais na Reserva e ex-presidente, do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, Arthur da Costa e Silva e Humberto Castello Branco.

Como coronéis celebrizaram-se também Ricardo Franco de Almeida Serra, atual patrono dos Engenheiros Militares e, na defesa da República contra a revolução federalista de 1893, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os legendários Carlos Telles, do sítio de Bagé, e Ernesto Gomes Carneiro, que escreveu página épica do Exército, na Lapa-PR.

(A presente interpretação se baseou em estudos do autor e de Gustavo Barroso Caetano de Albuquerque e Antônio Gonçalves Meira)

Claudio Moreira Bento

Do IHGB, do IGHMB e da Academia Portuguesa de História

## FERROESTE MOSTRA O ÊXITO DE PARCERIA

A visita do governador Roberto Requião às obras da Ferroeste (Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A), ontem, começou em Cascavel e se estendeu até Guarapuava. Pela manhã, em Cascavel, o governador caminhou por um trecho dos 22 quilômetros já terraplenados pelo 2º Batalhão Ferroviário do Exército, testemunhando o avanço das obras físicas em execução. O governador pôde constatar, na prática, e ressaltar que a produtividade das máquinas que executam as obras de infra-estrutura têm um índice de até 92%, superior em mais de 30% ao alcançado pelas melhores empreiteiras privadas. Mais uma vez, o governador lembrou que "a construção da Ferroeste, em parceria com o Exército, é um exemplo de probidade administrativa".



"Um exemplo do que podem fazer em parceria com o Exército e o governo do estado, com recursos próprios, sem nenhum tostão federal, sem empréstimos externos, politicamente dedicado a isso e estabelecendo uma hierarquia de prioridades", explicou. O governador foi acompanhado por autoridades como o comandante de Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar, general Justo de Moraes, pelo comandante da companhia de Cascavel do 2º Batalhão Ferroviário, capitão Clemércio Lopes, pelos prefeitos de Cascavel, Fidelcino Tolentino, e de Guaraniaçu, Blamir Bortoli, pelo presidente da Ferroeste, Mário Pereira. Em Cascavel, ele conheceu o centro geométrico da obra, em Guaraniaçu e em Laranjeiras do Sul, acompanhou explosões para corte de rochas, sem as quais as obras não podem ter continuidade. Em Laranjeiras também conheceu o primeiro pilar do viaduto que passará sobre a PR-158.

A Ferroeste, que terá 248 quilômetros entre Cascavel e Guarapuava, deverá estar totalmente concluída em dezembro de 1994. O custo total da obra será de US\$ 170 milhões e o presidente da Ferroeste, vice-governador Mário Pereira, prevê que, pelo menos, US\$ 80 milhões serão gastos nas obras de infraestrutura, como drenagem e terraplenagem, e o restante em superestrutura como pontes, viadutos e túneis.

Solos argilosos que conservam a umidade por muito tempo e um intenso ciclo de chuvas,

desde o início das obras em julho de 1992, estão entre os desafios que o Exército encontra para cumprir a sua parcela na parceria estabelecida com o governo do Paraná, diz o chefe da sessão técnica em Cascavel, o capitão-engenheiro militar Henrique Wilhelm Flink. Um mercado industrial que não estava suficientemente adequado para fornecer as máquinas específicas para as exigências da obra foi outra dificuldade encontrada pelo 2º Batalhão Ferroviário de Araguari, MG, que há seis anos trabalhou na construção da Ferrovia Norte-Sul em Goiás, em condições geográficas e climatológicas diferentes.

Em toda a extensão das obras trabalham 1,3 mil homens, dos quais 700 nos acampamentos de Cascavel e Guaraniaçu. Destes, 100 homens pertencem ao Exército e os outros, contratados entre a mão-de-obra disponível na região. "Só em Guaraniaçu há 400 operários trabalhando na Ferroeste, isto é, 400 novos empregos", comemorou o prefeito Blamir Bortoli. Ele cumprimentou o governador por estar construindo uma estrada que já era prioritária há 100 anos e que contribuirá para reduzir o custo de transporte de grãos, modificando não só a economia do Paraná, mas de todo país.

*(Matéria extraída de Informativo do Centro de Comunicações do Exército, a qual transcreve artigo da Gazeta do Povo-RS, de 11.03.93)*





## DESTAQUES DA IMPRENSA

### A MATRIZ DO ATRASO

**O** Brasil está sendo visto pela comunidade internacional como um país indeciso e problemático. Indeciso porque adia interminavelmente o ataque decisivo à questões críticas, como a necessidade de equilibrar suas finanças públicas, remover os obstáculos à retomada do crescimento, eliminar a miséria, encetar uma reforma educacional e garantir o respeito aos direitos humanos. Problemático por que, juntamente com o Peru, está sendo acusado de comprometer e retardar a recuperação econômica da América Latina.

Nossa auto-imagem também não é nada lisonjeira. Depois de cinco choques e congelamentos, três moratórias internacionais, uma dezena de cartas de intenção ao FMI desrespeitadas, um seqüestro dos ativos financeiros e 21 alterações na lei salarial, a economia brasileira continua praticamente estagnada e a inflação permanece acima dos 25% ao mês.

Ao mesmo tempo, cristaliza-se a idéia de que o país não se lança a mudanças profundas em virtude de interesses corporativos, que não admitem perder seus privilégios. Ninguém quer abrir mão de nada, ninguém aceita perder um centavo. O Congresso é onde se vota segundo os interesses de cada grupo de parlamentares: o mandato popular virou emprego e a representação foi rebaixada ao exercício de funções lobistas.

O indispensável entendimento nacional, pré-condição de reformas profundas, esbarra na proliferação insensata de reivindicações por prerrogativas privadas que subvertem o conjunto de direitos na sociedade brasileira. Na Constituinte, assistimos ao triunfo dos objetivos particularistas, a confusão entre grupo corporativo e sociedade civil e o desprestígio dos princípios doutrinários em face do jargão tecnocrático.

Vem de longe esse comportamento. Desde o Estado Novo, que tanto importou da Itália de Mussolini, implantou-se no Brasil a idéia de que a sociedade deve ser organizada em corporações profissionais fechadas, sob a tutela paternalista do governo, com regras estritas de acesso e controladas por órgãos normativos superiores. O serviço público é o celeiro predileto desta mentalidade incompatível com uma sociedade capitalista moderna.

Na verdade, em suas origens, o corporativismo de Estado é uma doutrina anti-industrial, anticapitalista e antiliberal. Por isso mesmo foi abraçada pela *Action Française* de Maurras, pelo franquismo espanhol e pelo salazarismo português. Sociedades democráticas exigem autonomia e vigorosas entidades representativas e dispensam o particularismo corporativista, que tenta remover os elementos conflitivos e competitivos da sociedade: o choque de categorias no plano social, a competição no plano econômico, a diferenciação ideológica no plano político.



No setor econômico, o corporativismo se articula com alguns dinossauros históricos que ainda não foram extintos no Brasil. Um deles é o velho mercantilismo, segundo o qual o bem-estar econômico da sociedade somente pode ser assegurado mediante regulamentação governamental de caráter nacionalista.

O subproduto desta arraigada prática foi a transformação do Brasil no reino dos cartéis, oligopólios e monopólios econômicos. Neste país, os setores de alimentos industrializados, fumo, bebidas, higiene e beleza, artigos de limpeza e remédios são oligopolizados. Três grupos controlam 70% do mercado de cimento. As empresas crescem de maneira nociva à competição e aos interesses do consumidor.

Como reativar a construção civil se 90% dos materiais básicos de uma obra estão nas mãos de cartéis que manipulam a produção, controlam preços, fazem a distribuição, dominam a revenda e eliminam qualquer empresa que ousa desafiar seu poder? Por que razão as empreiteiras brasileiras — como revela o Banco Mundial — cobram 30% a mais do que suas congêneres internacionais?

Estamos caminhando para uma revisão constitucional que pede a reconsideração radical desta organização econômico-social incompatível com o mundo pós-muro de Berlim. Não é mais possível que o Brasil continue sendo o país dos cartórios e do alvarás, das donatarias e parentelas, da portaria e do canudo. Não faz sentido o consumidor brasileiro pagar produtos 110% mais caros do que o s seus similares no mercado externo, tudo em nome do nacionalismo e do patriotismo.

O Brasil não pode continuar sendo o país onde em tempos de pouca farinha todos querem seu pirão primeiro.

*(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 11.04.93)*

## MURO EM CONSTRUÇÃO

**E**m novembro de 1989, o mundo parecia estar tirando uma grande pedra do sapato com a derrubada do Muro de Berlim. A idéia de uma fronteira tão fechada como aquela (pagava-se com a vida a tentativa de transpô-la) ofendia a consciência universal. Como a queda do Muro coincidiu com o fim da guerra fria, irradiou-se uma sensação de liberdade quase ilimitada, de espaços abertos em todas as direções.

Mais cedo do que se esperava, os espaços estão se fechando. Não entre os países da Europa desenvolvida, que avançaram no processo de integração. A linha divisória passa agora entre países bem-sucedidos e os que não chegaram lá.

Na fronteira da Alemanha com a Polônia, por exemplo, constrói-se agora uma nova forma de barreira — não mais as cercas eletrificadas ou os fuzis e metralhadoras que guardavam a fronteira entre as duas Alemanhas, mas uma barreira igualmente eficiente, dotada dos mais modernos equipamentos eletrônicos, e em cuja operação estão envolvidas quase 30 mil pessoas, entre policiais e funcionários civis. Sua finalidade é acabar com o fluxo ilegal de imigrantes.

Usando um pouco a imaginação, pode-se entender o quase pânico que acomete os países ricos. A Europa Ocidental estava a ponto de completar o seu processo de integração, em 1989, quando o Muro de Berlim veio abaixo. Até aquele momento, as barreiras ideológicas ajudavam a manter estanques as fronteiras entre países mais ou menos ricos. Os próprios governos do leste encarregavam-se de manter a ordem em seus territórios. Tentativas de furar essas barreiras eram sempre fortuitas, e frequentemente acabavam mal.

Liquidada a guerra fria, desmantelado o bloco socialista, sumiram as antigas barreiras. E, por uma sucessão de motivos, o mundo



parece ter entrado (como acontece uma ou outra vez na História) num período de movimentos maciços de populações.

A Europa Oriental é apenas uma parte dessa história. A Suécia, por exemplo, anda vigiando as suas fronteiras com a Rússia; não exatamente para segurar os russos, mas para impedir que penetrem em seu território, vindos da Rússia, curdos ou somalis que tentam desesperadamente escapar dos conflitos internos em seus países, e que fazem a volta atravessando um país desorganizado.

A antiga Iugoslávia expelir emigrantes em todas as direções. As pequenas guerras que pipocam um pouco por toda parte (e de que o mundo às vezes não se dá conta) fazem outro tanto. A rigidez do mundo bipolar mantinha os conflitos dentro de limites controláveis. Agora eles explodem como pólvora seca a que se chega um estopim. E cada conflito gera os seus próprios refugiados.

A primeira tendência é erguer barreiras. Raciocinando mais ou menos como os alemães, os franceses acabam de reduzir, de 150 mil para 60 mil, a cota de imigrantes que aceitam anualmente. Outros países elaboram legislações igualmente restritivas.

Pode ser uma solução de emergência. Mas por quanto tempo se poderá manter o dique frente a um movimento de massa? E até que ponto o dique será impenetrável?

Não há respostas confiáveis para essas perguntas. E o que parece certo é que simplesmente levantar barreiras está longe de ser a solução. O Brasil conhece esse problema dentro de suas próprias fronteiras. Deixar que se acentuem cada vez mais diferenças de riqueza, de bem-estar, de educação, é aumentar a tensão entre dois pólos.

Um dia, obedecendo a uma lei da física, a pressão se torna mais forte do que as barreiras; e a síntese assim obtida é sempre mais drástica do que a que se pode conseguir através de um trabalho consciente de cooperação e de

ajuda aos que não sabem como tirar-se por si mesmos do atoleiro.

(Reprodução de Editorial de O Globo, edição de 12.04.93)

## RAÍZES DO IMPASSE ANGOLANO

A revista *Newsweek* trouxe à opinião pública internacional um importante fator para a compreensão da atual situação angolana, ao fazer uma análise, em novembro, das dificuldades do cartel sul-africano do diamante, representado pela De Beers. O *dossiê* mostra como o futuro de Angola vê-se comprometido com o do cartel. As questões fundamentais do desenvolvimento dependem da paz e da liquidez dos cofres nacionais. O petróleo e o diamante são as principais fontes do PNB e a sua exploração é vital para Angola.

O futuro de Angola parece comprometer o futuro da De Beers. O relatório anual de 1991 revela que a expectativa da empresa era de que, após as eleições presidenciais, o governo angolano coibiria a extração de diamante considerada "ilícita" pelo cartel. Há mês das eleições, expressar descrença ou frustração de expectativas é inquietante.

Ninguém melhor que o próprio governo angolano deseja poder garantir plenamente a salvaguarda de seu patrimônio mineral e sua exploração organizada. Não se pode esquecer, conforme a Unita informou à imprensa brasileira, que os fundos para sustentar a guerrilha vêm de amigos de Portugal, Estados Unidos e África do Sul.

Sob a supervisão da ONU, Angola realizou, em setembro passado, eleições presidenciais — 40,07% para a Unita, 49,57% para o MPLA. Este acontecimento foi registrado pela



imprensa internacional como fato altamente positivo para todo o continente africano e para o mundo. Infelizmente, a Unita, não acatou o resultado das eleições — livres e justas —, e recorreu à violência armada.

Os compromissos políticos nos acordos de paz não impediram os Estados Unidos de continuarem a ajudar a Unita, embora negando apoio militar. A África do Sul manteve ajuda à Unita. A postura racial da Unita contra brancos angolanos de origem portuguesa e mestiços é mais um importante fator de desestabilização do país e que alimenta a sua aliança com a África do Sul branca, exemplo de segregação racial.

Angola é responsável por 6,5% da produção mundial de diamante, só superada, no Continente, por Botswana e África do Sul. Os depósitos de diamante em Angola exigem menos custos para sua extração e têm atraído empresas de todo o mundo. O diamante angolano ameaça o cartel sul-africano. A De Beers controla mais da metade da oferta mundial de diamantes, comercializados, em Londres, pela Central Selling Organization. A companhia considera "ilícita" toda exploração de diamante que se dê fora de seu controle. Para garantir o seu preço, a De Beers vem usando mecanismos que comprometem hoje seu balanço e representam uma tempestade para o cartel: gastou US\$ 300 milhões em 1992 para impedir que as gemas angolanas chegassem ao mercado.

Que direito tem o cartel de exigir de um país que deixe enterradas as fontes de sua independência econômica? Este é o impasse da De Beers e as raízes do impasse angolano. Para Angola, não usar as suas riquezas, é não poder pagar o preço do seu desenvolvimento.

Os defensores da democracia no mundo, notadamente os países com alto grau de desenvolvimento tecnológico, não podem continuar subvencionando a violência e o desrespeito à lei, pelo simples fato de ocorrerem

em outro continente, outros povos, outras raças. Se os povos do Primeiro Mundo querem orgulhar-se de haver contribuído para o crescimento da democracia mundial terão que exigir respeito aos ideais democráticos em qualquer lugar do planeta.

Inserida no contexto da África Austral, Angola representa para a África do Sul o mesmo que o Brasil representa para os Estados Unidos. Seu crescimento econômico causa uma grande preocupação, sobretudo por ser objetivamente viável. Pode-se concluir pelas declarações de representantes da De Beers à *Newsweek*, que para o processo angolano o cartel é tão ou mais importante que o próprio governo sul-africano. Isso aponta fatores econômicos subjugando resultados de um processo político de democratização. Caberia dizer que o processo de democratização de Angola passa por uma discussão com a De Beers.

O Brasil tem desempenhado importantes papéis na diplomacia mundial. Angola espera continuar contando com o Brasil para somar esforços num gesto de solidariedade internacional que é fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico e social pelos angolanos.

*(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 06.05.93, assinada pelo Embaixador da República de Angola no Brasil, Francisco Romão de Oliveira Silva)*

## O MODERNO CONSELHEIRO

**L**i nos jornais que o presidente nacional do PT, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu na cidade de Canudos, na Bahia, por onde passa em caravana eleitoral, a memória de Antônio Conselheiro, que liderou revolta há mais de cem anos pelos sertões nordestinos. E a frase



vem entre aspas: não adiantou nada terem matado e degolado Conselheiro, porque as idéias dele, por uma sociedade mais justa continuam vivas nessas terras. E prossegue o jornal informando (?) que isso foi dito em discurso na praça central da cidade, e que os moradores de Canudos definem Conselheiro como um profeta que lutou contra todas as formas de governo, e que ele é cultuado por setores da Igreja Progressista local como símbolo da persistência de um povo que preferiu a morte a ter que renunciar a uma vida humilde, mas digna e igualitária.

É claro que não tenho de memória os fatos da famosa guerra que resultou em centenas de mortes entre as forças em conflito. O pano do tempo já apagou de minhas lembranças escolares muitas lições da nossa história. Por isso busquei nos livros o registro daquele doloroso episódio, até para me reciclar diante da notícia inusitada.

Euclides da Cunha descreveu em páginas inesquecíveis, repletas de erudição e de observações sociológicas, com lances jornalísticos também inigualáveis o que foi a guerra de Canudos.

Tratava-se de um movimento místico-religioso e anti-republicano (talvez o Sr. Lula seja monarquista) ocorrido em 1896, no sertão da Bahia, região do rio Vasa Barris. Naqueles tempos o lugarejo não passava de um conjunto de casebres. Por volta de 1893 o pequeno povoado transformou-se rapidamente num centro de misticismo e de vadiagem, obrigando a República, recém instalada, a enviar contra ele quatro expedições para combater principalmente a ignorância e o banditismo. Mas o reduto central da chamada *Tróia de Palha* não se rendeu. Local estrategicamente bem situado, pelo grande número de estradas que ali se cruzavam, transformou-se rapidamente em fortaleza quase inexpugnável, onde Antônio Vicente Mendes Maciel, chamado Antônio Con-

selheiro, desenvolvia sua estranha doutrina, após ter corrido com os poucos padres católicos da região. Depois de expulsar os padres (não seriam eles progressistas?) iniciou ele a construção de uma grande igreja, com largas paredes de pedra, com seteiras, à moda medieval, uma fortaleza, enfim.

Mas a história é longa e dramática. Seus lances foram descritos pelo talento do correspondente de guerra Euclides da Cunha, que mais tarde transformou suas observações jornalísticas na monumental obra *Os Sertões*!

Combater aquele quisto encravado nos Sertões da Bahia custou fortunas à República, além de vidas preciosas, que tombaram de lado a lado.

E agora, decorrido quase um século por sobre o lamentável episódio vem o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva fazer o elogio de Antônio Conselheiro, transmutado pelo líder do PT em herói do sertão. Ou a história está toda errada, ou é facciosa, ou não sei ler, ou meus livros foram editados às avessas.

Ainda recentemente o escritor Vargas Llosa, o mesmo que achou o Sr. Lula retrógrado e mal informado, publicou famoso livro sobre a guerra do fim do mundo baseado na guerra de Canudos. Acho que virou filme, inclusive.

Mas o que eu quero dizer com toda essa longa digressão é que a caravana do PT pelas distâncias do Nordeste até a Baixada Santista é a tosca repetição da história de uma outra célebre caravana política, que caminhou no sentido inverso da atual, que escreveu páginas heróicas, que construiu um capítulo glorioso da história de nosso país. Refiro-me à *Caravana da Esperança*, liderada por Prestes, e que juntamente com um punhado de bravos, e enfrentando sacrifícios de toda espécie, tendo por bandeira o idealismo puro e o patriotismo exacerbado deixou rastros luminosos pelos sertões do Brasil.



E essa que aí está, desde Garanhuns até Santos, é a mera contrafação, da outra, uma réplica de terceira classe, onde um líder desinformado mas profundamente ambicioso se refestela em ônibus refrigerado, com meia dúzia de representantes da burguesia paulista, e sai em prematura campanha eleitoral a explorar o sofrimento e a boa fé da ingênua e pura população sertaneja.

É por isso que já se disse que a história só se repete como farsa.

*(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 11.05.93, e assinada pelo jornalista, advogado e ministro do Tribunal Superior do Trabalho, José Carlos da Fonseca)*

## FARSA SEPARATISTA

O folclórico Irton Marx, líder da República do Pampa Gaúcho, marcou para o próximo dia 23 a proclamação do país dos seus sonhos, prelúdio a um plebiscito que deverá ser realizado "pelas câmaras de vereadores dos três estados do sul". Prossegue assim a farsa de um movimento de secessão conduzido por alguns primários, decepcionados com um Brasil que não consegue fazer parte do Primeiro Mundo.

É preciso insistir que, mesmo sob a forma de delírio bovarista, esta idéia maluca não pode prosperar à sombra da leniência das autoridades federais. Trata-se de uma flagrante violação da Constituição, que em cláusula pétrea não admite sequer a apresentação de emendas ao Congresso com o propósito de alterar a federação.

O separatismo não é resposta ao problema da sub-representação política dos estados do sul, nem solução para a prolongada recessão

ou para os desníveis econômicos no interior da federação. O Brasil não é clivado de nacionalidades justapostas por caprichos geopolíticos: é uma nação consolidada, com a mesma língua, raça e história.

O "país" dos Irton Marx é uma quimera: o PIB e a renda *per capita* não dão as dimensões da situação social de um país. É nazismo de fãncaria sustentar que são os nordestinos que atrapalham — o que atrapalha é governo incapaz de coibir a corrupção e combater a desigualdade. Irton Marx diz que o vermelho da nova bandeira é "o sangue derramado pelos farrapos" (alusão à separatista Revolução Farroupilha, de 1835 a 1945). Tal imbecilidade não deve servir de alibi para a omissão do Estado: sabe-se que esses personagens exóticos são apenas a face visível de um *iceberg* de desilusões e ressentimentos.

Convém repetir que a Constituição, em seu artigo 1º, diz que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal. Portanto, toda e qualquer pregação em favor da dissolução da federação é criminosa e deve ser enquadrada tanto na Lei de Segurança Nacional quanto no Código Penal.

Dois modelos disputam neste final de século a atenção dos brasileiros. O primeiro deles pode ser encarnado na Europa de Maastrich, tentativa exemplar da formação de um grande bloco geoeconômico em que o preço da paz e da prosperidade é fruto de um pacto em que todos abdicam de algo para ganhar muito. O outro é o da antiga URSS e da ex-Iugoslávia, países que nos assombram com o fantasma do separatismo e da desagregação.

A persistência da crise econômica aumenta as recriminações entre o Brasil rico e o Brasil pobre, e estimula a ilusão de que um governo de Terceiro Mundo governo um país do



Primeiro. A proposta separatista, contudo, nada mais é do que o primeiro passo de uma escalada em que todos abrem mão de muito para não ganhar coisa alguma.

(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 11.5.93)

## 'INCENTIVE TRAP'

Quando os puritanos, a bordo do *Mayflower*, desembarcaram na América, em 1620, vieram com objetivo de construir uma nação — uma Nova Inglaterra — e assim o fizeram.

Quando Diogo Cão, Pedro Álvares Cabral, Martin Afonso de Sá e outros fidalgos portugueses fundaram entrepostos comerciais nas Terras de Santa Cruz, seu objetivo era a exploração do pau-brasil e de outras riquezas locais a serem embarcadas de volta à Matriz Portuguesa.

Dezenas de anos se passaram até que a cobiça de franceses, holandeses, ingleses e espanhóis ameaçasse o monopólio português e gerasse algum tipo de espírito de cidadania e comunidade nas terras agora chamadas Brasil.

Mesmo esta ligeira reação, digamos comunitária, gerou apenas a criação de um sistema elitista de distribuição de renda, que favorecia uns *happy few* amigos do rei, e está presente conosco até hoje: a Capitania Hereditária.

Enquanto no Norte os puritanos criavam uma nação, pois a América era sua nova Terra Prometida, no Sul os portugueses e espanhóis competiam para ver quem conseguia tirar mais proveito das colônias numa atitude completamente predatória.

Infelizmente, a tradição predatória da fidalguia portuguesa está entranhada na nossa

cultura até os dias de hoje, quase 500 anos após o início da exploração colonial. Talvez o grande erro da cultura brasileira seja a falta de reconhecimento da necessidade de formação de vida comunitária, do estabelecimento de um divisor de águas entre a predação e a construção de uma nação. A elite brasileira ainda vive na sua terra como se fosse conquistadora, tirando partido de vantagens locais, para remetê-las além-mar. E como o exemplo vem de cima, esta cultura passou para todo o povo como a forma do jeitinho brasileiro.

Os sociólogos chamam esta atitude predatória, individualista, de *incentive trap* (a armadilha do incentivo). Lord Rees-Mogg define o *incentive trap* como "uma situação onde o que parece uma pequena vantagem para o indivíduo é na verdade muito nocivo para o grupo, portanto, nocivo também para o indivíduo a longo prazo".

O *incentive trap* está presente na humanidade desde tempos primórdios. A maioria das religiões e leis antigas procurava estabelecer parâmetros de conduta, através de tabus e práticas litúrgicas a que impedissem a proliferação deste problema e estabelecessem balanço entre o individual e o comunal. A reforma Urukagina, na Suméria em 2300 a.C. e o Código de Hammurabi de 1700 a.C. na Assíria, tratam quase que exclusivamente deste assunto. Um dos livros da Bíblia, o Deuteronômio, escrito por Moisés e outros líderes judeus durante os 40 anos de travessia do deserto ao redor de 1300 a.C., é talvez o livro clássico de parâmetros culturais e religiosos como o *incentive trap*.

Casos típicos de *incentive trap* na sociedade moderna são jogar lixo no chão, sonegar impostos, danificar o meio ambiente etc. Enfim, quebrar regras de conduta que protegem a comunidade contra o interesse passageiro e predatório do indivíduo. Ao jogar lixo no chão ou sonegar impostos, o indivíduo



está assumindo a atitude mais prática, no momento, conveniente e de pequeno ganho imediato para ele. Repetido este gesto, por toda a comunidade, em breve as condições de insalubridade e descontrole governamental destruirão a sociedade em que os indivíduos vivem. É o caso do Brasil de hoje.

Para se ter uma idéia de extraordinária armadilha em que estamos metidos, imagine-se um cartão de crédito emitido para 500 indivíduos. Cada um pode gastar sem limites e ao final do mês pagará apenas 1/500 do total da conta. Uma parte dos 500 vai entender imediatamente o tipo de cilada em que se encontra e não vai gastar mais do que pode pagar. No entanto, alguns vão cair na *incentive trap* e tratarão de gastar o máximo que puder, pois *só vão pagar 1/500*. Ao receber a conta, mesmo os que não gastaram vão perceber de imediato que não há incentivo em poupar o cartão, *pois se eu não gastar outro o fará*. A cada mês, um número maior de correntista vai aderir a atitude estroina baseado no *se todo mundo faz, por que não eu?* Em breve o sistema formado pelos 500 donos de cartão de crédito estará insolvente e todos perderão o privilégio da posse do cartão! Acabamos de definir a relação que existe hoje entre o governo brasileiro, gastador e emissor de moeda sem lastro, e os contribuintes, sonegadores buscando benefícios individuais. Na verdade, este é o âmago da falência da sociedade brasileira. Estamos assistindo não só à insolvência do governo federal, mas também à deteriorização da moral, da cidadania e da vida comunitária.

É triste constatar que o Brasil, que se prepara para entrar no século 21, ainda não conseguiu lidar com problemas que afligiram outras sociedades 5000 anos atrás. Nas sucessivas e fracassadas tentativas de encontrarmos um Salvador da Pátria (o último foi o Clepto-Collor), os brasileiros estão atrás de um Moisés que os tire do deserto. Talvez

seja a hora de pararmos de olhar para cima, atrás de uma resposta, e passarmos a olhar para nós mesmos. *We found the enemy, and the enemy is us!*

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 19.05.93, e assinada pelo Consultor de Investimentos Luiz Arthur Correia)

## A QUESTÃO MILITAR

**H**á 25 anos fui acusado de ofender as Forças Armadas através de dois discursos pronunciados na Câmara dos Deputados. Ao se recusar a abolir a inviolabilidade da sua tribuna, garantindo-me, portanto, o direito de dela dizer o que entendesse como representativo da opinião dos que me haviam elegido, a Câmara foi fechada. Proclamado o AI-5, tive o meu mandato cassado, entrei na clandestinidade e fui obrigado a viver 11 anos no exílio.

Em consequência, teria tudo para estar hoje atirando pedras nos militares. Recusome, no entanto, a virar uma estátua de sal, olhando constantemente para trás, da mesma forma como tento analisar sem paixão os anos do regime militar. A razão é simples: tenho suficiente noção de História para saber que as Forças Armadas são instituições permanentes, que continuarão a existir no futuro previsível, futuro violento e incerto. Ficarão elas presentes na vida brasileira, enquanto os seus integrantes de hoje passarão, da mesma forma como passaram os que proclamaram o AI-5 e impuseram ao país os anos de arbítrio.

As grandes burocracias mudam lentamente, ao ritmo da substituição dos seus chefes e das necessidades novas, criadas pela sociedade. Seria tão absurdo hoje julgar a Igreja Católica pelos autos-da-fé da Inquisição



como imaginar que as Forças Armadas brasileiras, nesse tempo posterior à guerra fria, adotam a mesma ideologia, a mesma estratégia e as mesmas táticas de 1968.

A ideologia da segurança nacional, responsável pela invasão de todas as áreas da vida nacional, salvo a econômica, pelo poder militar, é atribuída à Escola Superior de Guerra. No entanto, quem a instrumentalizou foi a Comunidade de Informações, centralizada não na ESG, mas no SNI, comunidade que, segundo o chefe que começou a enquadrá-la no esquema geral da disciplina democrática, general Ivan de Souza Mendes, tinha cerca de 2.500 membros. Portanto, em época alguma a Comunidade de Informações envolveu os *militares* da mesma como nem todos os seus membros eram militares. Nos últimos anos do regime, parte da Comunidade de Informações dedicava mais esforços a espionar, intrigar e influenciar as carreiras da oficialidade do que a cuidar de contra-espionagem e do chamado *público externo*. E fazia isso porque esse comportamento se traduzia em poder, inclusive para realizar negócios e envolver-se em ilícitos penais impunemente.

O presidente Itamar Franco, alertado para a insatisfação existente nas Forças Armadas por um artigo publicado na *Revista da Aeronáutica* pelo tenente-brigadeiro Ivan Frota, reuniu-se com os ministros militares. Trataram, fundamentalmente, de dois problemas: a penúria imposta ao corpo de oficiais pelo arrocho salarial do funcionalismo público, penúria mais dura de suportar quando se conhecem os salários do Legislativo e do Judiciário, e os cortes orçamentários, que impedem não só a renovação do equipamento como a sua própria manutenção e até a compra de itens corriqueiros, como comida, uniformes, munição e gasolina.

As idéias do brigadeiro Frota não foram apresentadas em um manifesto. Apresentadas em um artigo, apenas com a sua assinatura,

reproduzem, no entanto, as reivindicações da oficialidade das três forças. Essas reivindicações são mais fortes na Aeronáutica porque um piloto que não pode voar por falta de gasolina ou de peças de reposição fica mais depressa fora de forma. Arrisca, portanto, um acidente com mais facilidade que um oficial de Marinha ou do Exército.

Colocar na imprensa as carências de um serviço público encarregado de garantir ao país a segurança das suas fronteiras não é ranger sabres, à moda dos generais das repúblicas bananeiras da América Central, como entendeu Clóvis Rossi, apesar de ser um dos mais brilhantes jornalistas brasileiros. E colocar em pauta de discussão um problema tão grave como a destruição dos hospitais, das estradas ou do ensino.

Forças Armadas não existem para distribuir alimentos aos flagelados da seca, para prender narcotraficantes ou para substituir as empreiteiras na construção de estradas e barragens. Podem até fazer tudo isso, caso as atividades paralelas não afetem a sua capacidade de cumprir a missão principal, que é dissuadir quem quer que seja a meter-se nos negócios internos do Brasil ou a cobiçar parcelas do nosso território.

A guerra é a declaração de falência de uma política externa, mas é, sobretudo, a falência das próprias Forças Armadas, incapazes de inspirar suficiente respeito a inimigos potenciais, inimigos que não são predeterminados, podendo estar em qualquer lugar. Portanto, os oficiais das três armas têm mesmo é que ser guerreiros, bem treinados e minimamente equipados, e não policiais ou assistentes sociais.

Hoje, as Forças Armadas brasileiras não estão capacitadas, por falta de recursos, para cumprir as suas obrigações constitucionais. Trata-se, portanto, de decidir se essa situação deve continuar, desperdiçando a capacidade de trabalho do maior reservatório de fun-



cionários públicos de nível superior do país, ou se haverá um esforço para devolvê-las a um estado mínimo de preparação. O dever dos seus ministros é mesmo o de levantar o problema com o presidente da República e o Congresso e examinar as alternativas existentes. Esse comportamento é perfeitamente democrático e nada tem a ver com quarteladas e golpes de Estado. Ao contrário: é uma vacina contra esse tipo de mazela política.

*(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 19.05.93, e assinada pelo jornalista e cientista político Márcio Moreira Alves)*

## OS CORRUPTOCRATAS

O célebre biólogo inglês (comunista) J.B.S. Haldane estudou, numa certa época, a influência do *tamanho* na vida e no funcionamento dos organismos. "Se você deixar cair um camundongo", ensinava ele, "num poço de mina de um quilômetro de profundidade, o animalzinho, ao bater no fundo, perde os sentidos por alguns segundos, mas logo se recupera e sai correndo normalmente. Um rato, submetido à mesma experiência, morre. Um homem, simplesmente explodiria em pedaços, transformado numa pasta sangrenta".

O Brasil não é um camundongo, nem um rato. É apenas, a crer no hino que aprendemos no colégio, um "gigante adormecido em berço esplêndido". Há hoje, entretanto, no próprio Brasil, quem acalente a idéia de vê-lo dividido em pedaços, multiplicado em três ou quatro partes ou parcelas distintas, mais maneiras, mais leves, mais fáceis de administrar e governar. Afinal, a verdade é que o país está (há anos) quase chegando ao fundo do poço

e, se ele é mesmo um gigante e não um mero camundongo, vai com certeza esborrachar-se.

Três ou quatro Brasis: um mais ao Norte, vasto e pobre; outro no Centro; outros dois, quem sabe, dividindo a metade menor e melhor do Sul e do Centro-Sul. Usando um bom mapa e mais régua e compasso, estudando devidamente vocações (e prospecções) socioeconômicas, não será muito difícil desenhar divisões e fronteiras mais "lógicas", mais "inteligentes" do que as atuais. Não será difícil, sobretudo, livrar o país rico (ou meio rico) do país pobre atrasado que lhe fornece mão-de-obra barata e, de quebra, o Lula e a Erundina e mais os empíternos usineiros e usinados da Sudene e do DNOCS.

O mal é que, assim fazendo, corríamos o risco de destruir a grande obra dos raros estadistas verdadeiros que o Brasil já teve (Rio Branco, Caxias), os quais construíram, sob o Império, a unidade, as fronteiras e a grandeza do país-continente. Trocávamos o *Brasil natural*, uno e imenso, criado pela sua própria história e pela geografia desta parte do mundo, por uns quantos Brasis *artificiais*, balcanizados, irmãos-concorrentes, irmãos-inimigos, separados por cercas de arame farpado e guarnições de fronteira...

Por que não fazer aqui uma Iugoslávia ou, ao menos, outra América Central? Esses pobres-diabos separatistas lá do Sul, certamente, não merecem ser tomados a sério, mas o fato é que muita gente boa em São Paulo e Rio acredita hoje, cada vez mais, que nossos piores males vêm da forçada promiscuidade com a pobreza e o atraso, vêm do peso de regiões teimosamente decadentes e que, no fim de contas, um Brasil menor podia ser certamente melhor.

Talvez. Não é isso, entretanto, o que parecem indicar as tendências hoje dominantes no mundo, comandadas e estimuladas, crescentemente, pelas explosivas tecnolo-



gias das comunicações, dos transportes e da produção. Os Estados Unidos, bem maiores do que nós, depois de terem derrotado a ferro e fogo a secessão sulina em 1865 (numa guerra bem mais sangrenta do que essa de agora da Bósnia), depois de terem tentado durante décadas e décadas contera invasão do seu território pelos pobres "chicanos", abrem hoje as suas fronteiras ao sul e ao norte, num imenso mercado que vai engolindo o México e pode ainda estender-se pelo Pacífico até o extremo sul.

Assim é o mundo, o *nosso* mundo, onde o *contágio* cultural e econômico é cada vez mais inevitável, insopitável e imediato. O isolamento, a quarentena nacionalista são alternativas obsoletas, ilusórias. No caso brasileiro, aliás, é preciso dizer que os nossos piores males não são geográficos (ou demográficos), mas éticos, morais. E não há nenhuma garantia de que, afastando os mais pobres, se fossem com eles os corruptos, os chupins que hoje nos governam, atacadados às tetas da República. Os chupins haviam de preferir, com certeza, a parte mais rica, mais gorda...

Em vez de dividir-se, o que o país hoje precisa é se unir sempre mais em torno de gente (como essa admirável juíza Denise Frossard) capaz de cumprir seu dever com honra e brio, até onde for preciso. Não, o mal do Brasil não é a pobreza; o mal é a mentalidade ainda dominante entre nossas elites governativas, que confundem o público e o privado, sempre em benefício próprio.

Veja-se o caso, ainda agora, desse ministro Eliseu, por duas semanas precariamente pendurado no topete presidencial. Eliseu não era bom nem mal: ele é apenas a expressão clássica, notória, de um estado de coisas que transformou a alta administração pública brasileira numa bem azeitada máquina a serviço da corrupção institucionalizada. O problema não é só o ministro (sai um, entra

outro); o problema são os grandes cartéis corruptores que na verdade hoje governam o país (de dentro do governo ou por trás dele).

São empresas imensas, solidamente estabelecidas e poderosíssimas que poderiam, se quisessem, melhor do que ninguém, reduzir a pó de traque a corrupção e os corruptos. Ainda há uns anos, uma delas desentendeu-se com um governador malandro (Aroldo Perez, do Paraná), denunciou-o publicamente e demitiu-o sem qualquer dificuldade. Mais lucrativo e confortável, entretanto, é fazer o oposto: alimentar a corrupção, organizá-la e cevar-se à sua sombra.

Enquanto Itamar ("um presidente fora dos trilhos", segundo mestre Carlos Castello Branco) gasta seu tempo batendo boca, em público, com seus próprios partidários, ministros e ex-ministros, os grandes oligopólios usam a máquina da corrupção para administrar *de fato* o país, decidir o que se faz ou não se faz e por que preço. Tudo aquilo que não interessa ou não convém ao seu faturamento é posto à margem.

A educação das crianças, os hospitais, a segurança pública, os transportes urbanos, a economia popular são entregues às baratas e esquecidos durante décadas, enquanto esses cavalheiros consomem centenas de bilhões de dólares do Erário (e entopem de ouro suas burras particulares) em prioridades do tipo Nuclebrás, Açominas. Transamazônicas, Proálcool, Ciaes e Cieps, Paulipetro, poços antieconômicos da Petrobrás, obras no Peru, no Iraque, em Moçambique... Tudo isso, como seria de esperar, sob o generoso guarda-chuva nacionalista, patrioteiro, civil ou militar.

É o poder dos corruptocratas — do grande partido dos chupins da República, solidamente instalado no Congresso e nos altos escalões da administração pública. Se, em vez de um Brasil, tivéssemos dois ou três, os chupins se multiplicariam também, alegremente, por dois



ou três. Só há contra eles um remédio: a vigilância e a mobilização da imprensa e da opinião pública, para animar e sustentar a ação corajosa das (e dos) Denises Frossard, que na verdade não são assim tão raras neste país tão grande.

*(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22.05.93, e assinada pelo jornalista Fernando Pedreira)*

## O PREÇO DA CORRUPÇÃO

**D**o Japão à Índia, dos EUA ao Brasil, da Itália à França, em todo o mundo há uma reação visível da sociedade contra leis partidárias caducas que permitem relação promiscua entre negócios e política.

O caso do Japão, onde o primeiro-ministro, do Partido Liberal Democrata, há quase 40 anos no poder, ganhou voto de desconfiança e foi obrigado a dissolver a Dieta e convocar eleição geral, é típico de um sistema político que, por corporativismo, reage às mudanças. Há hoje evidente descompasso entre o formidável desenvolvimento econômico japonês e a política bairrista em que os políticos precisam gastar muito dinheiro com pequenos presentes e doações aos eleitores em ocasiões como casamento, morte de membro da família, etc.

Num contexto em que as empresas cresceram tanto que podem ser consideradas extensões do próprio Estado, os políticos continuam a defender o velho sistema da *caixinha* que lhes permite se manter dentro do círculo do poder.

Três primeiros-ministros foram derrubados nos últimos anos por escândalos de corrupção e comportamento sexual. Mas a legislação eleitoral permanece intocada, por conta e risco dos políticos que delas se

beneficiam. Observa-se, no entanto, um fenômeno que diferencia dos outros países do Primeiro Mundo. No Japão, o escândalo da Lockheed não passou de 1,6 milhão de dólares. No caso do fliperama, mais de 100 políticos, tanto do PLD quanto da oposição, foram acusados de receber 3 mil dólares.

Números como estes parecem pífios em países como o Brasil e a Índia, onde agora mesmo um escândalo financeiro de 1,2 bilhão de dólares está balançando o governo do primeiro-ministro Narasimha Rao. No caso P.C. Farias, falou-se de 1 bilhão de dólares. Sobras de campanha brasileira chegam a 50 milhões de dólares.

Quanto mais pobres os países, maiores os rombos no patrimônio público e mais gordas as *caixinhas*. Parece ser esta a sina do Terceiro Mundo. Aqui, não se entende como um político poderoso como o japonês Shin Kanemaru, líder da facção do PLD que escolheu três dos últimos primeiros-ministros, tenha renunciado à sua cadeira no Parlamento, há poucos meses, depois de confessar, sob pressão, que recebeu 4,1 milhões de dólares, de doação política, de uma empresa de transporte ligada à Yakuza, a máfia japonesa.

Cada país com seus usos e costumes.

*(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 20.06.93)*

## ANGRA E OS ERROS DOS VERDES

**O** secretário municipal do Meio Ambiente, vereador Alfredo Sirkis, voltou a combater a conclusão da usina nuclear de Angra II e, repetiu, outra vez, seus argumentos contra a tecnologia nuclear em geral.



A desinformação da população sobre tema tão complexo permite esse tipo de abordagem, artificial e emocional, em torno do rotineiro desligamento da usina Angra I, decorrente do rigor operacional, dos cuidados com a população e com o meio ambiente, inerentes à operação de uma central nuclear. O representante do PV no Governo municipal repete velhos argumentos, distorcidos e surrados, com que os "verdes" do Terceiro Mundo tentam fazer aquilo que seus colegas do Primeiro Mundo nunca conseguiram: eliminar a opção nuclear como alternativa segura, eficiente e econômica, para o abastecimento de energia elétrica às populações.

A energia nuclear é, hoje, a terceira maior fonte de geração elétrica no planeta. Responde por cerca de 17% de toda a eletricidade produzida no mundo. 94% das usinas nucleares mundiais situam-se nos países desenvolvidos, sendo que 73% concentram-se nos países do chamado grupo dos 7 Grandes.

Este avassalador percentual demonstra, *de per si*, a fraqueza e a inconsistência dos argumentos apresentados contra a energia nuclear.

Quem vai aceitar que estas nações — política, cultural e economicamente avançadas — pudessem se submeter, tão ampla e espontaneamente, a uma tecnologia "maligna", "perigosa" e "cara"? Equívocos deste porte e abrangência não são cometidos pelos países industrializados...

Existem hoje mais de 420 usinas nucleares funcionando no mundo. Elas totalizam quase seis mil anos-experiência-operativa acumulada! As usinas do tipo Angra I e Angra II — cuja tecnologia é conhecida pela sigla PWR — representam cerca de 60% deste total. Elas apresentam níveis de segurança excepcionais, tanto para a população, quanto para o meio ambiente.

Um acidente como o de Chernobyl, ao contrário do que sugere o ilustre secretário, jamais poderia acontecer nas usinas de Angra! Aquela usina soviética utilizou tecnologia inadequada para a geração elétrica, pois, paralelamente, objetivava também produzir materiais para explosivos nucleares. Isso é o que precisa ser dito, mas os "socialistas" tupuniquins não gostam de divulgar essa verdade. O padrão de segurança de Chernobyl era muito baixo. Entre inúmeras deficiências tecnológicas, a usina de Chernobyl não possuía o chamado "Envoltório de Contenção", um invólucro de aço hermético e de alta resistência, superposto por uma camada de concreto com um metro de espessura que, na hipótese de uma ocorrência mais séria, impede que qualquer vazamento de radiação passe para o meio ambiente. Chernobyl não possuía esta proteção e isto foi constatado pelos peritos mundiais que, após a queda do Muro de Berlim, puderam ir até lá, saber a verdade.

O outro "seríssimo acidente", alegado pelos ecologistas, teria sido o de Three Mile Island. Esta, sim, era uma usina com tecnologia ocidental, semelhante a Angra I. Entretanto, conforme os relatórios, ali não ocorreu nenhum vazamento de radiação para o meio ambiente e nenhum habitante da população circunvizinha à usina teve que ser removido. As consequências do acidente foram puramente econômicas. Os "verdes" e os *lobbies* econômicos antinucleares geralmente omitem estes fatos...

Os dados científicos, produzidos por especialistas, mostram e provam que as análises comparativas de riscos, envolvendo instalações para a produção de energia, apontam a nucleoeletricidade como uma das fontes mais confiáveis e seguras do mundo.

Diversas barragens já se romperam ao longo deste século. Milhares de pessoas já foram vítimas de acidentes em minas de car-



vão, gasodutos, oleodutos ou plataformas de petróleo.

Mas, na verdade, não se trata de contabilizar óbitos. Quero deixar claro que novas tecnologias têm concorrido para aumentar a expectativa de vida e os índices de desenvolvimento econômico e social, em todos os cantos do planeta, apesar dos riscos específicos a elas associados. E o caso, por exemplo, da tecnologia nuclear em suas diversas aplicações. Na área médica, são incontáveis os benefícios à humanidade!

Com relação ao problema dos rejeitos radioativos, tão erradamente chamados de "lixo-atômico", parece-me que o ilustre secretário está muito mal assessorado. O problema já está perfeitamente equacionado, técnica e economicamente, nos países industrializados. Toda usina nuclear produz uma quantidade mínima de rejeitos, principalmente se comparada aos milhares de toneladas de gases e partículas sólidas, inclusive contendo isótopos radioativos, que suas similares térmicas, a carvão, petróleo ou gás natural, lançam diariamente na atmosfera. Entre os prejuízos ambientais, deletérios, está o chamado e feito-estufa.

No entanto, a mais equivocada argumentação utilizada pelos "verdes", inclusive pelo próprio vereador Kirkis, é a idéia de "converter" Angra I e II em usinas a gás natural!

É absoluta a impropriedade de tal conversão. Fazendo uma comparação grosseira, pode-se dizer que a operação proposta é algo equivalente a "converter" um boiler elétrico em um aquecedor a gás...

Poder, pode! Mas, vale a pena? Será que temos no Brasil disponibilidade tão grande assim de gás natural? Nossas reservas até não são pequenas. Mas, certamente, existem outras utilizações mais nobres para este produto, do que "queimá-lo" para produzir "energia elétrica".

Para finalizar, vale uma observação sobre as condições do Estado do Rio de Janeiro. Importamos, de outros estados, cerca de 65% da energia elétrica que consumimos. A usina nuclear de Angra I contribuiu bastante para minimizar esta situação. Mas, mesmo com a construção de Angra II, ainda continuaremos a importar eletricidade. E somos "fim de linha". Só vão nos vender aquilo que sobrar... E quando não sobrar?

Por tudo isso, Angra II, que está em fase final de construção, é de vital importância para a economia fluminense. Com ela, estaremos gerando cerca de quatro mil empregos adicionais, no estado, e recolhendo milhões de dólares, em impostos, para os nossos cofres.

Entidades como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Firjam, o Clube de Engenharia, vários sindicatos e associações, e a própria Prefeitura Municipal de Angra dos Reis têm apoiado a conclusão de Angra II, em caráter prioritário.

O próprio prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, quando deputado federal, sempre defendeu a conclusão de Angra II.

Não entendemos, pois, em nome de quem fala o ilustre secretário Sirkis: em seu próprio ou em nome do Governo do município do Rio de Janeiro?

É importante saber disso, para melhor esclarecimento do eleitor. Tendo votado num candidato a prefeito, considerado desenvolvimentista, devemos imaginar agora que ele, inadvertidamente, esteja apoiando proposições "pretensamente ecológicas", que não correspondem aos interesses da população carioca?

*(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 23.06.93, assinada pela Deputada Federal Sandra Cavalcanti)*



## O BRASIL SUBTERRÂNEO

**G**uerras de quadrilhas, armas sofisticadíssimas, desmonte de carros roubados, jogo do bicho que funcionou com piloto automático, apesar da prisão dos chefões, expansão de uma economia informal poderosa — tudo se encaminha, no Brasil, para o crescimento irresistível de um país paralelo que se sobrepõe ao país oficial. A característica deste Brasil subterrâneo é que ele funciona talvez melhor do que o outro.

Tudo o que devia funcionar no Brasil, suas instituições, seu governo, não funciona. Em compensação, tudo o que é ilegal e criminal funciona com o poder avassalador da corrupção, da sonegação e da violência.

O crime organizado é a faceta mais visível desta distorção que puxa o país para trás. Tendo como ponto mais alto o jogo do bicho, que é um modelo de organização mafiosa, atualmente todas as pontas da corrupção e da violência se juntam em núcleos cada vez mais convergentes.

As duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio, ainda não são a Chicago dos anos 40, infestada de *gângsteres* de ternos escuros, ar sombrio e uma metralhadora sempre pronta a cuspir rajadas de balas cada vez que um negócio é ameaçado por quadrilhas rivais ou pela polícia. Mas o crime organizado é um fato no Brasil e os grandes chefões sequer se escondem.

Pelo contrário, cuidam da imagem aparecendo na televisão, financiando o carnaval e o futebol, distribuindo pequenas *benesses* para enganar a porção crédula da população, e, enquanto na superfície são cultuados como assistencialistas, no subterrâneo põem em movimento uma justiça paralela que prende, julga e mata em questão de horas, com uma eficiência que nada fica a dever aos grandes regimes autoritários.

A economia informal não raro dá o braço à criminalidade. Ambas têm o mesmo perfil e crescem à medida que a economia formal e o país se desorganizam. A criminalidade sempre aumenta quando se cria uma rede de receptação e comercialização do produto do roubo, através de camelôs, robauto, oficinas clandestinas e comércio de ouro.

A nova geração se sente atraída por estes meios fáceis e rápidos de ganhar dinheiro. Jovens se aliam a quadrilhas nas quais, no entanto, são geralmente mal-remunerados. A vingança sem limites, as execuções sumárias, os morticínios decorrentes de ajustes entre quadrilhas — tudo isto é uma exigência da própria sociedade autoritária. No rastro dos grupos de extermínio existe um grande número de vítimas inocentes, principalmente nas favelas utilizadas como cenário natural do crime organizado.

Mas o Brasil subterrâneo não é só o do crime e da violência. Há uma quantidade cada vez maior de pessoas que não pagam impostos, de confecções de fundo de quintal que jamais mandaram um cheque à Previdência e de profissionais liberais que cobram suas contas sem recibo mediante pequeno desconto. A economia informal é um mundo ambíguo que vai do artesanato ao contrabando descarado, não reconhece o governo, não dá nota fiscal, não paga impostos, não registra empregados e não consta de qualquer estatística oficial.

No final dos anos 80 o Brasil parou de crescer. Foi a senha para a expansão da economia informal e de seu subproduto mais ostensivo, a criminalidade. O tamanho da economia informal é assombroso, abrangendo praticamente metade da população economicamente ativa do país, de 55 milhões de pessoas. Há quem aponte a Itália e a Alemanha como exemplos de países que cresceram à custa da economia informal, mas como o Brasil é habitado por brasileiros, e não



por italianos ou alemães, acabará se tornando a primeira vítima de sua economia invisível. Na franja dela se locomove uma multidão que simplesmente sonega impostos, enquanto o Estado se caracteriza como devorador faminto de recursos para alimentar uma máquina burocrática ciosa de direitos, mas descuidada dos deveres.

A economia informal cresce à proporção que a economia oficial caminha para a desorganização, da mesma forma que o crime organizado se avanta sempre que os mecanismos de controle social e policial se relaxam. A sociedade paga caro pela sua benevolência em relação à violência e à corrupção. As próprias prisões são hoje inúteis como instrumentos de inibição dos crimes, pois é de lá que alguns chefões mexem os cordéis de suas organizações, indiferentes ao clamor público e até com a conivência de um sistema penitenciário corrompido e da parte da polícia que afinal se transformou num dos próprios elos do crime organizado.

*(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 28.06.93)*

## ALGO DE NOVO E O CALHA NORTE

**N**ão estamos vendo fantasmas ao meio-dia. A Amazônia sempre despertou uma grande fascinação. Para os brasileiros, no mistério das matas, das lendas, das águas. No exterior, pelo que ela pudesse representar, escondendo tesouros imensos, intocáveis, área aberta para receber gente e ambição de todo o mundo.

Nícia Vilela Luz, há 40 anos, descobria o plano do general James Watson Webb, ministro plenipotenciário de Washington, pa-

ra que a Amazônia fosse destinada aos negros americanos, evitando que se repetissem as condições sócio-econômicas que levaram à Guerra de Secessão. Arthur Cezar Ferreira dos Reis, esse grande estudioso da área, falecido há poucos anos, estudou muito as garras da cobiça internacional naquele imenso território, 5.029.322 metros quadrados, a metade do Brasil.

Recordemos as companhias exploradoras do século XIX, dentre elas a Amazon River Corporation, com a finalidade de colonizar a Amazônia; e a tese japonesa de mandar para lá os filhos de americanos com japoneses durante a ocupação da Segunda Guerra. Lembremos o presidente Dutra, ao examinar a proposta americana de receber excedentes populacionais de Porto Rico; depois, o desejo de colocar ali os refugiados árabes da Palestina, 200 mil árabes. Vejamos o presidente Epitácio Pessoa, estarrecido, ouvindo em Genebra a proposta do presidente Wilson de internacionalização da Amazônia. Recordemos a denúncia de Juarez Távora sobre as concessões dadas à Amazon Corporation of Delaware e à The Canadian Amazon Corporation Co. para extrair, com exclusividade, as riquezas da área. Lembremos as lutas do barão do Rio Branco para repelir as tentativas de invasões estrangeiras, vestidas do argumento de que o Brasil não tinha condições de explorar a região e de que a humanidade não podia ficar privada de desfrutar a Amazônia. E de nossos tempos a tentativa do grande Lago Amazônico do Hudson Institute, repelida pelo Brasil.

Assim, fomos nós brasileiros que preservamos a Amazônia. O mundo quis devastá-la, como o fez com as florestas do mundo inteiro. Hoje, se há uma preocupação mundial sobre a Amazônia, é porque nós soubemos preservá-la. Assim, preocupa quando verificamos essa constante concentração de tropas naquela área.



Quando assumi a Presidência, logo nos primeiros meses, maio de 85, éramos surpreendidos com a presença de uma coluna guerrilheira do M-19, grupo revolucionário da Colômbia, entrando em São Gabriel da Cachoeira, para abastecer-se. Para lá deslocamos tropas e os mandamos de volta. No país irmão, a luta contra o narcotráfico pressionava os barões produtores de coca que, acossados, eram empurrados para nosso território e cruzavam nossas fronteiras. Determinei que o Conselho de Segurança estudasse, imediatamente, um programa de defesa das nossas fronteiras mortas e secas das vastas regiões amazônicas.

Foram identificados três espaços diferenciados: a faixa entre Tabatinga e Oia-poque, a orla ribeirinha dos Rios Solimões, Amazonas e seus afluentes, e o espaço interiorano. Estabelecemos a prioridade para as áreas das fronteiras de: Noroeste de Roraima e Norte do estado do Amazonas, com a Venezuela (ianomâmis); Alto Rio Negro, Noroeste do Amazonas, fronteira com a Venezuela e Colômbia; trecho do Tumucumaque, fronteira com o Suriname; Norte do Amapá, com a Guiana Francesa; trechos Norte e Leste de Roraima, fronteira com a República da Guiana.

Queríamos transformar estas linhas divisórias em fronteiras vivas, intensificar as relações bilaterais, estimular trocas comerciais, ter presença brasileira na área, ampliar a ação da Funai junto às populações indígenas, criar projetos especiais destinados a assistir às populações da região, enfim, um Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sustentado, protegendo o meio ambiente e assegurando a soberania nacional naquelas imensidões.

Veio o Projeto Calha Norte. Caíram em cima dele, dizendo que se tratava de um projeto de militarização da Amazônia. Os grupos internacionais pegaram esse mote pa-

ra denegrir o programa, evitando que ele caminhasse sem resistências e com apoios. Muitos brasileiros foram conquistados para essa tarefa anti-Brasil. A argumentação era de que a Amazônia, "pulmão do mundo", não podia ser militarizada. Na verdade, eles não queriam uma posição do Brasil firme, exercendo sua soberania e defendendo, isso sim, que sabem ser verdadeiro, o maior espaço da biodiversidade, banco genético de importância incalculável. Estes fatos nos levam a fazer uma junção do passado com o presente. No passado, desejavam que abrissemos a Amazônia para a ocupação internacional, agora protestam contra a abertura da Amazônia à presença brasileira.

O Projeto Calha Norte nada tem de militarização da Amazônia, ele é um braço do Projeto de Desenvolvimento Sustentado da Amazônia, comandado pelo Brasil.

Hoje, concentram-se, na Amazônia, forças americanas na Guiana e no Suriname, a Venezuela também o faz, e ninguém abre a boca para dizer que estão militarizando a Amazônia. Quando se fala na diminuição de efetivos e no esforço internacional para restringir forças armadas, é triste ver no nosso continente essa movimentação militar e nas proximidades de nossas fronteiras do Norte.

Por que os grupos ambientais que tanto gritaram contra o Calha Norte não falam, não protestam? Por que os grupos que tanto nos atacaram, sob o manto da catequese dos índios, estão calados?

Vamos manter a Amazônia em paz, como ela era, como nós brasileiros a trouxemos até hoje, defendendo-a da cobiça internacional e da internacionalização. Elas estão contidas, diminuíram ao máximo. O que, graças a Deus, não tivemos nem queremos ter ali é napalm e desfolhantes.

*(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 04.07.93, assinada pelo Senador José Sarney)*



# Fundo de Apoio à Moradia - FAM



É o único plano de seguro de vida em grupo vinculado a uma caderneta de poupança programada.

Com ele você proporciona segurança e tranquilidade à sua família, ao mesmo tempo em que vai reunindo, mês após mês, o capital que lhe há de assegurar o acesso à casa própria.

O FAM está aberto a militares, pensionistas e servidores civis dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica e a funcionários do Banco do Brasil.

Conheça os diferentes planos, Contate os nossos representantes.

Para maiores informações, procure o FAM nas Representações da FHE ou, então, o Representante do Sistema FHE/POUPEX nas OM/Exército ou pelo DDG (061)800-3131



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO




EM REVISTAS

ENREVISTAS Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua Cochambé, 467 - Conj. 8 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20780-000

Tels.: (021) 281-5822 - 581-2722 - 581-7869 - Fax: 281-9563





Telefonia Nacional e Internacional • Telex Nacional e Interna-  
cional • Radiodifusão Sonora • Renpac • Aluguel de Circuitos de Voz  
Nacional e Internacional • Transdata • Datafax • Vipnet • TV  
Programada • Móvel Marítimo • DEA • Aluguel de Circuito de  
Dados Internacional • TV Executiva • Movsat A • Datasat • Multisat  
Radiosat • Aluguel de Circuitos Telegráficos Nacional e Internacional  
Interdata • Digisat • Movsat C • Airdata • Videoconferência  
Findata • Interbank • TV-Sat • STM 400 • Sicram

## **O MUNDO ESTÁ CADA VEZ MAIS SIMPLES. VIA EMBRATEL.**

*A gente não nota. Mas as Telecomunicações estão aí. Elas aproximam as pessoas. Fecham negócios. Abrem bancos de dados.*

*Controlam tráfegos. Informam e divertem. Serviços como Voz, Textos, Dados e Teletextos, Som e Imagem e Comunicações*

*Móveis ocupam um lugar muito importante neste mundo. O mundo da tecnologia. Do desenvolvimento. O mundo da Embratel.*

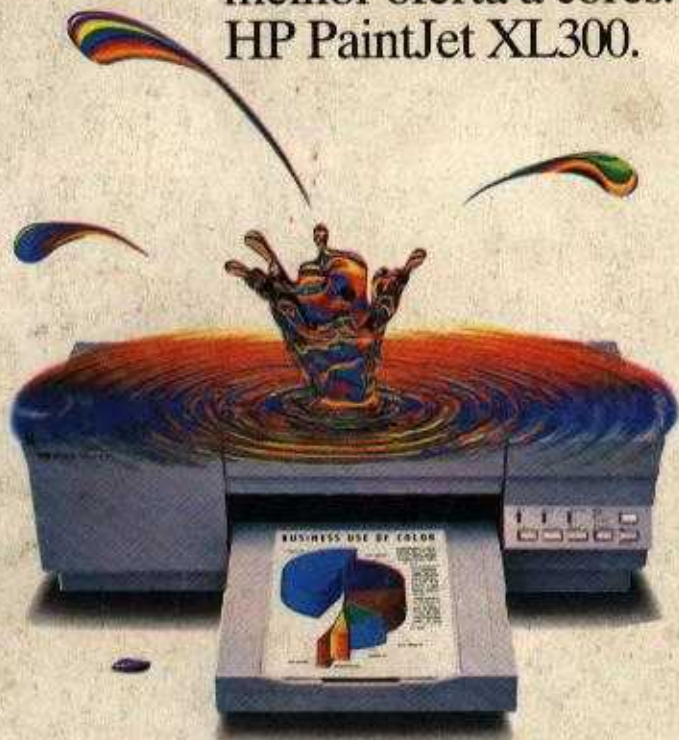
SEMPRE A MELHOR SOLUÇÃO



**EMBRATEL**  
Empresa do SISTEMA TELEBRAS



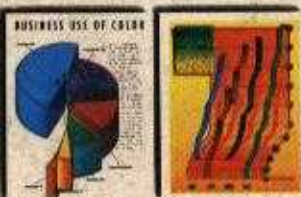
Libere todo o poder de  
sua imaginação com a  
melhor oferta a cores.  
HP PaintJet XL300.



Elabore suas melhores decisões  
em cores e em alta resolução,  
com a impressora HP PaintJet  
XL300.

Se você trabalha na área técnica,  
de negócios ou de desenho por  
computador, a HP PaintJet  
XL300 é a solução para suas  
necessidades de impressão em  
cores pelo melhor preço do  
mercado. Imprime a trezentos  
pontos por polegada. Tem ampla  
variedade de fontes tipográficas.  
É compatível com PC ou Mac e  
também pode ser conectada  
como nó de rede. Além disso,  
conta com 16 milhões de combi-  
nações de cores. HP PaintJet  
XL300: velocidade e maior  
capacidade de cores com quali-

dade, suporte, assessoria e  
serviços que só a HP pode dar.  
Visite seu Distribuidor Autoriza-  
do Hewlett Packard.  
A mais avançada tecnologia em  
cores para combinar com sua  
imaginação.



**HEWLETT  
PACKARD**